

Como ler jornais

Janer Cristaldo

Quem acredita em tudo que lê, melhor não tivesse aprendido a ler.
(provérbio oriental)



eBo

www.ebooksbrasil.org

Como Ler Jornais
Janer Cristaldo

Edição
eBooksBrasil
Fonte digital: Documento do Autor

Copyright
©2006 Janer Cristaldo

Como ler jornais

Janer Cristaldo

***Quem acredita em tudo que lê, melhor não
tivesse aprendido a ler.***
(provérbio oriental)

***Para Tania Koetz,
mulher e amante,
irmã e amiga,
mãe e filha,
primeira e única.***

Índice

Sobre o autor:	8
Animais midiáticos:	10
Dos bastidores:	18
Premissas safadas:	32
NYT na berlinda:	38
Escritores descobrem América:	45
Sobre Bíblia, fome, éguas e amantes:	51
Visionários e vigaristas:	64
Cristo em meio ao tiroteio:	75
Dois mitos espanhóis:	82
Como fabricar racismo:	89
Armadilha para negros:	110
Nobel e vigarices:	150
Mídia e mística:	185
Leste vira Europa:	200
Fotografia engana leitores:	209
Mentiras e censura:	219
Catita e Teresa:	235
Cinema e crítica:	239
Males Gálicos:	262
Deus com grife:	267
Doña Manolita e as pesquisas:	272
Coisas Nossas:	277
Esprit du siècle:	282
Lá onde tudo é lucro:	287
O terror segundo as viúvas:	292
Nós, os pedófilos:	310

A mula de Maomé e outras questões de fé: 315
A indústria textil: 326
O visionário de Taubaté: 347
Paris homenageia a grande prostituta: 373
Como um vigarista constrói seu pedestal: 398
A difícil travessia do Uruguai: 413
Ianoblefe: 437
Quando piada vira fato: 455

Sobre o Autor

Janer Cristaldo nasceu em 1947, em Santana do Livramento (RS). Formou-se em Direito e Filosofia no Rio Grande do Sul e doutorou-se em Letras Francesas e Comparadas pela Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III). Morou na Suécia, França e Espanha. Lecionou Literatura Comparada e Brasileira na Universidade Federal de Santa Catarina. Publicou vários livros em papel, entre estes a antologia **Assim Escrevem os Gaúchos**, o romance **Ponche Verde** e o ensaio **Mensageiros das Fúrias** (tese de doutorado). Traduziu cerca de 20 títulos, do espanhol, francês e sueco, entre estas obras de Ernesto Sábato, Camilo José Cela, Jorge Luís Borges, José Donoso e Michel Deon. Trabalhou como redator de Internacional na **Folha de S. Paulo** e no **Estado de São Paulo**. Atualmente, reside em São Paulo e assina crônica semanal em vários jornais eletrônicos. **Como ler jornais** é uma reorganização de textos críticos (crônicas e ensaios), que analisam os bastidores e entrelinhas da imprensa nacional e internacional nos últimos vinte anos, como também fatos do mundo das Letras. Assim, para quem acompanha

a atividade jornalística do autor, este ensaio poderá ter um ar de *déjà-vu*.

E-books editados pela eBooksBrasil:

Romances

Ponche Verde

Laputa

Ensaios

Mensageiros das Fúrias

Engenheiros de Almas

Qorpo Santo de Corpo Inteiro

Ianoblefe

A Indústria Têxtil

Crônicas da Guerra Fria

EleCrônicas

Flechas Contra o Tempo

Ressentidos do Mundo Todo, Uni-vos

A Vitória dos Intelectuais

E-mail: janercr@terra.com.br

Blog: cristaldo.blogspot.com

Homepage: www.janercristaldo.tk

Animais Midiáticos

O homem é um animal político – dizia Aristóteles. Isso no tempo da ágora e do areópago. Aristóteles também desenvolveu uma lógica, cujas premissas determinam até hoje qualquer discurso que se pretenda racional. Mas vivemos dias televisivos, de apelo ao irracional, em que a boa lógica não vale um vintém. A ágora virou telinha em tubo catódico. O homem contemporâneo tornou-se um animal midiático, que aceita sem titubear nem pensar qualquer despautério que emane do vídeo ou que esteja impresso. O que a imprensa afirma ou reproduz, o animal midiático engole e digere.

Em sua campanha eleitoral, para justificar sua incultura, Lula declarou que Machado de Assis não tinha curso superior. Não houve uma santa alma, em toda a mídia nacional, que comentasse este despropósito. É como se os jornalistas do país todo desconhecessem a história nossa. Para começar, a comparação carece de qualquer sentido: Machado jamais se candidatou à Presidência da República. Continuando, os dois únicos cursos de Direito

existentes no Brasil funcionavam em Olinda e São Paulo, longe do alcance do filho da lavadeira. No Rio de Janeiro, só surge um curso de Direito em 1935, 27 anos após a morte de Machado. Mas os militantes não se cansam de repetir: Machado não tinha curso superior. Portanto, Lula para presidente.

Ainda tentando justificar a incultura do candidato do PT, alegou-se que inclusive um membro da Academia de Letras, como Sarney, havia sido eleito presidente da República, sem que isso representasse qualquer solução para o país. Para começar, Sarney não foi eleito presidente, mas vice. Sua fortuna dependeu da morte do titular do cargo. Continuando, não era acadêmico quando se tornou presidente. Mas se tornou acadêmico por ser presidente. Com seu poder de barganha, comprou uma vaga na academia com a mesma nonchalance que comprou uma senatoria no Amapá. Concluindo, pertencer hoje a Academia Brasileira de Letras nada tem a ver com cultura ou talento. Depende de poder, salamaleques e ideologia. Mas muita gente continuará repetindo, como um mantra, que o país em nada melhorou com a eleição do acadêmico Sarney. É como se a história fosse um lago raso, sem a profundidade do passado, sem antes nem depois. Tudo é um imenso hoje. Como já disse um professor de história moderninho, toda cronologia é reacionária. Se o lago tivesse a

profundidade de um século, poder-se-ia entender a amnésia do animal midiático. Mas mesmo que o lago tenha apenas uma década de espessura, ele já não consegue vislumbrar o fundo.

Ou a pedofilia. Basta um crime entrar em moda no Primeiro Mundo, dia seguinte vira epidemia no Brasil. Rádio, televisão e jornais falam em pedofilia, padres pedófilos e o animal midiático toma ares de santa indignação contra o crime de pedofilia. Mas que crime? Não existe crime sem lei que o defina, e não existe lei no Brasil que defina o crime de pedofilia. Temos abuso sexual, estupro, sedução de menor. Mas pedofilia, não. Em sua insciência, o animal midiático não faz distinção entre ética e direito. Se considera algum gesto imoral, conclui que esse gesto deve ser criminoso. Incesto é imoral? Então é crime. Fica desbussolado se alguém lhe diz que, no Brasil, incesto não constitui crime. Qualquer pai ou mãe pode ter relações sexuais com o filho ou filha, ou um irmão com uma irmã. Desde que o filho ou filha, irmão ou irmã não sejam menores ou não sejam forçados, a Justiça nada tem a ver com isso e só pode desejar bom proveito às partes. Recentemente, no Nordeste, um pai foi preso por ter relações com a filha. O coitado, em sua ignorância da lei, talvez tenha até assumido a idéia de que estava cometendo um crime.

Que o homem comum ignore tais distinções, entende-se. Surpreendente é ver um Karol Wojtyla contaminado pela incultura ambiente, confundindo preceito religioso com lei penal. Em abril passado, Sua Santidade afirmava que se a prática do homossexualismo “é justamente considerada como um crime na sociedade civil, não deve haver lugar para ela na Igreja”. Ora, homossexualismo há muito deixou de ser crime no Ocidente. Se formos seguir a lógica vaticana, homossexualismo não sendo crime na sociedade civil, então há lugar para esta prática na Igreja. O Papa ainda reafirma: a pederastia é um crime e um pecado. Que a defina como pecado, é seu sumo direito. O cristianismo introduziu no Ocidente a idéia de pecado e o define como bem entende. O copyright é do Vaticano. Mas quem define o que é crime não é o animal midiático que impera em Roma. E sim o legislador. Em verdade, um homem culto e versado em teologia como Wojtyla não padece propriamente de incultura. É seu vezo teocrático, esse ancestral vício da Igreja Católica de manter o Estado sob seu jugo, que se manifesta em suas palavras. Se o Papa diz que pederastia é crime, não ocorre ao leitor que Sua Santidade proferiu uma solene impropriedade.

Sinal dos tempos, os animais midiáticos estão proliferando mais que coelhos no cio. Uma nuvem de incultura está descendo sobre as cidades e contaminando as conversações cotidianas. Já tive

de ouvir considerações sobre a história do Brasil... a partir da novela **Quintos dos Infernos**. Há quem discorra com propriedade sobre o Islã só porque assistiu ao tal de **Clone**. Pior ainda, há quem pretenda entender de clonagem porque viu a tal novela. Há ainda os que citam o **Fantástico** como fonte de seus conhecimentos. Há milhares de pessoas no mundo todo, discutindo seriamente, como se história fosse, uma ficção intitulada **Código da Vinci**. Não falta quem pretenda discutir a história recente do Brasil, a partir de um filme sobre Lamarca. Os jornais, em suas chamadas, noticiam os eventos fictícios de uma novela ao lado dos fatos do mundo real. É como se a leitura tivesse sido jogada a um museu de curiosidades históricas e a única fonte de informação contemporânea fosse a telinha da TV. Ou a tela maior do cinema.

A antigüidade clássica nos legou as figuras do herói e do sábio. A Idade Média, santos e mártires. Com o Renascimento surge o gênio. Nossos dias são os das celebridades gratuitas. Uma pessoa não mais é célebre por seu saber ou por seus feitos. Mas simplesmente porque é célebre. Porque sua imagem é repetida à exaustão na mídia impressa e televisiva. O herói, hoje, saiu da História e passa a freqüentar as páginas esportivas. Ora é um jogador de futebol muitas vezes analfabeto, um tenista ou piloto de Fórmula 1. O sábio é algum guru expulso da Índia ou

Estados Unidos por fraude ao fisco. Santos são personalidades de grande tráfego na imprensa, mesmo que tenham prestado e recebido homenagens de tiranos e milhões de dólares de vigaristas de alto bordo. Prêmios Nobéis são concedidos a escroques. Estes novos heróis, sábios, santos e nobéis assumem seus postos na mídia e qualquer crítico mais lúcido que ouse contestá-los passa a ser um inimigo do que de melhor a humanidade produz. Ninguém traduziu melhor que Discépolo, no tango **Cambalache**, esta idiosincrasia do século passado:

*Hoy resulta que es lo mismo
ser derecho que traidor,
ignorante, sabio, chorro,
generoso, estafador.
Todo es igual; nada es mejor;
lo mismo un burro que un gran profesor*

Os animais midiáticos tendem a se tornar legião. Detestam ouvir falar sobre essa coisa inconveniente chamada História. Para a grande massa, Pablo Picasso se referia ao bombardeio de Guernica quando pintou **Guernica**. Até hoje, há quem cite o filósofo antifranquista Miguel de Unamuno defendendo a universidade de Salamanca. Salvador Allende, obviamente, foi assassinado pela ditadura de Pinochet. Madre Teresa de Calcutá é um poço de virtudes. Nas últimas eleições francesas, atribuiu-se a Le Pen,

que nunca foi nazista, todo o currículo de Mitterrand, que foi condecorado pelos nazistas. Durante o cerco da Igreja da Natividade pelo Exército de Israel, toda a imprensa internacional – e a nossa atrás – vendeu como fato histórico a lenda de que Cristo nasceu em Belém.

Para um intelecto pouco ágil, se um mortal mereceu o prêmio Nobel, situa-se, *ipso facto*, além do bem e do mal. Para este cérebro, não é admissível que a santa Madre Teresa recebesse propinas de grandes vigaristas. É mais confortável aceitar o suposto humanismo do pintor malaguenho do que ver no sucesso de sua obra um hábil recurso de marketing. Se Unamuno defendia a universidade em seu confronto com o general Millán Astray em Salamanca, obviamente era antifranquista. Vê-lo como representante de Franco confunde a suposta lógica do leitor médio. Um herói libertário como Salvador Allende, evidentemente, jamais se suicidaria. Depois de décadas de mídia martelando o socialismo de François Mitterrand, não é fácil concebê-lo como agraciado com uma medalha pelo governo de Vichy, por bons serviços prestados ao nazismo. Mais difícil ainda imaginar o reputado humanista como responsável pelas torturas na Argélia. Se os palestinos se refugiaram na Igreja da Natividade em Belém, a lenda de que Cristo lá nasceu toma foros de verdade histórica, já que o nazareno também era

uma vítima dos poderosos de sua época, como estes santos mártires do Oriente Médio que não hesitam em explodir-se a si mesmos desde que levem outros juntos. Se o leitor contemporâneo não lembra o que ocorreu há dez anos na história de seu país, não se pode esperar que saiba o que aconteceu há dois mil anos na história do Ocidente.

A imprensa é uma faca de dois gumes, dizia Noam Chomski. Hábil manipulador dos dois gumes desta arma, o lingüista americano dizia ser necessário ensinar a lidar com ela. Estas reflexões sobre a imprensa brasileira e internacional visam mostrar ao leitor descuidado a manipulação que se esconde atrás de textos e fotos. De passagem, visitaremos alguns mitos recorrentes, repetidos *ad aeternum* por jornalistas novatos e outros nem tão novatos.

Dos Bastidores

Em maio de 2004, uma investigação interna do **The New York Times** concluiu que um de seus repórteres cometeu diversas fraudes durante a cobertura de eventos jornalísticos nos últimos meses. Casos freqüentes de plágio e notícias fabricadas representaram uma profunda quebra de confiança e um ponto baixo na história de 152 anos do jornal. Jayson Blair, de 27 anos, enganou leitores e colegas com textos supostamente enviados de Maryland, Texas e outros Estados, quando estava a quilômetros de distância, em Nova York. Fabricou comentários de "entrevistados", inventou situações e roubou material de outros jornais e de agências de notícias. Pinçou detalhes de fotografias para passar a falsa impressão de que tinha estado em determinados lugares e visto certas pessoas. É o que nos dizem as agências internacionais.

Jayson trabalhou também para o **The Boston Globe**, que identificou “um número limitado de textos com problemas” escritos pelo repórter. “Vamos continuar a investigação e checar procedimentos internos de modo que esta

infração à ética jornalística não ocorra no futuro”, disse o diretor do jornal, Martin Baron. Professores de jornalismo e especialistas em imprensa manifestaram ontem preocupação com a repercussão do escândalo. Para Joseph Campbell, professor da Escola de Comunicação da American University, em Washington, “o caso de Blair é excepcionalmente perturbador”. O escândalo invadiu a primeira página dos jornais no mundo todo e Jayson Blair teve sua carreira destruída. No Brasil, poderia continuar enganando à vontade.

Guerra da Iugoslávia, nos dias de independência da Croácia. Eu trabalhava na editoria de Internacional, da **Folha de S. Paulo**. Nosso correspondente responsável pelo Leste europeu mandava suas matérias de Berlim, que isso de cobrir guerras no *front* é muito arriscado. Por volta das três horas da tarde, começava a enviar seus despachos, a partir do noticiário dos jornais da manhã. Isto é, os jornais haviam sido redigidos ontem, os fatos ocorridos anteontem e o leitor brasileiro os leria amanhã, com pelo menos três dias de atraso. As agências noticiosas, mais ágeis, nos enviavam notícias fresquinhas.

A nós, redatores, cabia substituir o *lead* da reportagem por material mais quente. Lá pelas cinco da tarde, o despacho enviado caíra para o pé do texto. Quando o correspondente informava

que os iugoslavos planejavam um ataque, nós já tínhamos os alvos destruídos e os aviões de volta às bases. A cobertura da guerra, em verdade, era feita da redação na alameda Barão de Limeira, em São Paulo. Que, de certa forma, estava mais próxima dos fatos que o correspondente na Alemanha. Muitas vezes não sobrava sequer uma linha do despacho original. O texto todo era redigido na redação. Mas a matéria saía assinada por Fernando Gabeira, "enviado especial". Que deveria sentir-se muito surpreso se lesse sua matéria publicada, falando de fatos dos quais ele, o suposto autor do texto, nunca ouvira falar.

Como era feita esta cobertura? O redator recebia um punhado de despachos, que iam sendo renovados a toda hora pelo *boy* que os retirava do telex. (Eram ainda os dias do telex). Havia matérias quentes das agências, que tinham seus correspondentes no campo de batalha, reportagens frias que davam o clima local, análises de especialistas e informes sobre a repercussão dos fatos nas diferentes capitais do mundo. Cabia ao redator juntar todos esses relatos e criar uma história coerente. Fossem os textos assinados ou não, os fragmentos aproveitados pelo redator eram todos atribuídos ao "correspondente de guerra", comodamente instalado em Berlim. Por vezes, a matéria toda ou parte dela era atribuída aos redatores. Neste caso, era assinada como "da redação com

agências internacionais”. Ora, da redação não havia nada, senão a montagem do texto final. O trabalho de correspondentes estrangeiros e articulistas de outros jornais era apropriado, sem cerimônia alguma, pelo editor da Barão de Limeira

Por vezes, o correspondente assumia essa característica que, até agora, só a Deus foi conferida: a onipresença. O redator ia costurando os comunicados sobre a repercussão nas capitais de cada país e os inseria no corpo da notícia. O efeito era no mínimo curioso: o correspondente estava não só no campo de batalha mas, ao mesmo tempo, em Washington, Paris, Londres e Moscou.

Em dezembro de 91, o jornal tinha mais uma correspondente em Berlim. Lá pelas tantas, ela envia um relato excitado do bombardeio de Dubrovnik pela marinha croata. As bombas caíram em minhas mãos. Telefonei para Berlim e pedi à moça para checar melhor os dados. A Croácia não dispunha de frota, nem teria razões para bombardear sua cidade mais linda.

"Mas eu estou vendo aqui na minha frente, com meus olhos, na televisão, a marinha croata bombardeando o litoral". Pedi que conferisse melhor os dados, ainda faltava uma hora para o fechamento do caderno. Vinte minutos depois,

recebo uma chamada encabulada. "É, de fato, é a marinha iugoslava". Os olhos da brava correspondente de guerra se enganavam. Esta mesma moça, que coincidentemente era professora de literatura, fez certa vez a cobertura de um encontro de estadistas em Den Haag. Após enviar sua matéria, pediu por telefone: "Vocês me traduzam, por favor, Den Haag, que eu não sei como é em português. A professora de literatura desconhecia o nome português da cidade holandesa que dera o indefectível aposto explicativo a Rui Barbosa, o Águia de Haia.

Segundo as agências, a investigação em curso mostrou que Blair violou repetidamente o dogma básico do jornalismo, que é simplesmente a verdade. Este tipo de fraude não é novo na imprensa americana. O caso mais famoso, até agora, era o da repórter Janet Cooke, do **Washington Post**, que criou um personagem fictício, um menino viciado em drogas. Seu trabalho foi escolhido para receber o prêmio Pulitzer de 1981.

Quando recebi, pela primeira vez, a incumbência de reformular o texto do correspondente, ingênuo, objetei: "mas isso é um artigo assinado". "Aqui não tem disso. Vai cortando pelo *lead*" – respondeu o editor. Fui cortando, era pago para isso. Boa parte da cobertura da guerra na Iugoslávia foi feita por

mim e por meus colegas, na redação da Barão de Limeira. Jayson Blair foi demitido e está morto para o jornalismo. Sua fraude coloca em cheque a nata do jornalismo americano. Fernando Gabeira voltou de Berlim com todas as glórias de correspondente de guerra e foi eleito deputado. Para quem não conhece uma redação por dentro, passou a imagem de um heróico profissional que enfrentou o inferno dos Balcãs para bem informar o leitor. O **New York Times** se desmancha em desculpas ao leitor, tentando salvar a credibilidade abalada. Na Barão de Limeira, abalo algum. A guerra na Iugoslávia já vai longe e leitor algum percebeu o embuste.

Miséria vernacular — Ainda em meus dias de **Folha**, escrevendo sobre uma escaramuça qualquer no planeta, fiz uma manchete mais ou menos assim: OBUS MATA UM E FERRE TRÊS. Mal viu o título na rede, um jovem editor reclamou:

— Obus? O que é isso?

Obus, expliquei pacientemente, é uma peça pequena de artilharia, um tipo de morteiro. Também chama-se obus a granada ou bala lançada por esse morteiro.

— Ah, mas o leitor não vai entender. Ninguém sabe o que é obus.

De minha parte, eu desconhecia palavra mais concisa que obus para dizer tiro de morteiro. Para minha sorte, um dos editores fizera serviço militar. Sim, é isso mesmo, é obus. "Mas vocês fizeram serviço militar, disse o primeiro. O leitor, nem sempre". O que, pelo menos no que a mim dizia respeito, era falso. Nunca fiz serviço militar. Quando menino eu fazia, isto sim, palavras cruzadas. Projétil de morteiro, quatro letras? Obus.

Meses mais tarde, novo conflito com os redatores hostis ao vernáculo. Me caíra nas mãos um TL (texto-legenda) para titular. Na foto, uma mulher de mãos postas e cabeça inclinada manifestava sua adoração por algo ou alguém. Nem hesitei: EM SINAL DE PREITO. Mal o texto chegou em sua tela, o editor, sempre alerta, gritou de sua baía:

— Preito? O que é isso?

Juntei minhas mãos, inclinei a cabeça e disse:

— Preito é isto.

— Ah, mas então deve ser uma palavra muito antiga.

De fato, era bem mais antiga que eu. Como aliás a maioria das palavras que eu ou você

usamos. Lembrei-me do obus e fui tomado de súbita iluminação. Para aquele menino, formado na reputadíssima ECA, palavra que ele não conhecia certamente o leitor também não a conhecia. Os leitores do jornal eram nivelados pelo padrão do que ele ignorava.

O inimigo suez e a República dos Camarões — Quem passou por jornais nas últimas décadas, terá dezenas destas histórias para contar. No dia 03 de outubro de 2001, a **Folha** superou todos seus feitos. A entrevista com Fernando Henrique Cardoso versava sobre o abate de aviões clandestinos sobre o território nacional. “Precisamos fazer um esforço grande para controlar o terrorismo, que é um inimigo suez” — assim redigiu a repórter a declaração do presidente. A moça, que desconhecia o adjetivo soez, escreveu como pensou ter ouvido e resolveu esclarecer o leitor, que talvez não soubesse o que significava suez: "FHC se referia aos combatentes egípcios que lutaram contra os israelenses na região de Suez, em 1973, e atacavam seus oponentes por meio de túneis subterrâneos abandonados, de surpresa: ninguém sabe de onde vem". Explicação mais que oportuna, já que nem mesmo eu saberia dizer o que significa suez como adjetivo.

Ora, diria o jovem editor, o presidente se permite tais palavras porque é um erudito.

Acontece que não se exige erudição de ninguém para falar em soez. As gerações novas, hostis à leitura e viciadas pelo parco vocabulário televisivo, não mais conhecem palavras elementares do vernáculo e ainda se julgam no dever de elucidar para o leitor vocábulos de cujo significado apenas suspeitam. Com este material humano, que sequer conhece a própria língua, faz-se jornalismo. Pois jornalismo, hoje, só pode exercer quem faz curso de jornalismo.

Melhor mesmo, só a história dos perdigotos, já incluída no ror dos clássicos da **Folha**. A notícia era sobre a epidemia de uma gripe, que se disseminava por perdigotos. O repórter, ciente de sua ignorância, fez o que deveria fazer: consultou o dicionário. Só que ficou na primeira acepção da palavra. Os leitores foram então informados que a gripe era transmitida por filhotes de perdiz. O cidadão urbano foi tranqüilizado. Como nas urbes não existem perdizes, muitos menos filhotes das ditas, não havia porque temer a gripe.

A **Folha** tem a preocupação de ser sempre didática, para atingir a compreensão da grande massa. Assim, quando grafa o marxismo, o redator muitas vezes põe entre parênteses: doutrina do filósofo alemão Karl Marx, século 18. A propósito, os séculos são sempre grafados em arábicos. Nestes dias de incultura generalizada, se alguém falar a um paulistano do ônibus Pio

XII, talvez não se faça entender: ele só conhece o pióxi. Tampouco entenderá Praça Quinze ao ler Praça XV. Ele conhece a praça Xivi. A precaução, em verdade, não deixa de ter sentido. Ocorre que o jornal subestima a inteligência de seus próprios leitores. Se um leitor de tablóides sensacionalistas têm dificuldade em ler algarismos romanos, o mesmo não se deveria supor de um leitor da **Folha**.

Mas se supõe. O jornal determinou a supressão de todos algarismos romanos. O que originou outro episódio, não menos emblemático, no bestialógico do jornal. Ao deparar-se com o nome do terrorista americano Malcolm X, uma redatora não teve dúvidas: grafou Malcolm 10.

Fora outras mancadas correntes na imprensa cotidiana. Por exemplo, aquele monumento em Paris construído em La Défense pelo Mitterrand, l'Arche. Os jornalistas, talvez por terem visto sua aparente forma de arco, e talvez por associação ao Arco do Triunfo, grafam o tempo todo "o Arco de La Défense". Ora, arche é arca. A tradução correta seria Arca de la Défense.

Ou ainda os Camarões, republica africana. Em verdade se chama Cameroun, em homenagem a um certo Lord Cameroun. A origem do nome comporta discussões, mas uma coisa é certa: em língua nenhuma do mundo cameroun é camarão.

Se fosse, a República do Cameroun seria traduzida em inglês como Republic of Shrimps, em francês como République des Crevettes, em espanhol como República de las Gambas. Já vi carta de um diplomata do Cameroun reclamando dos jornais a tradução errada. Em vão. Na Folha, sugeri a um dos responsáveis pela unificação ortográfica do jornal a correção. 'Agora é tarde', me respondeu.

As aspas — Outro sinal de tráfego são as aspas. Têm múltiplas funções. Servem geralmente para marcar uma citação. Mas também para deixar clara a posição do editor. Os acontecimentos pós-queda do Muro geraram uma intensa batalha de aspas nas redações. Certa vez, na **Folha de S. Paulo**, recebi um despacho que falava dos crimes do comunismo durante o regime dos Ceaucescu, na Romênia. Traduzi o texto, coloquei-o no bom tamanho e dei meu trabalho por feito. Dia seguinte, lá estava a notícia. Mas falava de "crimes" do comunismo. Com crimes entre aspas, para deixar bem claro que a redação não assumia a idéia de que comunistas pudessem cometer crimes.

Trabalhei mais tarde no **Estadão**. Um belo dia, recebo um telefonema de um colega da Folha:

— Janer, aquela nota sobre a Finlândia, foste tu que a redigiste, não foi?

De fato, fora eu. Mas como é que ele sabia?

— Pelas aspas. Puseste entre aspas "política de neutralidade". Só podiam ser tuas.

Me senti lisonjeado. Já era reconhecido até pelas aspas.

Outro recurso do redator, para bem definir sua postura, é a bendita palavrinha *suposto*. Se nas editorias de Nacional o adjetivo é uma prudente salvaguarda para evitar processos por parte de um suspeito ou indiciado em qualquer crime, no noticiário internacional é um recurso para preservar antigas crenças. E já li no **Estadão**, juro que li, esta frase: ***supostos terroristas explodem carro-bomba no Peru.***

Uma ressalva é sempre oportuna. Poderia ocorrer que o carro-bomba tivesse sido montado por uma equipe de carmelitas descalças. Perguntei ao redator: *supostos terroristas, companheiro?* Ele releu o texto e justificou: *força de hábito*. Claro que ninguém vai grafar "suposto nazista". Quando se trata de nazistas, não há aspas nem *supostos*.

O pão que Marx amassou — Texto-legenda, em jornalismo, é aquele texto curto e ágil que acompanha uma foto ou ilustração. Segundo o manual de redação da **Folha de S. Paulo**, seu

título pode recorrer a trocadilho ou outras formas de humor.

Foi no século passado, lá por 93. A União Soviética, seguindo a insuspeita previsão de Marx, tomara os rumos anunciados no Manifesto: tudo que é sólido se desmancha no ar. Das agências, recebemos em fim de tarde uma charge de alguma revista internacional: em Moscou, uma velhota russa, com uma cesta vazia no braço, procurava abastecer-se no mercado. No balcão de pães, não havia pães, apenas bombas atômicas em formato de pães. Dei vazão a todo meu talento. Titulei com gosto:

O PÃO QUE MARX AMASSOU

Não é todo o dia que a musa desce num fechamento de jornal. Me pareceu ter ganho com verve meu pão naquele dia. No entanto, estávamos no *deadline* e o caderno não fora fechado. No computador ao lado, o editor suava a cântaros e gemia como em trabalhos de parto. Pousei em seus ombros como um papagaio e notei que tentava um novo título.

— Mas o meu não está ótimo? — quis saber.

Me olhou indignado:

— Não é hora de piada.

Os minutos corriam e o novo título não dava os ares da graça. Desesperado, o editor retomou o antigo e substituiu uma palavra:

O PÃO QUE STALIN AMASSOU

Assim não vale, protestei. Xingar o Stalin é chutar cachorro morto. Entre nós, só o Niemeyer e o Prestes ainda o cultuavam. Que mais não fosse, não tinha aquele efeito aliterativo, Marx amassou. *O Velho, não!* — insistia o editor. Para não atrasar o fechamento, optou pela média:

O PÃO QUE LÊNIN AMASSOU

O jornal quase atrasou. Mas o Velho foi salvo.

Premissas safadas

São Paulo é uma cidade rica, não é verdade? Há uma ínfima minoria de pobres em São Paulo. Pelo menos é o que se deduz do que a imprensa paulistana afirmou após as eleições municipais de 2004. Eu, se pertencesse à raça daqueles que confundem o universo com o círculo-de-dois-metros-quadrados-em-torno-a-seu-nariz, como diria Ernesto Sábato, estaria de pleno acordo com esta afirmação. Vivo em um bairro judeu, de alta classe média, alto nível de consumo, bons restaurantes, shopping ao lado de casa. Há alguns mendigos na calçada, cá e lá, e antes de mais nada já vou me desculpando por usar a palavra mendigo. Segundo os senhores defensores dos Direitos Humanos, é palavra que deve ser eliminada dos dicionários. É humilhante. A nova e correta terminologia seria povos da rua. Ou ainda, excluídos. A nova palavrinha não é inocente como parece: se há excluídos, é porque há excludentes. Mendigo virou palavrão e mais dia menos dia vai gerar processo por racismo. Em todo caso, enquanto não revisam os dicionários, não me eximo de usá-la. E no dia em que os fanáticos do politicamente correto tiverem poder

para revisar dicionários, nem valerá mais a pena escrever.

Logo após o primeiro turno, a **Folha de S. Paulo** publicou, com todas as letras: "O levantamento confirma o que a divisão geográfica dos votos já indicava: Serra recebe os votos dos mais ricos e instruídos e Marta se sai menos mal entre os eleitores mais pobres e com menos anos de estudo". Ora, no primeiro turno destas eleições, Serra venceu com uma diferença de 8% de votos. Conclusão que se impõe: há muito mais ricos em São Paulo do que pobres.

Ao lado desta brilhante dedução do repórter Pedro Dias Leite, a **Folha**, em sua edição de 10 de outubro passado, publicava um gráfico, intitulado "Voto por Categoria".

RENDA FAMILIAR em salários mínimos/mês			
	até 5	mais de 5 a 10	mais de 10
José Serra	49	52	61
Marta Suplicy	41	39	33

Ora, ninguém pretende que uma renda até cinco salários mínimos mensais – ou mesmo até dez – caracterize riqueza. Serra venceu nestas duas primeiras faixas e também na outra, a de mais de dez salários mínimos, que tampouco significa riqueza, se ficarmos próximos dos dez. O repórter, impávido, em coluna ao lado da coluna

dos gráficos, afirma o contrário do que os gráficos confirmam. O jornalismo impresso está se aproximando celeremente da televisão, que mostra as imagens de um fato, a locução afirma o contrário do que o fato expressa, e o carneirinho passivo diante da telinha engole o que locutor diz, negando o que ele, telespectador, vê.

No segundo turno, a diferença aproximou-se dos 11%. Dedução óbvia para um certo tipo de jornalista: em trinta dias aumentou o número de ricos em São Paulo. É a conclusão à qual eu chegaria se fosse tão curto a ponto de confundir meu bairro com a cidade toda.

Apesar de ser a metrópole mais rica do País, salta aos olhos de qualquer não-míope, que São Paulo é uma cidade majoritariamente pobre, com ilhas de riqueza e mesmo de muito luxo. Basta um passeio pelo centro, cartão postal de qualquer cidade, para se ter uma idéia da miséria que inunda e polui São Paulo. Nunca vi algo tão sujo e deprimente em minha vida, e isso que conheço não poucas capitais no planetinha, da Europa, África e mundo socialista. Em rápidas incursões ao que aqui se chama de periferia, a miséria é ainda mais gritante. Isso sem falar nas 612 favelas que enfeiam a cidade, cujos habitantes constituem mais de 20% da população.

José Serra venceu Marta Suplicy com uma diferença de 600 mil votos. E alguns jornalistas querem nos fazer crer que Serra foi eleito pelos ricos. Ou seja, neste caos de 15 milhões de habitantes, há no mínimo 600 mil ricos a mais que os pobres. Eu vivia numa cidade rica e não sabia.

Por trás deste raciocínio fanático, repousa a idéia de que o PT, e só o PT, é o partido dos pobres. Se o partido dos pobres perdeu, é porque os ricos votaram em sua maioria no adversário. Logo, a maioria dos paulistanos são ricos. Do ponto de visto lógico, o silogismo é impecável. Suas premissas é que são safadas.

Logo após a derrota no primeiro turno, Dona Marta, com a arrogância que sempre lhe foi peculiar, afirmou: “Eu não vou perder essas eleições”. Que Fidel Castro, Muammar Kadafi ou Kim Il Sung tenham tal convicção, isto não surpreende. Mas não é permissível a um candidato, em eleições democráticas, julgar que sua vontade vale mais que a vontade do povo. Com a dança implacável dos números, a alcaidessa espremeu os olhos e brindou a imprensa com algumas lágrimas de crocodila. Que seus adversários exploravam preconceitos contra sua candidatura. A coitadinha era mulher. Sem lembrar – isto é, lembrando mas fazendo questão de não lembrar – que, na condição de

mulher, foi deputada, prefeita e de novo candidata a prefeita, nesta cidade que já havia eleito outra mulher e até mesmo um negro para a prefeitura. Ambos com resultados desastrosos para a cidade, é verdade, mas isto nada tem a ver com o sexo ou cor, veja-se a presente gestão da loiríssima Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy.

Desesperada, apelou ao último recurso que poderia apelar: passou a acusar os eleitores que nela não votassem. São injustos, ingratos. Só são justos os que votam em Marta Teresa. Só faltou dizer que dos justos é o reino dos CEUs. (Para não-paulistanos, cabe explicar o que é um CEU, literalmente centros de ensino unificados, que Marta Teresa insiste em pronunciar **céus**. São em verdade centros comunitários instalados nas favelas e periferias, com piscinas e quadras de esporte. A alcaidessa insere então três escolas nesses centros de lazer, o que lhe permite desviar verbas da educação para captar o voto dos favelados). Não votar em Marta seria, segundo ela própria, uma flagrante demonstração de mau caráter.

Perdeu, é claro. Perdeu apesar do apoio obsceno do presidente da República, perdeu apesar do uso da máquina municipal, perdeu apesar dos quatro mil visitantes – cabos eleitorais contratados a mais de 700 reais por

mês, visitando 25 portas por dia – para cooptar eleitores. Mas justiça seja feita: não se atribua somente a esta dama a rotunda derrota. Em menos de dois anos de governo federal, o PT, de defensor intransigente da ética, transformou-se em santuário de corruptos amigos. Há males necessários, como diria – e disse – há pouco Sua Santidade o papa João Paulo II, a respeito do comunismo. O PT foi um destes. Há mais de década, afirmava Delfim Netto que Lula deveria ter vencido em sua primeira candidatura. Assim, já teríamos sido vacinados contra o PT e poderíamos tratar de coisas sérias.

O país já cansou do PT. A vacina começa a reagir.

NYT na berlinda

Em maio de 2004, o **New York Times** foi certamente o jornal estrangeiro mais comentado em terras brasílicas. Larry Rhoter, seu correspondente no Brasil, ousou escrever o que há muito se sabia entre nós: que o presidente da nação era chegado ao álcool. Escândalo nacional, protestos furiosos do Planalto, ameaça de expulsão do jornalista.

Consta que o general Ulysses Grant, herói da Guerra de Secessão e vitorioso em muitas batalhas, era um beberrão contumaz. Quando o presidente Lincoln foi informado de sua devoção pelo uísque, não teve maiores dúvidas: “digam-me qual o uísque preferido de Grant, para recomendá-lo aos outros generais”. A história homenageou o general bebum, mas competente, com a marca de um uísque.

Não interessa o que um homem beba. O que interessa é sua obra. Beber faz parte da idiossincrasia de cada um, da mesma forma que a vida sexual. Uma onda de puritanismo parece estar tomando conta da mentalidade dos

americanos e particularmente da imprensa americana, que nas últimas décadas tem se imiscuído na vida pessoal de seus líderes. A denúncia de Larry Rohter, a respeito do consumo etílico do presidente brasileiro, é decorrência daquele jornalismo que viu nas práticas sexuais de Bill Clinton motivos para um impeachment. Cá entre nós, nossos presidentes sempre beberam e fornicaram à vontade, sem que cidadão algum se preocupasse com tais peculiaridades.

Esta onda de puritanismo e invasão da privacidade é recente, nem sempre existiu. Era folclórico o apetite sexual de John Kennedy, e em sua época ninguém o reprovou. Pelo contrário, fazia parte de seu charme. Além de avançar sobre secretárias, estagiárias e mesmo visitantes da Casa Branca, tinha ainda algumas profissionais de plantão para os momentos de urgência. Entre nós, ninguém ignorava o gosto de João Goulart pelas prostitutas nem o apego de Jânio Quadros ao uísque. Tivemos também um ministro, o economista Mário Simonsen, cujo apreço aos bons álcoois era tão notório quanto seus conhecimentos de ópera.

Hábitos personalíssimos de cada um, ninguém tinha nada a ver com isso. Mesmo assim, a imprensa foi pródiga em piadas em relação tanto a Jânio como a Simonsen, e a nenhum dos dois jamais ocorreu processar ou

expulsar jornalistas. Boris Ieltsin fez fama na imprensa internacional como alcoólatra inveterado e nem por isso expulsou algum jornalista de Moscou. Consta inclusive que aquele canhão na Duma, que fez a velha guarda do PC soviético desistir de qualquer veleidade de resistência, não teria ocorrido não fosse um alto teor de vodca nas veias.

Ainda no final de seu governo, Fernando Henrique Cardoso foi acusado ter um filho com uma jornalista da rede Globo, que residiria no Exterior. A revista que o acusou enviou um correspondente a Barcelona para desvendar o mistério. O jornalista trouxe uma prova cabal da existência do filho: ao telefonar para a suposta mãe, ouviu uma voz de criança ao fundo. Estava provado o que o presidente queria esconder. A prova era a voz de criança ao fundo, ouvida por telefone. Para decepção dos argutos jornalistas, Fernando Henrique fez o que deveria ser feito: nada. A denúncia, com ou sem fundamento, caiu no vazio.

Pisado em um calo que parece machucá-lo muito, Lula deu repercussão internacional ao que teria passado despercebido, não fosse sua reação de Besta Fera. Retoma uma lei caduca da ditadura que diz ter combatido e expulsa o correspondente do país. Ironicamente, empunhou a mesma lei que os militares usaram para

expulsar em 1980 do Brasil um *apparatchik* italiano, o padre Vito Miracapillo. Se sua fama de beberrão contumaz era conhecida apenas no Brasil, Lula divulgou-a urbi et orbi. O fato foi noticiado em cerca de quarenta jornais do Ocidente e inclusive na China e no mundo árabe. De tal performance, nem Duda Mendonça seria capaz.

Internamente, o escândalo veio a calhar. Em meio ao total desgoverno do governo, a imprensa deixou de falar por uma semana dos desmandos dos sem-terra e dos sem-teto, dos bantustões do Rio onde o Estado não manda mais, dos índios que massacram brancos às dezenas e permanecem impunes e do mísero aumento do salário mínimo, para dedicar-se aos pileques presidenciais.

A primeira defesa do presidente ofendido foi identificar-se à nação. Em sua tosca visão de mundo, o ofendido foi o país, não ele. *Le Brésil c'est moi* – foi o que disse, em outras palavras. Ora, o país da cachaça jamais se ofenderia com tal constatação. E aqui vai um primeiro equívoco do jornalista americano, julgar que o país se preocupa com os hábitos éticos presidenciais. Estes hábitos são conhecidos desde suas candidaturas anteriores à Presidência. Sua eleição é a prova definitiva que brasileiro nunca ligou para isto. Outro equívoco foi julgar que as

gafes cometidas por Lula são efeito do álcool. Lula deveria agradecer tal afirmação, ela só o beneficia. Pela primeira vez, suas estultices são atribuídas não à sua atroz incultura, mas a um fator ocasional, os eflúvios etílicos.

Tampouco procede a insinuação de Rohter de que a predileção do presidente por bebidas fortes esteja afetando sua performance no cargo. O governo Lula nada tem dos passos erráticos de um bêbado. Para garantir a perpetuidade da Nomenklatura petista, tem avançado com muita lógica e coerência no bolso do contribuinte. Começou tungando 30% dos pensionistas, está tentando tungar mais 11% dos aposentados em geral e já pensa em aumentar para 35% o imposto de renda. Isto não é porre. É lúcida determinação de quem quer se manter no poder às custas do empobrecimento da classe média. Não estamos diante de um *bateau ivre* à deriva, mas diante de uma nau com rota muito precisa.

Lula diz ter ficado particularmente ofendido com a alusão de Rohter aos problemas etílicos de seu pai. Melhor não falasse. No domingo seguinte à denúncia de Rohter, **Veja** e **Folha de S. Paulo** publicaram artigos demolidores, que fazem avançar o alcoolismo dos da Silva duas gerações para trás. "Meu pai bebia sempre – diz um dos irmãos do presidente –. Tomava pinga. Depois passou para o conhaque, que era melhor. Depois

passou para a cerveja, que era melhor. Se ele pudesse beber cinqüenta pingas, ele bebia. Ele não tinha controle. Chegava em casa de fogo".

De sua avó materna, diz o próprio Lula: "Minha vó, coitada, bebia uma cachaça!", lamenta Lula. "Quantas vezes meus irmãos tiveram que pegar ela dormindo no meio do mato, na estrada, na beira do asfalto. [...] Ela bebia muito, muito". Estas declarações estão no livro **Lula – O Filho do Brasil**, da jornalista Denise Paraná, elaborado a partir de depoimentos de Lula e de seus familiares.

Choveram ainda na imprensa enfáticas declarações de amor de Lula pelo álcool. Há quem diga que a reportagem de Rohter é inconsistente no que se refere ao alcoolismo do presidente. É que Rohter não pesquisou a fundo. Entre as dezenas de declarações publicadas, pinço apenas duas. Em 1978, interrogado pelo **Pasquim** sobre sua recente preferência pelo uísque, diz: "Olha, se você tivesse aqui uma garrafa de 51 eu tomaria o dobro desse uísque. Bebo o que tiver, né, mas na minha sala do sindicato a gente abre garrafa de 51".

E esta outra, definitiva, extraída do depoimento a Denise Paraná: "A verdade é o seguinte: política é como uma boa cachaça. Você

toma a primeira dose e não tem mais como parar, só quando termina a garrafa”.

Confissão cabal de bebedor bruto, capaz de emborcar de uma só vez uma garrafa de cachaça. Irá Lula banir Lula do Brasil?

A trapalhada toda terminou pior do que começara, com uma farsa deslavada. Por razões de ordem jurídica, o governo não podia manter sua decisão. Pela obstinação de Lula , estava impossibilitado de voltar atrás. Para salvar a cara, viu uma retratação do correspondente do **NYT** em uma carta em que o jornalista não se retratava de modo algum. Tanto que seu jornal reiterou que não se desculpava nem se retratava.

O episódio foi salutar. O projeto de tiranete que se escondia sob a capa de democrata mostrou suas garras ao mundo todo. Curiosamente, dois meses antes do artigo de Rohter, o jornal argentino **La Capital** mancheteava com todas as letras uma declaração do cineasta Héctor Babenco:

Lula está deprimido y bebiendo cada vez más

Reação nenhuma do Planalto. Alusões desairosas em jornais dos arrabaldes, pode. O que não pode é ter a imagem empanada na matriz.

Escritores descobrem América

O **Código Da Vinci**, romance de Dan Brown, é a mais recente nutrição dos pobres de espírito do mundo todo. Espécie de Harry Potter para adultos, está vendendo como pão quente nos Estados Unidos, Europa e América Latina. E no Brasil também, é claro. Afinal se o mundo todo cultua besteiras, não será este grandioso país o único a bancar o original. Sobre o livro, diz a **Folha de S. Paulo**: "é uma vertiginosa descida aos maiores segredos da história ocidental, que, tirando o fôlego do leitor, desvenda o que o autor se refere como a maior conspiração dos últimos 2.000 anos – que Jesus Cristo era um mero mortal e que sua santidade foi construída através dos tempos, para justificar o poder da Igreja Católica”.

Até parece que Dan Brown descobriu a América. Que Cristo seja Deus, isto é crença compartilhada apenas por cristãos. Para quem não o é, sempre foi óbvio que a biografia do nazareno, conforme consta nos Evangelhos, é criação de construtores de religiões. Cristo, em verdade, foi criado por Paulo. Não fossem o

ímpeto propagandístico deste antigo perseguidor de cristãos, e a mão dada pelo imperador Constantino, Cristo seria apenas mais um dos tantos crucificados perdidos na geografia e na história. Nisto não vai novidade alguma. São as viagens de Paulo que trazem a nova doutrina para o Ocidente e é Constantino quem a consagra como religião de Estado. Já por volta de 1500, circulava na Europa um best-seller, jamais traduzido por aqui: **De tribus impostoribus**. Os três impostores a que se refere o anônimo autor são Moisés, Jesus e Maomé. Em 1537, uma outra obra anônima, mas da qual logo se descobriu o autor, sacudiu o universo medieval. Trata-se de **Cymbalum mundi**, de Bonaventure des Périers. Segundo o autor, o homem, incapaz de atingir a verdade, perde estupidamente o tempo de sua curta vida perseguindo quimeras. Centenas de outros autores, ao longo da história, recusaram-se a aceitar o caráter divino de Cristo, que mais não seja porque não admitiam a idéia de um deus.

Para o redator da **Folha**, Brown está contestando uma verdade histórica. A verdade é bem outra. O autor contesta apenas uma crença. Mas não é a repetição de verdades óbvias o que mais me espanta na difusão do **Código**, e sim o gênero a que pertence. Há milhões de leitores comprando como discussão histórica o que não passa de ficção. A própria Igreja não se conteve e

considera o livro blasfemo. Na esteira do livro, vários outros títulos surgiram no mercado para contestá-lo. Ora, ficção é ficção. O autor a desenvolve como bem entender e em relação a ela não cabe contestação alguma. Ninguém vai, em sã consciência, contestar a história da Branca de Neve. Que se leia o **Código** por mero entretenimento, como uma espécie de conto de fadas sem compromisso algum com a história, vá lá! Mas a bobagem foi levada a sério, para felicidade dos editores de Brown.

Na mesma **Folha**, outro repórter exaltado ousa: “A ciência acaba de invadir um dos últimos territórios livres da poesia. Um livro recém-lançado no Brasil afirma que os sentimentos não passam de noções que o cérebro cria sobre o estado do corpo. Longe de serem abstrações, são fenômenos fisiológicos bem definidos – e fundamentais tanto à sobrevivência quanto à construção da razão”. O repórter refere-se ao livro **Em Busca de Espinosa**, do pesquisador português António Damásio, cujo argumento central é que os sentimentos são apenas a maneira como o cérebro percebe o estado do corpo. Segundo o autor, estados de espírito como tristeza, orgulho, empatia e amor são manifestações de um mecanismo biológico responsável pelo equilíbrio geral do organismo. O último item é que intriga o repórter: seria o amor

uma construção cultural, uma máscara para a atração sexual?

— Sim – diz Damásio – pode-se construir dessa maneira. Eu acho que há um elemento básico, que é a atração sexual, que é totalmente corporal, como é fácil perceber. (...) E depois há toda uma construção cultural, que vem juntar muitas outras dimensões intelectuais àquilo que começa como uma variação emocional relativamente simples.

Mais um descobridor da América. Basta dar-se uma olhadela rápida na história da literatura para se perceber que amor é uma mera construção cultural, elaborada e polida através dos séculos, até chegarmos a essa absurda concepção do amor cristão que – como perceberam Kierkegaard e Nietzsche – anula o nobre sentimento da amizade.

A Grécia nos legou palavras lindas. Uma delas é eros, traduzida ao latim por amor, que surgiu na ilha de Lesbos. Pois os historiadores situam, de um modo geral, nos poemas de Safo de Lesbos, a primeira ocorrência na literatura da palavra amor. Safo descreveu, inclusive, uma série de sintomas físicos que diagnosticariam o amor. Os médicos da época apoiavam-se em Safo para definir a doença. Assim narra Plutarco o caso de um jovem enfermo:

— *Erasístrato percebeu que a presença de outras mulheres não produzia efeito algum nele; mas quando Estratonice aparecia, só ou em companhia de Seleuco, para vê-lo, Erasístrato observava no jovem todos os sintomas famosos de Safo: sua voz mal se articulava; seu rosto se ruborizava; seus olhos olhavam furtivamente; um suor súbito irrompia através de sua pele; os batimentos de seu coração se faziam irregulares e violentos; e, incapaz de tolerar o excesso de sua própria paixão, ele tombava em estado de desmaio, de prostração, de palidez.*

Quando Antíoco – pois assim se chamava o enfermo – recebeu Estratonice como presente de Seleuco, seu pai, desapareceram os sintomas da doença. Que talvez tenha contagiado Seleuco, pois afinal era o marido de Estratonice. Mas isto já é outra história.

Assim era o amor, em suas origens. A palavra fez carreira, foi louvada e caluniada, definida e estudada. Hoje, é enunciada tanto por João Paulo II como por adolescentes em transportes de ternura. Como também por publicitários em campanhas de Natal.

Estes dados sobre a origem do tal de amor, estão em um desses livros raros, que surgem no mercado e passam despercebidos, já que seu autor não se filia a nenhuma filosofia ou escola

prestigiosa: **A História Natural do Amor**, de Morton Hunt, Ibrasa, 1963. Mas tampouco Hunt pretendia descobrir a América. Seu estudo se reportava a fontes milenares. Da antiga Grécia para cá, a palavrinha virou mito, o mito fez carreira e rendeu milhões de dólares, particularmente para Hollywood. E não é que de repente surge um gajo, pretendendo descobrir o que há muito se sabia!

Sobre Bíblia, fome, éguas e amantes

Fome e Bíblia – “Ora, havia fome naquela terra”, já diz o primeiro livro da Bíblia, quando Abrão desceu ao Egito, “para peregrinar ali, porquanto era grande a fome na terra”. Ainda no Gênesis, temos notícia que sobreveio outra fome na terra, “além da primeira, que ocorreu nos dias de Abraão”. Sete anos de grande fartura houve em toda a terra do Egito. A estes se seguiram sete anos de fome, e toda aquela fartura foi esquecida e a fome consumiu a terra. “Não será conhecida a abundância na terra, por causa daquela fome que seguirá; porquanto será gravíssima”.

Havendo fome sobre toda a terra, José abriu todos os depósitos de alimentos e os vendeu aos egípcios, porque a fome prevalecia nas terras do Egito. Também havia fome na terra de Canaã. “A fome era gravíssima na terra. Disseram os judeus a Faraó: “Viemos para peregrinar nesta terra; porque não há pasto para os rebanhos de teus servos, porquanto a fome é grave na terra de Canaã”. A terra do Egito e a terra de Canaã desfaleciam por causa da fome.

A fome era extrema em Samária, diz-nos o I Reis. Já no II Reis, Eliseu nos conta que a fome é vontade do Senhor: “Levanta-te e vai, tu e a tua família, e peregrina onde puderes peregrinar; porque o Senhor chamou a fome, e ela virá sobre a terra por sete anos”. Nos Salmos, o Senhor livra da morte os famintos e os conserva vivos: “Eis que os olhos do Senhor estão sobre os que o temem, sobre os que esperam na sua benignidade, para os livrar da morte, e para os conservar vivos na fome”.

Ainda nos Salmos, mais uma vez a fome atende aos desígnios divinos: “Chamou a fome sobre a terra; retirou-lhes todo o sustento do pão”. Este mesmo deus, em Isaías, faz da fome seu instrumento de governo: “E os primogênitos dos pobres serão apascentados, e os necessitados se deitarão seguros; mas farei morrer de fome a tua raiz, e será destruído o teu restante”. Ainda em Isaías, sabe-se o que esperam os que se afastam do senhor: “Pelo que assim diz o Senhor Deus: eis que os meus servos comerão, mas vós padecereis fome”. Também em Jeremias, a fome é instrumento da justiça divina: “por isso assim diz o Senhor dos exércitos: eis que eu os punirei; os mancebos morrerão à espada, os seus filhos e as suas filhas morrerão de fome”.

A fome é flagelo recorrente na Bíblia. Citar todas as vezes que o fenômeno ocorre seria

exaustivo e redundante. Eis que neste ano da graça de 2003, surge no Brasil um novo intérprete da Bíblia, que nos afirma com segurança que a fome não está na Bíblia. O novel exegeta chama-se Luís Inácio Lula da Silva, e não esperou dez dias para deitar cátedra. Já no nono dia de governo, pontificou: “Não está escrito em lugar algum, nem mesmo na Bíblia, que alguém precisa ficar dias sem comer”. É normal que o homem inculto ache que entende da Bíblia, por ter ouvido ou lido trechos dela Bíblia várias vezes no decorrer de sua vida. Já em um presidente, tal declaração depõe contra a cultura toda do país. A afirmação absurda desceu tranqüila goela abaixo dos animais midiáticos. Não houve, em toda a imprensa nacional, um único jornalista que denunciasse a impropriedade da fala presidencial.

A fome permeia a Bíblia. Não é sequer preciso lê-la para saber disto. Sendo os povos bíblicos povos do deserto, não é preciso ser gênio para intuir que a fome acompanhou estes homens em seus trajetos. Mas se na Bíblia existe fome, nela não encontramos um Estado dando de comer aos famintos. Do suor do teu rosto comerás o teu pão, diz também no Gênesis o Senhor a Adão, após este ter provado o fruto da árvore proibida. Quando havia fome no Egito, Josué não doa alimentos aos egípcios. Josué os vende.

Mas isso já faz tempo. Nos dias que passam, o preceito é outro. Com o cupom de teu governo comerás o teu pão – esta é a nova lei. Não precisa mais suar. Pelo menos é o que se depreende da pedra toque do novo governo petista, que pretende matar a fome do país dando comida aos famintos. Trabalho, que é o melhor antídoto contra a fome, que permite comer sem estender a mão, parece não ser prioritário. A realizar-se plenamente o programa de Lula, ao final de seu governo teremos uma multidão de mendigos bem-alimentados, todos em fila e de mãos estendidas implorando esmolas do Estado. Fome zero? Dignidade idem.

Éguas e mulheres – Por falar em Bíblia, surgiu no início do ano, na televisão nacional, uma nova febre, a tal de egüinha pocotó. Em um programa direcionado ao público infantil, mulheres são comparadas a éguas. Não poucos pais, em vez de tomar a salutar providência de afastar os filhos de frente da telinha, clamam por censura: "Eu sou pai. E assisto, consciente de minha impotência diante da máquina da TV, minha filha de 12 anos se divertindo, cantando e dançando o pocotó. Por sorte ela não entende as letras paupérrimas, chulas, apelando para o sexo e tratando as mulheres de éguas e cadelas."

Ora, se a televisão apela para sexo, trata as mulheres de éguas e cadelas e com isto ganha

audiência, o problema não é da televisão, mas da audiência. Os leitores indignados parecem não ter ainda percebido que os aparelhos de TV têm botões, que servem para ligar, desligar ou mudar de canal. Outra opção, que a ninguém está proibida, é jogar a televisão no lixo. Mas nisto ninguém pensa. O telespectador, em seu espírito ditatorial, quer uma televisão adequada a seus padrões éticos. Que, evidentemente, não são os mesmos da imensa maioria que se delicia ao ver mulheres comparadas a éguas e cadelas.

São curiosas, as palavras. Seus significados dependem de por quem e quando são proferidas. No **Cantar dos Cantares**, diz Salomão: "A uma égua dos carros de Faraó eu te comparo, ó amada minha". O texto anda rolando por aí há bem mais de dois mil anos, e até hoje não soube de alguém que reclamasse da eqüina comparação. Pelo contrário, é tido como um dos momentos de grande poesia do Livro. É a única ocorrência da palavra égua em toda a Bíblia. E só ocorre quando o sábio rei busca uma imagem para definir a sua amada. Talvez por isso a morena sulamita, formosa como as tendas de Quedar, tenha preferido ficar com seu humilde pastor a gozar do fausto de Salomão.

Marido vira noivo — Se égua hoje não é exatamente elogio que se faça a uma mulher,

uma outra palavrinha passou a provocar resmungos nos jornais do Rio e São Paulo.

"Ela irá atrás de seus amantes, mas não os alcançará" – lemos em Oséias – "e busca-los-á, mas não os achará; então dirá: Ir-me-ei, e tornar-me-ei a meu primeiro marido, porque melhor me ia então do que agora". Se a palavra égua só ocorre uma única vez na Bíblia, a palavra amante é bem mais freqüente. Tem sentido geralmente pejorativo, mas nem por isso o hagiógrafo tem pudores em registrá-la. Pudor que parece ter contaminado nossa imprensa, que procura evitar a palavrinha como pode.

Barbara Gancia, da **Folha de S. Paulo**, se espanta com "a desenvoltura da mídia e dos envolvidos no caso dos grampos telefônicos na Bahia em tratar a senhora Adriana Barreto como ex-namorada de ACM. "Vem cá: o senador não é um homem casado? Então que história é essa de "ex-namorada"? Até prova em contrário, Adriana foi ou voltará a ser (se depender da vontade dos pais) a amante de ACM"

Roberto Pompeu Toledo, colunista de **Veja**, aproveita o ensejo e faz ironias dizendo que ficou feio falar em amante. "A palavra invoca trampolinagem de mau gosto, libertinagem de subúrbio. Só não é mais brega que "amásia". Então, usa-se "namorada", ou "ex-namorada",

para qualificar a mulher que incorreu na fúria do poderoso senador. Pelos padrões atuais de bom gosto, a língua talvez não ofereça mesmo melhor alternativa. Mas surge um problema. Namorar, pelo que sempre se entendeu, e ainda em geral se entende, é para pessoas livres e desimpedidas. Ora, o personagem em questão é homem casado, pai de filhos e avô de netos. Pode-se falar com tanta naturalidade que tem, ou tinha, namorada? Se se pode, é porque estamos no Islã e não sabíamos. Caiu mais um tabu, e está liberada a poligamia".

A primeira vista, temos dois íntegros profissionais da palavra denunciando a hipocrisia com que as palavras são usadas. Mas só à primeira vista. Ocorre que o senador baiano, apesar de seu apoio ao novel presidente, não é um esquerdista de *souche*. É homem de direita e uma espécie de símbolo do mal. Tem amantes, portanto. Como um reles Fernandinho Beira-Mar. Quem não lembra de Zélia Cardoso de Mello, a amante de Bernardo Cabral? Ou de Suzana Marcolino, a amante de PC Farias? Sei, são personagens do século passado. Mas o século passado recém passou. Zélia, para quem não mais lembra, era ministra de Fernando Collor de Mello. PC Farias era o caixa dois de Collor. Não tinham namorado ou namorada, mas amantes.

Já a prefeita do PT, dona Marta Suplicy, esta tem namorado. Na grande imprensa, redator algum ousa falar em amante da prefeita. Fala-se da prefeita e seu namorado, como se dona Marta já não fosse suficientemente grandinha para ter algo mais que um namorado. Ou da prefeita e seu companheiro. Ou ainda, a prefeita e seu consorte. Ou marido, mesmo que marido não seja.

Para o **Estado de São Paulo**, Dona Marta vai casar. "Marta Suplicy (PT) anunciou que pretende oficializar a relação com o franco-argentino Luís Favre ainda este ano, assim que for concluído o processo de separação dela com o ex, o senador Eduardo Suplicy" – é o que nos diz reportagem de Deborah Bresser. Já a **Folha de S. Paulo**, sempre hesitante entre o politicamente correto e o desejo de bem informar, ou talvez por achar o namoro demasiadamente longo, promoveu o *compadrito* portenho da alcaidessa a marido. É curioso que Barbara Gancia, colega de empresa de Mônica Bergamo, não tenha reclamado quando esta colunista fala em Marta Suplicy e "seu marido, Luis Favre".

Em seu desejo de ser elegante com a prefeita, o jornal acaba promovendo dona Marta a bígama. Oficialmente, a prefeita ainda não se divorciou de seu ex. Se **Dona Flor e seus dois maridos** pertencia ao mundo da ficção, a **Folha** oferece a seus leitores uma fatia da vida real, Dona Marta e

seus dois maridos. Para não confundir a prefeita com essas vulgares amantes, típicas da direita reacionária, promoveu-a a marida. Como diria sem querer dizer – mas disse – Roberto Pompeu de Toledo, "Caiu mais um tabu, e está liberada a poligamia".

Na coluna de César Giobbi, no **Estado de São Paulo**, lemos que no dia 18 de fevereiro passado, uma mesa de mulheres que se reúne semanalmente no Kosushi recebeu a visita-surpresa da prefeita. "Um dos temas foram os grampos baianos e as acusações da advogada Adriana Barreto. Marta estava indignada porque até então ninguém tinha mencionado a questão moral, já que ACM é casado". Parece que a alcaidessa, de tanto a imprensa falar em seu marido Luis Favre, convenceu-se de sua condição de marida. E até mesmo esqueceu que, para casar de novo, precisa primeiro divorciar-se de seu ex, o que ainda não ocorreu. E se ainda não ocorreu, perdoe a prefeita, mas segundo nossa legislação ainda é casada com o senador Suplicy.

Segundo dona Marta, "se a situação a envolvesse ou a governadora Rosinha Matheus ou Benedita da Silva, por exemplo, aí, sim, fariam muito barulho em torno dessa questão". Ledo engano da alcaidessa. Ela milita na esquerda e sobre sua honra caem todas as benevolências da imprensa.

Nossos bravos colunistas parecem ser acometidos, quando menos se espera, de reflexos da Guerra Fria. Por questão de ofício, têm uma convivência quase diária com a prefeita e sua trajetória, mas vão procurar amantes na biografia ... do baiano. Pois amante é atributo do mal, da direitona clássica. A casta esquerda tem maridos.

Deus não joga mas fiscaliza. Ao aproximar-se setembro, mês do casamento da alcaidessa, a imprensa muda de tom:

"A uma semana de seu casamento, a prefeita Marta Suplicy (PT) levou ontem o noivo, Luis Favre, e dois filhos dele à inauguração do CEU (Centro Educacional Unificado) Veredas, no Itaim Paulista (zona leste de São Paulo). Marta visitou as salas de aula e chegou a ensaiar uns passos de break". É o que diziam os jornais, em meados de setembro, sobre as atividades da prefeita petista.

Lemos no **Estadão**, no dia seguinte ao casamento: "Ao som da marcha nupcial e canções judaicas medievais executadas por um quarteto de cordas e pela cantora Fortuna, ela disse o sim a Favre. Como testemunhas da noiva, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a primeira-dama, Marisa; os donos da estância, Raul e Yeda Saigh; Sylvia Monteiro e Adolfo Alberto Leirner. Do lado do noivo, o presidente da Caixa

Econômica Federal, Jorge Mattoso, e a mulher, Suely Muniz; o empresário Ivo Rosset e a mulher, Eleonora Mendes Caldeira, e Margareth Palocci".

De Itupeva, nos noticia Marcus Lopes: "Até terça-feira, o tabelião Luiz Roberto Raymundo aguardava apenas a confirmação dos nomes dos padrinhos. "Marta é a pessoa mais ilustre que eu já casei", diz Raymundo, que há 26 anos realiza casamentos em Itupeva. Segundo ele, o noivo levou os papéis no começo de agosto. Eles vão se casar em regime de separação de bens e a prefeita vai conservar o seu nome: Marta Teresa Suplicy".

César Giobbi não deixa por menos: "Só pode ter sido uma homenagem ao noivo, o fato de a prefeita Marta Suplicy ter preferido comprar seu vestido de casamento em Buenos Aires, preterindo o imenso batalhão de estilistas paulistas. Seus padrinhos, no entanto, serão todos brasileiros".

Na **Folha de S. Paulo**, Fernando de Barros e Silva insiste: "A prefeita vai casar. Assim a revista do jornal **Diário de S. Paulo** anunciava em sua capa uma reportagem de 14 páginas sobre a vida privada de Marta Suplicy, metade das quais ocupadas por uma entrevista de cabeleireiro, na qual a prefeita se demorava em elogios ao noivo, Luis Favre, e confidenciava em detalhes como

será a cerimônia de casamento, no próximo sábado”.

Ainda na **Folha** lemos: “O noivo da prefeita Marta Suplicy (PT), o franco-argentino Luis Favre, chegou às 10h30 na Estância Santa Rita de Cássia, na divisa de entre Jundiaí e Itupeva. Chegou sozinho e entrou rapidamente no sítio. Cerca de 20 minutos antes, o bolo do casamento foi entregue, de táxi”.

Para o leitor incauto, cuja memória não ultrapassa uma semana, nada demais. Os jornais estão apenas noticiando as segundas bodas da prefeita. Mas para aqueles raros leitores que ainda cultivam essa faculdade tão pouco prestigiada nos dias que passam, algo estranho ocorreu. Há poucos meses, para todos os jornais, Luis Favre era o marido de Marta Suplicy. Talvez os cautos redatores não tenham notado que, por certo período, promoveram a prefeita à condição de bigama. Pois sequer tinha se divorciado de Eduardo Suplicy e Favre já era visto como marido.

Se nossos bravos redatores tinham pruridos em pronunciar a palavra adequada – ou seja, amante – não tiveram suspicácia suficiente para prever o futuro próximo. Desde há muito, os pombinhos noticiavam o próximo casamento. Iria então a prefeita casar com o marido? Do dia para

a noite, nossos bravos jornalistas jogaram no lixo a palavra marido ao referir-se a Favre e passaram a tratá-lo como noivo. E viva a independência da grande imprensa paulistana!

Visionários e vigaristas

Em março de 2003, na livraria Siciliano, do shopping Higienópolis de São Paulo, Claude Varilhon e sua fiel sub-vigarista, Brigitte Boissellier, autografaram suas mistificações. Os jornais e o mundo editorial brasileiros foram sempre generosos com vigaristas estrangeiros. Desde que oriundos do Primeiro Mundo. Fosse Rael boliviano ou colombiano — ou mesmo brasileiro — seria visto como um reles cucaracha. O guru francês, que já é motivo de piadas na televisão americana, está planejando produzir seu próximo clone — sem que tenha mostrado evidência alguma dos primeiros — no Brasil. Sabe que somos uma das últimas reservas de credulidade deste mundo moderno e cético, e joga suas fichas em Pindorama.

Ao tomar contato com a pintura de Hieronymus Bosch, fiquei perplexo e deliciado. Deliciado com a composição daquele universo aparentemente harmônico de anjos e demônios. Perplexo com a imaginação do autor: de que desvão de sua mente teria ele extraído aqueles monstros e seres etéreos? Ora, aquele primeiro

contato ocorreu em meus dias de guri, quando ainda não descobrira a inconveniência de ver um pintor antigo com olhos de hoje. Foi lendo Tomás de Aquino que descobri o óbvio. Bosch representava nada mais nada menos que o imaginário de sua época. A Idade Média, por obra da Igreja, foi infestada de alto a baixo por incubos e súcubos, monstros e quimeras. Se eles já estavam latentes na Bíblia, foram os teólogos que lhes deram forma mais precisa. Bosch, sensível como todo criador, era apenas um médium daquele universo irreal. Não constitui nenhuma impropriedade afirmar que sua pintura já está nas páginas da **Suma Teológica**. Verdade seja dita, ciclopes, monstros e bruxas não são invenção do cristianismo. Na literatura, já os encontramos em Homero, na **Odisséia**, oito séculos A.C.

Tampouco deixa de perturbar as mentes de nossos dias. Se você se der ao trabalho de assistir um culto dos tais de pastores televisivos, lá estão eles expulsando aqueles mesmos demônios que um dia atormentaram os contemporâneos do pintor holandês. Sem falar que o próprio vice-deus católico costuma reafirmar a existência do Tentador. Afinal, quem crê em deus tem de crer no diabo, que mais não seja para delegar funções quando se trata de justificar o mal no mundo. Mas os demônios hoje são meras abstrações, não têm mais o visual dos dias de Bosch. A não ser

nesses filmes ditos de terror, produzidos pela indústria ianque do ócio, que só servem para fazer crianças rir.

Numa época de viagens espaciais, ainda que apenas na periferia vizinha ao planetinha, o imaginário teria de ser outro. Viagens à lua desde há muito vinham rondando a imaginação dos escritores, tanto que já aparecem em **Vera Historia**, de Luciano de Samosato, no século II da era cristã. O protagonista de sua história se vê arrastado à lua por uma tromba marinha e lá encontra os mais estrambóticos monstros. Quinze séculos depois, o astrônomo alemão Johanes Kepler escreve **Somnium**. Desta vez o protagonista é levado pelos espíritos e lá também vai encontrar monstros e estranhas formas de vida. Quando Jules Verne escreve, no século XIX, **Da Terra à Lua**, já não está sendo nada original.

Quando surgem os primeiros satélites, a viagem espacial sai do campo da ficção e passa para a primeira página dos jornais. Fazemos um tímido turismo, pelos arrabaldes do planetinha, é verdade. Mas, para quem não tem noções de astronomia, isto soa como grande viagem. Surge, no rol das profissões, um novo personagem, o astronauta. A ficção científica insistiu tanto nestas viagens, que quando Armstrong chegou à lua, sua alunissagem tinha um ar de *déjà-vu*. O que os escritores – de Luciano e Jules Verne a

Arthur Clark e Clifford Simack – não previram foi que esta nova era geraria uma nova espécie de deuses. Esta mística espacial tomou tais proporções que, no Brasil, chegou a introduzir até mesmo na música caipira uma espécie de messianismo extra-terrestre:

*Tomara que seja verdade
que exista mesmo
disco voador.
Que seja um povo inteligente
pra trazer pra gente
a paz e o amor.*

Como se paz e amor fossem inerentes à inteligência. Woodstock, misticismo, era espacial: a imprensa, esse cadinho colossal que tudo mescla, deixou de tratar os ETs como hipótese e passou a tomá-los como seres reais. As associações de abduzidos e viajantes espaciais proliferaram mundo afora, cidades começaram a construir espaçopostos para receber os extras e a televisão deu a estes alucinados o mesmo tratamento que se concede a um personagem da política ou da ciência. Em Rosswel, um deputado propõe que seu estado, o Novo México, crie um dia do extraterrestre "para homenagear todos os visitantes do passado, do presente e do futuro". Se você acompanha a programação da Discovery ou GNT, já deve ter visto repórteres entrevistando com total seriedade pessoas que juram ter feito

viagens espaciais e inclusive ter mantido relações sexuais com os extras. O telespectador médio, que engole tudo que a telinha vomita, ainda acentua a excelência de sua fonte: “vi na TV a cabo”.

Crer na existência de ETs? Por que não? Não saímos ainda do mundo mágico de Bosch ou de Tomás de Aquino. Os jornais do mundo todo, concedem um tratamento extremamente respeitoso a um senhor que se pretende vice-Deus. Este vice-Deus, diga-se de passagem, tem repetidas vezes manifestado sua crença no Opositor, aquele mesmo demônio que impera na pintura do holandês. Milhões de pessoas no mundo todo se ajoelham ante a imagem de uma mãe-virgem, representação histórica criada pela Igreja a partir de antigos mitos pagãos. São os mesmos que crêem que o filho desta senhora, além de ser deus, foi morto, ressuscitou e subiu aos céus. E aí de quem considera tudo isto uma grossa patacoada: nestes dias politicamente corretos, é logo pichado como intolerante. Criar uma nova religião é apenas uma questão de audácia e trabalho. Fiéis é o que não falta. Os tempos estão – como sempre estiveram – propícios a vigaristas. Ainda mais quanto contam com o apoio cúmplice da mídia. Mas se os ETs são personagens mais ou menos contemporâneos, é curioso observar que sua representação mais freqüente não é de hoje. Se o leitor tiver em mente

as imagens mais recorrentes dos extras, verá que em sua maior parte elas foram inspiradas em **O Grito**, do pintor norueguês do século XIX Edvard Munch. Alguém ainda lembra de quem foi Erich von Däniken? Em 1968, quando a Apollo 8 circundava a lua, este senhor suíço, ex-gerente de hotel, demonstrando um extraordinário senso de oportunidade, lançou o livro **Eram os deuses astronautas?**, no qual defendia a exótica tese de que astronautas alienígenas teriam visitado a Terra antes mesmo dos tempos bíblicos. Segundo o autor, a espécie humana seria fruto do cruzamento entre ETs do sexo masculino e fêmeas de um certo tipo de primatas. O desenho sobre pedra de um sacerdote maia, com um gorro de lã na cabeça, em Palenque, México, não representaria um sacerdote maia, mas um astronauta na cabine de sua nave. As pirâmides do Egito, as marcas de Nazca nos Andes peruanos, como também as cabeças colossais da ilha da Páscoa seriam presentes dos ETs deixados aos humanos. Os profetas bíblicos Noé e Moisés não seriam apenas profetas, mas astronautas. Em uma época em que o velho Deus judaico-cristão mostrava sinais de exaustão, o livro foi traduzido em várias línguas e fez uma carreira fulminante. Num piscar de olhos, o ex-hoteleiro ficou milionário. Mesmo nos meios universitários, onde a preocupação metodológica deveria

imperar, tornou-se difícil chamar o vigarista de vigarista.

A crença nos extraterrestres derivaria naturalmente para o misticismo. Pior ainda, para um misticismo tingido de sangue. Lá pelos anos 70, um casal, conhecido apenas como os *dois*, percorreu os Estados Unidos, afirmando existir um reino superior que só podia ser alcançado por discos voadores. Os dois conseguiram arrebanhar um número considerável de adeptos e, há coisa de uns cinco anos, tivemos o desfecho da doutrina, o suicídio coletivo dos líderes e alguns de seus seguidores. A fé no reino superior era tamanha que os suicidas não se esqueceram de munir-se de passaporte antes de morrer.

Nada mais fácil que reunir crentes, neste mundinho onde as pessoas parecem ter abdicado à capacidade de raciocinar logicamente. Mas a “boa nova” não pode vir de qualquer cafundó do Terceiro Mundo. Ou vem do tal de Oriente profundo, bafejado pela fama de uma suposta sabedoria imemorial. Ou vem do Primeiro Mundo mesmo, consagrada por uma imprensa irresponsável, senão venal. Na América Latina, por exemplo, vigarices têm pernas curtas. Na Europa ou Estados Unidos, gozam de boa saúde e longa vida.

Em 1983, a **Veja** endossou como verdade científica uma brincadeira de 1º de abril, lançada pela revista inglesa **New Science**. Tratava-se de uma nova conquista científica, um fruto de carne, derivado da fusão da carne do boi e do tomate, que recebeu o nome de boimate. Se a editoria de ciências de **Veja** visse esta notícia num jornal brasileiro, evidentemente ficaria com um pé atrás. Para a revista, a experiência dos pesquisadores alemães permitia “sonhar com um tomate do qual já se colha algo parecido com um filé ao molho de tomate. E abre uma nova fronteira científica”. Isso que a **New Science** dava uma série de pistas para evidenciar a piada: os biólogos Barry McDonald e William Wimpey tinham esses nomes para lembrar as cadeias internacionais de alimentação McDonald’s e Wimpy’s. A Universidade de Hamburgo, palco do "grande fato", foi citada para que pudesse ser cotejada com hambúrguer. Os alertas de nada adiantaram. Como se tratava de uma prestigiosa publicação européia, a **Veja** embarcou com entusiasmo na piada.

Em 1988, foi a vez de uma prestigiosa revista científica de língua inglesa, a **Nature**, cair em barriga semelhante. Desta vez, a barriga não decorria de uma piada, mas de um embuste mesmo. Jacques Benveniste, doutor em medicina e diretor de pesquisas do Inserm, na França, criou a exótica teoria da memória da água. Isto é,

a água conservaria na memória as moléculas de base com as quais havia sido colocada anteriormente em contato. A quem interessava o crime? Aos homeopatas, que se regozijaram ao supor que finalmente tinham a prova indiscutível de que a homeopatia era ciência. A memória da água fez longa carreira, mobilizou prêmios Nobel e laboratórios na Europa toda. O sóbrio **Le Monde** caiu como um patinho recém-emplumado, concedendo várias páginas à falcatrua.

Não há quem desconheça estas histórias nas redações de jornais. Mas parece ser curta a memória dos redatores. Os últimos dias do ano passado foram marcados por embuste dos bons. Claude Varilhon, cantor e jornalista francês, que escrevia para revistas automobilísticas de seu país, resolveu um dia mudar de vida e aumentar seus ganhos. Trocou de nome, virou Rael e fundou uma seita, o Movimento Raeliano, que teria 55 mil seguidores em 84 países. Rael, que se considera o último dos profetas e meio-irmão de Jesus, fundou sua seita após o encontro com um extraterrestre de 1,2 metro de altura no topo de um vulcão, na França, em 1973. Segundo os raelianos, a humanidade teria sido criada em laboratório, através de clonagem, e trazida para a Terra há 25 mil anos por extraterrestres. Ao misticismo sideral junta-se uma pitada de ciência, a clonagem. Temos um von Däniken de roupa nova. Com a diferença de que o ex-

hoteleiro suíço não ousou anunciar entrevistas com alienígenas no topo de vulcões. Rael foi encarregado de uma dupla missão: difundir as mensagens dos Elohim – aqueles que vieram dos céus – e reunir fundos para a construção de uma embaixada, destinada a recebê-los aqui em 2035, se possível perto de Jerusalém.

Pois este senhor, com todo este currículo, afirmou nos estertores do ano passado ter produzido o primeiro clone humano, uma menina que foi batizada como Eva. A menina teria nascido na quinta-feira, dia 26 de dezembro, por meio de uma cesariana, num lugar mantido secreto. Brigitte Boisselier, diretora da Clonaid – empresa de engenharia genética criada pelo Movimento dos Raelianos – e "bispa" da seita, prometeu realizar testes para comprovar que o nascimento foi produto de clonagem. Os resultados deveriam estar disponíveis "dentro de oito a nove dias", precisou Brigitte na ocasião. Cá entre nós, um clone é algo bem mais factível que uma mãe-virgem. O problema reside em tal fato ser anunciado por membros de uma seita sem qualificação científica alguma.

Sem prova alguma da clonagem, os jornais do mundo todo colocaram Rael em suas primeiras páginas. George Bush e Jacques Chirac, sem preocupação alguma em verificar a veracidade do fato anunciado, caíram no ridículo de contestar o

interlocutor dos ETs. Até mesmo o Vaticano e a Food and Drug Administration (FDA) levaram a sério a vigarice.

Em seu livro **Yes to Human Cloning**, publicado pela Fundação Raeliana em 2001, o ex-jornalista esportivo que conversa com ETs no topo de vulcões vangloria-se da publicidade gratuita gerada pela formação da Clonaid, em 1997. "Para um investimento mínimo de 3.000 dólares, isso resultou na cobertura da mídia no valor de mais de 15 milhões de dólares... Ainda estou dando risadas", afirmou Vorilhon.

Cristo em Meio ao Tiroteio

É curioso observar, na cobertura da imprensa internacional dos conflitos no Oriente, a seleção de fotos feita pelos editores. Quando se trata de ataques ao Exército israelita, temos sempre adolescentes armados de fundas jogando pedras. Quando ocorre um funeral de criança ou terrorista palestino, temos centenas de homens atirando para o alto com fuzis automáticos. Perguntava-se um leitor da **Folha de S. Paulo**: "Será possível que querem nos passar que a realidade no Oriente Médio é que os palestinos usam pedras para combater o Exército judeu e fuzis para acompanhar enterros?"

A manipulação é tamanha, a ponto de os jornais terem feito Cristo nascer em Belém. Em toda grande imprensa brasileira, lemos que atiradores palestinos estão refugiados na Basílica da Natividade, em Belém, "onde segundo a tradição cristã, Cristo teria nascido". E não só na imprensa nacional. Se você pegar o **Aftonbladet** ou o **Dagens Nyheter** suecos, o **Corriere della Sera** italiano, o **Monde** ou o **Libération** franceses, o **El País** espanhol, enfim, qualquer

jornal do norte ao sul da Europa, lerá que a igreja da Natividade assim se chama porque lá nasceu o Cristo. Uma estrela de prata com 14 pontas foi assentada no chão da basílica pelos franciscanos em 1717, com a inscrição: “Aqui nasceu Jesus Cristo, da Virgem Maria”. Já não basta fazer o nazareno nascer de uma virgem. Pretende-se agora que tenha nascido em Belém.

É uma inverdade muito conveniente nos dias que correm. Aqueles santos mártires palestinos, que não hesitam em explodir-se a si mesmos em defesa de seus nobres ideais — desde que levem outros juntos —, refugiam-se da sanha do Exército de Israel no mesmo local onde nasceu o Deus-menino, perseguido pelos esbirros de Herodes. Ao buscar refúgio no local onde nasceu a criança perseguida, os palestinos introduzem na dança macabra uma terceira parte, a Igreja de Roma, que até agora nada tinha a ver com o baile. O Vaticano já solicitou inclusive que Israel "respeite os acordos para proteger os lugares santos", anunciou o porta-voz do papa, Joaquín Navarro Valls.

Que a Igreja considere santo um lugar onde plantou um templo, entende-se. Para reforçar a lenda, criou até mesmo uma Praça da Manjedoura. O que não se entende é que a grande imprensa afirme que Cristo nasceu em Belém. Não é concebível que jornalistas de todo o

Ocidente jamais tenham ouvido falar dos Evangelhos, onde Cristo é chamado o tempo todo de nazareno. Só nos resta atribuir a mudança de local a um evidente propósito de manipular emoções.

Evangelhos quer dizer boas novas, boas notícias. Os evangelistas são os primeiros jornalistas da era cristã. Se é ofício dos profetas fazer profecias, o do jornalista é relatar fatos. O fato incontestado, aceito pelos historiadores, é que Jesus nasceu na obscura Nazaré, pequena e desconhecida cidade da Galiléia. Nos Evangelhos, é chamado o tempo todo de nazareno. Em sua cruz, Pilatos manda inscrever: “Jesus nazareno, rei dos judeus”.

Verdade que Mateus escreve: “Tendo, pois, nascido Jesus em Belém da Judéia, no tempo do rei Herodes” E acrescenta: “Ouvindo, porém, que Arquelau reinava na Judéia em lugar de seu pai Herodes, temeu ir para lá; mas avisado em sonho por divina revelação, retirou-se para as regiões da Galiléia, e foi habitar numa cidade chamada Nazaré; para que se cumprisse o que fora dito pelos profetas: Ele será chamado nazareno”. Pois dissera Miquéias: “Mas tu, Belém Efrata, posto que pequena para estar entre os milhares de Judá, de ti é que me sairá aquele que há de reinar em Israel”. No fundo, Mateus trazia no sangue esta tendência do jornalismo

contemporâneo, de adaptar os fatos à visão que se tem do mundo. Quis adaptar o nascimento a antigas profecias. A realidade que se lixasse.

Escreve Renan, em **A Vida de Jesus**: "Cristo nasceu em Nazaré, pequena cidade da Galiléia, desconhecida até então. Toda sua vida foi designado pelo nome de Nazareno e só por um esforço que não se compreende é que se poderia, segundo a lenda, dá-lo como nascido em Belém. Veremos adiante o motivo dessa suposição, e como ela era conseqüência necessária do papel messiânico que se deu a Jesus".

Segundo Renan, Nazaré não é citada nem no Antigo Testamento, nem por Josefo, nem no Talmude. Enquanto Nazaré da Galiléia era um vilarejo anônimo, Belém da Judéia portava o prestígio de antigas profecias. Que nascesse em Belém, portanto. Mas por mais pontas que tenha a estrela de prata dos franciscanos, nazarenos nascem em Nazaré.

Lucas também adere à lenda do nascimento em Belém: "Naqueles dias saiu um decreto da parte de César Augusto, para que todo o mundo fosse recenseado. Este primeiro recenseamento foi feito quando Cirino era governador da Síria. E todos iam alistar-se, cada um à sua própria cidade. Subiu também José, da Galiléia, da cidade de Nazaré, à cidade de Davi, chamada

Belém, porque era da casa e família de Davi, a fim de alistar-se com Maria, sua esposa, que estava grávida. Enquanto estavam ali, chegou o tempo em que ela havia de dar à luz, e teve a seu filho primogênito; envolveu-o em faixas e o deitou em uma manjedoura, porque não havia lugar para eles na estalagem”.

Os evangelistas, ao situarem o nascimento de Cristo no reinado de Herodes e evocarem o recenseamento de Cirino, desmontam a própria tese. Diz Renan:

"O recenseamento feito por Cirino, do qual se fez depender a lenda que ajunta a jornada a Belém, é posterior, pelo menos dez anos, ao ano em que, segundo Lucas e Mateus, nascera Jesus. Com efeito, os dois Evangelhos põem o nascimento de Jesus no reinado de Herodes (Mateus,II, 1,19,22; Lucas, I, 5). Ora, o recenseamento de Cirino foi feito só depois da deposição de Arquelau, isto é, dez anos depois da morte de Herodes, no ano 37 da era de Ácio. A inscrição pela qual se pretendia outrora estabelecer que Cirino fizera dois recenseamentos é reconhecida como falsa. O recenseamento em todo caso não teria sido aplicado senão às partes reduzidas à província romana, e não às tetrarquias. Os textos pelos quais se pretende provar que algumas das operações de estatística e registro público, ordenadas por Augusto,

chegaram até o reinado de Herodes, ou não têm o alcance que se lhes quer dar, ou são de autores cristãos que colheram esse dado no Evangelho de Lucas".

Se a Igreja romana instalou por conta própria a manjedoura em Belém, uma imprensa laica não tem razão alguma para assumir as lendas vaticanas. Outra é a razão de aderir a esta falsificação: é conveniente que Cristo tenha nascido lá, para que se estabeleça a analogia entre a criança perseguida e os terroristas palestinos.

Se há horas em que convém atribuir a Cristo o que dele não é, surge também aquela em que convém retirar de Cristo o que a ele pertence. Após os ataques do 11 de setembro, disse George W. Bush no Congresso americano: "Todas as nações, em todas as regiões, agora têm uma decisão a tomar: ou estão conosco ou estão com os terroristas". Traduzindo: ou estão conosco ou estão contra nós. Bush foi imediatamente taxado de arrogante, nazista, fascista e outras tantas daquelas gentilezas em que os jornalistas são pródigos quando querem satanizar alguém. Zbigniew Brzezinski, ex-assessor de Jimmy Carter, vai mais longe: "Isto é leninismo". Segundo Brzezinski, Vladimir Lênin teria usado uma frase semelhante nos seus escritos: "Quem não está conosco está contra nós".

Ocorre que aquela frase não é fascista nem leninista. É cristianíssima. Está naquelas reportagens que embasam a cristandade, os Evangelhos. “Quem não é comigo, é contra mim; e quem comigo não ajunta, espalha”, diz Cristo em Mateus. A mesma frase é repetida em Lucas. Cristo está no meio do tiroteio. Quando convém esquecer uma frase sua, esquece-se a frase ou se a atribui a Lênin. O que não se pode é atribuir a Bush sentimentos cristãos, por mais fanatismo que tais sentimentos impliquem. Quando é conveniente que nasça em Belém, a imprensa fá-lo nascer em Belém. Se os guerrilheiros palestinos estivessem refugiados em uma igreja em Nazaré, Cristo teria nascido lá, disto não tenhamos dúvidas.

Dois mitos espanhóis

Que os jornalistas criem mitos não é de surpreender. Os animais midiáticos adoram mitos. É mais fácil crer num mito que na realidade nua e crua. O pior é que os próprios criadores de mitos passam a neles acreditar. **Guernica**, por exemplo, este golpe dos mais bem-sucedidos. Toda vez que um redator se refere a este quadro, quase que automaticamente ajunta o aposto explicativo: “obra de Pablo Picasso em homenagem às vítimas da cidade basca de Guernica, bombardeada por Franco”. Ora, os fatos são bem outros.

Picasso havia pintado uma tela de oito metros de largura por três e meio de altura, intitulada **La Muerte del Torero Joselito**, plena de cores fúnebres, que iam do preto ao branco, em homenagem a um amigo seu, o toureiro Joselito, morto em uma *lídia*. O quadro ficara esquecido em algum canto de seu ateliê. Ao receber uma encomenda para o pavilhão republicano da Exposição Universal de Paris de 1937, Picasso lembrou do quadro. Foi quando, para fortuna do malaguenho, a cidade de Guernica foi

bombardeada pela aviação alemã. Ali estava o título e a glória, urbi et orbi. Uns retoques daqui e dali, e Picasso deu nova função ao quadro. No entanto, até hoje multidões hipnotizadas pela propaganda vêem em uma cena de arena, com cavalo, touro e picador, uma homenagem aos mortos de Guernica. Esta lenda até hoje é repetida, tanto por focas novatos numa redação, como por escritores de renome nacional. De um só golpe de pincel, o pintor malaguenho traiu a memória do amigo e mentiu para a História.

Picasso, evidentemente, alimentou a farsa. Consta que certo dia recebeu a visita de um oficial alemão em seu ateliê em Paris. Ao ver a reprodução de **Guernica** em uma parede, o oficial teria perguntado:

— Ah, foi você que fez isso, não?

Picasso teria respondido:

— Não, *vocês* é que fizeram isso.

O pintor bem poderia ter batizado sua obra de **Paracuellos del Jarama**. Mas aí seria expulso do mundo dos vivos, como o foram todos os que ousaram denunciar os crimes dos republicanos. Pois em 1936, em Paracuellos del Jarama, sítio que ninguém gosta de lembrar, foram fuzilados pelo Partido Comunista nada menos que dois mil e quatrocentos espanhóis que se opunham à

Frente Popular. A História é uma disciplina indelicada.

A Guerra Civil Espanhola, fracassada tentativa de Stalin de pôr os pés na península ibérica e controlar o continente europeu, foi pródiga em mitos. Um outro, alimentado e realimentado pela imprensa durante décadas, é o famoso episódio de Miguel de Unamuno, reitor da Universidade de Salamanca, sendo desafiado pelo general “franquista” Millán Astray, com a frase não menos famosa: *Viva la muerte! Muera la inteligencia!* Ponho franquista entre aspas, pois se havia algum naquela cerimônia, realizada no dia 12 de outubro de 1936 — Día de la Raza — este era Unamuno, que naquele momento representava oficialmente o general Franco. O reitor foi salvo da ira de Astray e da vaia de muitos dos presentes por Doña Carmen Pollo, mulher de Franco, que o conduziu pelo braço até uma viatura do Quartel General. No entanto, ao referir-se ao episódio, não há redator que não se refira ao “intelectual anti-franquista Miguel de Unamuno”.

Em **História Ilustrada de la Guerra Civil**, Ricardo de Cierva considera o episódio maltratado pela propaganda, silenciado pelos testemunhas autênticos e tergiversado por comentaristas empenhados em com ele demonstrar uma ou várias teses preconcebidas.

“Celebrava-se no Paraninfo da Universidade de Salamanca a Fiesta de la Raza. Assistia o ato a esposa do recém nomeado chefe de Estado, Dona Carmen Polo de Franco. Presidia a cerimônia o reitor da Universidade, don Miguel de Unamuno. Também estavam presentes, entre outras personalidades, José María Pemán e o general Millán Astray. Este último, em um breve discurso, intercalou um inciso inoportuno no qual confundiu regionalismo com separatismo. Invocou logo a Morte, noiva de sua Legião. Feito o silêncio, todos os olhares convergiram para don Miguel de Unamuno”.

Millán Astray era um general de Infantaria, que havia participado das campanhas das Filipinas e Marrocos. Nesta última, perdera um olho e um braço. Julián Zugazagoitia o descreve como um “general recomposto com garfos, madeiras, cordas e vidros”. Em sua alocução, falara dos dois cânceres que corroem a Espanha: País Basco e Catalunha. Unamuno, basco e iracundo, tomou a palavra.

— Calar, às vezes, significa mentir — disse o reitor com voz firme – porque o silêncio pode ser interpretado como aquiescência. Eu não poderia sobreviver a um divórcio entre minha consciência e minha palavra, que sempre formaram um excelente par. Serei breve. A verdade é mais verdade quando se manifesta desnuda, livre de

adornos e palavrório. Gostaria de comentar o discurso – para chamá-lo de alguma forma – do general Millán Astray, que se encontra entre nós.

Segundo o relato de Luis Portillo, em **Vida y martírio de don Miguel de Unamuno**, o general tornou-se rígido.

— Deixemos de lado – continuou Unamuno – o insulto pessoal que supõe a repentina explosão de ofensas contra bascos e catalães. Eu nasci em Bilbao, em meio aos bombardeios da segunda guerra carlista. Mais adiante, me casei com esta cidade de Salamanca, tão querida, mas sem esquecer jamais minha cidade natal. O bispo, queira ou não, é catalão, nascido em Barcelona.

Após uma pausa em meio ao silêncio tenso, continuou:

-Acabo de ouvir o grito necrófilo e sem sentido de Viva a Morte! Isto me soa o mesmo que Morra a Vida! E eu, que passei toda minha vida criando paradoxos que provocaram o enfado dos que não os compreenderam, tenho de dizer-lhes, como autoridade na matéria, que este ridículo paradoxo me parece repelente. Posto que foi proclamado em homenagem ao último orador, entendo que foi dirigida a ele, se bem que de uma forma excessiva e tortuosa, como testemunho de que ele mesmo é o símbolo da morte. E outra coisa! O general Millán Astray é um inválido. Não

é preciso dizê-lo em tom mais baixo. É um inválido de guerra. Também o foi Cervantes. Mas os extremos não servem como norma. Desgraçadamente, há hoje em dia inválidos demais na Espanha e logo haverá mais, se Deus não nos ajuda. Um inválido que careça da grandeza espiritual de Cervantes, que era um homem – não um superhomem – viril e completo apesar de suas mutilações, um inválido, como disse, que careça dessa superioridade do espírito, costuma sentir-se aliviado vendo como aumenta o número de mutilados em torno a si. O general Millán Astray gostaria de criar uma Espanha nova – criação negativa, sem dúvida – segundo sua própria imagem. E por isso desejaria ver uma Espanha mutilada, como inconscientemente deu a entender.

Astray não consegue conter-se e grita:

— Morra a inteligência!

José María Pemán corrige:

— Não! Viva a inteligência! Morram os maus intelectuais!

Há um alvoroço no Paraninfo, professores togados cercam Unamuno, os camisas azuis se juntam em torno a Astray. Unamuno retoma a palavra:

— Este é o templo da inteligência. E eu sou seu sumo sacerdote. Vós estais profanando seu recinto sagrado. Eu sempre fui, diga o que diga o provérbio, um profeta em meu próprio país. Vencereis mas não convencereis. Vencereis porque tendes sobrada força bruta. Mas não convencereis, porque convencer significa persuadir. E para persuadir, necessitais algo que vos falta: razão e direito de luta. Me parece inútil pedir-vos que penseis na Espanha. Tenho dito...

A esposa do general Franco, rodeada por sua escolta, toma Unamuno pelo braço e o conduz até a porta da Universidade, onde o esperava um carro do Quartel General. Mas a narração soa melhor aos ouvidos do animal midiático mostrando Astray como franquista, afinal era general. Unamuno — basco, filósofo e reitor de uma universidade — só poderia ser anti-franquista. Para vender, os jornais transmitem ao leitor o que o leitor gosta de comprar. A mentira impressa passa então a fundamentar teses e tende a fixar-se como História. Mas os fatos são teimosos e, mais dia menos dia, mostram sua verdadeira face.

Como fabricar racismo

Se racismo não existe, urge fabricá-lo. Nos anos 90, os jornais publicavam, toda segunda ou terça-feira, o balanço de chacinas na África do Sul. A cada final de semana, tínhamos vinte ou trinta negros mortos. De tão rotineiras, as mortes já nem mereciam destaque. Uma pequena nota, em geral de nove linhas, em pé de página. Sem informação alguma sobre os autores do massacre. Muitas vezes, logo após a primeira frase, vinha outra: "o líder racista Eugene Terreblanche declarou que...". O leitor recebia trinta cadáveres de negros na cara, mais a notícia de que um líder branco, que teve o azar de ser batizado como Terreblanche, declarara qualquer coisa.

Para o leitor, ficava claro que os brancos, liderados por um certo Terreblanche, estavam massacrando os negros sul-africanos. Ocorre que as chacinas de negros eram cometidas por negros, em função de rivalidades tribais, açuladas pelo álcool nos fins-de-semana. Este detalhe era omitido ao leitor. Se na África do Sul são trucidados negros, os assassinos só podem ser os

brancos. Brancos europeus e, portanto, racistas. Pois africano racista, por definição, não existe.

Um dos casos mais perturbadores de manipulação dos fatos ocorreu no verão europeu de 93, na Holanda. A reunião de pauta da **Folha de S. Paulo** foi excitada naquele dia. Uma menina marroquina, Naima Quaghmiri, nove anos, morrera ao cair em um lago em Roterdã. Duzentas pessoas teriam assistido seu afogamento, sem prestar-lhe socorro. O pauteiro brandia o telex com fúria. A idéia era produzir uma manchete como RACISTAS HOLANDESES DEIXAM MORRER FILHA DE IMIGRANTES.

A notícia era absurda. Duas centenas de pessoas não observam, passivamente, uma criança se afogando. O lago, uma espécie de açude, como mostrava a foto, era raso. No meio dele, havia um bombeiro com água pela cintura. Dois dias depois, novo despacho retificava o anterior. Não havia uma menina se afogando e duzentos holandeses assistindo. Naima se afogara horas antes. Policiais e bombeiros haviam pedido aos veranistas que formassem um semicírculo, de mãos dadas, e percorressem o lago em busca do cadáver. Os veranistas se recusaram.

Perguntei ao editor se a reportagem seria retificada. "Não precisa" — disse — "Amanhã ninguém mais lembra disso". Mas jornalismo é o

registro da história, é nos arquivos do passado que os pesquisadores do alegado amanhã buscam dados para seus ensaios, aleguei. "O que de fato acontece" — disse o editor — "só vamos saber meses depois. Jornalismo é assim mesmo".

Ao remexer os arquivos de jornais, os pesquisadores do futuro ficarão sabendo que a Holanda era um pequeno país europeu, habitado no século passado por cruéis racistas brancos, capazes de negar auxílio a uma criança marroquina que se afogava. Isto foi confirmado pela própria **Folha**. Em 94, um de seus redatores, em artigo sobre racismo, retoma o fato como verdadeiro.

O fantasma do neonazi — O jornalismo contemporâneo, para atingir o maior número de leitores, baliza o texto com fotos ou grafismos de modo a tornar o mais esquemática possível a mais complexa das realidades. Como a mente do leitor já vem alimentada por um imaginário do cinema e da TV, os ícones do século são preciosos sinais de tráfego para orientação da leitura. As reportagens assumem a estrutura romanesca e os personagens são apresentados de forma que o leitor perceba onde está o bem e o mal, quem é herói e quem é vilão, vítima ou algoz.

De uns tempos para cá, a mídia foi invadida pela figura do neonazi. Se um grupo de jovens,

brancos e preferentemente europeus ou de origem européia, sai a fazer balbúrdias e agride imigrantes, negros ou árabes, está configurado o neonazismo. Podem até mesmo jamais ter ouvido falar de nazismo, Hitler ou Segunda Guerra. Mas são evidentes neonazis. Se o grupo de agressores é composto por negros, não são neonazis. Negro, por definição, não pode ser nazista.

Se não há agressão alguma, cria-se pelo menos atos criminosos por omissão. Foi o que aconteceu em Sebnitz, na Alemanha, em dezembro de 2000. O **Estadão** titulou com gosto:

MORTE DE CRIANÇA POR NEONAZISTAS ENVERGONHA ALEMANHA

Vamos à notícia:

Berlim — No dia seguinte à revelação do assassinato do garoto Joseph, de seis anos, do qual um grupo neonazista é o principal suspeito, surgiram vozes em toda a Alemanha pedindo justiça. Enquanto isso, no local do crime, o povoado de Sebnitz, na Saxônia, vivem-se momentos de vergonha após a cumplicidade silenciosa de seus habitantes. O jornal **Bild** denunciou a história de Joseph, filho de pai iraquiano e mãe alemã, que, perante a indiferença de 300 banhistas, foi espancado, torturado e afogado por um grupo de neonazistas em uma piscina pública. Na época, o caso foi encerrado

*como um acidente normal e, graças apenas à tenacidade da mãe da criança, a promotoria reabriu agora o caso. A história da morte do menino ocupou, hoje, a capa de todos os principais jornais do país e o **Bild** reproduziu, também na primeira página, uma fotografia do garoto morto, junto com a mãe.*

Esta é a notícia. Mesmo fractal do episódio em Roterdã: filho de imigrante se afogando, uma multidão de banhistas assistindo. Se a notícia sai no ano 2000, é bom lembrar que o fato teria ocorrido em 1997. Detalhes novos: criança espancada, torturada e assassinada. Os banhistas, desta vez são trezentos. Este tipo de notícia tende a aumentar nos próximos anos. É fácil acusar uma multidão. Como ninguém é acusado individualmente, ninguém reclama. Mais difícil é acusar uma ou duas pessoas. Pode dar processo.

Vamos aos fatos, em tudo semelhantes ao episódio de Roterdã. No dia 13 de Junho de 1997, uma criança de 6 anos, Joseph Abdulla, morrera afogada numa piscina pública cheia de gente. Quando bombeiros e médicos chegaram, era tarde demais: o corpo boiava há dez minutos sem vida. A polícia fez um inquérito e concluiu que tudo foi um lamentável acidente. O caso foi arquivado e esquecido. Ocorre que a mãe, a farmacêutica Renate Kantelberg-Abdulla, se

convenceu de que Joseph fora morto por neonazis por ser filho de um iraquiano. Os assassinos tê-lo-iam previamente drogado e depois lançado à água. Para comprovar esta tese, foi contratado um dos advogados mais conhecido da Alemanha, Rolf Bossi. Renate conseguiu também o testemunho de 23 pessoas, adultos e crianças, cujas versões levavam a pensar que poderia não se ter tratado de um acidente. O **Bild** do dia 23 de novembro recoseu a matéria com o título **Neonazis afogam criança**. Sebnitz passou para a primeira página da imprensa internacional e foi invadida pela televisão. A família teve de fugir para a Baviera e trancou-se em casa de familiares. Kurt Biedenkopf, o ministro presidente da Saxônia, foi a Sebnitz participar numa cerimônia religiosa em memória da «**vítima**». Edmund Stoiber; ministro presidente da Baviera, se disse horrorizados. «Não apetece viver num país onde uma criança de seis anos é assassinada por criminosos, por causa de motivos políticos, e onde ninguém mexe um dedo para impedir o crime», escreveu o jornal **Tagesspiegel**, de Berlim.

Soube-se depois que Renate dera dinheiro às 23 testemunhas para influenciar as suas versões. Uma das crianças interrogadas confessou ter dito “aquilo que a senhora queria ouvir, para ela me deixar voltar para casa». Tampouco foram confirmadas as ligações com grupos neonazis. O

próprio Bossi, advogado de Renate, escrevera uma carta à sua cliente, duvidando da tese de uma conspiração racista e dizendo-lhe que ela «insistia em travar uma luta contra o resto do mundo».

O desmentido no **Estadão** veio alguns dias depois:

NEONAZISMO É DESCARTADO EM MORTE DE MENINO

***Berlim** — Autoridades da província alemã da Saxônia descartaram nesta quarta-feira a hipótese de um garoto de seis anos de idade, encontrado morto em uma piscina, em 1997, ter sido vítima de violência neonazista. (...) O chefe de gabinete civil da Saxônia informava nesta quarta-feira sobre a inexistência de evidências convincentes de que neonazistas foram responsáveis pela morte do garoto. (...) Promotores informaram ontem que nenhuma das testemunhas viu realmente como Joseph morreu. A principal testemunha tinha apenas 12 anos quando ocorreu o incidente, em junho de 1997.*

Ou seja: não havia criança alguma sendo morta por neonazistas, nem a Alemanha tinha porque se envergonhar de coisa alguma. Enquanto isso, Sebnitz, mais a Alemanha toda — e por extensão a Europa — foram difamadas,

como geografias onde grupos neonazistas afogam filhos de imigrantes, como lazer.

Imprensa importa neonazis — Se há neonazistas na Europa, tem de existir também no Brasil. Assim, quando ocorre qualquer incidente nalgum país europeu, preferentemente em países germânicos ou nórdicos, os editores saem a catar nos arquivos grupos equivalentes no Brasil. Basta achar um careca, branco e preferentemente parrudo, vestido com couro e correntes, e lá está a ameaça nazista.

Ocorreu na década dos 90. Locais de reunião de nordestinos em São Paulo foram pichados com frases agressivas, tipo "nordestinos go home" e outras que tais. A polícia conseguiu identificar o líder dos pichadores: era um baixinho retaco, por sorte branco, halterofilista. E careca, para alegria dos editores. Estava configurado o neonazista tupiniquim. Nós também temos neonazis. O inimigo está entre nós. Durante alguns dias, foi feita a farra do neonazi. Que durou até sua volta... para o Ceará. O neonazi era nordestino. Para não atrapalhar o delicado trabalho feito durante décadas no cérebro do leitor, o personagem foi expulso das manchetes. E não mais se falou naquele paradoxo ambulante, que só servia para confundir as mentes. Mas era preciso criar neonazistas. A tarefa foi assumida por um militante da Anistia Internacional. No dia

06 de setembro de 2000, a **Folha de S. Paulo** mancheteava:

ANISTIA SOFRE NOVO ATENTADO A BOMBA EM SP

Uma bomba de fabricação caseira foi entregue pelo correio na casa de um funcionário da Anistia Internacional em São Paulo. O alvo era o apartamento do professor de educação física José Eduardo Bernardes da Silva, 40, militante da entidade e que vinha recebendo ameaças pelo telefone. É o segundo atentado em menos de um ano contra a Anistia no Estado, que fechou sua sede na capital, em março passado, em razão de sucessivos incidentes com grupos neonazistas.

Neonazis atentam contra um funcionário da Anistia. Se em países desenvolvidos há neonazistas, o Brasil tem de ter os seus. Se não existe, se fabrica. Ainda segundo a **Folha**, Bernardes da Silva, professor de educação física com mais de 130 quilos de massa, é o mesmo funcionário que encontrara, em setembro de 99, uma bomba de fabricação caseira no escritório da Anistia em São Paulo. Na época, a entidade recebera uma carta com a foto de um travesti nu com a mensagem: *Vocês defendem homossexuais e negros, nós os matamos. Vocês são nossos inimigos. Morte a vocês.*

O jornal registra depoimento do rabino Henry Sobel: *"A covardia demonstrada pelo remetente que se manteve anônimo, e se escondeu indicando um endereço fictício, é tão deplorável quanto o ódio e o preconceito que motivaram o ato"*.

No dia seguinte, lemos que a Justiça Global Ação e Capacitação em Direitos Humanos irá levar o caso das ameaças à ONU. Em Londres, a Anistia Internacional anuncia que há quase um ano a polícia de São Paulo sabe das ameaças contra Bernardes da Silva, mas não resolveram o problema.

Uma outra carta de ameaça foi entregue no escritório da Anistia em Porto Alegre, onde Silva refugiou-se, depois de ser ameaçado em São Paulo. Poucas pessoas sabiam de sua transferência, uma tentativa de escapar da perseguição dos neonazistas. Vemos então que os neonazistas têm uma organização de âmbito nacional, muito bem informada, que persegue suas vítimas onde quer que elas se escondam.

Ainda no dia 07, os neonazis continuam agindo. Diz a **Folha**:

GRUPO GAY RECEBE PACOTE-BOMBA EM SP

O artefato, similar ao enviado dois dias antes à Anistia, poderia matar; diz o jornal. Bernardes da Silva, que diz ter escapado de três emboscadas

nos últimos doze meses, descreve os agressores: *bem arianos, pele e olhos claros, andam em carros bons e têm conhecimento de tecnologia.*

Fazem as ameaças por telefone e desligam antes de o número de origem ser rastreado. O grupo que faz ameaças por telefone também fala inglês, alemão e francês, além do português. *Eles afirmam que têm ligações internacionais muito fortes e que, aqui no Brasil, têm gente muito poderosa que os patrocina,* afirmou Silva.

Os neonazistas são políglotas e falam línguas européias. Sob o título "Ameaças Covardes", a **Folha** faz incisivo editorial contra o perigo neonazista:

Não poderia ser mais trágica a aplicação da tese das idéias fora de lugar a que tem sido levada a termo por autoproclamados grupos neonazistas na cidade de São Paulo. Anteontem, José Eduardo Bernardes da Silva, da Anistia Internacional, recebeu em sua casa uma carta-bomba, que só não lhe causou danos porque, calejado por outras ameaças inclusive de mesmo porte, Silva teve o cuidado de não destampar o pacote e de chamar a polícia.

O professor de educação física manifesta medo: *Eu ando nas ruas olhando para os lados, não faço o mesmo caminho para chegar em casa,*

evito freqüentar os mesmos lugares e sair com minha família. O medo me faz ser mais cauteloso.

Dia 09 de setembro, o atentado assume proporções internacionais:

ANISTIA FAZ CAMPANHA MUNDIAL CONTRA ATENTADOS DE SKINHEADS EM SÃO PAULO

A Anistia Internacional deu início ontem a uma campanha mundial contra os atentados de grupos que se autodenominam skinheads em São Paulo. Um comunicado do secretariado da entidade, em Londres, foi enviado às sedes nacionais da Anistia, espalhadas pelo mundo, onde as mensagens serão traduzidas e redistribuídas.

Dia 10, a **Folha** faz uma sinopse sobre

A ESCALADA DO RACISMO

Ainda no mesmo dia:

PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO, CRIMES DE GRUPOS NEONAZISTAS ERAM TRATADOS DE FORMA BUROCRÁTICA

O cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, da USP, é taxativo: *as duas bombas deveriam ser interpretadas como atentados à democracia. A Alemanha só conseguiu desbaratar os grupos neonazistas nos últimos dez anos quando começou*

a ter uma coordenação nacional. Enquanto cada Estado agia por conta, foi um fracasso.

Dia 15, a aposta aumenta:

ENTIDADES VÃO À ONU CONTRA ATENTADOS

Nove entidades de defesa dos direitos humanos e de minorias encaminharam ontem um documento a Asma Jahangir, relatora especial da ONU (Organização das Nações Unidas), pedindo que a entidade pressione o governo brasileiro a esclarecer os atentados a bomba em São Paulo.

Para fugir aos atentados neonazis, o professor Bernardes da Silva refugiou-se na Espanha. Desde então, os movimentos negros ou gays não receberam mais bombas. Fevereiro de 2001: a caligrafia de Bernardes da Silva bate com a dos bilhetes enviados para entidades de direitos humanos na primeira semana de setembro. O professor, funcionário da Anistia, é indiciado pelos atentados ocorridos no ano passado. E desaparece, providencialmente, do noticiário.

A affaire austríaca — O mesmo ocorreu no início de 1999 com a Áustria, quando o Partido da Liberdade, liderado por Jörg Haider, fez uma coalizão para participar do governo. O país foi denunciado no mundo todo como nazista. Quatorze dirigentes da União Européia acusaram Haider de direitista e xenófobo e ameaçaram

cortar relações com a Áustria. Mais tarde, os dirigentes europeus tiveram de pedir desculpas aos austríacos. (A imprensa, imune a críticas, não pediu desculpa alguma). Mas o país já estava universalmente conhecido como semental de nazistas.

Outros fatos, bem mais óbvios e mais persistentes no tempo, são tratados com extrema reserva pelos jornais. De 1954 a 1962, os franceses desfecharam uma cruenta luta contra a Argélia, que tentava separar-se da França. Só em um episódio desta guerra, a batalha de Argel, foram executados nas prisões 3.024 *fellaghas*, os combatentes argelinos. Quase a mesma cifra de chilenos mortos durante todo o regime de Pinochet.

Quem era o ministro do Interior nessa época? François Mitterrand, em 54 e 55. Que depois foi ministro da Justiça, em 56 e 57. Tortura foi moeda corrente naqueles dias em que, segundo De Gaulle, a França ia de Paris a Tamanrasset. Tudo isto sob a batuta de Mitterrand. Quando perguntava a algum jornalista francês o que ele achava de ver como presidente o homem que havia sido conivente com a tortura — e mesmo responsável — eu recebia de volta um olhar de perplexidade. O mesmo que meus coleguinhas tupiniquins me dirigem quando digo que não existem ianomâmis no Brasil. Estaria por acaso

acusando de torturador o prestigioso líder social democrata?

Quarenta anos depois, a tortura na Argélia está voltando aos debates parisienses. Dois generais, Massu e Aussaresses, resolveram confessar seus assassinatos e torturas. No que pouco há de novo. Nos anos 70, Massu admitira tranqüilamente ter torturado e assassinado na Argélia. Os mesmos jornalistas que não hesitam um segundo em acusar de neonazistas países inteiros, tratam o assunto com discrição. Não espere o leitor ver manchetes como *Mitterrand torturou na Argélia*. O fato é que homem algum bem informado sobre a história contemporânea da França podia ignorar a responsabilidade do futuro presidente francês nas matanças e torturas dos *fellaghas*. Muito menos comunicadores. Mas Mitterrand era o líder das esquerdas.

Jogar Mitterrand na mesma vala comum de um Pinochet ou Fidel Castro? Depois de anos e anos construindo o monumento? Jamais. Mais fácil fabricar racismo acusando multidões e países de neonazistas.

Frieza francesa – Em 02/06/2001, a **Folha de S. Paulo** trazia uma curiosa manchete: **Garota é estuprada em vagão de trem cheio na França**. O texto é da Redação com Agências

Internacionais. *Estima-se que cerca de 60 pessoas tenham testemunhado passivamente o ataque de seis adolescentes, segundo investigações* – diz a linha fina. Vamos à notícia:

“Uma universitária de 21 anos foi estuprada duas vezes num trem em que, supostamente, viajam cerca de 200 pessoas, que iam de Dunquerque a Lille (norte da França), mas nenhum dos passageiros tentou defendê-la, episódio que gerou indignação no país.

“Em 24 de maio, a estudante voltava a Lille após ter passado um dia na casa de seus pais, em Dunquerque, pois tinha aula na manhã seguinte. Na primeira parte da viagem, tudo transcorreu sem problemas. Mas, quando o trem parou em Bailleul, seis adolescentes entraram em seu vagão. Eles começaram a importunar os passageiros e, em seguida, a escolheram como vítima. Os seis começaram a ofendê-la e a tocá-la. Sem poder defender-se, ela tentou gritar, mas não conseguiu. Os adolescentes, todos entre 14 e 17 anos, conseguiram tirar suas roupas. Enquanto alguns dos jovens a seguravam, dois deles a estupraram.

“Seu calvário durou mais de meia hora e só acabou quando o trem chegou à estação ferroviária de Lille. Segundo a empresa responsável pelo trajeto, cerca de 200 pessoas

deviam estar a bordo do trem, que tem apenas três vagões, mas ninguém reagiu — nem mesmo para acionar o alarme. Quando o trem chegou a Lille, os agressores fugiram. A universitária conseguiu ir até sua casa e ligou para seus pais. Eles a aconselharam a voltar para Dunquerque, onde, no dia seguinte, ela prestou queixa e foi hospitalizada.

“Os policiais de Dunquerque acionaram seus colegas de Lille. Após alguns dias de investigação, os policiais de Lille detiveram seis suspeitos, que moram na periferia da cidade. Quatro deles foram entregues ao Juizado de Menores de Lille anteontem, e os outros dois foram libertados. Uma investigação foi aberta para descobrir o que ocorreu no trem, e dois dos adolescentes foram acusados pelo estupro”.

Assim como foi redigida a notícia, resta ao leitor a impressão de que os franceses são seres absolutamente insensíveis ao sofrimento alheio, capazes de continuar lendo seu jornal enquanto uma menina é estuprada à sua frente. Ora, a maioria dos trens europeus têm cabinas isoladas para seis pessoas, com portas e cortinas que podem ser fechadas. À noite, quando teria ocorrido o episódio, normalmente as portas são fechadas e as cortinas corridas pelos passageiros, que não querem ter o sono perturbado pela luz do corredor ou pela passagem de pessoas. Um outro

fator, um tanto mesquinho, é verdade, também contribui para o cerramento das cortinas. Se um casal, por exemplo, está sozinho na cabina, pode transformar os seis assentos em duas camas. Se fecham as cortinas, têm boas chances de não serem perturbados por novos passageiros, que lhes roubariam o relativo conforto. Ora, nestas circunstâncias, até um massacre pode ocorrer em uma dessas cabinas fechadas, sem que nenhum passageiro tenha conhecimento do mesmo.

A notícia não teve seguimento. Nada mais se soube dos suspeitos ou do julgamento destes. Muito menos da investigação. Foi como se o fato se esgotasse na notícia. Mas nos milhares de leitores que leram a **Folha** naquele dia, ficou a convicção de que os franceses são monstros frios e insensíveis.

A farsa de Marie — Dia 10 de julho de 2004, a máquina de produzir racismo voltou a funcionar. Uma jovem de 23 anos, Marie L., que viajava com seu bebê de 13 meses no metrô de Paris, apresentou queixa à polícia de ter sido agredida por um grupo de jovens desconhecidos com idades entre 15 e 20 anos. Os agressores seriam negros e africanos do norte. Rasgaram sua roupa, cortaram seus cabelos, atiraram seu bebê no chão e pintaram suásticas em sua barriga por acreditar que ela fosse judia. Ainda segundo Marie, cerca de vinte pessoas assistiram à

agressão passivamente, sem sequer prestar-lhe auxílio.

Escândalo na França, horror na Europa. Os jornais do continente deram suas primeiras páginas ao fato abominável. Jacques Chirac manifestou seu susto ao tomar conhecimento "desta odiosa agressão" e pediu que seus autores fossem "julgados e condenados com severidade e responsabilidade". Organizações religiosas e de direitos humanos condenaram com veemência não tanto a agressão dos árabes e negros, mas principalmente a omissão e passividade dos demais passageiros. Um clima de pânico perpassou a Europa. Neste domingo passado, o primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, exortou os judeus da França a viajar imediatamente a Israel. "Proponho a todos os judeus que venham a Israel, mas para os judeus da França é absolutamente necessário, e eles devem partir imediatamente", disse Sharon. Como se a França tivesse declarado guerra a Israel.

Por 48 horas, o país foi tido como uma reencarnação da Alemanha nazista. Logo se descobriu que a denunciante era uma moça com problemas mentais, que já apresentara queixas semelhantes no passado. Um exame das imagens das câmeras de segurança da estação de metrô não mostraram agressão alguma. Eventuais

testemunhas foram chamadas a depor e nenhuma se apresentou. Diante das evidências, a moça acabou “quebrando” e admitiu a farsa.

Jornal algum, nem mesmo o sisudo **Le Monde**, teve a preocupação de checar a notícia, que tinha todos os componentes para ser um blefe. E blefe dos mais perigosos, pois joga com ressentimentos de duas comunidades que nutrem ódios milenares. A prefeitura de Lyon chegou a programar uma passeata contra o anti-semitismo, cancelada após a confissão de Marie L. Os muçulmanos, por sua vez, tiraram sua casquinha, denunciando uma "islamofobia reinante, acentuada pelos meios de comunicação e as autoridades, que se lançaram a denunciar os fatos sem esperar para verificá-los".

É fácil acusar uma multidão. Os fabricantes de racismo desde há muito intuíram isto. Como ninguém é acusado individualmente, ninguém reclama. Mais difícil é acusar uma ou duas pessoas. O acusado se vê forçado a defender-se e o acusador arrisca um processo. Como a luta de classes está fora de moda, o racismo tornou-se o novo motor da história. Multidões serão novamente denunciadas por crimes que não foram cometidos nem podem ser provados. Mesmo desmentidos, comunidades e países inteiros herdarão a pecha de racistas. O alvo é a Europa. Como o fantasma do comunismo não

conseguiu dobrá-la, como previa Marx já no **Manifesto**, suas viúvas brandem um outro, o da luta racial.

Armadilha para negros*

Ainda há pouco, os movimentos negros brasileiros reivindicavam a eliminação do item cor nos documentos de identidade. Com a malsinada lei de cotas que hoje assola o ensino superior, os negros insistem em declarar a cor na inscrição no vestibular. Estes mesmos movimentos negros sempre consideraram que qualquer critério supostamente científico para determinar a cor de alguém é racista. Quem então é negro para efeitos legais? No caso da lei estadual no Rio e do projeto de lei federal, o critério é o da auto-declaração. Pardo ou negro é quem se considera pardo ou negro, mesmo que branco seja. Ora, neste país em que impera a chamada lei de Gérson, não poucos brancos se declararam negros no último vestibular da UERJ, a primeira universidade pública brasileira a estabelecer o sistema de cotas. Grita dos líderes negros: vamos determinar cientificamente quem é branco e quem é negro e processar os brancos que se declaram negros. Ou seja, as palavras de ordem da afrodescendentada são mais cambiantes que as nuvens. Mas mudam num só sentido, na direção de obter vantagens para os negros, não só dispensando méritos como

também passando por cima dos eventuais méritos de quem se declara branco.

O atual presidente da República está longe de ser o primeiro apedeuta a assumir o poder neste país. Câmara e Senado estão repletos de analfabetos jurídicos, que nada entendem da confecção de leis nem sabem sequer distinguir lei maior de lei menor. Embalados por palavras de ordem estúpidas, em geral oriundas dos Estados Unidos, criam leis irresponsáveis, com a tranqüilidade de quem não precisa prestar contas a ninguém. É o caso da lei de cotas. Só agora, após o vestibular da UERJ e de uma enxurrada de ações judiciais, argutos analistas descobriram que a famigerada lei fere o artigo 5º da Constituição: "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza."

Não bastasse esta tremenda mancada jurídica, que daqui para frente só servirá para entupir ainda mais os já entupidos tribunais — gerando grandes lucros aos advogados, os reais beneficiados pela lei de cotas — o presidente da República, mal assumiu o poder, sancionou lei que obriga a inclusão da temática História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino Fundamental e Médio. As aulas abordarão desde a história da África e dos africanos até a luta dos negros no Brasil. A medida é de um racismo evidente. E por que não

a História de Portugal e a luta dos portugueses no Brasil? Ou a história da Itália e as lutas dos italianos? Ou a história do Japão e a luta dos japoneses? O Brasil é um cadinho de culturas e a contribuição africana a seu desenvolvimento está longe de ser a única ou a mais importante. O estudo da história afro-brasileira tem no entanto suas complicações.

Para os próceres do movimento negro, não basta historiar a cultura afro-brasileira. É preciso embelezá-la. É o que se deduz da proibição do livro **Banzo, Tronco e Senzala**, de Elzi Nascimento e Elzita Melo Quinta, na rede pública do Distrito Federal por ordem do governador Joaquim Roriz, em acatamento ao pedido do senador petista Paulo Paim. Um garoto teria ficado impressionado com as informações contidas no livro dizendo que os "negros perdiam a condição humana assim que eram aprisionados na África para se tornarem simples mercadoria à disposição dos brancos" e que aprisionar os negros não era difícil. "Principalmente, depois que os traficantes passaram a contar com o auxílio de negros traidores que prendiam elementos de sua própria raça em troca de fumo, cachaça, pólvora e armas."

"Qual é a auto-estima de uma criança negra quando recebe um livro que diz que, se seu povo um dia foi escravo, os culpados foram os negros,

e não os europeus da época, mercadores de escravos?" — pergunta Paim. O deputado parece ignorar — ou propositadamente omite — o fato de que a escravidão não é invenção dos europeus. Ela já está na Bíblia e em momento algum é condenada pelos profetas ou patriarcas. Nem mesmo Paulo, reformador do Livro Antigo, a condena. Foi norma na Grécia antes de a Europa existir. Séculos antes de o primeiro navio negreiro europeu aportar no continente africano, ela lá já existia, sem a interferência do Ocidente. O presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, que o diga. Comentando as reivindicações dos movimentos negros, identificou-se como descendente de uma rica família de senhores de escravos e perguntou se alguém iria pedir-lhe indenização. Ainda bem que não o fez em jornais do Distrito Federal, ou seria censurado pelo governador Joaquim Roriz.

Que os chefes tribais negros facilitavam a tarefa dos negreiros, vendendo escravos de outras tribos, isto tampouco é ignorado. Vendiam e continuam vendendo até hoje, em pleno século XXI. Na Mauritânia, Sudão e Gana, no Benin, Burkina Fasso, Mali e Niger, a escravidão ainda persiste como nos tempos dos navios negreiros. Ano passado, a GNT mostrava brancos europeus comprando escravos no Sudão. Não que fossem negreiros. Eram representantes de Ongs européias, que compravam negros para libertá-

los. O propósito pode ser nobre. Mas toda procura gera oferta e os dólares dos ongueiros só serviram para estimular o tráfico de escravos. Esta é a história da África. E se algum autor relega a escravidão para tempos passados, o livro está desatualizado.

A nova lei assinada pelo presidente da República acrescenta ao calendário escolar o dia da morte de Zumbi (20 de novembro) como o Dia Nacional da Consciência Negra. Esta ambição patrioteira de ter heróis, típica de países subdesenvolvidos, levou políticos negros a elegerem Zumbi como herói da raça. Ora, o herói negro também era proprietário de escravos. Como é que ficamos? Irão as autoridades censurar qualquer livro que ateste esta condição de escravagista de Zumbi?

Ao defender os sistemas de cotas na universidade, os negros caíram em uma tosca armadilha. Podem hoje ter facilidades na obtenção de um diploma. Mas quem, amanhã, irá contratar os serviços de profissional que entrou na universidade pela porta dos fundos? Ao exigir a inclusão da história africana nos currículos, caíram em armadilha mais sofisticada. A história da África é a história das guerras tribais e da escravidão, da lapidação por adultério, da mutilação física como punição e da mutilação sexual como costume. Democracia, direitos

humanos, liberdade de imprensa, emancipação da mulher, são instituições desconhecidas no continente. Seis mil meninas têm o clitóris extirpado, diariamente, em vinte países do Oriente Médio e da África. Por barbeiros locais ou parteiras, com instrumentos não-esterilizados.

A África, até hoje, está mais para Idi Amin Dada do que para Mozart. Mais para Bokassa que para Einstein. Estudar sua história, seja a passada, seja a presente, não leva criança alguma a nenhuma auto-estima.

Sobre Idi Amin Dada e Mozart — Em crônica passada, comentei o sistema de cotas para negros na universidade e o estudo obrigatório da História africana nas escolas brasileiras. O artigo rendeu uma saraivada de mensagens, em geral iradas, nas quais invariavelmente sou acusado de racista. “A doença do racismo é uma invenção européia” – escreve um dos leitores – “Você não pode infectar uma pessoa com a doença sem esperar ficar doente. Seu artigo mostra a doença que você ainda tem”. Tantas foram as objeções, que responder a todas é impossível. Atenho-me então a comentar os pontos mais recorrentes, como racismo, sistema de cotas, escravidão e história da África. Deixo de lado minha surpresa ao tomar

conhecimento de que os hutus e tutsis que se cortam aos pedaços em Ruanda estão contaminados por uma invenção europeia.

Comecemos por meu suposto racismo. Nasci no Rio Grande do Sul, Estado que, por sua forte colonização europeia, tem a fama de ser o Estado mais racista do Brasil. Apesar de ser constituído por uma expressiva maioria branca, foi o primeiro Estado do país a eleger um governador negro, Alceu Collares. Ora, nem a Bahia, Estado majoritariamente negro, teve um governador negro. Collares não só foi governador, como também prefeito de Porto Alegre, capital também majoritariamente branca. Antes de ser prefeito da capital gaúcha, foi prefeito de Bagé, cidade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, onde os brancos constituem maioria esmagadora.

Desde minha infância, de meus estudos primários aos universitários, convivi afavelmente com negros. Em meus anos de Porto Alegre, por noites a fio participei da mesa de Lupicínio Rodrigues, no bar da Adelaide, e por ele sempre nutri admiração. Lupicínio – que compôs os mais belas letras de samba do Brasil – era universalmente querido pelos gaúchos. Hoje, noto que tive entre os negros bons amigos. E por que hoje? Porque na época nem notava que eram negros. Com o acirramento recente da luta racial, passamos a conviver com pessoas que insistem

em se definir como negras, quando nem cogitávamos de que o fossem.

Entre os mails recebidos, sou acusado de defender a tese de que no Brasil não existe racismo. De certa forma, a defendo. Algum racismo existe entre nós, ou humanos não seríamos. Mas jamais ao nível dos EUA ou países europeus. O negro, quando rico ou bem-sucedido, é estimado e mesmo invejado no Brasil. Milhões de brancos brasileiros se sentiriam sumamente honrados sendo fotografados junto a um Pelé. O rechaço existe em relação ao negro pobre ou miserável. Neste caso, o fator de distanciamento não é a negritude do negro, mas sua miséria. Exceto padres católicos e assistentes sociais, ninguém gosta de miséria. Nem negro gosta de negro pobre.

Nunca tivemos, no Brasil, leis proibindo a negros qualquer direito. As chamadas leis Jim Crow, declaradas inconstitucionais pela Suprema Corte americana em 1954, constituíram a partir de 1880 a base legal da discriminação contra negros nos Estados do Sul, proibindo até mesmo um estudante passar um livro escolar a outro que não fosse da mesma raça. No Alabama, nenhum hospital podia contratar uma enfermeira branca se nele estivesse sendo tratado um negro. As estações de ônibus tinham de ter salas de espera e guichês de bilhetes separados para cada raça.

Os ônibus tinham assentos também separados. E os restaurantes deveriam providenciar separações de pelo menos sete pés de altura para negros e brancos. No Arizona, eram nulos casamento de qualquer pessoa de sangue caucasiano com outras de sangue negro, mongol, malaio ou hindu. Na Florida, proibia-se o casamento de brancos com negros, mesmo descendentes de quarta geração. Neste mesmo Estado, quando um negro compartilhasse por uma noite o mesmo quarto que uma mulher branca, ambos seriam punidos com prisão que não deveria exceder 12 meses e multa até 500 dólares. Na Geórgia, cerveja ou vinho tinham de ser vendidos exclusivamente a brancos ou a negros, mas jamais às duas raças no mesmo local. No Mississippi, mesmo as prisões tinham refeitórios e dormitórios separados para prisioneiros de cada raça. No Texas, cabia ao Estado providenciar escolas para crianças brancas e para negras. As leis Jim Crow explicam a *mauvaise conscience* ianque, que se traduziu na ação afirmativa.

Brasileiros, desconhecemos este racismo institucionalizado. Negros e brancos casam-se com brancas e negras, bebem e comem nos mesmos restaurantes, estudam e confraternizam nos mesmos bancos escolares. Se há menos negros que brancos na universidade, isto se deve a fatores econômicos, mas jamais legais. O branco pobre – e eles são legião – tem a mesma

dificuldade de acesso aos bancos universitários que o negro pobre. O negro rico – e eles também existem – tem a mesma facilidade de acesso que o branco rico. É inteligível o ódio que um negro americano possa sentir por um branco americano. Não há no entanto razão alguma para que este ódio seja exportado ao Brasil. Neste país, do ponto de vista legal, o negro nunca foi discriminado.

O Brasil costuma importar as piores práticas do Primeiro Mundo, costume afirmar. No censo de 2.000, quase sete milhões de norte-americanos, pela primeira vez, foram autorizados a identificar-se como integrantes de mais de uma raça. As categorias inter-raciais mais comuns citadas foram branco e negro, branco e asiático, branco e indígena americano ou nativo do Alasca e branco e "alguma outra raça". Os Estados Unidos deixam de lado a *onedrope rule*, pela qual um cidadão é considerado negro mesmo que tenha uma única gota de sangue negro em sua ascendência, e descobrem o mestiço.

Enquanto os Estados Unidos reconhecem a multi-racialidade, alguns movimentos negros no Brasil pretenderam que até os mulatos se declarassem negros no último censo. O propósito é óbvio, exercer pressão legislativa. A população negra do Brasil, em 99, era de apenas 5,4%. Com o acréscimo de 39,9% do contingente de mulatos,

o Brasil estaria perto de ser definido como um país majoritariamente negro, como aliás é hoje considerado por muitos americanos e europeus. O presidente José Inácio Lula da Silva, em sua já proverbial incultura, caiu nesta armadilha, ao afirmar que o Brasil é a segunda nação negra do mundo. Não é. Negro é minoria ínfima no Brasil. A menos que, como fizeram os EUA, se pretenda negar este espécime híbrido, o mulato.

Quando os americanos descobrem o mestiço, os ativistas negros brasileiros querem eliminá-lo do panorama nacional. Em uma imitação servil da imprensa ianque, os jornais tupiniquins passam a usar o termo afrodescendente para definir a população que o IBGE classifica como negra ou parda. Mas se um negro é obviamente afrodescendente, o pardo é tanto afro como eurodescendente. A adotar-se a nova nomenclatura, sou forçado a declarar-me eurodescendente. E não vejo nisso nenhum desdouro.

A palavra racismo, pouco freqüente na imprensa brasileira em décadas passadas, passou a inundar as páginas dos jornais a partir da queda do Muro de Berlim. *Apparatchiks* saudosos da Guerra Fria, vendo desmoralizadas suas bandeiras de luta de classes, proletariado versus burguesia, trabalho versus capital, trataram logo de encontrar uma nova dicotomia, para lançar

irmãos contra irmãos. Existem negros e brancos no Brasil? Maravilha. Vamos então lançá-los em luta fratricida. Criaram-se leis absurdas que, a pretexto de combater o racismo, só servem para estimulá-lo. Hoje, no Brasil, se você insultar um negro, incorre em crime hediondo, com prisão firme e sem direito à fiança. Mas se matar um negro, a lei é mais leniente. Se você for primário, pode responder ao processo em liberdade. Ou seja: se você, em um momento de ira, insultou um negro e quer escapar de uma prisão imediata, só lhe resta uma saída: mate-o. Segundo a lei absurda, assassinato é menos grave que ofensa verbal.

Vamos às cotas. Em virtude deste hábito nosso de importar do Primeiro Mundo seus piores achados, acabamos instituindo as cotas raciais na universidade. Mais uma dessas tantas leis que fabricam racismo. Como pode um jovem pobre e branco encarar sem animosidade um negro que lhe tomou a vaga na universidade, só porque é negro? Quando o juiz federal Bernard Friedman determinou o fim da política de ação afirmativa da faculdade de Direito da Universidade de Michigan, os americanos começaram a perceber que a política de cotas era uma péssima idéia. Em 1977, a estudante branca Barbara Grutter abriu processo depois de não ter sido aceita pela faculdade de Direito. Para Friedman, levar em consideração a raça dos estudantes como fator

para decidir se os aceita ou não é inconstitucional. Segundo o juiz, a política de ação afirmativa da faculdade assemelha-se ao sistema de cotas, que determina que uma certa porcentagem de estudantes pertença a grupos minoritários. Ao ordenar que a faculdade deixe de praticar essa política, escreveu: “Aproximadamente 10% das vagas em cada turma são reservadas para membros de uma raça específica, e essas vagas são retiradas da competição”.

Em 2002, o programa **60 Minutes** entrevistou um professor que mostrava a injustiça do sistema. De 51 estudantes brancos candidatos a um programa da faculdade, apenas um foi aceito. Entre dez candidatos negros, foram aceitos os dez. A universidade adota uma espécie de lei Jim Crow às avessas, aceitando qualquer candidato negro e recusando brancos. Quando os americanos descobrem que a política de afirmação positiva não constitui uma idéia boa ou justa, autoridades brasileiras aderem a esta política infame. Já existe projeto, aprovado Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara Federal, segundo o qual deverão ser escalados 25% de atores negros ou mulatos em peças de teatro, filmes e programas de televisão.

Só no teatro, o leitor já pode imaginar as peripécias de um diretor. Se pensa em encenar

Ibsen ou Tchekhov, como inserir negros em contextos eslavos ou nórdicos? E se a peça tiver um só personagem? Pelo menos um quarto do monólogo terá de ser feito por um negro? Só mesmo no bestunto de um analfabeto poderia ocorrer esta pérola do politicamente correto. Quando os EUA passam a abandonar o sistema de cotas, deputados brasileiros querem adotá-lo até mesmo no universo do lazer.

Quando afirmei que negros capturavam negros na África, para vendê-los como escravos aos brancos europeus, não faltou interlocutor que alegasse que, se escravidão existia, é porque na Europa havia uma procura de escravos. Vários leitores jogaram sobre a Europa a pecha da escravidão. Tal atitude intelectual denota falta de leituras históricas. A escravidão é muito anterior à Europa. Ela já existe na Grécia socrática, quando Europa era apenas o nome de uma virgem raptada por Zeus, travestido em touro. Que mais não seja, a escravidão é vista como algo perfeitamente normal no livro que embasa o Ocidente.

Um leitor cita o **Eclesiastes**, quando Salomão fala de um homem que domina outro homem para arruiná-lo. Considera que esta declaração é universal, não se aplicando a uma raça, mas a todas as raças. E considera ser intelectualmente

irresponsável invocar a Bíblia sem realçar este fato. O leitor esqueceu de ler o **Êxodo**:

“Quando comprares um escravo hebreu, seis anos ele servirá; mas no sétimo sairá livre, sem nada pagar. Se veio só, sozinho sairá; se era casado, com ele sairá a esposa. Se o seu senhor lhe der mulher, e esta der à luz filhos e filhas, a mulher e seus filhos serão do senhor, e ele sairá sozinho. Mas se o escravo disser: ‘eu amo a meu senhor, minha mulher e meus filhos, não quero ficar livre’, o seu senhor falo-á aproximar-se de Deus, e o fará encostar-se à porta e às ombreiras e lhe furará a orelha com uma sodela: e ele ficará seu escravo para sempre”. À semelhança de ativistas negros que não gostam de ouvir que chefes tribais africanos vendiam escravos aos brancos europeus, muitos católicos não gostam de ouvir que a Bíblia endossa a escravidão. Mas que se vai fazer? No Livro está escrito: “Se alguém ferir o seu escravo ou a sua serva com uma vara, e o ferido morrer debaixo de sua mão, será punido. Mas, se sobreviver um ou dois, não será punido, porque é dinheiro seu”.

O **Levítico** legitima a aquisição de escravos estrangeiros: “Os servos e servas que tiverdes deverão vir das nações que vos circundam; delas podereis adquirir servos e servas. Também podeis adquiri-los dentre os filhos dos hóspedes que habitam entre vós, bem como das suas famílias

que vivem conosco e que nasceram na vossa terra: serão vossa propriedade e deixá-los-eis como herança a vossos filhos depois de vós, para que os possuam como propriedade perpétua. Tê-los-eis como escravos; mas sobre os vossos irmãos, os filhos de Israel, pessoa alguma exercerá poder de domínio”.

Ou seja, não há originalidade alguma no fato de a Europa ter sido escravista. Estava apenas seguindo os ditames do livro que a embasa. A escravidão percorre o Livro de ponta a ponta, só não vê quem não quer ver. Portugal, país bom cristão, não deixaria de dar continuidade à tradição bíblica. Negros brasileiros exigem hoje indenizações milionárias da República, em nome da escravidão passada. Ocorre que o Brasil república não conheceu a instituição da escravatura. A Lei Áurea é de 1888 – coincidentemente da mesma época em que nos EUA vigiam as hediondas leis Jim Crow. A república foi proclamada em 1889. Se os negros querem indenização, a conta deve ser enviada a Portugal.

Existe hoje trabalho escravo no Brasil? Sim, existe. Mas nenhuma lei o legitima, pelo contrário. É crime e como tal é punido. Seria insensato de nossa parte negar a existência de nossas mazelas, em nome de um *enjolivement* da história pátria.

E aqui entramos no ponto que mais protestos provocou em meu artigo, a afirmação de que a história da África é a história das guerras tribais e da escravidão, da lapidação por adultério, da mutilação física como punição e da mutilação sexual como costume. Choveram e-mails citando feitos passados, antigas culturas e houve quem empunhasse o Egito como um dos expoentes da cultura negra. Não bastasse a tese furada de que Atenas era negra, vemos agora o Egito inserido no debate afro. De Dakar, um leitor me envia referências sobre Cheikh Anta Diop, estudioso senegalês que parte da idéia de que o antigo Egito faz parte da África negra.

Pode ser. Mas tal tese está longe de constituir unanimidade entre historiadores. Mesmo que assim fosse, de nada vale o argumento. Se um dia um hipotético Egito negro teve uma trajetória gloriosa, hoje não mais a tem. Essa trajetória foi em algum momento interrompida, e hoje o Egito vive a hora nada gloriosa do Islã. Que mais não seja, o antigo Egito era escravagista — os hebreus que o digam! — e isto tampouco depõe a favor da África.

Não faltou quem me acusasse de ser filho ingrato, afinal nossos ancestrais todos teriam surgido em solo africano. O argumento é contraproducente. Se todos de lá descendemos, foi preciso abandonar Mãe África para que o

homem evoluísse. Que mais não seja, apegar-se a passados gloriosos de um país para alimentar auto-estima é doença de nacionalistas tacanhos. Pior ainda quando o apego é ao passado de uma etnia: estamos entrando na estreita fimbria que separa orgulho étnico de racismo. Antes de pertencermos a uma ou outra nação, a esta ou aquela etnia, pertencemos à raça humana.

Afirmo que estudar a história africana, seja a passada, seja a presente, não leva criança alguma a nenhuma auto-estima. Vejo que magoei muitos leitores. Inúmeros destes, munidos de um computador, enviaram suas mensagens por modem, em velocidade quase instantânea, via Internet. São pessoas alfabetizadas, o que neste nosso mundo já constitui privilégio. Em geral com curso superior, pelo que entendi. Usam das atuais facilidades de comunicação e da liberdade de expressão de pensamento nos países onde vivem. São nutridas por informação via satélite e podem acompanhar quase em tempo real os conflitos no planetinha, confortavelmente sentadas frente a um televisor. Certamente são usuárias de jatos e automóveis em seus deslocamentos, comem em bons restaurantes e foram formados em boas universidades. Ou seja, gozam do melhor do Ocidente.

Isto, caríssimos, não é herança africana. Que a África seja uma terna lembrança de um

passado imemorial, vá lá. Hoje, não tem lição nenhuma a dar ao Ocidente. Quando na África existir eleições livres e democracia, noções de direitos humanos, imprensa e liberdade de imprensa, mulheres com os mesmos direitos que os homens, quando na África clitóris não mais sejam mutilados nem mulheres lapidadas, voltamos a conversar. A África trouxe contribuições à humanidade? Viva a África. O que não se pode, sob pena de falsificar a história, é ignorar suas mazelas presentes. Por enquanto, repito, a África está mais para Idi Amin Dada que para Mozart.

Quando alguém me fala da excelência de certas culturas primitivas, costumo lembrar de **A Vida de Brian**, dos Monty Python. Reunidos os conspiradores judeus, o líder pergunta: que nos trouxeram os romanos? Estradas, responde alguém. Certo. Mas além das estradas, que nos deram? Hospitais, responde outro. É! Mas que mais além das estradas e hospitais? Aquedutos, sugere um terceiro. E assim continua a discussão, até que sai um manifesto: apesar de nos terem trazido estradas, hospitais, aquedutos, escolas, esgotos, romanos go Rome!

Entendo o estudo da história como o estudo do acontecido. Não pode um historiador subtrair fatos só porque tais fatos são desonrosos à história de um povo. Durante todo um século – o

passado – os comunistas construíram uma história fictícia para mostrar como paraíso o que em verdade era um inferno aqui na Terra mesmo. Não queiram os ativistas negros repetir esta infâmia. A do século passado ainda nos pesa e está longe de ser extirpada de nossa memória.

Luta de classes morta, luta racial posta —

Em resposta a artigos que publiquei nesta revista, leio uma prolixa contestação de um acadêmico da Universidade de Michigan. Por apreço à síntese e ao leitor, tentarei ser breve. Não vou entrar na discussão de DNA ou fenótipos. Seria cair na armadilha da discussão sobre raça, conceito que até hoje não se conseguiu definir. Minha proposição inicial foi discutir racismo e leis que estimulam o racismo, o que é muito diferente. Se raça é algo impossível de determinar, racismo é algo muito palpável, e contamina tanto brancos como negros. Por um lado, a idéia de fenótipos é o caminho mais curto até sistemas como o nazista. Por outro, em nada me interessa que fenótipos portam as pessoas que me rodeiam. Tampouco vou responder, ponto a ponto, todas as objeções. Doze mil palavras é formato que não condiz com meu estilo. Vou me ater, nesta réplica, a alguns itens sobre este país em que nasci e vivo.

Mark Wells, militante da nova ideologia afrobrazilianista ianque, começa citando o doutor e sociólogo Raimundo Nina Rodrigues: "the black race of Brazil... will always constitute one of the factors of our inferiority as a people". Para começar, o tenho por etnólogo e não sociólogo, mas isto é o de menos. Tal afirmação não corresponde ao que um brasileiro pensa sobre as populações negras no Brasil. Não tendo nunca os negros empunhado o poder político e administrativo da nação, jamais poderiam ter sido responsáveis por qualquer suposta inferioridade do país. Esta tese é de um racismo insólito, só concebível no bestunto de um acadêmico isolado em torre de marfim. O homem do povo, que vive e trabalha ombro a ombro com negros e mulatos, não pensa assim. Se inferioridade há, esta deve ser debitada aos brancos, que sempre tiveram o poder em mãos. Há quem afirme, isto sim, que nossas mazelas decorrem de termos sido colonizados por portugueses, e não por holandeses ou franceses. É possível. Mas história alternativa é disciplina espúria, que nada tem de rigor. Prefiro outra tese: nossas desgraças decorrem de termos sido colonizados por católicos. País protestante ou luterano, de modo geral, é sempre rico.

Cabe lembrar que Nina Rodrigues foi influenciado pelas idéias do conde de Gobineau, um dos precursores do racismo nazista, que

esteve no Brasil entre 1869 e 1870. Este nobre francês aventou a exótica idéia de que a mistura de raças acabaria levando à pura e simples extinção da população brasileira. O médico baiano deixou-se deslumbrar pelo discurso da aristocracia gálica e considerou que toda e qualquer miscigenação resultaria inevitavelmente em desequilíbrio mental e degenerescência. Nina Rodrigues foi incumbido de analisar o crânio de Antônio Conselheiro. Considerou que, em se tratando de um mestiço, o morto era muito suspeito de ser degenerado. Você não pode, de forma alguma, Mr. Wells, interpretar a realidade brasileira a partir de considerações de um pensador racista influenciado por um precursor do nazismo. Seria como pedir a Hitler um parecer sobre a questão judia.

Mr. Wells afirma, citando pesquisa da Fapesp, que “the term *pardo* was developed as a way for the Brazilian government to hide the fact that it had such a high proportion of African descent people”. A afirmação é vaga. Qual governo? Em que época? Quais documentos baseiam tal afirmação? O autor da pesquisa citada não fornece nenhuma base documental à sua tese. É uma afirmação apoiada no vazio, o que depõe contra as qualificações acadêmicas exibidas pelo articulista. Pardo ou mulato quer dizer a mesma coisa e mulato é palavra antiga. Se você apanhar um Larousse, lá está: “Mulâtre,

mulâtresse: homme ou femme de couleur, nés d'un Noir et d'une Blanche”. A palavra vem do espanhol e data de 1544. Vamos ao dicionário de Marina Moliner: “se aplica al mestizo hijo de blanco y negro”. A distinção entre negro e mestiço não foi criada por governo brasileiro algum. Ela já existia há séculos em outras culturas.

Machado de Assis, o patrono da literatura brasileira, sempre foi considerado mulato. Estamos no século XIX. Os historiadores da literatura não o situam como negro, por uma simples razão: não era negro. É salutar que esta distinção seja feita, pois a fenômenos diferentes cabem denominações diferentes. Mesmo mulato, Machado conquistou a admiração da intelectualidade branca e universitária, como também um outro seu coetâneo, Lima Barreto. Estranho país racista este nosso, onde o vulto maior da Letras nacionais é um mulato.

Mr. Wells tem razão ao citar pesquisa do Censo mostrando que “the state of Bahia is approximately 25 percent white, 20 percent black and 55 percent mulato”. Folgo em saber que, pelo menos para efeito de argumentação, você aceita as definições do censo. Penintencio-me por ter afirmado “a definite black majority”. Seria mais preciso se dissesse “uma maioria de pretos e mulatos”. Mas isto não muda em nada o mérito da questão. O que afirmei é que o Estado da

Bahia jamais fez um governador negro. Mesmo com o mais alto percentual de negros do país, com o mais alto contingente de negros e mulatos somados e com uma minoria de 25% de brancos. Ou seja, o eleitorado baiano é composto por três quartos de eleitores de cor. Porque só elege brancos? Para ativistas que tudo vêem sob a ótica do racismo, a resposta é constrangedora. Teriam pretos e mulatos preconceitos contra candidatos pretos e mulatos? Aliás, esta parece ser a característica fundamental dos negros que fizeram sucesso no futebol brasileiro. Tão logo se tornam ricos, escolhem loiras como suas mulheres.

Já no Rio Grande do Sul, Estado majoritariamente branco, tivemos o negro Alceu Collares eleito governador, em 1990. Você afirma: “It's also funny that you should mention Alceu Collares being elected governor. In 1993, in Vitória, state of Espírito Santo, a 19-year old black female college student named Ana Flávia Peçanha de Azeredo was assaulted and punched in the face by a 40-year old white woman and her 18-year old son over the use of an elevator in an apartment complex”. Ora, você não pode comparar um *fait divers* da crônica policial com a vontade de um eleitorado de nove milhões de habitantes (na época). Pesquisando melhor, é possível que você encontre mais casos semelhantes. Digamos que encontre dez, ou

mesmo vinte. Não podem ser comparados à vontade de uma população de nove milhões, que tinha de escolher entre um candidato negro e dois outros brancos, e escolheu o negro. Collares, diga-se de passagem, tão logo tornou-se governador, teve a mesma atitude dos atletas negros. Trocou a fiel e negra Antônia que o acompanhara nos anos de vacas magras por uma loiríssima secretária.

“In Brazil, still today, maids must use the back service elevator while residents use public elevators”. Sua afirmação parece provir de quem conhece extensivamente o país todo, e não a de um pesquisador que esteve onze semanas na Bahia. Tivesse saído do gueto, veria por exemplo, que em todos os elevadores de São Paulo está afixada a transcrição de uma lei: “É vedado, sob pena de multa, qualquer discriminação em virtude de raça, sexo, cor, origem, condição social, porte ou presença de deficiência física e doença não contagiosa por contato social no acesso aos elevadores”. Você não encontrou este aviso na Bahia? Se não encontrou, é porque a Bahia, com seus 75 % de negros e mulatos, está ainda muito atrasada em matérias de leis contra a discriminação.

“With this in mind, let us also remember this when we walk the streets of Bahia (a 75 percent black state) and never see a black face on the

cover of a magazine (except for *Raça Brasil*) or rarely see a black face on Brazilian television (except as criminals, maids, *pagodeiros*, futebol players). Com esta afirmação, você confirma minha antiga suspeita que a Bahia é um Estado onde o negro é racista em relação ao negro. Venha a São Paulo, onde a proporção negra é bem menor, e verá negros e negras como âncoras de televisão, animadores de programas, repórteres, redatores e colunistas em jornais. São Paulo, com seus mais de dez milhões de habitantes, é, ao lado do México, uma das maiores metrópoles latino-americanas. Ainda recentemente, teve como prefeito Celso Pitta, cidadão negro eleito em concorrência a candidatos brancos. (Saiu do governo com a pecha de corrupto, mas isto é outra história). Mais recentemente, tivemos uma governadora negra no Rio, hoje ministra em Brasília. Você não pode afirmar, de forma alguma, que a televisão brasileira só mostra faces pretas quando se trata de “criminals, maids, *pagodeiros*, futebol players”. Ano passado, eu participava de uma festa em um condomínio de luxo (essas cidadelas fortificadas onde ricos – sejam brancos, sejam negros – se protegem da violência que toma conta do país) e, em dado momento, vi os participantes todos da festa, brancos e negros, se apertando para sair na foto junto a um negro. Como quase não assisto a televisão nacional, não imaginava de quem se

tratasse. Soube mais tarde que era Nettinho, um dos mais famosos apresentadores do país.

Mas você ainda afirma: “It is truly a shame that in the year 2003 people continue to use Brazilian entertainers and athletes such as Pelé to try and down play the effects of racism in society. Many people use this same logic in the US. Just because you allow a black person to entertain you doesn't necessarily mean you would like for a person who looks like them to be your neighbor, marry your daughter or be president of your country”. Pode ser que assim seja nos Estados Unidos. Aqui, não. Os negros estão representados na Câmara de Deputados e no Senado, nas Câmaras de Vereadores e nos Ministérios, na magistratura, na universidade e na imprensa. Constituem minoria? É porque não contam sequer com o voto do grande contingente negro e mulato do país, pois neste país as eleições são livres e negros e mulatos votam. E até é bom que assim seja. A maior desgraça com que poderíamos ser brindados seria ter partidos baseados em raça. A idéia de que negro só vota em negro já roçou as mentes tupiniquins. Por enquanto, pelo menos, esta semente de nazismo foi esconjurada.

Os negros são nossos vizinhos e casam com nossas filhas, sim senhor! Ou não teríamos uma população de quase 40% de mestiços. Há famílias

que têm restrições a casamentos inter-raciais? E por que não? Alguma lei proíbe que uma família tenha preferências em relação a seus filhos? De qualquer forma, não vivemos em um país feudal, onde a vontade soberana do *pater familias* determina o destino dos filhos. Quanto a ser presidente da República, nada impede um negro de candidatar-se à suprema magistratura e tenho a firme convicção de que, mais dia menos dia, teremos um presidente negro. A este operário branco de extrema incultura que o país hoje elegeu, eu me sentiria muito melhor servido por um presidente negro que tivesse maiores luzes e experiência administrativa. A cor do presidente não me interessa. Interessa-me sua competência.

Você cita a participação de João Batista de Lacerda, em 1911, no I Congresso Universal das Raças, em Londres. Segundo o médico brasileiro, em um século de miscigenação, “black people would ultimately disappear from Brazilian society”. Sabemos que Lacerda ilustrou sua tese com o quadro **A redenção de Can**, de Modesto Brocos y Gomes, que pretendia registrar esse branqueamento mostrando como o cruzamento dos negros e seus mestiços com brancos diluía o sangue africano, gerando descendentes claros. Pela denominação do Congresso, você já pode deduzir que se vivia uma época em que o conceito de raça gozava de estatuto científico, o que hoje não mais se admite. No quadro de Brocos y

Gomes, havia uma negra velha em gesto de preito, ao lado de uma mulata clara, mais um homem de traços ibéricos e uma criança, supostamente filha do casal, de pele clara, mostrando a progressão do negro ao branco. Ora, a obra de um pintor não pode ser fundamentação para quem pretende demonstrar uma tese na área de genética.

Citar Lacerda é o mesmo que citar o protonazista Nina Rodrigues. Se Gobineau – o guru de Nina Rodrigues – afirmava que a mistura de raças acabaria levando à pura e simples extinção da população brasileira, Lacerda é mais modesto: será extinta apenas a população negra. Não podemos hoje, em pleno século XXI, dar ouvidos a teorias desvairadas do século XIX, que aliás se revelaram em contramão da realidade. Ao afirmar que “Brazil's leaders chose to try and mix the African blood right out of the country” você está aceitando teorias conspiratórias que jamais existiram, exceto talvez na cabeça de algum racista – e estes sim existem. Mas nada, em sã consciência, autoriza alguém a afirmar que sejam os líderes brasileiros os responsáveis por esta teoria. Quem são esses líderes responsáveis por tão maquiavélica estratégia? Eu os desconheço. Quem defendeu quase histericamente a miscigenação, nos últimos anos, foi Darcy Ribeiro. Mas em defesa da negritude e não como instrumento de extinção do negro.

Em **O Presidente Negro** (1926), Monteiro Lobato, ciente das teses de Nina Rodrigues e Batista Lacerda, satiriza uma cientista americana, Miss Jane, que afirma ser o ódio a mais profunda das profilaxias. Impede que uma raça se desnature, descristalize a outra e conserva ambas em um estado de relativa pureza. “O amor matou no Brasil a possibilidade de uma suprema expressão biológica. O ódio criou na América a glória do eugenismo humano”. Não por acaso, o autor coloca na boca de uma norte-americana esta tese estapafúrdia. Brasileiros, dispensamos este ódio purificador.

Mr. Wells diz ter visto uma única vez uma mulher negra ser coroada Miss Brasil, Deise Nunes de Souza, em 1986. Ocorre que o Brasil não existe a partir de 1986. Em 1964, a carioca Vera Lúcia Couto dos Santos foi a primeira negra a ser eleita Miss Brasil. Verdade que foi bombardeada com telefonemas anônimos, alegando que uma preta não poderia ser Miss Brasil. Isso no Rio de Janeiro, Estado também de predominância negra e mulata. Mas foi eleita e eleita permaneceu. Cabe lembrar que Deise Nunes é gaúcha, pertence àquele mesmo Estado de maioria branca que elegeu Alceu Collares. E cabe ainda lembrar um episódio de flagrante racismo de parte da comunidade negra de Porto Alegre, ocorrido nos anos 80. Porto Alegre elegeu uma rainha do carnaval ... branca, para sua

infelicidade. Os movimentos negros protestaram, alegando que o carnaval era uma festa negra e a rainha, portanto, tinha de ser negra. As pressões, que incluíram inclusive apedrejamento à casa da moça, foram tantas, que ela teve de renunciar ao cetro. Curiosamente, ninguém lembrou na época que o carnaval, em suas origens, nada tem a ver com negros ou África. É uma festa branca e romana.

“In several books about Brazil, it has been reported that Afro-Brazilians were barred from entering prestigious social clubs even when they had the money for the special membership fees”. A afirmativa merece algumas observações. Existiram clubes no Brasil, exclusivamente de negros ou brancos. Se nos clubes de brancos negro não entrava, a recíproca era verdadeira: no de negros, branco não entra. Desses clubes, o que hoje mais se destaca, é o bloco Ilê Aiyê, na Bahia, fundado em 1974, e que até hoje não admite brancos entre seus membros. Que mais não seja, clubes são entidades privadas, onde pessoas se reúnem com as pessoas que gostam de reunir-se. Se britânicos gostam de reunir-se entre britânicos, se homossexuais gostam de reunir-se entre homossexuais, não vamos condená-los por isso. Condenável seria, isto sim, barrar pessoas em lugares públicos por uma questão de cor.

A propósito, você afirma: “In the Frances Twine book, we find that black people were often times not allowed to walk on certain sides of the street!” Ora, Twine viveu apenas onze meses em uma pequena comunidade fluminense. (Melhor que onze semanas, é verdade, mesmo assim pouco concludente). Extrair conclusões genéricas a partir de tão curto período em uma comunidade isolada é confundir o universo com o círculo-de-dois-metros-de-diâmetro-em-torno-ao-próprio-nariz. Se por ventura em alguma época isso existiu naquela comunidade, não pode ser estendido ao Brasil, onde negros e brancos andam por onde bem entendem. Nada nem ninguém obriga, hoje, um negro a andar por este ou aquele lado da calçada. Não podemos julgar o Brasil contemporâneo a partir de hipotéticos fatos isolados de comunidades perdidas na geografia. Certos grupos, no Rio de Janeiro, costumam aplaudir o pôr-do-sol. Nem por isso vamos afirmar que no Brasil costuma-se aplaudir o pôr-do-sol. O que existe hoje são territórios inteiros onde nem negro nem branco pode entrar. São as reservas indígenas.

Os afrobrazilianistas têm produzido não poucos ensaios, onde o não-branco é automaticamente identificado com o negro. Na recente enxurrada de estudos acadêmicos sobre o Brasil, publicados nos Estados Unidos, talvez o historiador Jeffrey Lesser seja o único a ter uma

visão abrangente e não racista da questão. Em **Negotiating National Identity: Immigrants, Minorities and the Struggle for Ethnicity in Brazil**, Lesser procura mostrar como outros grupos imigrantes não-brancos, em especial japoneses e árabes, participaram da construção de uma identidade brasileira. Segundo o viés racista dos afrobrazilianistas, o universo parece ter apenas duas cores, branco e preto.

Não procedem as afirmações de Mr. Wells de que ninguém tenha sido punido por racismo no Brasil. “How many white Brazilians do you know (and can prove) have been actually thrown in jail for racist practices? Most likely NONE! And as far as murder, I can relay several stories I have been told in which a black Brazilian was killed and absolutely **NOTHING** was done about it!” Você não pode citar um, ou três ou quatro casos como regra geral. Para começar, aqui em São Paulo (falo apenas da cidade de São Paulo), a cada fim-de-semana, são assassinadas entre 50 e 60 pessoas, entre brancos e negros, e assassino algum é punido. Há hoje, só no Estado de São Paulo, nada menos que 127 mil mandados de prisão a cumprir. Que não são cumpridos porque não há vagas nas penitenciárias. Ou seja, há 127 mil condenados – ou pelo menos indiciados – livres como passarinhos. Neste número não estão incluídos as dezenas de milhares de autores de crimes não elucidados. Impunidade não é

característica de assassinos de negros, mas prática amplamente disseminada no Brasil.

Quanto a delitos raciais, uma rápida pesquisa nos jornais nos mostra casos interessantes. O Tribunal de Alçada de Minas Gerais, por exemplo, condenou uma senhora a indenizar seu vizinho em R\$ 5.000,00, a título de danos morais. A referida senhora havia chamado seu vizinho, publicamente, de "macaco", "nego fedorento" e "urubu", ferindo a moral do ofendido. No Rio de Janeiro, o juiz da 7a. Vara Criminal condenou a dois anos de detenção, com sursis, uma empresária que teria se referido a uma candidata a emprego como "negrinha maltrapilha e sem modos". O juiz da Infância e Adolescência de Florianópolis condenou menor que, em um jogo de futebol na escola, chamou o colega de "negro feio". O menor foi condenado a seis meses de liberdade assistida. São punições pesadas para uma ofensa verbal, que jamais seria punida se dirigida a um branco.

Enquanto isso, um cantor popular fez sucesso nacional no rádio e televisão com uma música intitulada *Lôra Burra*. Nenhum processo, nenhuma acusação de racismo, nenhuma condenação. Imagine, Mr. Wells, se alguém intitulasse alguma canção de "Nega Burra". Seria imediatamente processado. Foi o que aconteceu com o cantor Tiririca, acusado de crime de

racismo por causa da música *Veja os Cabelos Dela*, que contém os versos “Essa nega fede / Fede de lascar”. Sobre o assunto, escreveu Henrique Cunha Júnior, professor titular da Universidade do Ceará: “se não bastassem os insultos e outros vexames impostos, temos ainda um boçal cantando no rádio que a nega fede, e nenhum dizer social de justiça ou de dignidade humana que proíba e puna este racismo”. O detalhe caricatural em tudo isto é que a música era dedicada à própria mulher do cantor, que nela não via intenção alguma de insulto, mas sim uma referência bem humorada.

O que venho afirmando, desde meu primeiro artigo, é que diplomas legais estão criando lutas raciais no Brasil. A lei nº 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, está sendo brandida a torto e a direito não para dirimir, mas para acirrar conflitos. Há cinco anos, numa prova de língua portuguesa no vestibular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ocorreu um caso caricatural deste novo tipo de racismo. As frases “ela é bonita, mas é negra” e “embora negra, ela é bonita” provocaram indignação de entidades ligadas aos direitos dos negros no Estado. O Instituto e Casa de Cultura Afro-Brasileira (Icab) ingressou com representação criminal junto ao Ministério Público Federal e registrou queixa na Secretaria da Segurança Pública, pedindo que

fosse apurada denúncia de crime de racismo por parte da UFMS. O grupo Trabalhos e Estudo Zumbi (Tez) pediu a anulação da questão e uma retratação pública da UFMS. Para Aparício Xavier, presidente do Icab, a questão era uma aberração, feita para a época medieval. "Se eu estivesse fazendo a prova, a rasgaria e botaria fogo".

A partir de duas frases, o candidato deveria indicar as respostas corretas. Uma das respostas considerada certa afirmava que na frase "a" ("Ela é bonita, mas é negra") a cor da moça era argumento desfavorável à sua beleza. Outra resposta considerada correta, na frase "b" ("Embora negra, ela é bonita"), dizia que a cor da moça era uma restrição superável pela beleza. Para o presidente da Comissão Permanente de Vestibular, responsável pela elaboração da prova, Odonias Silva, a questão foi "uma escorregada infeliz". O presidente do Icab pediu ao chefe do Departamento de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Ivair Augusto dos Santos, que oficializasse a indignação dos negros junto ao Grupo Interministerial da Presidência da República pela Valorização da População Negra, criado pelo presidente Fernando Henrique. Tanto o Icab como o Grupo Tez pediram uma indenização por danos morais. A nenhum representante de entidades ou professor ou reitor ocorreu lembrar que, se alguém quisesse queimar

e rasgar a provas em razão da frase, teria de começar rasgando e queimando a Bíblia. Pois lá está, na abertura de seu mais belo livro, o Cântico dos Cânticos: “Eu sou negra, mas formosa, ó filhas de Jerusalém, como as tendas de Quedar, como as cortinas de Salomão”. Vamos à Vulgata Latina, tradução da qual deriva a maior parte das traduções atuais. Lá está: *nigra sum, sed formosa*. A Vulgata, por sua vez, deriva da tradução dos Septuaginta — feita a partir do original hebraico — onde está, em grego: *Melaina eimi kai kale*.

Durante o governo passado, a Associação Brasileira de Negros Progressistas ingressou com uma representação ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a abertura de processo contra o ministro da Saúde, José Serra, por racismo. Questionava-se a escolha de uma atriz negra para a campanha de prevenção à Aids no carnaval, na qual a moça pede que seu último parceiro faça o teste de HIV. Para a entidade, a mulher negra foi ofendida ao ser exposta no anúncio como prostituta. O Ministério da Saúde reage: a atriz foi escolhida entre trinta candidatas, grupo que incluía louras, morenas e negras. Só teria ocorrido racismo se a melhor candidata não pudesse estrelar a campanha pelo fato de ser negra.

Se ficar o bicho pega, se correr o bicho come. Não fosse a modelo negra a escolhida no concurso, este poderia ser contestado por dar preferência a brancas. Curiosamente, não ocorreu aos sedizentes negros progressistas perguntar o que achava do assunto a principal interessada, a atriz Carla Leite. Que de modo algum se sentiu inferiorizada. "Pelo contrário, tenho orgulho de ter passado uma mensagem importante, por mais que haja polêmica", disse Carla. Ao que tudo indica, não existe prostituta negra no Brasil. O diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Negros Progressistas, Aguinaldo Triumpho Avellar, alega que os negros deveriam ser consultados sobre o teor do comercial. Assim, cada atriz negra que quiser trabalhar, terá de pedir prévia licença aos negros progressistas para saber se pode ou não candidatar-se a determinado papel.

Ainda em Florianópolis, aquela mesma cidade onde um menor foi condenado por chamar um colega de negro feio, ocorreu caso que bem demonstra o absurdo das leis anti-racismo. Uma trintena de funcionários foi demitida de uma empresa para-estatal. Um deles era negro. Entrou com ação por racismo. Foi reintegrado ao cargo e recebeu gorda indenização. Os demais funcionários, pela desgraça de serem brancos, ficaram a ver navios. Mas o caso mais caricatural desta histeria ocorreu em Brasília. Onde um

negro já foi para a cadeia por ter chamado outro negro... de negro.

Como os conflitos raciais no Brasil jamais foram tão intensos como nos Estados Unidos, os sedizentes negros progressistas tupiniquins estão fazendo o que podem para que possamos atingir os invejáveis níveis de ódio racial de um país de Primeiro Mundo. Para isto, contam com o valioso apoio desta nova geração de ativistas formados nas universidades americanas nas últimas décadas. Em vez dos apparatchiks soviéticos, temos agora uma fábrica acadêmica de racismo, os centros de black studies. Com arrogância típica de cidadãos do império, os afrobrazilianistas ianques pretendem entender melhor o Brasil do que os próprios brasileiros.

O país está deslizando em um declive perigoso, criando leis diferentes para diferentes pessoas. Índios já gozam de um estatuto especial. Podem matar à vontade, como Raoni. Ou estuprar com gosto, como Paiakan. Não podem ir para a cadeia, são índios. Negro pode entrar na universidade passando na frente de brancos com melhor habilitação no vestibular. Podem também insultar brancos, isto não é crime. Crime é insultar negro. Luta de classes morta, luta racial posta. Parafraseando os marxistas: o ódio é o fórceps da História.

* Debate na revista **Brazzil** (www.brazzil.com)

Nobel e Vigarices

Academia premia plagiários — Se os prêmios Nobel de Física, Química, Economia e Medicina são atribuídos a investigadores respeitáveis do Primeiro Mundo, os de Paz e Literatura, mais subjetivos e ideológicos, são mais permeáveis a embustes. Martin Luther King, que plagiou sua tese de doutorado, mesmo tendo cometido este crime de lesa-academia, recebeu o Nobel da Paz em 64. Isso sem falar que desviou verbas de suas campanhas em prol da igualdade racial para orgias com profissionais do sexo. Yasser Arafat, que defendeu na ONU, em 74, a tese de que um povo que luta pela própria independência tem o direito de apelar para atos terroristas, foi brindado com o prêmio da Paz em 94. Esta tolerância norueguesa a condutas criminosas não foi estranha aos suecos. Em 1965, no auge da Guerra Fria, o escritor russo Mikahil Aleksandrovich Sholokhov recebeu o Nobel de Literatura por sua obra **Don Silencioso**, epopéia em torno à vida, aspirações e tragédia dos cossacos do Don durante a guerra e a revolução.

E aqui começam os problemas. Considerada uma das obras primas da literatura universal, o **Don Silencioso** é um romance telúrico que exige um vasto conhecimento de sua geografia, de seu povo e de sua história. Foi publicado em 1928 e logo traduzido a todas as línguas de cultura do mundo. “O autor conhece a fundo a história dos cossacos do Don – escreve o dissidente russo Roy Medvedev, em **Qui a écrit le “Don Paisible”?** – em particular o final do século XIX e o início do XX. Tudo o que se refere à participação dos Cossacos nos combates da primeira guerra mundial revela uma notável compreensão da situação estratégica e do desenvolvimento das operações. Quanto à guerra civil sobre o Don e, particularmente a insurreição de Viochenskaïa, o autor demonstra dispor de informações que nem os historiadores soviéticos dos anos 20 dispunham. (...) O autor conhece enfim à perfeição não somente o mapa das cidades mais importantes (Moscou, Petrogrado, Novotcherkassk, Rostov) mas também a exata topografia da região do Don, com todas suas aldeias, stanitsas e suas pequenas estações”.

Detalhe: Sholokhov nascera em 1905. Não era cossaco, tinha escassa instrução e pouco conhecia a região do Don. No momento da concessão do prêmio, a ninguém ocorreu que um jovem de 23 anos não poderia ter acumulado a necessária bagagem de cultura cossaca exigida

para tal empreitada. O livro de Medvedev, que só pôde ser publicado na França, demonstra definitivamente o que até então apenas se murmurava no fechado universo soviético. O livro foi publicado em 1975, coincidentemente o mesmo ano em que Sholokhov, cercado de glórias, comemorava na ex-URSS seu septuagésimo aniversário.

O autor do **Don** foi em verdade o escritor Fédor Dimitrievitch Krioukov, diretor do jornal **Donskié Viédomosti**, com o qual colaborava Sholokhov. Cossaco de origem e de coração, Krioukov esteve no front nas épocas descritas no romance, juntou-se à contra-revolução e conheceu de perto seus chefes. Seus manuscritos desapareceram com sua morte, por tifo, em 1920, Na ocasião, estava acompanhado por Piotr Gromoslavski, futuro sogro de Sholokhov, cuja atividade literária tem início quando começa a freqüentar a casa do sogro. Krioukov, obviamente, foi banido dos anais da literatura russa. Sholokhov é hoje conhecido como o primeiro grande escritor russo a ter introduzido o tema dos cossacos na literatura. Em dezembro de 1965, recebeu das mãos do rei Gustavo Adolfo a láurea máxima da literatura ocidental.

O pálido aspargo de Pablo — Os animais mediáticos não gostam de ouvir falar sobre essa coisa inconveniente chamada História, afirmei no início deste ensaio. Nada mais doloroso do que ler livros que demolem nossos mitos mais queridos. E, no caso, mais próximos no tempo e na geografia. Por exemplo, **Minha Vida com Pablo Neruda**, de Matilde Urrutia, viúva do prêmio Nobel chileno de Literatura.

Neruda, militante comunista que criticou acerbamente o Ocidente durante toda sua, recebeu a láurea máxima da literatura ocidental em 1971. Vista de hoje, mais de década após a Queda do Muro e o desmoronamento do comunismo, sua premiação se revela paradoxal.

Pois haja fé para se considerar como poesia aquelas tripas espichadas de Eliecer Neftali Ricardo Reyes y Basoalto, que assim se chamava Neruda. Como ver um poema naquelas palavras soltas das **Odes**, muitas vezes uma ou duas por verso? Alinhadas horizontalmente, dariam uma ou duas frases, no máximo, de péssima prosa. Só mesmo décadas de repetição reiterada de que os poemas de Neruda são poesia tornaram possível conferir ao chileno o status de poeta. John Gunther, em seu ensaio **A Rússia por Dentro**, há quatro décadas, já nos explicava a razão das linhas extremamente curtas dos versos dos

poetas russos: é que os poetas recebiam uma taxa uniforme por linha, quatorze rublos.

Em **A Ponte dos Suspiros**, o insuspeito Moacir Werneck de Castro nos conta que os versos curtos das **Odes** nada tinham a ver com normas poéticas e sim motivações menos prosaicas: “é que o jornal **El Nacional**, de Caracas, pertencente ao escritor Miguel Otero e Silva, grande amigo de Neruda, colaborador assíduo, pagava as poesias por linha”. A avidez do Avida Dolars chileno passou por escola poética. Avida Dolars foi o anagrama pespegado a Salvador Dali. Não tanto por seu amor aos dólares. Mas porque permaneceu na Espanha durante o regime de Franco. Tomasse o partido dos comunistas (republicanos foi eufemismo que só surgiu tardiamente), Dali poderia adorar dólares à vontade. Como aliás fez Picasso, sem que ninguém condenasse tão humano desejo no pintor de **Guernica**.

Terá sido esta avidez de dólares, disputados verso a verso, que fez Neruda escrever esta pérola:

*Stalin construía,
de suas mãos nasceram
os cereais
os tratores*

*os ensinamentos
as estradas...*

Etc. Ad nauseam. Fico por aqui, que a tripa é longa e não tem graça. Pelo menos para nós. Pois de linha em linha, de rublo em rublo, Pablo encheu o papo de dólares. Em 71, tais hagiologios lhe renderam nada menos que um prêmio Nobel. Em **Pablo y Don Pablo**, Jurema Finamour, sua secretária, nos conta a “surpresa” do poeta ao saber da premiação. Ora, Neruda, que todos os anos viajava a Moscou na condição de jurado do prêmio Stalin, durante toda sua vida mobilizou energias e os serviços diplomáticos do Chile para alcançar a láurea máxima literária da sociedade capitalista que tanto abominava. Sua surpresa foi tamanha que o banquete comemorativo do prêmio já estava organizado.

As memórias de Matilde Urrutia, uma das muitas esposas de Neruda, datam de 1986, quando já não mais se podia dizer que Salvador Allende fora assassinado em La Moneda, como o faz a autora nas primeiras páginas. Em **Os Dois Últimos Anos de Salvador Allende**, publicado originalmente em 1985, Nathaniel Davis demoliu definitivamente este mito. Não faltarão objeções ao autor, afinal era o embaixador americano no Chile na época do golpe. O fato é que Hortencia Allende, no dia 15 de setembro de 1973, confirmou a um jornal mexicano o suicídio de seu

marido. Quatro dias depois, falou em assassinato. Hoje, em recentes declarações, distante dos fatos e de quaisquer pressões, a viúva Allende reconhece que de fato ocorreu um suicídio. O livro de Urrutia fica assim prejudicado, desde as primeiras linhas, por uma afirmação que hoje sabemos ser falsa. Quanto ao mais, é uma fútil crônica social de peregrinações por Berlim, Praga, Paris, Capri, Nice, Veneza, itinerário no mínimo insólito na vida de um líder proletário.

Em 1990, estive em Praga para respirar os ares de liberdade que hoje inundam a cidade de Kafka. Na ocasião, aprendi algo mais sobre Neruda. Sempre me intrigara onde Eliecer Neftali, de sefardita ressonância, fora buscar seu pseudônimo. Ao dirigir-me ao castelo que hoje abriga Vaclav Havel, subi pela rua Nerudova. Em **Confesso que Vivi**, as memórias de “pájaro Pablo”, como Neruda adorava autodenominar-se, lemos que Eliecer buscou seu nome de guerra em Jan Neruda, poeta tcheco do século passado. O que não deixa de constituir uma ironia atroz: por uma dessas razões da qual homem algum está livre, o poeta que amou e cantou Praga acabou emprestando seu nome ao agitprop que deu aval, com seu stalinismo, aos tanques que tentaram escravizá-la.

Mas a História é mulher loureira, dizia Machado. Visto de nossos dias, o monumento se

revela de barro. Em **O Continente Submerso**, Leo Gilson Ribeiro define o livro de Finamour como “um processo póstumo às mentiras que criaram o culto dessa personalidade que ela revela, traço por traço, ser mesquinha, narcisista, medíocre, covarde, egoísta, avarenta, calculista, superficial”. Por esta — e por outras — tanto Leo Gilson como Jurema Finamour tiveram suas mortes civis decretadas nas letras tupiniquins. Da manutenção de certos mitos dependem muitas carreiras jornalísticas e universitárias.

Outro escritor expulso do mundo dos vivos foi Ricardo Paseyro, ao publicar em Paris **Le Mythe Neruda**, pequeno e contundente ensaio sobre o óbvio: “seus livros são um monumento à infâmia. Neruda, como certos pássaros, faz seu ninho de bosta, se compraz na imundície da frase, na vulgaridade da sensação primária e nela refocila com volúpia”. O mito nada tem de misterioso. Para Alberto Baeza Flores, “à força de repetir durante trinta anos que Neruda era genial, o Partido Comunista conseguiu que todo mundo acreditasse nesse refrão”.

Para Leo Gilson, na história das artes e do pensamento sempre houve inúmeros casos de monstros que foram artistas admiráveis: “Céline, assassino; Genet, ladrão; Baudelaire, toxicômano; Rimbaud, mercador de negros; Knut Hamsun, Walter Giesecking e Elisabeth Schwartzkopf

abraçando o nazismo; Ezra Pound transmitindo mensagens radiofônicas em prol do fascismo; Brecht jamais denunciando os crimes do stalinismo — mas há uma cisão nítida entre a arte que sobrevive por sua vida intrínseca e temporal e o ser humano cego, calculista, viciado, débil, oportunista. Esta cisão, infelizmente, nunca existiu entre a obra e o homem Pablo Neruda”.

Elegi för Pablo Neruda é uma ode de autoria de Artur Lundkvist, nada menos que o falecido presidente da Real Academia Sueca, aquela que atribui os prêmios Nobel de Literatura. Parceiro de Neruda nos Congressos pela Paz financiados por Moscou, Lundkvist era recebido pelo *aparatchik* chileno em suas embaixadas e mansões diplomáticas, o que nos mostra que os caminhos que levam ao Nobel não dependem propriamente do talento.

Em sua elegia a Neruda, Lundkvist canta o sexo do futuro Nobel, *en blek sparris som blott gav vatten*. Traduzindo: “um pálido aspargo que apenas jorrava água”. Estranha ode à anatomia do vate. Como também são estranhos os sendeiros que conduzem ao Nobel.

Paris cria mito na Guatemala —
Mistificação semelhante ocorreu em nossos dias

com Rigoberta Menchú Tum, Nobel da Paz de 1992, porta-voz e símbolo dos direitos dos povos indígenas, premiada em boa parte por sua biografia, **Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la Conciencia**. Apresentando-se como uma índia sem instrução e militante dos Direitos Humanos, a guatemalteca comoveu gregos e troianos com sua infância miserável. Daí ao galardão recebido em Oslo foi um passo. A data escolhida é emblemática: nos 500 anos do descobrimento da América outorga-se, pela primeira vez na História, o Nobel a uma indígena. Mas ninguém sai diretamente de Tegucigalpa para aterrissar em Oslo. A biografia de Menchú Tum não é obra de Menchú Tum. Foi criada em Paris, pela venezuelana Elisabeth Burgos-Debray, mulher de Régis Debray.

A *mauvaise conscience* do Ocidente, que também atende por antropologia, há horas andava em busca de um herói rousseauiano tropical. ONGs tentaram construir vários, entre eles o cacique Paulo Paiakan, tido pela imprensa americana como “o homem que pode salvar a humanidade”. Mas Paulinho — são simpáticos os diminutivos! — decepcionou o respeitável público: em 1992, mesmo ano em que Rigoberta ascendia ao estrelato, o homem que podia salvar a humanidade estuprou barbaramente uma menina com a cumplicidade de sua mulher. Isto, decididamente, não fica bem em um Nobel.

Absolvido inicialmente por um juiz amedrontado, o milionário cacique caiapó acabou sendo condenado a seis anos de prisão firme. Até hoje, maio de 2002, não cumpriu um dia sequer de prisão firme. Por ocasião do primeiro julgamento, avisou: não pretendia sair de sua reserva e faria rolar o sangue dos brancos, em caso de condenação. Paulinho, encharcado por algumas dúzias de latas de cerveja, jogou fora uma bela carreira. Não tenhamos dúvidas: não fosse este incidente ético, Paiakan seria hoje, como Menchú, um ícone no imaginário dos defensores dos oprimidos. Ícone morto, ícone posto. Para alegria de ongueiros, derrotados do século e demais ressentidos com a cultura ocidental, os hiperbóreos noruegueses já haviam entronizado a índia guatemalteca como campeã dos Direitos Humanos.

Ocorre que entre os criadores de mitos sempre surge um estraga-prazeres para desmontar relatos tão edificantes, no caso, o antropólogo americano David Stoll. Em seu livro **Rigoberta Menchú and the Story of All Poor Guatemalans**, o autor mostra que a prestigiada militante em pouco ou nada difere de outros ilustres nomes já galardoados com os prêmios Nobel da Literatura ou da Paz, essas duas láureas jogadas de vez em quando pelos louros nórdicos aos nativos e mestiços do Terceiro Mundo.

Segundo Stoll, a premiada com o Nobel descreve com freqüência experiências pelas quais nunca passou. Em seu livro, afirma nunca ter freqüentado escola, nem saber ler, escrever ou falar espanhol até a época em que ditou sua autobiografia. Mas sua incultura era postiza: recebeu o equivalente à instrução ginásial em internatos particulares mantidos por freiras católicas. A luta de Menchú e outros indígenas pela terra, contra latifundiários de origem européia, era em verdade uma antiga rixa familiar de seu pai contra parentes próximos. O irmão mais jovem que dizia ter visto morrer de fome nunca existiu. Um outro, que dizia ter visto morrer queimado, não morreu queimado nem ela viu sua morte. A prêmio Nobel ignora solenemente as acusações: "Foram escritas quinze mil teses sobre mim no mundo todo por pessoas que leram o livro", afirma. "Não me dedico a conferir dados, não nego nem desminto o que é dito nos livros a meu respeito. Não é problema meu."

De fato, o problema é dos louros hiperbóreos. Ao premiar Menchú Tum, só conseguiram desmoralizar ainda mais um título já enxovalhado por Mikahil Sholokhov, Martin Luther King e Pablo Neruda.

A península, segundo Saramago – O prêmio Nobel, além de significar uma fugaz imortalidade para quem o recebe, vem acompanhado de um simpático cheque de um milhão de dólares. É o que recebeu José Saramago, em 10 de dezembro de 1998, das mãos do rei da Suécia, já que a Svenska Kungsliga Akademie houvera por bem nominar pela primeira vez um escritor de língua portuguesa como Nobel de Literatura. Como Jorge Amado estava prestes a morrer, os louros homens do norte apressaram-se em conferir o prêmio a um dos últimos stalinistas de vulto, já que estes espécimes, como o mico-leão-dourado, estão ameaçados de extinção.

A idéia de uma Europa Unida vinha sendo gestada desde 1951, com o Tratado de Paris, teve continuidade em 1957 com os Tratados de Roma e tomou corpo em 92, com o Tratado de Maastricht. Stalinista e anti-europeu até a medula, insensível à vocação histórica de seu país, em 1986 Saramago escreve **Jangada de Pedra**, um panfleto irracional e gratuito contra o Velho Continente. Enquanto os portugueses aspiravam desde há muito a integração com o universo transpirenaico, o escritor marxista, não contente em separar Portugal da Europa, pretende levar a Espanha nessa viagem insana. A jangada em questão é a península ibérica. Lá pelas tantas, as terras luso-hispânicas começam a fender-se, separam-se gradualmente do

continente e saem a navegar pelo mar oceano, rumo ao oeste. Para logo mudar de rumo. “A uns setenta e cinco quilômetros de distância do extremo oriental da ilha de Santa Maria, sem que nada o fizesse anunciar, sem que se sentisse o mais ligeiro abalo, a península começou a navegar em direção ao norte”.

Se seus habitantes temem encalhar nas planuras gélidas entre a Groenlândia e Islândia, a península tem outros planos. Na altura da mais setentrional ilha dos Açores, o Corvo, vira em linha reta, retomando sua trajetória para o ocidente, numa direção paralela à de sua primeira rota, prosseguindo-a alguns graus acima. A nova rota aponta para Nova York e o presidente americano apressa-se a dizer que a península seria bem-vinda. O mesmo não pensa o Canadá. Enfim, todas estas manifestações prévias de aceitação ou rechaço se revelam inúteis, já que a imensa ilha flutuante, em dado momento, começa a cair rumo ao sul. Para atracar finalmente em seu destino histórico, o mar caribenho e o socialismo cubano.

Nos dias em que Portugal e Espanha faziam os preparativos para seu enlace definitivo – e muito bem sucedido, como hoje pode ver-se – com a Europa, o escritor português, fazendo eco ao ancestral ódio marxista à Europa, separa estes dois países de seu futuro. E os empurra um

século para trás, rumo ao socialismo cubano. Nunca uma obra literária, sob o inocente disfarce de um *divertissement*, foi tão anti-ocidental, anti-européia, anti-lusitana e anti-espanhola. Ao autor deste panfleto imediatamente desmentido pelos fatos, a Kungsliga Akademie de Estocolmo conferiu o galardão máximo das letras ocidentais. Vista destes dias em que portugueses, espanhóis e demais europeus se regozijam com o euro, esta obra de Saramago revela-se um merencório equívoco.

Uma vez conquistado o Nobel, o detentor da láurea pode permitir-se o luxo de afirmar qualquer impropriedade. Comentando o conflito entre Oriente e Ocidente por ocasião do atentado às torres do World Trade Center, em artigo para a **Folha de S. Paulo**, Saramago toma o partido dos terroristas. Para defendê-los, empunha antigas atrocidades de uma Europa passada, hindus atados à boca de canhões. "No primeiro plano da fotografia um oficial britânico ergue a espada e vai dar ordem de fogo. Não dispomos de imagens do efeito dos disparos, mas até a mais obtusa das imaginações poderá ver cabeças e troncos dispersos pelo campo de tiro, restos sanguinolentos, vísceras, membros amputados. Os homens eram rebeldes".

O prêmio Nobel evoca também Angola, onde algures "dois soldados portugueses levantam

pelos braços um negro que talvez não esteja morto, outro soldado empunha um machete e prepara-se para lhe separar a cabeça do corpo. Esta é a primeira fotografia. Na segunda, a cabeça já foi cortada, está espetada num pau, e os soldados riem. O negro era um guerrilheiro". Isto é: se ingleses explodem hindus, se portugueses decapitam angolanos, é perfeitamente permissível que um saudita, homiziado no Afeganistão e imbuído da missão de vingador universal, detone dois prédios em Nova York matando não só malvados civis americanos, mas também cidadãos de 62 países do planetinha. Como um jornalista novato que vê a História como um lago raso, sem antes nem depois, Saramago mistura geografia e fatos de épocas passadas para absolver o terrorismo presente.

Se algo se perdeu definitivamente neste atentado, parece ter sido a boa lógica. Numa tentativa de explicar o terror, o autor português joga a culpa no "fator Deus". Tudo, menos responsabilizar fanáticos muçulmanos. Com sua autoridade de Nobel, escreve: "Disse Nietzsche que tudo seria permitido se Deus não existisse...". Isto é, atribuiu ao pensador alemão frase que, por equívoco, é normalmente atribuída a Dostoievski, por leitores de orelhas de livros. Em verdade, tal frase, assim como é proposta, não se encontra em momento algum do escritor russo. É Sartre que a

atribui a Dostoievski, tentando interpretar seu pensamento. Que mais não fosse, tal aforismo só poderia nascer no cérebro de um católico e de católico Nietzsche nada tinha. Ao fazer tal afirmação, Saramago demonstra que, para um laureado pela Kungsliga Akademie, qualquer bobagem será sempre bem paga.

Não contente em defender o terror que destruiu as torres de Nova York, Saramago atacou Israel e sua reação aos atentados suicidas palestinos. Por ocasião do recrudescimento dos atentados cometidos por homens-bomba, comparou as ações do Exército israelense nos territórios palestinos ao sofrimento dos judeus no campo de concentração de Auschwitz na Segunda Guerra Mundial. "É a mesma coisa, ainda que levemos em conta as diferenças de espaço e tempo", afirmou em Ramallah (Cisjordânia), onde se encontrou com o líder palestino Iasser Arafat. "É preciso tocar todos os sinos do mundo para dizer que o que está ocorrendo na Palestina é um crime que podemos impedir", disse. Para os civis israelenses que morrem aleatoriamente, nenhuma palavra de conforto.

Tenzin Gyatso em Curitiba — “Tudo aquilo que digo teria mais solidez — dizia Millor Fernandes — “se em vez de carioquinha, eu fosse

um sábio chinês”. Me ocorre esta quadrinha do livre-pensador de Ipanema, por ocasião da visita do cidadão tibetano Tenzin Gyatso a Curitiba. Gyatso, que se pretende a 14^a reencarnação do Buda da Compaixão, mereceu em 1989 o prêmio Nobel da Paz. Mas Tenzin Gyatso não é um prosaico carioquina. Vem do Oriente profundo, onde muito intelectual angustiado deste nosso Ocidente materialista foi buscar luzes. Também atende por Dalai-lama, palavra que, na língua lá deles, significa “oceano de sabedoria”. Mas não é traduzida nas cerimônias oficiais. Se é nobre e solene anunciar “agora vai falar o Dalai-lama”, não cairia bem para uma platéia brasileira algo como “fala, Oceano de Sabedoria!”. Brasileiro pode ser gentil, mas piada tem limite. Melhor Dalai-lama.

Em sua passagem por Curitiba, o Oceano de Sabedoria inundou a capital que se gaba de ter características de Primeiro Mundo. A última pedra de toque de sua arquitetura é o Teatro Ópera de Arame, magnífica construção em vidro e aço, encravada no buraco aberto na rocha por uma pedreira. A obra impressiona. Ao entrar nela, você mergulha em uma ilha de silêncio, onde repousa a enorme cristaleira sobre uma espécie de lago, cercada pela floresta. Ante aquele diálogo entre aço, vidro, rocha, água e verde, você se transporta para um outro mundo que não o nosso. A impressão é de estar na Finlândia, ante

alguma obra de Alvar Aalto. Mas não estamos na Finlândia, e sim neste país onde as palavras perdem seu sentido. Que a Ópera de Arame não seja de arame mas de aço, tudo bem, aceita-se a metáfora. Ocorre que aço e vidro não produzem boa acústica, e o Teatro Ópera de Arame pode ser muito lindo de ser visto, mas para óperas não serve. Muito menos para teatro. Mas pode receber, sem nenhum desconforto, tanto shows para massas como o Oceano de Sabedoria.

Nestes dias em que pessoas, ideologias e instituições se engalfinham na disputa pelos corações e mentes, o jornalista, situado no meio do tiroteio, não é nada inocente quando se trata de manipular palavras e dar-lhes novo sentido. Por exemplo, esta palavrinha tão elástica, cultura. Se, em sua acepção mais estrita, refere-se a bens do espírito, hoje cultura é também sinônimo de show-business. Assim, uma apresentação de rock ou Julio Iglesias são anunciadas, nos assim chamados cadernos culturais, como eventos culturais. Esta manipulação de conceitos, à primeira vista gratuita, no fundo não é tão gratuita assim. Pois constituindo cultura, tanto roqueiros como Julio Iglesias podem meter a mão no bolso do contribuinte, em nome dos sacrossantos incentivos culturais. Quem acaba fornecendo o selo de produto cultural são os tais de cadernos de cultura.

Na Ópera de Arame, que não é de arame nem para óperas serve, o Oceano de Sabedoria foi homenageado por importantes expressões “culturais” brasileiras, como Gilberto Gil, Rita Lee, Maitê Proença e Elba Ramalho. O líder espiritual do budismo, em sua visita ao Brasil, conseguiu fazer uma pontinha junto à trupe liderada pelo baiano. Nada de espantar neste país, onde João Paulo II disputa com padre Marcelo um lugar ao sol nas hit parades do mundo do disco. Terra abençoada esta nossa, que tudo transmuda no colossal caldeirão da vulgaridade. Quando cultura é show-business, budismo também é espetáculo. Palmas para o Oceano de Sabedoria, que ele merece. Para quando o CD “Mantras de Curitiba”?

Escritores, historiadores e pensadores tentaram, durante o século passado, encontrar sua melhor definição. Mas a musa nem sempre se entrega a quem atrás dela corre. Terá sido Enrique Santos Discépolo, letrista portenho que jamais teve pretensões de filósofo, quem melhor resumiu este drama, em “Siglo veinte, cambalache”, já citado em artigo anterior. Para os leigos na matéria, cambalache é o nosso brechó ou bric-à-brac. Para Discépolo, “vivimos revolcaos en un merengue y en un mismo lodo todos manoseaos”.

A milenar cultura tibetana não resistiu ao ar dos trópicos. Em poucos dias, o Dalai-lama submergiu nas águas rasas do mercado do disco. Do oceano de sua sabedoria, a imprensa nos reproduziu lugares comuns tão ao gosto do Papa e demais sumidades que vivem do gogó: se pronunciou pela paz na Iugoslávia, criticou a distribuição de renda no Brasil, defendeu a conscientização contra o desmatamento da Amazônia e comentou que é mais fácil cuidar do planeta do que se mudar para Marte. Profunda sabedoria!

De chefe no exílio de um Estado oprimido, Tenzin Gyatso foi promovido a garoto-propaganda de celebridades do momento. Personagem das páginas de política internacional, foi transferido para os cadernos de lazer. Seus livros, hoje, preenchem as estantes de auto-ajuda. No mundo do espetáculo, *todo es igual*.

Fuga para o Oriente — Os templos budistas estão se multiplicando no Brasil como cogumelos após a chuva, desde a primeira vinda de Tenzin Gyatso, para a Eco-92. Tanto a data como a presença de um líder religioso em um encontro sobre meio ambiente não são frutos do acaso. Três anos antes, caía o Muro de Berlim. Em 91, a URSS virava sucata. Quem viu muito bem o vazio

de fé que assolaria o Ocidente foi o cineasta italiano Nanni Moretti, em **Palombella Rossa**. O filme é de 89 e, significativamente, não foi distribuído neste Brasil, cujos intelectuais ainda carpem a morte das ideologias.

A história tem como personagem principal um deputado comunista que, do dia para a noite, perdeu a memória. A cena final é emblemática: em uma auto-estrada, centenas de jovens correm para saudar o sol. Está inaugurada a nova religião, o culto da natureza. Não por acaso, o interlocutor privilegiado do Dalai-lama no Brasil é Fernando Gabeira, ex-guerrilheiro marxista que trocou sua fé na História pela militância ecológica. Gyatso intuiu rapidamente esta virada ocidental e sempre insiste, do alto de seus parangolés, na defesa do meio ambiente.

Fugir para o Oriente nada tem de original. A idéia desde há muito fascina pensadores e poetas ocidentais. Em uma de suas odes, assinada por Álvaro de Campos, já em 1914 Fernando Pessoa sonhava:

*“...o resto de mim,
Atira ao Oriente,
Ao Oriente donde vem tudo, o dia e a fé,
Ao Oriente pomposo, fanático e quente
Ao Oriente excessivo que eu nunca verei,*

*Ao Oriente budista, bramânico, sintoísta,
Ao Oriente que tudo o que nós não temos,
Que tudo o que nós não somos,
Ao Oriente onde — quem sabe? — Cristo
talvez ainda hoje viva,
Onde Deus talvez exista realmente e
mandando tudo...*

Mais recentemente, escritores como Herman Hesse e Aldous Huxley, expuseram em suas obras este namoro com o misticismo oriental. **Sidarta**, de Hesse, foi um dos livros de cabeceira dos anos 70. Na trilha aberta por pensadores profundos, pregadores mais ágeis e pragmáticos salvaram suas lavouras. Ainda nos 70, Bhagwan Shree Rajneesh, o guru dos Rolls Royces, “fez” o Brasil. Não poucos discípulos, alguns gaúchos inclusive, foram prestar-lhe culto em seu ashram em Poona. O Bhagwan — palavra que significa divino — enfrentou problemas nada metafísicos com o fisco americano, antes de morrer contaminado pela Aids. Mas isto não abala a fé de seus seguidores: os Estados Unidos, em seu materialismo, parecem não ter entendido a mensagem de paz do mestre. Além do mais, seus devotos acusam a CIA de tê-lo envenenado.

Marx morto, guru posto. Nestes dias em que antigos marxistas passam a reverenciar Alá, os

tempos são maduros para profetas do Oriente. Como vasto é o mercado dos crédulos, neste ramo da literatura de auto-ajuda há lugar ao sol até para um brasileiro, o Paulo Coelho.

A futura santa e o escroque — João Paulo II empenhou-se, em seu pontificado, na aceleração do processo de canonização da albanesa Agnes Gonxha Bojaxhiu, mais conhecida como Madre Teresa de Calcutá, morta em 97. Se uma canonização exige décadas e mesmo séculos de debate, o papa polonês pretendeu dispensar, neste caso, até mesmo os cinco anos regulamentares para início do processo. Sua Santidade, com uma pressa de jornalista, está conduzindo a nau da Igreja por águas turvas.

Pois Agnes Bojaxhiu, prêmio Nobel da Paz de 1979, como boa albanesa não se furtou a depositar flores na tumba de seu conterrâneo, Enver Hoxha, um dos mais sanguinários ditadores comunistas deste século. No Haiti, durante a tirania de Jean-Claude Duvalier, mais conhecido como Baby Doc, recebeu de suas mãos uma comenda pouco recomendável para quem morreu em odor de santidade, a “Légion d’honneur” haitiana. Não bastassem estas homenagens que conspurcam qualquer auréola, Madre Teresa intercedeu junto à Suprema Corte

dos Estados Unidos, pedindo clemência para Charles Keating, vigarista condenado a dez anos de prisão por lesar os contribuintes americanos em 252 milhões de dólares. Deste senhor, Madre Teresa recebeu a simpática quantia de 1,25 milhão de dólares e a oferta de um jato privado para suas viagens. Em agradecimento, a religiosa presenteou Keating com um crucifixo personalizado.

O Conto do Sobrevivente — Em plena era informática, visitamos em segundos cidades e bibliotecas do planetinha. Se há um século a escassez de informações era um problema, nosso drama é o excesso de dados. Esta velocidade da informação deveria possibilitar a denúncia dos grandes vigaristas, antes que estes se tornem monumentos ou símbolos da grandeza humana.

Deveria. Um outro destes espécimes, que pode pecar por muitas coisas, menos pela falta de audácia, está hoje em todas as vitrines das livrarias do Ocidente. Refiro-me ao escritor judeu letão nascido em Riga, Binjamin Wilkomirski, autor de **Fragmentos**, memórias da infância passada em campos de concentração nazista. Estava em rápida ascensão para o Nobel, mas foi flagrado a meio do caminho.

“Eu abro a boca para gritar, mas nada me sai da garganta.” Esta é uma frase que reaparece regularmente, do começo ao fim desses **Fragmentos**, narrados com discrição admirável — nem aos gritos, nem só com silêncios — pelo escritor letão Binjamin Wilkomirski. Ela define, de pronto, a natureza traumática desses pedaços de infância, que retornam, transfigurados pela memória e pela escrita, ao narrador em busca de si”.

Este texto compungido, sintomático destes dias em que infância sofrida está virando gênero literário, foi publicado na **Folha de S. Paulo**, em 1999. É assinado pelo professor Arthur Nestrovski, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem como título **Memórias do Horror**. Não resisto e transcrevo mais um pouco:

“Uma infância nos campos de concentração de Majdanek e Auschwitz não é exatamente um parque de diversões, como o menino logo aprende, contrariando a imagem prometida pela oficial da SS que o leva para lá. (...) Em 1945, depois da liberação de Auschwitz, o narrador, com quatro ou cinco anos, acaba num orfanato da Basileia, sem nome, sem família e sem a menor noção do que seja um mundo fora dos campos”.

Nestrovski transcreve depoimentos dramáticos do menino. Para demonstrar seu cabedal de leituras, chama intelectuais ilustres para melhor acentuar sua indignação:

“O irrepresentável existe, como escreveu Lyotard (**La Condition Postmoderne**, Paris, Minuit, 1979); e a arte oblíqua de escritores como Primo Levi e Paul Celan ou de cineastas como Lanzmann e Resnais já nos ensinou a ler, em seus próprios termos, os retratos de ocorrências que não se deixam pacificar pelo conhecimento. Mas o que dizer da experiência reportada agora, em primeira pessoa, de uma criança jogada num campo de concentração? Uma criança que "não sente nada", para ser capaz de sobreviver em meio à sujeira, à fome e à sede, à ausência quase total de afeto, às pilhas de mortos ao seu redor e à rotineira execução, por esporte, de outras crianças?”

O livro, publicado há quatro anos na Alemanha e logo traduzido a mais de dez idiomas, foi editado no Brasil pela Companhia de Letras. Bestseller internacional, foi saudado pelo **New York Times** e **The Guardian** como um dos expoentes do cânone do holocausto. Em 96, logo após sua publicação em inglês, recebeu em Nova York o National Jewish Book Award e, em Paris, o Prêmio da Memória da Shoah. De lá para cá, o autor tem se dedicado a viajar e fazer

conferências sobre sua infância sofrida e os horrores do holocausto. O autor foi comparado, pela imprensa internacional, a nomes como Homero, Cervantes, Shakespeare.

Pena que Benjamin Wilkomirski nunca foi judeu, nem letão, nem nasceu em Riga e tampouco se chama Benjamin Wilkomirski. Se esteve em algum campo de concentração, foi quando adulto e como turista. Estudiosos do holocausto logo desconfiaram das memórias do “sobrevivente”. Em Auschwitz, campo de trabalhos forçados, jamais estiveram crianças. Um pesquisador suíço revirou cartórios e descobriu que o suposto Benjamin nasceu em Biel, na Suíça como Bruno Grosjean, filho de mãe solteira. Adotado por um casal protestante, passou a chamar-se Bruno Doesseker. Benjamin, apesar de negar sua identidade como Bruno, apressou-se em receber a herança que sua mãe legítima deixou para Bruno Grosjean.

São uns estraga-prazeres, os historiadores. Benjamin já ensaiava com arte a mesma farsa que levou Rigoberta Menchú ao Nobel e surgem estes chatos a cortar-lhe a carreira. Não contentes em denunciá-lo, desmoralizam argutos intelectuais, tanto do **New York Times** como da **Folha de S. Paulo**, cuja pena está sempre pronta para escrever sobre questões judias, embora

desconheçam este fato elementar: não havia crianças em Auschwitz.

Ainda há pouco, ao descobrir um defeito em suas garrafas fabricadas na Europa, a Anheuser-Busch, a maior fabricante de cervejas do mundo, após receber reclamações de dez consumidores, recolheu 5,8 milhões de embalagens. O mesmo fazem os laboratórios quando é descoberta alguma falha em seus medicamentos. A fraude do escritor suíço foi denunciada em novembro do ano passado. Mas o livro de Binjamin — ou Bruno, como quisermos — continua exposto nas livrarias, um ano depois, sem que os editores se preocupem em recolhê-lo. Ou, pelo menos, em alertar o eventual comprador com uma tarja: “Isto é uma fraude”.

Mídia canoniza Nobel terrorista — Se alguém ainda acha que o terrorismo teve suas ações em baixa após o 11 de setembro, melhor dar uma olhadela nos jornais de novembro de 2004. Não só no Brasil, como na América Latina e na imprensa internacional, particularmente a europeia, o fundador das organizações terroristas Al-Fatah e Organização para a Libertação da Palestina (OLP), recebeu, por ocasião de sua morte, simpatia e homenagens raramente

concedidas a chefes de Estado que têm as mãos limpas de qualquer sangue.

Responsável pelo bárbaro massacre dos atletas israelenses nas Olimpíadas de 1972 em Munique, pela morte de milhares de cidadãos inocentes em Israel, pelo assassinato em massa de cristãos no Líbano, pela morte de uma centena de cidadãos norte-americanos, entre eles dois diplomatas, pelo assassinato de um número desconhecido de árabes e patrocinador de seqüestros de aviões, Mohammad Abdel Rauf Arafat al-Qudwa al-Husseini, mais conhecido como Yasser Arafat, morreu em 11 de novembro de 2004 em odor de santidade. A imprensa francesa, incondicional defensora dos direitos humanos, prestou-lhes todas honras, desde os politicamente corretos **Le Monde** e **Libération** ao sóbrio **Le Figaro**. O **Le Monde** sequer se furta a uma terna homenagem de capa, sob a pena do chargista Plantu.

Corrupto até os ossos, o terrorista egípcio – que sequer era palestino – tem oculta nos bancos e empresas do Ocidente uma fortuna avaliada, por baixo, entre 300 e 700 milhões de dólares. Por cima, em três e cinco bilhões de dólares, conforme acusava um dos ex-ministros de Finanças da OLP, Yawid al-Gussein, em declarações à Associated Press. Para a revista **Forbes**, Arafat está em sexto lugar, em uma lista

publicada ano passado dos reis, rainhas e déspotas mais ricos do mundo. Este currículo, de fazer roer as unhas de inveja a um amador como Paulo Maluf, parece tê-lo recomendado vivamente a Oslo, que em 1994 concedeu-lhe o prêmio Nobel da Paz. Esta fortuna, evidentemente, não terá sido subtraída ao território miserável da Palestina, cujo orçamento sequer chegaria a tanto, mas das doações internacionais, árabes e ocidentais, à causa palestina.

Arafat, terrorista que começou carreira financiado pela KGB, recebe hoje honras de chefe de Estado, de um Estado que oficialmente até hoje não existe. A imprensa brasileira dedicou-lhe cadernos especiais, que nenhum Pol Pot ou Ceaucescu mereceu. (Falo nestes dois senhores porque afinal pertenciam à mesma estirpe). “A morte de um símbolo”, titula o **Estadão**. Logo adiante: “O pai do nacionalismo palestino”. A **Folha de S. Paulo** não ficou atrás. Na primeira página: “Morre Arafat, ícone palestino”. No caderno **Mundo**: “Palestina órfã”. Na última página deste caderno, aventa uma outra hipótese: “Terrorista e mártir”. Terrorista, sim, disto todos sabemos.

Mas mártir por quê? Mártir é quem morre lutando por algo. Arafat morreu num hospital, e até ainda hoje não sabemos de quê. Considerando-se que uma equipe de alto nível de

médicos franceses tem de saber necessariamente de que enfermidade morreu o paciente, só pode-se entender a indefinição da causa mortis como exigência de parentes ou palestinos. Fica no ar a pergunta: *maladie honteuse*? Se os palestinos quiserem exorcizar esta hipótese, que digam logo de que mal sofria seu líder.

A mídia americana já não foi tão gentil. O **National Review Online** comentou a morte do “terrorista favorito da ONU”. O **New York Times**, os bilhões escondidos pelo terrorista egípcio nos bancos do mundo todo. E o **Boston Globe** dispensou eufemismos: “Arafat, o monstro”.

“Deus abençoe sua alma” – disse George W. Bush, ao tomar conhecimento de sua morte, um pouco antecipadamente, é verdade. A morte é linda. Em março de 2001, o mesmo Bush acusava Arafat de incentivar a violência. Em junho de 2002, o presidente americano fazia da saída de Arafat a condição *sine qua non* para a proclamação de um Estado palestino. Hoje pede a Deus proteção por sua alma. Mas a qual deus pede Bush bênçãos ao terrorista? – seria questão de perguntarmos. Ao Jeová dos judeus, cujos crentes foram massacrados pelo terror de Arafat? Ao Deus dos cristãos, que foram assassinados aos magotes por Arafat no Líbano, e tiveram suas aldeias destruídas e igrejas queimadas? Ou ao

Deus dos árabes, que tampouco foram poupados por Arafat?

O governo petista, que porta o mesmo DNA da OLP, não poderia furtar-se a enviar uma representação às exéquias do terrorista egípcio. Para tanto, enviou ao Cairo um de seus pares, o ministro José Dirceu, mais alguns acólitos. Por sorte chegaram tarde à cerimônia, que isso de chorar defunto pode ser catártico para os mais próximos, mas sempre é chato para os mais distantes. Mas a viagem valeu, se valeu! Em falta de defunto, as carpideiras oficiais fizeram uma visita a Gizé, questão de tirar fotos junto às pirâmides montados em camelos e com turbantes, para ornar suas insignes biografias. Tudo isso com dinheiro do contribuinte, afinal guerrilheiro brasileiro jamais seria tão pródigo a ponto de tirar dinheiro de seu bolso para ir ao velório de um colega.

Estes “mártires” que hoje se explodem para ganhar quarenta virgens no paraíso, matando inocentes até onde seus explosivos alcançam, são jovens pobres treinados por Arafat, nos anos 70, quando ainda eram meninos. A ignorância é tal que um dos fanáticos, aprisionado pelo Exército israelita antes de explodir-se, levava o pênis envolto em papel higiênico. O herói pretendia assim preservar o precioso membro da explosão, para bem usufruir os hímens das quarenta huris.

Explorando o analfabetismo dos palestinos, o ressentimento dos árabes e a *mauvaise conscience* do Ocidente, o terrorista egípcio virou pai dos palestinos, abiscoitou o Nobel e bilhões de dólares, e a louvação quase unânime da imprensa internacional. O século dos grandes assassinos – aqueles que só se contentavam com cifras de mais sete dígitos de vítimas – transfigurados em heróis, parece ter passado. Em falta de bons genocidas, o recém-nascido século XXI começa endeusando assassinos menores que, talvez pela falta de instrumentos, matam apenas milhares.

Já podemos imaginar os funerais de Castro e os louvores do Ocidente todo. E bin Laden, se ainda estiver vivo – o que me parece improvável – não merecerá menos. Mesmo em um ecúmeno que se pretende democrático, o terror venceu em toda linha.

Bióloga irresponsável — Não bastassem os nórdicos conferirem estes prêmios prestigiosos a vigaristas notórios, neste ano da graça de 2004, Oslo concedeu o Nobel da Paz à bióloga e ativista queniana Wangari Maathai. Seus feitos: além de ter enfrentado o poder do ex-ditador Daniel Arap Moi, em 1977, fundou o Movimento Cinturão Verde, organização de mulheres dedicadas aos reflorestamento, que teria desde então plantado

30 milhões de árvores. Felizes delas, as árvores, se é que este censo pode ser feito em um país que têm dificuldades em fazer o censo dos próprios habitantes.

Infelizes dos quenianos. Após a entrega do Nobel, a bióloga reiterou sua opinião, muito divulgada na África sub-sahariana, de que o vírus da Aids foi criado por cientistas para a guerra biológica, para dizimar os negros africanos, como se alguma nação no mundo ganhasse algo com dizimar negros na África. Afirmou também que o uso do preservativo não é eficaz contra a transmissão do vírus. A Aids está consumindo a África, e os católicos, onde têm maioria, condenam o uso do preservativo e as demais práticas anticoncepcionais e insistem na função reprodutiva do ato sexual. O continente negro está perdendo aceleradamente sua juventude e força de trabalho em virtude de uma visão dogmática do mundo de parte do Vaticano. Para esta política só há um adjetivo: genocida. Esta é a política defendida por Wangari Maathai, prêmio Nobel da Paz 2004.

Mídia e Mística

Um milhão de dólares, quantia bem-vinda até mesmo por milionários, é o que os administradores da Fundação Nobel julgam ser uma bela recompensa às personalidades que se destacam, a cada ano, em Física, Química, Economia, Medicina, Paz e Literatura. O que só demonstra a mesquinha dos ricos e desenvolvidos nórdicos. Talvez o leitor não tenha notado, mas isto é o que ganha por mês, em um país pobre porém generoso como o nosso, o apresentador de programas televisivos Carlos Massa, mais conhecido como Ratinho. Enquanto homens de Estado, cientistas e escritores têm de lutar toda uma vida para obter o Nobel, Ratinho o ganha integralmente, a cada mês, expondo a miséria alheia a milhões de espectadores ávidos de grotesco.

A televisão é uma confortável janela para se auscultar a cultura de um país sem precisar sair de casa. E os programas de auditório são excelentes termômetros ao alcance de qualquer espectador, para termos uma idéia do nível intelectual do universo que nos envolve. Se um

pesquisador ou cidadão comum quiser ter uma noção do Brasil, é bom dar uma zapeada de vez em quando nos programas do Ratinho, Sílvio Santos, Gugu Liberato et caterva. Na audiência destes senhores está o país real. Se Ratinho ganha um Nobel por mês, é porque seu histrionismo de baixo nível faz o gosto de uma grande maioria de brasileiros. Centenas de leitores indignados escrevem mensalmente aos jornais, protestando contra tais programas. Ora, são apenas centenas os que escrevem protestando. Talvez chegue até dezenas de milhares o número dos indignados. Mas é insuficiente para tirar do vermelho as TVs culturais. Já os milhões, estes preferem Ratinho e justificam seu Nobel mensal. Este é o país em que nos coube viver.

Astros puxam missa — Em um destes últimos Natais, o pesquisador dos fenômenos midiáticos pôde conferir a fama do mais recente astro do mundo do disco e da televisão, sem ter de sair por aí a fazer pesquisa de campo. Puxador de vendas da PolyGram, com 2,7 milhões de cópias vendidas de seu CD “Músicas para Louvar o Senhor”, o padre Marcelo Rossi se propôs a levar de 70 a 100 mil pessoas à missa do último Natal. O ofício foi transmitido ao vivo pela TV Bandeirantes, que utilizou nove câmeras — uma delas montada em uma grua — e cerca de 50 pessoas em sua equipe de filmagem.

A cobertura foi de fazer babar de inveja qualquer grupo de rock tupiniquim: oito câmeras foram movimentadas para captar imagens do público e uma permaneceu fixa no padre Marcelo. Dois telões transmitiam o show para quem não conseguisse entrar no local. Um espetáculo de tais proporções tem naturalmente seus problemas de logística: para servir aos fiéis o corpo e sangue divinos, foram arregimentados 970 obreiros. Missa para massas exige garçons.

Celebrada em um galpão de 8.000 m² em Santo Amaro, bairro da zona sul de São Paulo, a missa atravessou o oceano e mereceu manchetes em **Le Figaro** e **Le Monde**. Este último, aliás, sempre atento aos fenômenos culturais de Pindorama, já concedera sua primeira página ao Ratinho. Os jornais franceses mostram o padre Marcelo como um ídolo cortejado pelos produtores de talk shows, mas que controla sua própria griffe (medalhas, vídeos, velas, CDs, etc). Segundo o profeta da "missa aeróbica", seus ganhos ainda estão longe de um Nobel mensal. Para perplexidade do fisco, seriam apenas dois salários mínimos.

O ofício do padre Marcelo, previsto para a véspera do Natal, foi adiado para o dia seguinte, para não roubar telespectadores da Missa do Galo, celebrada pelo papa João Paulo no Vaticano. A missa é um encontro entre o Criador

e a criatura. Diálogo tão transcendental exige silêncio e recolhimento. Assim foi a missa durante séculos. Nestes dias televisivos, sacerdote e showman se confundem. No mundo das comunicações, Ratinho e padre Marcelo são medidos por um mesmo parâmetro, a capacidade de captar audiência. Fé torna-se uma questão de números. Deus é dez. Deus é massa. Deus é Ibope. Nestes dias de Ibope, a rede Globo passou a patrocinar missas. Missas que, com a benção pontifical, concedem indulgências. O fato merece algumas reflexões.

Se a idéia de uma danação ou salvação eterna foi um dos instrumentos de dominação encontrados pelos padres para manter seu poder temporal, bem cedo a Igreja percebeu não ser muito inteligente esta pastoral do medo. Morto o crente, sua alma ia para o céu ou para o inferno, sem apelação. Sendo eterna a pena, de nada adiantava orar por quem estava irremediavelmente condenado. Muito menos por quem já estava salvo. A basílica de São Pedro, além de custar uma fortuna, estava longe de ser concluída. Urgia encontrar uma nova fonte de arrecadação. Surgiu assim o purgatório, uma espécie de Febem celestial, onde o pecador que não tivesse ido para o inferno purgaria suas penas em fogo lento, até merecer a bem-aventurança divina.

Embora os santos da Igreja divirjam sobre a natureza do instituto, mesmo sua acepção mais branda não é das salubres. Diz Agostinho: “este fogo purgatório é mais duro que todas as penas que se possa ver, sentir e imaginar aqui embaixo”. Para Santa Catarina de Gênova, “lá os tormentos são iguais aos do inferno”. Mas como esta etapa é uma sala de espera do paraíso, a santa consola: “não acredito que possa existir uma alegria comparável à de uma alma do purgatório, exceção feita da dos santos no paraíso”.

Urgia encontrar uma nova fonte de arrecadação para concluir e manter a casa de Pedro. Para abreviar os tormentos dos defuntos – ou para prevenir a própria queimação póstuma – o católico poderia amortizar suas dívidas com Jeová, comprando indulgências. Estas constituíam uma remissão, diante de Deus, da pena temporal devida pelos pecados já perdoados quanto à culpa. Eram concedidas aos fiéis dispostos a obtê-la. Poderiam ser parciais, se libertavam apenas em parte da pena temporal; plenárias, se libertavam de vez o infeliz do purgatório. Só a Igreja, dispensadora da redenção, pode distribuir e aplicar, através do Papa, o tesouro das satisfações de Cristo e dos Santos.

Se hoje isto nos soa como ridicularias de um passado distante, na época era assunto dos mais graves. Martinho Lutero, indignado com a comercialização do bem-estar dos defuntos pelo Vaticano, pregou na porta da igreja do castelo de Wittenberg, em 31 de outubro de 1517, suas 95 teses, o que gerou um cisma, o luteranismo. Mal procedem os sacerdotes que reservam aos moribundos penas canônicas no purgatório, dizia o teólogo alemão em uma de suas teses. Os moribundos são absolvidos de todas as suas culpas pela morte. Mera doutrina humana predicam aqueles que asseveram que tão pronto tilinte a moeda jogada na caixa, a alma saia voando. Por que o Papa, cuja fortuna é hoje mais abundante que a dos mais opulentos ricos, não constrói sozinho uma basílica de São Pedro com seu próprio dinheiro, em lugar de fazê-lo com o dos pobres crentes?

Como as invectivas de Lutero estavam ameaçando a arrecadação de moeda sonante entre os crentes tementes às chamas, em 1563 o Concílio de Trento apressou-se a ratificar a existência do purgatório. Que até hoje existe, como também as indulgências. As plenárias, aquelas que dispensam o fiel de qualquer chamuscada post-mortem, são concedidas tradicionalmente em apenas quatro catedrais de Roma — São Pedro, Santa Maria Maior, São João de Latrão e São Paulo Extramuros. Mostrando

seu particular apreço ao Brasil, Sua Santidade autorizou que fossem concedidas indulgências plenárias em uma missa de Finados, em Santo Amaro, São Paulo, que contou com o patrocínio da rede Globo de Televisão e a participação de 600 mil fiéis.

Além do padre Marcelo Rossi, participaram do evento os cantores Roberto Carlos, Agnaldo Raiol e Sérgio Reis, além das duplas Chitãozinho e Xororó e Sandy e Júnior. A cerimônia religiosa, este diálogo do crente com seu Deus, teve o apoio logístico de três UTI móveis do Bradesco Saúde, mais três outras da Unimed e um ambulatório com 60 médicos. Aos pais, recomendou-se colocar um crachá nas crianças, com dados identificatórios, para que não se perdessem durante a celebração do santo ofício. Vejamos o programa da missa:

8h — abertura, com o padre Marcelo Rossi

9h40 — Roberto Carlos se apresenta,
cantando mensagens e orações

10h — Marcelo Rossi e Julio Lancellotti falam
sobre a violência

10h15 — Agnaldo Rayol canta

10h35 — padre Marcelo Rossi se apresenta

11h15 — Chitãozinho e Xororó, Sandy e
Júnior

No insólito ritual canibalístico foram distribuídos 70 mil nacos da carne de Cristo. A megamissa, como já está sendo chamada, foi transmitida ao vivo pela Rede Globo, registrou média de 27 pontos de audiência, com picos de 33 pontos. O ambulatório atendeu 700 pessoas, mas os médicos estimam que pelo menos mil tenham passado mal.

O que um dia foi missa virou show. A Rede Globo passa a preocupar-se com a salvação ou danação futura dos telespectadores. Se o cristianismo, em sua trajetória européia, gerou uma arte refinada, os padres de Pindorama agora apelam ao grotesco para fazer número. No tronco da árvore genealógica da ópera estão os mistérios acompanhados de música, o canto gregoriano, a missa e o cantochão. Esta tendência gerou um Verdi ou Vivaldi, um Mozart ou Puccini. No Brasil, *faute de mieux*, vai Roberto Carlos mesmo, mais Agnaldo Rayol, Chitãozinho e Chororó.

Se os bugres abaixo do Equador quiserem escapar das chamas do purgatório, que sofram os astros da Rede Globo – assim pensa Roma. Padre Marcelo quer reunir, em uma próxima missa, um milhão de fiéis. No Brasil, o cristianismo está voltando à sua vocação primitiva, o culto da ralé.

Os vizinhos do galpão onde o padre realiza seus shows, que não conseguem dormir com a

tonelada de decibéis que lhes são despejados durante as missas. Padre Marcelo pouco está ligando às reclamações. Os vizinhos devem ser ateus, que não se dispõem a ouvir a palavra divina e comprar os produtos de sua grife.

Hematófagos profissionais — Nossos gurus domésticos da CNBB decidiram desculpar-se pelos erros cometidos na evangelização de negros e índios. Durante a missa de abertura das comemorações dos 500 anos de evangelização do Brasil, que reuniu mais de 300 bispos em Indaiatuba (SP), o presidente da entidade, dom Jayme Chemello, fez um mea culpa pelos males perpetrados por sua estirpe. Conclusão do episcopado: a Igreja Católica foi co-responsável pelo massacre de grupos indígenas durante o período colonial e omissa na denúncia da escravidão de povos africanos.

Por ocasião das comemorações do quinto centenário do Descobrimento — que antropólogos, sociólogos e outros ólogos querem equiparar a genocídio — em Santa Cruz de Cabrália (BA), os bispos apresentaram suas desculpas oficiais, cinco séculos depois e no mesmo local onde ocorreu a primeira missa em território brasileiro. Para a cerimônia, foi elaborada uma oração na qual pedem “perdão por

tantas cruzes que, em nossa história, foram impostas aos teus filhos, sobretudo aos índios e negros”.

(Este quinto centenário do Descobrimento gerou um sofisma safado. Se o território foi descoberto há quinhentos anos, então o Brasil tem cinco séculos. Os políticos, particularmente na última campanha presidencial, encheram a boca: “essas elites, que nos dominam há quinhentos anos”, “os brasileiros, que há cinco séculos matam índios”, “o drama da fome, que há quinhentos anos o Brasil não resolve”, e sandices do gênero. Ora, o Brasil como República tem hoje, 2004, apenas 182 anos).

Não é fácil entender tantos séculos de espera para pedir desculpas. Muito menos porque pedir desculpas só a negros e índios. Os brancos, que mais do que ninguém sofreram a opressão de Roma, não parecem ser filhos de Deus. Se a moda pega, qualquer dia a Igreja estará pedindo desculpas aos mouros pelos massacres nas Cruzadas.

Nenhum jornalista se perguntou se os indígenas farão um gesto recíproco, desculpando-se por ter almoçado um religioso português. Dom Sardinha, bispo de Algarves, abominava os costumes nativos e não permitia que os indígenas assistissem à missa nus. Apesar de beber sangue

humano todos os dias, durante a eucaristia, Sardinha vivia arengando contra o canibalismo dos brutos. Estraga-prazeres d'além-mar, foi devorado sem maiores liturgias.

Antes de entrarmos na discussão da escravidão, cumpre esclarecer um aspecto pouco conhecido da fé católica. Quando se fala em beber sangue ou comer a carne de Cristo durante a Eucaristia, o leitor menos informado imagina tratar-se de uma ingestão simbólica do corpo de Cristo. Nada disto. Maldição no Antigo Testamento, no Novo o canibalismo se torna virtude. Durante a Santa Ceia, Cristo oferece seu corpo e seu sangue para que os participantes entrem em contato com o sacrifício, comendo do sacrificado. É o que os católicos romanos chamam de transubstanciação. Todo católico, quando comunga, não está bebendo o vinho ou comendo o pão como símbolos do corpo de Cristo. Está, de fato, bebendo o sangue e comendo a carne do Cristo. São hematófagos profissionais. E canibais.

No sacramento do altar, depois da consagração, não há senão o corpo e o sangue de Cristo. A doutrina da igreja Católica é clara. Segundo Santo Ambrósio, “antes da benção há uma espécie que, depois da consagração, se transforma no corpo de Cristo”. Santo Hilário confirma: “sobre a verdade concernente ao corpo

e sangue de Cristo, não há lugar para dúvidas. Pois, conforme a afirmação mesma do Senhor e nossa fé, a sua carne é verdadeiramente comida e o seu sangue verdadeiramente bebida. Assim como Cristo é verdadeiramente filho de Deus, assim a carne que recebemos é verdadeiramente carne de Cristo, e a bebida é verdadeiramente seu sangue”.

São Tomás, na **Suma Teológica**, encerra a discussão, com uma ressalva: “que o corpo e sangue de Cristo estão verdadeiramente no sacramento do altar, não podemos aprendê-lo nem pelos sentidos nem pelo intelecto; mas só pela fé, que se apóia na autoridade divina”. O Doutor Angélico vê na eucaristia a suprema celebração da amizade: “E porque é próprio por excelência à amizade, conviver com os amigos, Cristo nos prometeu como prêmio sua presença corporal. Por isso ele próprio disse: **O que come minha carne e bebe meu sangue, esse fica em mim e eu nele**. Logo, este sacramento é o máximo sinal da caridade e o sublevamento de nossa esperança pela união tão familiar de Cristo conosco”.

Voltemos à escravidão. Os prelados se desculpam à toa. Afinal, sempre foi aceita pelo livro que fundamenta a fé cristã. Para efeitos de raciocínio, retomo versículos já citados em artigo anterior. Curta é a memória das gentes. Nunca é

demais repetir estes textos sagrados. Lê-se no **Êxodo**:

“Quando comprares um escravo hebreu, seis anos ele servirá; mas no sétimo sairá livre, sem nada pagar. Se veio só, sozinho sairá; se era casado, com ele sairá a esposa. Se o seu senhor lhe der mulher, e esta der à luz filhos e filhas, a mulher e seus filhos serão do senhor, e ele sairá sozinho. Mas se o escravo disser: ‘eu amo a meu senhor, minha mulher e meus filhos, não quero ficar livre’, o seu senhor falo-á aproximar-se de Deus, e o fará encostar-se à porta e às ombreiras e lhe furará a orelha com uma sodela: e ele ficará seu escravo para sempre”.

Antes mesmo da era cristã, a Bíblia já concedia aos escravos o ano sabático, só há pouco conquistado pelos professores universitários no Brasil. As relações entre patrão e empregado também merecem um comentário do hagiógrafo: “Se alguém ferir o seu escravo ou a sua serva com uma vara, e o ferido morrer debaixo de sua mão, será punido. Mas, se sobreviver um ou dois, não será punido, porque é dinheiro seu”.

Sobre a mão-de-obra imigrante, lemos no **Levítico**: “Os servos e servas que tiverdes deverão vir das nações que vos circundam; delas podereis adquirir servos e servas. Também podeis adquiri-

los dentre os filhos dos hóspedes que habitam entre vós, bem como das suas famílias que vivem conosco e que nasceram na vossa terra: serão vossa propriedade e deixá-los-eis como herança a vossos filhos depois de vós, para que os possuam como propriedade perpétua. Tê-los-eis como escravos; mas sobre os vossos irmãos, os filhos de Israel, pessoa alguma exercerá poder de domínio”.

Preceitos do livro antigo, dirão os prelados. Não procede. No que diz respeito à escravidão, o Novo Testamento de novo nada tem. Paulo, o fundador do cristianismo, não faz nenhuma objeção à sua prática. Na epístola a Tito, exorta os escravos a “ser em tudo obedientes aos seus senhores, dando-lhes motivos de alegria; não sendo teimosos, jamais furtando, ao contrário, dando prova de inteira fidelidade, honrando assim, em tudo a doutrina de Deus, nosso Salvador”.

Se os padres querem penitenciar-se pela omissão na denúncia da escravidão, melhor fariam começando por jogar ao lixo o livro que empunham na defesa de suas fés. Patéticos príncipes da Igreja, estes senhores esforçam-se para chegar ao século XX e lutam pelos direitos humanos, mas não ousam renunciar à milenar camisa-de-força que os nega. Se a função da CNBB é evangelizar, como declara seu novo

presidente, isto significa levar ao gentio a Boa Nova, ou seja, a mensagem do Cristo, Deus e filho do Deus único da cristandade. Em suma, libertar africanos e índios das trevas de suas credences animistas.

Não foi outro o trabalho de Anchieta, Nóbrega, Vieira e dos missionários que expandiram a doutrina cristã. Com suas desculpas tardias, os príncipes reunidos em Indaiatuba estão em verdade condenando como criminosos estes construtores da brasilidade.

Leste vira Europa

Milão mergulhou numa psicose de criminalidade, conta-nos o jornal francês **Libération**. Quarenta pessoas estão sendo assassinadas por ano. Nos primeiros nove dias janeiro de 1999, nove milaneses já haviam sido assassinados na cidade italiana. A violência de Milão está preocupando as autoridades italianas. No último fim-de-semana desde mesmo janeiro, São Paulo teve 58 homicídios.

No sábado anterior, foram descobertos os cadáveres de 45 homens de etnia albanesa em Racak, no Kosovo, província sérvia do que sobrou da antiga Iugoslávia. O massacre chocou a Europa. O governo da Albânia pediu uma reunião de emergência do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Líderes americanos e europeus já prometem um bombardeio aéreo contra as forças sérvias do presidente iugoslavo Slobodan Milosevic.

Desde 1996, quando o governo começou a contagem, a média de assassinatos em fins-de-semana em São Paulo tem girado em torno de 50.

Sistematicamente. Todas as 48 semanas de cada ano. Isso sem falar nos cadáveres dos dias úteis. Europa alguma, nenhuma ONU está preocupada com estas chacinas. Muito menos o Brasil. Nem mesmo os paulistanos. Aliás, ninguém está preocupado com isso. Rotina não choca ninguém. As mortes só surpreendem quando ficam abaixo desta cifra. O recorde ocorreu entre 18 e 21 de dezembro de 1998, 69 cadáveres.

O massacre de Kosovo começa a ser posto em dúvida, pois não foram encontrados projéteis no local. Mas os barcos da 7ª Frota já estão tomando posição no Adriático. Hoje é sexta-feira, não é? Pois bem: se o leitor apanhar o Estadão da próxima terça-feira, lá estará a meia centena rotineira de mortos, sobre os quais não paira dúvida alguma. Do preço do dólar na semana que vem, nada sabemos. Mas a cifra de assassinatos se manterá sólida, invariável, algo em torno de 50. Ainda bem que o Brasil não está em guerra, como aqueles bárbaros dos Balcãs.

Por falar em Europa, leitor de Estocolmo contesta crônica passada, com veemência, em caixa alta. Que na Europa há miséria, sim senhor: “a Romênia tem muitos meninos de rua, sem contar a Rússia, Albânia. Vi muita pobreza em Portugal, Espanha, Alemanha, Holanda, Bélgica, Inglaterra. Até aqui em Estocolmo tem mendigo”.

Vamos por partes. Há uns dez anos, havia uma Europa e um Leste europeu perfeitamente distintos. No Leste, universo socialista, estavam os países da União Soviética onde, por definição, não havia desemprego nem greves ou conflitos trabalhistas. Muito menos miséria, mendigos, meninos de rua, estas mazelas decorrentes dos regimes capitalistas da velha Europa. Com a queda do Muro de Berlim e o desmantelamento da URSS, a miséria oculta dos regimes socialistas veio à tona.

De repente, a Rússia, Albânia ou Romênia passaram a fazer parte da Europa. Há mendigos morrendo de frio em Moscou? FRIO MATA MENDIGOS NA EUROPA — dizem as manchetes. Quem só costuma ler as primeiras páginas nos quiosques ou zapear TV já passa a imaginar mendigos morrendo nas ruas de Paris, Londres, Berlim. Os jornalistas são hábeis em matéria de trocar sinais. As misérias herdadas de sete décadas de tirania socialista passam agora a ser debitadas à Europa. O leitor menos avisado, que desconhece a arte de manipular conceitos, acaba caindo nos sofismas diariamente repetidos pela grande imprensa. Nesta época televisiva, ninguém mais lembra que Dostoievski passou a vida toda bradando, ao falar dos russos: não somos Europa.

Europa, quando escrevo, é a parte ocidental do continente. Termina onde passava a Cortina de Ferro. Jamais afirmei não existir pobreza nesta Europa. Mas mendigo europeu tem outro status, em nada comparável ao dos nossos. Como não tenho dados globais sobre a mendicância no continente, me atenho ao país que melhor conheço, a França.

Mendigo francês é gente fina. Se tiver mais de 25 anos, tem direito a receber mensalmente, durante um ano, o RMI (*revenu minimum d'insertion*), estipulado hoje, 1999, em 2429,42 francos, o que dá a simpática soma de 430 dólares ao câmbio atual. Ou seja, 690 reais, em moeda nossa daqueles dias. Mais de cinco salários mínimos no Brasil. Como abrigo e comida são garantidos pelos serviços assistenciais, este cidadão pode perfeitamente dar-se a luxos como um Beaujolais ou Côte du Rhône, que no Brasil conferem status até mesmo a gente rica.

Diariamente, um ônibus especial da Prefeitura recolhe os mendigos de seus abrigos, pela manhã, e os deposita nos pontos de mendicância. À tardinha, o ônibus volta para recolhê-los. Enquanto o francês que trabalha tem de ir até um ponto de ônibus para embarcar, este ônibus especial — com a metade inferior das janelas em vidro fumê, para preservar a

privacidade do ilustre passageiro — pára no ponto de cada mendigo, para embarcá-lo.

Assim, se você estiver fazendo turismo às margens do Sena e se sentir comovido com uma mão estendida, antes de pôr a sua no bolso lembre-se que aquele ser comovente recebe cinco vezes mais do que um operário braçal brasileiro. As divisas que sua *mauvaise conscience* de turista endolarado fizer desembolsar, antes de ser esmola são *argent de poche*, como dizem os franceses, para o pedinte de Primeiro Mundo.

Mas atenção: se você passar em Paris em julho ou agosto, quase não verá mendigos na cidade. Eles desceram para a Côte d'Azur, rumo ao sol. Enquanto você confere os trocados para saber se pode presentear-se com alguns dias em Cannes ou Nice, eles estarão curtindo o verão na Croisette ou Promenade des Anglais. Se você tiver dinheiro suficiente para chegar lá, eles certamente lhe oferecerão algum dos vários jornais publicados por suas associações de classe. Certa vez comprei um deles, **Le Réverbère**. Diagramação ágil, policromia, bom texto. Trazia inclusive matéria assinada pelo “correspondente em Nova York”.

Gente fina é outra coisa.

Milosevic e a imprensa gentil — O homem não consiste apenas em corpo e alma, dizia

Thomas Mann. É corpo alma e passaporte. Dou uma olhadela em meus passaportes passados e constato que já são peças de museu. Neles há vistos que não se repetirão, pois a tendência contemporânea é a abolição de fronteiras. E há também aqueles vistos, mais preciosos para o viajante, de países que não mais existem. Tenho carimbos da finada RDA, da Tchecoslováquia, quando ainda era Tchecoslováquia, e da Iugoslávia, quando ainda, além da Sérvia e Montenegro atuais a que se viu reduzida, era também Croácia, Macedônia, Bósnia e Eslovênia. Andei por lá nos dias da morte do marechal Tito, em 1980. O regime, se não era tão fechado como na Alemanha Oriental de Honecker ou na Romênia de Ceaucescu, aberto também não era.

Eu era hóspede de pessoas ligadas ao Partido Comunista Iugoslavo e mesmo estes mudavam de assunto quando sentavam-se em mesas próximas às nossas aqueles indefectíveis senhores com ar de polícia política. E isso que falávamos em francês, idioma pouco cultivado no país. Se até membros do Partido, falando uma língua desconhecida, sentiam medo, pode-se imaginar o sentimento dominante do cidadão comum. O marechal podia ser anti-stalinista, mas isto não fazia dele exatamente um liberal. Mesmo assim, os iugoslavos gozavam de um privilégio extraordinário em relação a seus demais vizinhos do Leste comunista: podiam viajar ao exterior. A

Iugoslávia era então uma espécie de ponte para a Europa. Uma vez lá, qualquer cidadão tcheco, polonês ou búlgaro sentia-se um pouco mais perto da liberdade.

Com a morte de Tito, o construtor da Iugoslávia, temia-se o fim da federação. Que não ocorreu imediatamente após a morte do marechal. Era preciso mais um piparote para que o país se desintegrasse, a queda do Muro e o desmoronamento da URSS. Slobodan Milosevic, herdeiro do comunismo titista, tentou barrar a ferro e fogo a separação das repúblicas. Apesar de ter massacrado algo em torno de 250 mil conterrâneos, não conseguiu. Encastelou-se no que restou da antiga Iugoslávia, a Sérvia e o Montenegro. Em seu feudo, exerceu por 13 anos sua ditadura particular. Até cair de podre, na semana passada. Milosevic — acredite se quiser — até hoje, dia 13 de outubro de 2000 — concorria ao prêmio Nobel da Paz. Considerando-se que carniceiros como Kissinger e Arafat já foram contemplados pela Noruega, não seria de espantar que o colega dos Balcãs também o fosse.

Leio no **Estadão** que a queda de Slobodan Milosevic pode apagar os últimos traços do Partido Comunista no Leste Europeu, surgidos com a ocupação pelo Exército Vermelho em 1945. *Embora a Iugoslávia de Josip Broz Tito rompesse com a União Soviética em 1948, os comunistas na*

República da Sérvia não sucumbiram à onda contra-revolucionária de 1989 que varreu outros regimes comunistas à sua volta, diz o jornalista. Quer dizer então que ainda existiam comunistas? Ora, não passa dia sem que alguém me lembre que comunistas são coisas do passado, que as discussões hoje são outras, que não se chuta cachorro morto, etc. Mas isto é o de menos.

Importante é observar quem assina o artigo do **Estadão**. Não é nenhum jornalista brasileiro, mas Robert D. Kaplan, do **The New York Times**. Pois se o leitor quiser encontrar alguma menção ao regime comunista sérvio na imprensa nacional, terá de procurar com lupa. Mesmo assim, só encontrará esta menção nalguma declaração de Vojislav Kostunica ou de algum intelectual iugoslavo. Para os redatores tupiniquins, na semana passada caiu "o último ditador europeu". A **Zero Hora** concede a Milosevic o título de carniceiro dos Balcãs. Mas na hora de precisar sua extração ideológica, fala na queda do "último ditador socialista da Europa". **O Globo**, em editorial, diz que foi *desfeita a camisa-de-força do socialismo titista*. Quer dizer então que Tito era socialista? Gentilezas da imprensa nossa.

Certa vez alguém perguntou a Confúcio qual a primeira coisa que ele faria se tivesse de governar, condição à qual ele jamais chegou.

Respondeu o sábio chinês: *Retificar a língua*. Teria ocupação para muitas vidas, apenas retificando o linguajar deste século que passou. O leitor pode fazer um teste, a partir desta página mesmo. Na coluna à esquerda do **Baguete**, clique em "Jornais estrangeiros". E viaje, de país em país, de jornal em jornal. Procure notícias referentes à Iugoslávia. Dificilmente encontrará alguma menção ao regime comunista de Milosevic.

Nos dias da derrocada, fiz este percurso. Não percorri todos os jornais, mas andei em muitos países. Só fui encontrar a bendita palavrinha na imprensa americana, que não tem papas na língua, nalgum jornal inglês, nos franceses **Le Monde** e **Libération** e no italiano **Corriere della Sera**. A imprensa espanhola reproduziu a declaração de Aznar: caiu o último pedaço do Muro. Em outros jornais pelos quais passei, silêncio obsequioso.

Fotografia engana leitores

Samba, suor e globeleza – Ao escrever sobre guerras, conflitos ou crises, os jornalistas fazem uso de recursos bastante primários de composição, que passam despercebidos ao leitor menos atento às malandragens da diagramação. Há uma crise na Rússia? Isto pode ser expresso em texto, mas vivemos numa época de comunicação visual. Dados sobre balança comercial, fluxo de exportação ou importação, estatísticas sobre desemprego ou inflação podem muito bem explicar as dimensões do problema. Mas até aí o leitor não VIU a crise.

Para demonstrá-la visualmente, as agências de notícias enviam fotos supostamente colhidas ao acaso, de flagrantes rotineiros da sociedade em análise, mas que naquele momento de crise adquirem um significado dramático. As imagens precisam comover. E que comove mais que velhos, mães e crianças? Os jornais nos inundam então com fotos de vovós russas vendendo babuskas, anciões russos comerciando vodca em meio à neve, mães russas de dentes podres, crianças russas com ar de desamparo e ausência

de futuro. Se as agências se atrasam no envio das fotos, não há problema: o redator desce até o arquivo e volta com uma pilha de velhos russos, mulheres russas, crianças russas. E o leitor, que jamais se dá ao trabalho de verificar a data da foto de arquivo, impressa em letras minúsculas no canto inferior direito de cada uma, engole como realidade de ontem imagens tomadas às vezes há anos.

No caso de guerras ou conflitos étnicos em rincões longínquos, a técnica é a mesma: no arquivo sempre existirá um ancião bósnio, uma mãe bósnia, crianças bósnias. Se não se achar nada na pasta da Bósnia, consegue-se mães e crianças muçulmanas, dá no mesmo. E quando se necessita de uma árabe, qualquer mulher embuçada serve, seja árabe, persa ou hindu. Leitores se contentam com ícones.

Ao editar estas fotos, o jornal já tomou posição. O país ou etnia que tem seus anciões, mulheres e crianças retratadas é, por definição, a vítima. No caso de uma guerra, para bem esclarecer o ignaro leitor, na página oposta estarão as fotos do lado agressor: militares, tanques, fuzis-metralhadoras, declarações arrogantes e quepes, muitos quepes. Se o general que comanda as tropas tiver cara de buldogue e usar óculos escuros, maravilha: merecerá um close em três colunas. Que em uma guerra hajam

velhos, mulheres e crianças sofrendo os mesmos horrores em ambos os lados, para o editor isto não interessa. É preciso balizar a leitura, bem delinear o Bem e o Mal absolutos. O Bem é sempre civil. O Mal é militar.

O golpe de misericórdia nos sentimentos humanitários do leitor é a foto clássica de uma mãe esquelética, preferentemente africana, de ar sofrido e seminua, amamentando o filho raquítico, se possível com algumas feridas no rosto e moscas voando em torno. Se o leitor julga serem sofisticadas estas técnicas de persuasão, em muito se engana. É a versão moderna do antiquíssimo ícone judeu-cristão, que há vinte séculos embala o Ocidente, o da Madonna aconchegando ao peito o filho-mártir. Não a Madonna ianque, escandalosa e contemporânea. Falo daquela outra senhora, de dois mil anos e pico, celebrada em prosa, verso e imagens pela arte ocidental, a virgem que pariu um deus.

Jamais encontramos nos jornais expressões como ancião suíço, mãe suíça, criança suíça. Ou ancião britânico, mãe britânica, criança britânica. Mas o leitor deve estar bem lembrado do ancião bósnio, da mãe africana, da criancinha somali. Os jornalistas passam a idéia de que estas três circunstâncias do ser humano — velhice, maternidade e infância —, são privativas do Terceiro Mundo, enquanto o Primeiro é habitado

por folclóricos imortais estáticos no tempo, sempre jovens e saudáveis.

O Brasil inaugurou 99 nas primeiras páginas da imprensa do mundo todo. Fomos manchete no **Monde** e no **New York Times**, no **Corriere della Sera** e no **Asahi Shimbun**, na **Pravda** e no **Der Spiegel**. Nossa crise financeira derrubou bolsas em Nova York, Tóquio, Milão. A auto-estima do brasileiro, tão em baixa depois da Copa de 98, até subiu alguns pontos: “se afundamos, muita gente afunda junto”. De repente, nos imbuímos de um orgulho suicida, o de morrer, abraçados com países ricos. Caos e desgoverno foram as palavras mais suaves para definir a crise. Não faltou quem falasse em guerra civil. Um ex-poeta gaúcho, Tarso Genro, em delírio lírico, chegou a pedir a renúncia do presidente, logo um mês após sua posse. Santa ingenuidade: se o homem empenhou até as cuecas para ser reeleito, não seria só por um pequeno detalhe — o país afundando — que largaria o osso do poder.

Mas onde as fotos sinalizadoras da crise? Onde o ancião brasileiro, a mãe brasileira, a criancinha brasileira? Crise em pleno verão, em um país de oito mil quilômetros de praia? Não pode ser crise que se preze! E logo em vésperas de carnaval... O ancião brasileiro estará fazendo embaixadas com um pandeiro em torno a uma mulata peladona. Na falta de africanas famintas e

seminuas, a imprensa nos brindará com cariocas e baianas nuas e sedentas. Mães e criancinhas também nos sobram, estão aí a Xuxa, a Sasha, sem falar na celebrada barriga desta pobre mãe solteira, Luciana Gimenez, fecundada por um vilão de país rico. Sangue, suor e lágrimas? Alguém deve ter ouvido mal. Os dias são de samba, suor e glorieira.

A crise que espere. O carnaval não pode parar. Decididamente, o FMI nada entende de Brasil. Se quiser ser levado a sério, que volte lá por março para discutirmos o assunto. Aí a gente publica umas fotos do Sebastião Salgado, para gringo ver.

As criancinhas — Viste as criancinhas? — me pergunta uma amiga ao telefone. Quais criancinhas? — quis saber. Ela perguntava pelas criancinhas do Afeganistão. Antes mesmo de começarem os bombardeios americanos, a imprensa nacional foi invadida por fotos de criancinhas, fotos imensas, até mesmo em quatro colunas, ou fotos menores, repetidas à exaustão. Crianças lindinhas, envoltas em roupas coloridas, com predominância do verde, a cor do Islã. Meninas de rostos angelicais, sempre impúberes, já que se púberes fossem, não mais poderiam mostrá-los.

Sim, eu havia visto as criancinhas. É recurso ao qual os editores apelam mal surge uma guerra. São fotos sem nenhuma relação com fatos. Tiradas antes dos bombardeios, não têm valor algum como notícia, já que com eles nada têm a ver. Sua função é comover. Quando as criancinhas invadem as páginas dos jornais, isto significa que o editor já decidiu quem é a vítima e quem é o agressor. As criancinhas sempre estarão na página das vítimas.

O leitor viu alguma foto das mais de duas mil criancinhas americanas que ficaram órfãos, do dia para a noite, com o atentado ao World Trade Center? Eu não vi nenhuma. Seriam fotos após os fatos bélicos, não antes deles, como é o caso das crianças afegãs. São crianças que ficarão marcadas por um trauma severo, e os psicólogos hoje ainda nem sabem como enfrentar o problema. Mas não servem para comover o leitor. Se nem todas são filhas de ricos, de pobres é que não são. Mesmo sem pai ou mãe, têm futuro assegurado pela frente. Têm um sorriso bonito, dentes saudáveis e, pior ainda, são lourinhas. Pertencem à raça que destrói tudo por onde passa, como dizia Darcy Ribeiro, a raça branca. Decididamente, não servem para vítimas. Pior ainda: são americanas.

A página das criancinhas é preferentemente a página ímpar, embora isto não seja um dogma.

Os editores sabem que, por um movimento instintivo, a primeira página que o olhar do leitor procura é a ímpar. Como contraponto, a página par será dedicada ao agressor. Muitos quepes, muitas estrelas nos ombros, e o arsenal: bombardeiros fantásticos, de milhões de dólares, mísseis inteligentes, porta-aviões, fragatas, helicópteros, super-soldados equipados com tralhas eletrônicas, declarações de autoridades engravatadas.

A mensagem subliminar do editor é clara: aquelas criancinhas que você vê à sua direita constituem, em promessa, o capital humano que aqueles monstros à esquerda vão massacrar. O editor não quer que você incorra no risco de pensar errado. Pode acontecer que algum irreverente escreva um artigo mostrando que a realidade não é assim tão simples. O editor insiste então em conduzi-lo pela mão ao que você deve pensar, através de uma diagramação didática. Leia o que bem entender, leitor. Mas que fique claro que as vítimas são aquelas que o editor escolheu para a página das criancinhas. Quanto aos monstros, estão na página oposta.

Se você ainda não captou o espírito da coisa, fixe isto em sua memória: na página das criancinhas, está o Bem. Na dos militares, o Mal. O Bem sempre estará do lado dos pobres. Rico, por definição, é o Mal. Logo, criancinha

americana não serve. Não comove. Sem falar que confundiria o leitor. A religião fundada por Mani, na Babilônia, no terceiro século da era cristã, continua sendo uma espécie de manual do jornalismo contemporâneo.

Junto com as criancinhas, as mulheres. De preferência mães, com a criancinha ao colo. No caso do Afeganistão, o leitor não terá visto muitas mulheres. É que as afegãs não têm rosto, a burka iguala a todas. Publicar fotos de mulheres afegãs seria, na verdade, repetir sempre a mesma foto.

O recurso é eterno, e ainda funciona. Já tivemos criancinhas ianomâmis, mulheres ianomâmis, anciãs ianomâmis. Filho ou mulher de garimpeiros você não viu. Garimpeiro é o mal, o da página esquerda. Tivemos criancinhas bósnias, mulheres bósnias, anciãs bósnias. Criancinha sérvia, não. Os sérvios são o mal. Mesmo quando massacrados pelo kosovares. O leitor deve também estar farto de criancinha palestina, mãe palestina, anciã palestina. Quantos aos israelitas, nada de criancinhas, mesmo que estas tenham seus pais despedaçados por homens-bomba. Criancinha israelita não passa fome, tem futuro, é saudável, logo não comove. Eventualmente a imprensa deixa passar a foto de uma mãe israelita, consumida pela dor. Se for uma soldada, destaque para ela. É do mal.

Mas atenção: soldado é do mal só quando pertence a um exército regular. O guerrilheiro, em geral, vai para a página do bem. Terroristas também, afinal a ONU até agora não decidiu o que distingue um guerrilheiro de um terrorista. Bin Laden, é claro, exagerou na dose. Seus depoimentos não permitem dissociá-lo do terror. Nem mesmo um Kofi Annan, com sua autoridade de Nobel fresquinho, ousaria ungi-lo com a palavra que, para a grande imprensa, virou sinônima de herói. Guerrilheiro é o Che Guevara, que só não matou mais porque não pôde. Na Bolívia, é cultuado como santo, San Ernesto de la Higuera.

Mas falava de fotos. Enquanto os jornais publicam rostos de criancinhas meigas e desprotegidas, antes mesmo de os bombardeios terem sido desfechados, faltam-nos as fotos das alegadas vítimas civis dos bombardeios. Em meados deste, os taleban convidaram a imprensa estrangeira a entrar no país, em áreas controladas pelas milícias fundamentalistas, para ver a destruição provocada pelos ataques aéreos. De acordo com os taleban, cerca de 200 civis morreram durante um ataque aéreo noturno, no dia 12 de outubro, no povoado de Karam, perto de Jalalabad.

Jornais do mundo todo noticiaram as 200 mortes, mas os jornalistas viram apenas uma

dúzia de túmulos novos, além de carcaças de dezenas de animais mortos. E por que não viram os cadáveres? Ah, porque segundo os ditames corânicos, os muçulmanos enterram seus cadáveres antes do próximo pôr do sol. Como não lembrar aquele suposto massacre de ianomâmis de 1993, no qual não se viu um mísero cadáver? E por que não havia cadáveres? Porque os ianomâmis queimam seus mortos e guardam suas cinzas em cumbucas. Pode-se ver as cinzas? Não pode, são sagradas.

Mas, como testemunhou um repórter que esteve em Karam, "o cheiro da morte envolvia o lugarejo". Exatamente as mesmas palavras usadas por um jornalista brasileiro durante o "massacre" dos bugres. Este, só trocou lugarejo por aldeia. Pena que cheiro não dá foto. Foi muita pressa dos taleban em mostrar os feitos do Grande Satã. Pois cadáveres de civis não vão faltar. Como não faltam em nenhuma guerra.

Em falta de mortos, criancinha serve. Fotografa bem e comove muito mais que cadáver.

Mentiras e censura

Condor choca militantes — Para eles, as nações não tinham fronteiras e o palco de lutas era o planeta todo.

Em 35, uma judia berlinense, oficial do Exército Vermelho soviético, Olga Benario – cuja terna e falseada biografia invade os cinemas neste 2004 – veio coordenar a revolução no Brasil, assessorada por *aparatchiks* belgas, alemães, franceses e argentinos. Osvaldo Peralva, membro brasileiro do Kominform, sediado em Bucareste, ao denunciar a conspiração toda em **O Retrato** (Editora Globo, 1962), foi banido do mundo intelectual e classificado como agente da CIA. O que Peralva denunciou com conhecimento de causa, foi mais tarde documentado por William Waack, no excelente **Camaradas** (Companhia das Letras, 1993), com pesquisas nos arquivos do Kremlin.

Em 36, foram todos para a Espanha, dar apoio bélico e moral a Stalin, que tentava imobilizar a Europa estrangulando-a com o controle do Mediterrâneo. Juan Negrín, ministro

da Fazenda do governo Largo Caballero, raspou os cofres da Espanha em troca de aviões, carros de combates, canhões, morteiros e metralhadoras russas. Ao celebrar com um banquete no Kremlin a chegada das 7.800 caixas com 65 quilos de ouro cada uma (três quartos das reservas espanholas), Stalin, evocando um ditado russo, comemorou: *"Os espanhóis não voltarão a ver seu ouro, da mesma forma que ninguém pode ver as orelhas"*. Aproveitando a vaza, um vigarista malaguenho fez fortuna internacional, dando o título de **Guernica** a um quadro em torno à morte de um toureiro.

Em 59, eles deram apoio logístico e de mídia a Fidel e Che, para instalar a mais longa ditadura da América Latina. De Paris, um filósofo feio, baixinho e confuso veio dar seu aval ao tirano do Caribe. Uma foto da época é das mais emblemáticas: Sartre, de pescoço espichado para o alto, adorando Castro como um Deus. Em **La Lune et le Caudillo** (Gallimard, 1989), Jeannine Verdès Leroux nos relembra este momento de extraordinária poesia.

— *Todos os homens têm direito a tudo que eles pedem* — pontifica Castro. — *E se eles pedem a lua?* — pergunta Sartre. O ditador retoma seu charuto e se volta para o filósofo baixinho: — *Se eles pedem a lua, é porque têm necessidade dela.*

Pediam a lua no bestunto do ditador e do filósofo. Em verdade, queriam dólares, pão e liberdade. Da mesma forma que a Espanha, em 36, foi um campo de treinamento para a Segunda Guerra, a América Latina era laboratório de experimentos sociais para os filosofadores europeus que, no dizer de Camus, assestavam suas poltronas no sentido da História.

Também dos salões de Paris vinha o apoio teórico a Che Guevara e seus celerados, através de Régis Debray, mais tarde delator de Che Guevara e depois ministro de Mitterrand. Che morreu em odor de santidade e hoje é cultuado na Bolívia, como San Ernesto de la Higuera. Como Olga, também mereceu neste mesmo 2004 um hagiológico do cinema brasileiro. Danielle Mitterrand, a viúva enamorada pela figura romântica do *guerrillero*, dá apoio à guerrilha zapatista em Chiapas, comandada por um *agitprop* branco travestido de líder indígena, o subcomandante Marcos. E a mulher de Debray criou a biografia fictícia da guatemalteca Rigoberta Menchú, embuste que mereceu o prêmio Nobel da Paz de 92.

Nos anos 60, eles tentaram reeditar no Brasil a Intentona de 35. Para isso, foram treinados na China, União Soviética, Cuba e Argélia. Fracassados e escorraçados em 64, os sobreviventes migraram ao Chile para assessorar

Allende e ao Uruguai para dar apoio aos tupamaros. De Cuba, vinha o brado de guerra: "*un, dos, tres, mil Vietnãs*". Derrotados no Uruguai em 73 por Bordaderry, deixaram o país conhecido como a "Suíça latino-americana" em destroços, com mais da metade de sua população ativa refugiada no exterior. Para simbolizar o apoio de Cuba ao regime marxista que se instalara no Chile, Castro presenteou Allende com uma submetralhadora. Presente de grego: foi a mesma que o líder marxista usou para suicidar-se em 73.

Derrubado o regime de Allende, eles rumaram à Argentina e Portugal, onde a "Idéia" estava em marcha. Em 76, instaura-se, com Videla, a ditadura militar na Argentina. Era o momento de dar de rédeas rumo a outros nortes.

Em 75, alguns militares lusos, entusiasmados com a derrocada de um salazarismo já moribundo, tentaram instalar na península ibérica a república socialista que os espanhóis já haviam exorcizado. A esperança migrara para Portugal. Ou para o Peru, onde o Sendero Luminoso e o Tupac Amaru assassinaram, nos 80, milhares de peruanos, sob a inspiração humanitária do Grande Timoneiro.

Era o que, em Paris, chamávamos de *la grande randonée*. Aventureiros de todos os

quadrantes, alguns imbuídos de nobres ideais, outros de ressentimentos e vontade de poder, migravam de um país a outro para "fazer a Revolução". Em qualquer geografia sentiam-se em casa: sempre havia um comitê para recebê-los como heróis e delegar-lhes novas tarefas. Só no Rio de Janeiro, o cardeal Eugenio Sales alugou 80 apartamentos para abrigar *aparatchiks* de toda a América Latina, que chegaram a acolher grupos de 150, simultaneamente. O total de militantes hospedados, entre 76 e 82, chegou a cinco mil pessoas.

Eles percorreram o século e o continente latino-americano, receberam doutrinação ideológica e treinamento de guerrilha em diversos países. Quem atesta esta internacionalização são os próprios guerrilheiros em suas memórias. Foram financiados pela China, ex-URSS e até pela miserável Cuba. Além de dispor santuários para onde quer que fugissem, gozavam de exílios confortáveis nas sociais-democracias européias. Se um *aparatchik* era preso na mais discreta fronteira do mundo, no outro dia manifestantes em Paris, Berlim, Estocolmo ou Londres pediam sua libertação. A luta não tinha fronteiras. Agora condenam, indignados, a chamada operação Condor.

Que horror! Os militares da América Latina trocavam informações e serviços para combatê-

los. Os militantes de esquerda esqueciam – ou faziam questão de não lembrar – que em 1967, Fidel Castro criara a OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade), com sede em Havana, para apoiar os movimentos de esquerda em outros países. Além de promover o comunismo no continente, a OLAS funcionava como uma espécie de santuário. Se o guerrilheiro estava por demais queimado em um país, era transferido para prestar seus serviços em outro país vizinho.

Isto me lembra um debate dos anos 70 em Estocolmo. Pacifistas denunciavam as Forças Armadas suecas, porque estas usavam armas que feriam e matavam. Um oficial, muito pedagógico, teve de vir a público para esclarecer: "a função de uma arma é ferir e matar".

Consta que os responsáveis pela operação Condor até se comunicavam em código. Maquiavélicos, estes senhores.

Aiatolá Gregori — Em 1989, oito criminosos (sete estrangeiros e um brasileiro) seqüestraram um empresário brasileiro, crime tipificado em nossa legislação como hediondo. Mantiveram a vítima em cárcere privado, exigiram um resgate milionário e compraram até mesmo um caixão para o caso de ter de matar o seqüestrado.

Presos, foram julgados pelo Tribunal do Júri e condenados a penas que iam de 26 a 28 anos de prisão. Dois dos seqüestradores eram canadenses e uma colossal campanha de desinformação foi lançada no Canadá e Estados Unidos exigindo a libertação de ambos. Onze anos depois, graças às instâncias do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, do ministro da Justiça, Renan Calheiros, do secretário de Direitos Humanos, José Gregori, do cardeal Evaristo Arns e demais sedizentes defensores dos Direitos Humanos, acabaram sendo reenviados para o Canadá, após uma greve de fome.

A opinião pública internacional (leia-se a família de um dos canadenses) exigia a libertação dos criminosos. As mais altas autoridades de república jogaram no lixo a decisão dos jurados. De cambulhada, após acordos fictícios feitos com os respectivos países, foram libertados os demais seqüestradores, argentinos e chilenos. O brasileiro foi enviado de volta para o nordeste. Os canadenses estão livres como passarinhos e não se fala mais no assunto.

Em 88, no Acre, o sindicalista Chico Mendes, transfigurado em herói pela imprensa americana, foi assassinado pelo fazendeiro Darly Alves da Silva. Preso em 96 e condenado a 31 anos de prisão, em maio deste ano o criminoso passou a ter direito a cumprir o restante da pena em

regime semi-aberto. O mesmo ministro da Justiça, Renan Calheiros, que tudo fez para libertar os seqüestradores canadenses e seus cúmplices, moveu mundos e fundos para impedir o acesso de Darly ao benefício adquirido. Que iria pensar a opinião pública internacional, se o matador do herói amazônico usufruísse de um benefício ao qual tinha direito? Darly continuou em cárcere fechado.

Em maio de 1992, Paulinho Paiakan, o cacique caiapó, saudado pela imprensa americana como o "homem que pode salvar a humanidade", violentou uma menina de 18 anos com a cumplicidade de sua mulher, Irekran, e até hoje ambos permanecem livres em seus feudos. Os estupradores confessaram a jornalistas, sem nenhuma coação, ter inclusive enfiado — juntos — as mãos na vagina da vítima. Paiakan protegeu-se sob as saias de sua mulher e foi absolvido por um juiz acovardado, durante julgamento ao qual compareceu respaldado por centenas de caiapós armados de bordunas. O juiz alegou falta de provas e considerou Irekran como não integrada à cultura dos não-índios, sendo inimputável perante a lei. O salvador da humanidade não poderia ser mandado à prisão pela justiça de um paíseco do Terceiro Mundo. Que iria dizer a opinião pública internacional?

Em agosto de 96, um dentista e uma estudante foram fuzilados no bar Bodega, em Moema, São Paulo. Dada a repercussão do caso, a polícia apressou-se em encontrar os assassinos, três negros já com prontuários policiais. Nenhuma das testemunhas do assassinato reconheceu os criminosos apresentados pela polícia. Mas a opinião pública queria satisfação e os policiais não hesitaram em usar antigos porém eficazes métodos de interrogatório, tais como pau-de-arara, choques elétricos na língua e nos genitais, pedaços de pau no ânus.

Mais tarde foram encontrados os verdadeiros criminosos e os policiais foram indiciados por tortura. A denúncia foi rejeitada pelo Ministério Público por falta de provas. Os torturadores continuam livres e Gregori algum protestou contra a impunidade dos policiais. As vítimas estavam se divertindo numa casa noturna, logo alguma culpa teriam, por alguma dívida social deveriam ser responsáveis. Quanto aos torturados, eram negros e não pertenciam a nenhum grupo de guerrilha. Silêncio total sobre a impunidade dos torturadores.

Nestes dias, foram absolvidos em júri popular, no Pará, três oficiais responsáveis pelos soldados que mataram 19 sem-terra em um conflito em Eldorado de Carajás. A televisão tem repetido à exaustão as cenas do confronto.

Dezenas de sem-terra, armados de porretes, facões e foices, arremetem contra um punhado de policiais militares. Os PMs recuam e a multidão avança. Os PMs disparam para o ar e a multidão continua a avançar. Acuados e amedrontados, os PMs desta vez atiram contra a turba e o mal está feito: 19 cadáveres, para alegria dos líderes do Movimento dos Sem Terra.

Mas os locutores insistem na “bárbara agressão dos PMs”, “o massacre dos sem-terra”. O espectador vê a multidão armada avançando e os policiais recuando com medo. Hipnotizado pela mídia, o espectador não vê o que vê. Vê o que o locutor diz que deve ser visto.

O corpo de jurados, aceito pela acusação e defesa, absolveu os três oficiais indiciados. Indignação do presidente Fernando Henrique Cardoso e do secretário de Direitos Humanos, José Gregori, os mesmos senhores que mandaram os seqüestradores de Abílio Diniz de volta para seus países. "Decisão judicial que não faz justiça não é para ser lamentada, é para ser anulada por um novo julgamento", afirmou Gregori.

Afinal, o que vai dizer a opinião pública internacional? O júri era de mentirinha. Os jurados só podiam condenar, jamais absolver. O aiatolá Khomeiny, de saudosa memória, resumiu

melhor a posição do secretário de Direitos Humanos. Ao entrar em Teerã a ferro e fogo, aboliu qualquer julgamento: “Criminosos não devem ser julgados. Devem ser executados”.

Novo julgamento foi feito. Em 19 de dezembro de 2004, foi mantida por unanimidade, a condenação do coronel Mário Pantoja a 228 anos de prisão e do major José Maria Oliveira a 154, pelas mortes de 19 sem-terra e por ferimentos em outros 66 integrantes do MST em abril de 1996 em Eldorado dos Carajás, no sul do Pará.

E ainda há quem defenda o controle externo do judiciário. Ora, este controle já existe. E veio para ficar.

O índice das esquerdas — Em meus anos de França, tive acesso a livros fundamentais, títulos há muito publicados e jamais traduzidos no Brasil. Tivessem os universitários brasileiros conhecimento destas bibliografias, não estariam hoje louvando Che, Castro ou os neocomunistas do PT.

Olavo de Carvalho comentava em suas crônicas um desses livros que provavelmente jamais será traduzido por estas plagas. É **Le Terrorisme Intellectuel de 1945 à Nos Jours**, de Jean Sévillia, publicado em Paris, há algumas

semanas. Olavo escolhe este momento significativo de Sartre como mostragem: "Um regime revolucionário tem de se desembaraçar de um certo número de indivíduos que o ameaçam, e não vejo outro meio de fazer isso senão a morte. Da prisão, sempre se pode sair. Os revolucionários de 1793 provavelmente não mataram o bastante". Claro que um livro desses não pode ser publicado em Pindorama. Como salvariam a face os doutos humanistas que fizeram suas carreiras universitárias louvando o celerado?

Assim como a Igreja teve seu Index Prohibitorum, as esquerdas tinham também sua listinha de autores proibidos. **L'Homme révolté**, o mais importante ensaio de Camus, publicado em 51, só surgiu no Brasil no final dos 90, quase meio século depois de editado em Paris, após a Queda do Muro e o desmoronamento do comunismo. Ao chegar ao leitor brasileiro, havia perdido muito de seu sentido, pois já caíra a mais longa ditadura do século. Hoje, mais que uma obra de combate, **L'Homme révolté** é o testemunho histórico de um escritor que não se deixou enganar pela utopia soviética. Em todo caso, a polêmica de Camus com d'Astier de la Vigerie, um dos mais vibrantes textos do autor argelino, publicado em suas obras completas, sob o título **Ni Victimes, ni bourreaux**, continua solenemente ignorado no Brasil.

Muitos outros foram os livros subtraídos ao leitor brasileiro. Livros que teriam modificado substancialmente os rumos do país, se tivéssemos editores de coragem. Arrolo alguns títulos para o leitor mais curioso. Como passei alguns anos no exterior — sem falar dos que vivia no interior gaúcho, onde raros livros chegam, e sem falar dos anos em que eu sequer vivia — posso cometer algum lapso. Que o leitor melhor informado me corrija.

Um dos mais significativos foi **Vers l'autre flamme**, do escritor romeno de expressão francesa, Panaïti Istrati. Primeira denúncia do stalinismo, foi publicado na França em 1929 e só reeditado em 1980. Suas Obras Completas foram publicadas pela Gallimard, exceto **Vers l'autre flamme**, cujos originais levam Romain Rolland, seu padrinho literário em Paris, a aconselhá-lo: "Isto será uma paulada a toda Rússia. Estas páginas são sagradas, elas devem ser consagradas nos arquivos da Revolução Eterna, em seu Livro de Ouro. Nós lhe estimamos ainda mais e lhe veneramos por tê-las escrito. Mas não as publique jamais". Claro que tal livro jamais seria publicado no Brasil. E, se um dia for, terá apenas o valor de uma relíquia histórica.

Um dos livros mais importantes da história do comunismo, **The God that Failed**, publicado em 1950 na França, chegou a ter sua tradução

anunciada por Raquel de Queirós, mas não me consta que tenha sido publicado. Nele estão as razões que fizeram Arthur Koestler, Ignazio Sillone, Richard Wright, André Gide, Louis Fischer e Stephen Spender renunciar à nova religião. Por falar em Koestler, uma outra lacuna injustificável nas edições nacionais, são os volumes de sua autobiografia intelectual, **Arrow in the Blue** e **The Invisible Writing**. Koestler, judeu húngaro de cultura cosmopolita, militante sionista e marxista, viveu em Israel, Moscou, Viena, Paris, Berlim e inclusive participou da Guerra Civil Espanhola. Leituras fundamentais para entender-se o debate ideológico da Europa na primeira metade do século passado, jamais chegaram ao leitor brasileiro.

A biografia clássica do ditador russo, **Staline**, de Boris Souvarine, publicada em 1939, nem pensar. Outra biografia não menos importante, em dois volumes, é a de Alam B. Ulam, publicada em 1973, nos Estados Unidos. No Brasil, quase criou-se um gênero literário, a literatura laudatória de Castro e Che, que chegava a ter estantes especiais nas livrarias. Passou-se mais de quarto de século, no entanto, e os editores brasileiros sequer se dignaram a publicar o livro de Ulam. A Nova Fronteira, diga-se de passagem, publicou **Os Bolcheviques**, em 76. Mas esta obra, que deveria fazer parte dos currículos

universitários, hoje você só a encontra em sebos e olhe lá.

De David Caute, que elaborou importantes ensaios como **The Great Fear, Communism and the french intellectuals** (1914-1966), **The Fellow Travellers** (1917-1968) ou **Sixty-Eight**, nada sabemos. **Le stalinisme**, de Roy Medvedev, publicado em 71, nos EUA, com o título **Let History Judge**, ainda não deu as caras em nossas livrarias. **Les Staliniens**, de Dominique Desanti, de 1975, muito menos. **Les Origines intellectueles du leninisme**, de Alain Bensançon, nem falar. **L’Affaire Kravchenko**, de Guillaume Malaurie, nem sombra. Se nossos universitários nem sabem quem foi Pol Pot, podemos imaginar o que devem conhecer de Kravchenko. Me consta que o livro do dissidente russo, que desmitificou definitivamente o stalinismo, **J’ai choisi la liberté**, foi traduzido nos anos 50 entre nós. O título virou motivo de derrisão entre a *intelligentsia* tupiniquim. Toda vez que alguém criticava Moscou e seus ucasses, não faltava quem perguntasse ironicamente: ah, você também escolheu a liberdade?

Quando as denúncias se referem ao nazismo, as notícias chegam mais depressa até nós. Mais depressa, mas não muito, para não perturbar carreiras de ilustres filosofadores tupiniquins. É o caso de Martin Heidegger. **Heidegger and**

Nazism, do chileno Victor Farias, data de 1987, mas só foi traduzido em 98 por aqui. Em 1994, foi publicado em Munique, **Ein Meister aus Deutschland — Martin Heidegger und seine Zeit**. Louvemos o que deve ser louvado. Acaba de ser traduzido pela Geração Editorial, como **Heidegger, um mestre da Alemanha**. Antes sete anos depois do que nunca.

Catita e Teresa

Feliz da nação que não precisa de heróis, disse Brecht, o teatrólogo que tinha Stalin como herói. Não é o caso da nossa. O Brasil parece ter uma necessidade doentia de tais personagens, a ponto de criá-los do nada. O último período inflacionário corroeu nosso estoque de vultos da pátria. Para efígie das novas moedas emitidas, apelou-se a índios, bichos, aves e peixes. Mas nossa fauna é limitada e a inflação de novo mostra os dentes. Os dias são de desemprego. Mas há vagas para heróis.

Tiradentes é o melhor exemplo do herói por acaso. Enquanto os mentores intelectuais da independência escaparam do esquartejamento, este sobrou para um pobre diabo que teve o azar de conspirar com gente fina. Outro herói sem biografia que se aproveite é Anita Garibaldi. Entrou na história pela porta dos fundos, apenas por ter corrido atrás dos olhos azuis de Garibaldi.

Quando se descobriu que era casada, consternação geral em Santa Catarina. Não ficava bem para uma heroína, objeto de culto nas

escolas, largar o marido para sair a tiracolo do primeiro gringo que passava frente à sua janela. A grande heroína desta nação católica era uma adúltera. Que se vai fazer? País que se preze precisa de heróis.

Em um país em que futebol é sinônimo de civismo, os atletas que participam das copas são, ipso facto, heróis. “Nossos heróis”, dizem os jornalistas esportivos, ao se referirem aos jogadores. Estes acreditaram nas manchetes e assumiram com prazer esta condição olímpica. Na penúltima Copa, quando a seleção voltou ao Brasil em um Boeing com toneladas de muamba, “nossos heróis” conseguiram derrubar um secretário da Receita Federal, que insistia em submetê-los à revista pela qual passa, nas alfândegas, todo cidadão brasileiro. Na ocasião, o goleiro Taffarel manifestou aos jornalistas sua indignação em relação ao insólito excesso de zelo do secretário Osires da Silva: “Mas nós somos heróis!”.

Personagem criado pelos antigos gregos, herói é o homem capaz de feitos excepcionais. Filho de um deus e uma mortal, pertence ao território da lenda. Neste país tão carente de grandes homens, a palavra serve para obscuras Bovarys, negros senhores de escravos e fraudadores do fisco. Tão escassa é a ocorrência de heróis em Pindorama,

que a imprensa houve por bem, no mês passado, conferir o título... a uma cadela.

Chamava-se Catita. Seu feito: defender uma criança atacada por dois pitbulls. “Heroína!” — berraram as manchetes. O episódio foi emblemático. Catita, mãe de vários cachorrinhos, arriscava a vida em defesa de um filhote alheio. O velho mito da Madonna, desta vez em versão canina, tão utilizado pelos jornalistas para comover leitores. Mais ainda: Catita era uma cadela plebéia, vira-lata latina e nativa. Os agressores eram cães de elite, alienígenas e com sotaque anglo-saxão. A finada luta de classes ressuscitava e se manifestava mesmo entre caninos. Em falta de heróis, vai Catita mesmo.

À figura pagã do herói, o mundo cristão contrapôs um novo personagem, o santo. Se herói é o homem capaz de feitos excepcionais, o santo é aquele que se submete à vontade divina e opera milagres. Embora este personagem cheire a mofo medieval, João Paulo os tem produzido em ritmo industrial. Em seu papado, fabricou cinco vezes mais santos que o conjunto de seus antecessores no século XX.

Nestes dias de Catita, João Paulo está acelerando o processo de canonização da albanesa Agnes Gonxha Bojaxhiu, mais conhecida como Madre Teresa de Calcutá, morta

em 97. Se uma canonização exige décadas e mesmo séculos de debate, o papa polaco quer dispensar, neste caso, até mesmo os cinco anos regulamentares para início do processo. Sua Santidade, com uma pressa de jornalista, está conduzindo a nau da Igreja por águas turvas.

Se você já não lembra quem é Agnes Bojaxhiu, volte ao capítulo “Nobel e Vigarices”. João Paulo seria mais prudente se adotasse a política da imprensa brasileira. Já que os heróis, humanos sendo, padecem de todas as safadeza inerentes ao ser humano, melhor coroar uma cadela. De Catita, podemos ter certeza que não homenageou ou recebeu homenagens — ou dólares — de tiranos ou vigaristas. Muito menos os defendeu. Santa Catita!

Cinema e Crítica

Sobre críticos e psicanalistas — O episódio ocorreu em Porto Alegre, em meados dos anos 70, na Reitoria da UFRGS. **Gritos e Sussurros**, de Ingmar Bergman, era analisado por um crítico de cinema e dois psicanalistas. Como eu estava voltando da Suécia, fui convidado por um terceiro psicanalista para o debate. Porto Alegre, naqueles idos, vivia uma circunstância peculiar: sem produzir filmes, tinha uma crítica de cinema ativíssima. Luis Carlos Merten, o crítico, abriu os debates, com voz empostada: “Dois são os instintos básicos da humanidade: sexo e fome. Como não existe fome na Suécia, os suecos fazem um cinema de sexo”.

Sem discutir a veracidade histórica da afirmação (no final do século passado, Estocolmo era uma das cidades mais pobres e sujas da Europa), considereei que no Brasil ninguém passava fome. Vivíamos em plena época das pornochanchadas e o cinema nacional girava em torno a sexo. Merten mudou de assunto e passou a falar de Bergman, o “cineasta da alma”.

Discordei. A meu ver, Bergman era o cineasta das neuroses sexuais. Em sua filmografia, o relacionamento físico entre os personagens é sempre sofrido, doloroso, traumatizante. (Quem não lembra o episódio dos cacos de vidro introduzidos na vagina, em **Gritos e Sussurros?**). Não por acaso, o cineasta estava em seu quinto casamento. Homem que não se acerta com uma mulher — afirmei — não se acerta com cinco nem com vinte e cinco. Mal terminei a frase, fui interrompido por um dos psicanalistas: “Não podemos invadir a privacidade de Bergman, que está vivo. Falemos de sua mãe, que já morreu”.

O debate continuou por outros rumos. Em uma das cenas, a personagem, interpretada por Liv Ullmann, após jantar com o marido, pergunta-lhe se quer café ou se vai dormir. Interpretação do segundo psicanalista: “Café ou cama. Temos uma manifestação típica de sexualidade oral”. Observei aos participantes da mesa que pretendia convidá-los para um cafezinho após o debate. Como arriscava ser mal interpretado, desistia da idéia. O debate foi rico em pérolas do mesmo jaez. Registro mais uma.

Da platéia, alguém perguntou porque razões Liv Ullmann usava duas alianças no mesmo dedo. Interpretou um dos analistas: “Agressão instintiva ao marido, desejo de viuvez antecipada. Ou ainda, uma projeção homossexual na mãe.

Ela vê na mãe os princípios masculino e feminino e usa os dois símbolos no dedo”. Lavei a alma naquela noite: o douto analista ignorava que na Suécia as mulheres costumavam usar ambas as alianças, a própria e a do marido.

Se a história terminasse aqui, até que não seria grave. Ao sair da Reitoria, fui abordado pelo psicanalista que me convidara para o debate: “Por que aquela agressão pessoal ao Meneghini? Tens algo contra ele?” Referia-se àquele que insistia em falar da mãe do Bergman. Ora, não me parecia ter agredido ninguém. E muito menos o tal de Meneghini, que via pela primeira vez em minha vida. “Acontece que ele também está na quinta esposa. E como sempre as leva para morar com a mãe, parece que também não está dando certo”.

Já que estamos rememorando, lá vai mais uma, também dos anos 70. Ocorreu no cine Rex, na pré-estréia de **Alphaville**, de Jean-Luc Godard. O suíço tinha suas idiossincrasias e o público não o entendia muito bem. Em meio ao filme, o detetive Lemmy Caution, interpretado por Eddi Constantin, fuzila alguém com dois tiros na testa. Mais adiante, o fuzilado reaparece, vivo e em plena forma. A platéia estava confusa. Jefferson Barros, crítico então marxista, brilhou com sua interpretação. Que não podíamos pensar o cinema godardiano a partir de nossa concepção cronológica de tempo. Que o tempo, para o

cineasta, era interior, psicológico, acronológico. Era o tempo de Bergson em a **Évolution Créatrice**, explorado por Proust em **A la Recherche du Temps Perdu** e retomado por Joyce, em **Ulisses**. A tese durou o que duram as rosas. Quando o filme entrou em cartaz, desvendou-se o mistério: na pré-estréia, o operador havia trocado os rolos. A tese do crítico pode ter tido vida breve. Mas era brilhante, sem dúvida alguma.

Esta peste universitária, o uso deliberado da obscuridade para parecer profundo, foi ridicularizada por Jean Bricmont e Alan Sokal, em 1996, em **Imposturas Intelectuais**. O livro parte de um artigo publicado por Sokal na revista norte-americana **Social Text**, "uma paródia repleta de citações sem sentido, mas infelizmente autênticas, sobre física e matemática, extraídas de obras de eminentes intelectuais da França e dos EUA". A revista assumiu o texto — incompreensível — como um ensaio sério. A affaire, mais conhecida como o Caso Sokal, caiu muito mal no mundo acadêmico. Bricmont, ao visitar São Paulo no ano passado, foi duramente atacado pelos PhDeuses uspianos.

Intelectuais Orais — “Este lúbrico lamber sorvetes, sucedâneo de delícias proibidas”,

escrevia, nos anos 60, a escritora feminista Carmen Silva. Proibidas mesmo, pois chegavam a constituir delito. De minhas aulas de Direito, uma frase me restou na memória, da lavra de Washington de Barros Monteiro. Em seus comentários ao Código Penal, falava do “asco indizível da felatio in ore”. A prática era criminalizada inclusive entre marido e mulher. Pois mesmo no recôndito do tálamo conjugal, continuava o criminalista, a esposa ainda guarda resquícios de pudor.

Os juristas pareciam nutrir uma aversão personalíssima à sexualidade oral. Quem não lembra de **Les Amants**, de Louis Malle? Ao ser exibido em Porto Alegre, um grupo de espectadores criou a Turma do Apito. Quando o personagem masculino descia os lábios pelo ventre da Moureau, para uma carícia menos ortodoxa, a turma apitaria em protesto ao gesto abominável. Isso que a câmera não descia além do umbigo! A Turma do Apito, talvez intuindo o próprio ridículo, se manteve sempre no anonimato. Soube-se mais tarde que era liderada por um ilustre jurista, o Dr. Rui Cirne Lima, diretor da Faculdade de Direito da URGs.

Louis Malle apenas insinuava, mas já escandalizava. Nagisa Oshima mostrou a coisa indizível como ela é, em **O Império dos Sentidos**. Em vários países, teve de lutar para livrar seu

filme dos circuitos pornográficos. Proibido no Japão, muito deve ter contribuído para a indústria turística... francesa. Excursões de japoneses — e japonesas, principalmente — invadiam Paris para ver o filme de Oshima. Eu o assisti em uma sala da Champs Élysées, em meio aos risos histéricos de turistas japoneses, cujo principal objetivo a vir à França parecia ser ver o filme de Oshima. Não que o filme fosse divertido. Rir, no Japão, é uma forma de expressar nervosismo.

Em Lisboa, logo após a Revolução dos Cravos, vi **J'irais comme un cheval fou**, de Fernando Arrabal. Parece que os anos de salazarismo mantiveram o paladar dos lusos limitado aos pastéis de Santa Clara. Assim, quando o personagem, ainda criança, tem uma crise epiléptica ao ver o cozinheiro ejacular no rosto da mãe, vários espectadores abandonaram a sala. Os revolucionários não haviam preparado corações e mentes lisboetas para tais extravagâncias espanholas.

Ó tempora, ó mores. Depois de Clinton, o que era coisa de cama passou a ser assunto de mesa. Com Monica Lewinski, o noticiário internacional tornou-se inconveniente para crianças. E embaraçoso para os pais: sem ter ainda falado sobre o tema às crias, tinham de começar explicando o que era sexo oral.

A imprensa americana selecionou, na semana passada, os eventos determinantes do século. Entre estes, foram listados a bomba de Hiroshima e a viagem à lua. Apesar de notáveis, tais fatos pertencem à rotina da história. O que nenhum ficcionista ou historiador ousaria imaginar era que uma moça ajoelhada ante um pênis provocasse uma tentativa de impeachment do dirigente da mais poderosa nação contemporânea.

Por trás de tudo, o poder sem limites da mídia. Não fosse a imprensa, Monica continuaria exercitando sua arte nos corredores da Casa Branca, sem que ninguém tivesse nada a ver com isso. Kenneth Starr seria mais um dos tantos malucos apocalípticos que vivem a pregar no deserto. Mas os jornais e a televisão existem e o esperma de Clinton nos é servido como sobremesa nos noticiários do almoço.

Se uma tiete de futebol já se sente poderosa quando leva um atleta à Vara de Família (também conhecida como Vara de Piranhas), imagine o leitor o ego de uma profissional de palácio, que quase leva à renúncia o presidente dos Estados Unidos. Monica Lewinski, monstro gerado pela mídia, acaba de lançar um livro e já pretende pertencer à história da literatura. “Gosto de imaginar que ficarei imortalizada num livro”, declarou ao **The Daily Mirror**. “Gosto de poder

pegar na estante uma peça de Shakespeare, e espero que as pessoas façam o mesmo com meu livro.”

A moça deve ter ouvido falar de cursos de língua e literatura e misturou as espécies. Virtuosa da língua, confundiu-a com literatura. Julga que a biblioteca de um leitor de Shakespeare possa abrigar o relato anódino de suas felações de corredor. Tudo é questão de escolher o falo mais prestigioso. Enquanto suas colegas de ofício ganham alguns caraminguás a cada prestação de serviço, Monica começa embolsando três milhões de dólares.

Há mulheres que marcam os séculos. Hipata, professora de filosofia assassinada no século III por monges cristãos, foi uma delas. Mulher belíssima, conferencista no Museu da Alexandria, escolheu o destino de permanecer virgem. Quando um de seus estudantes confessou-lhe estar apaixonado, a beldade levantou o vestido até a cintura e disse: “Disto, moço, é que você está apaixonado, e não de alguma coisa que seja bela”.

Não se fazem mais Hipatas como antigamente. Quanto Clinton abriu-lhe a braguilha, Monica viu lá dentro uma manifestação do mais sublime amor. Ao celebrar este estranho amor, sente-se escritora. A mídia a

divulga como tal e os animais midiáticos compram sua “obra”.

Central Promove Brasil — Todo homem, quando viaja, carrega sua pátria nas costas. Algumas são confortáveis de carregar, o passaporte vale como currículo. Para um brasileiro, que participa de uma atmosfera cultural européia mas mantém os pés atolados em um subdesenvolvimento africano, viajar é doloroso. Você pode ser cosmopolita e poliglota, especialista em Shakespeare e cultor de Dante, pode conhecer mais história ou línguas que o europeu ou americano médio. Mas será sempre brasileiro e visto como tal. Uma aura irremediável, cambiante conforme a época, o acompanhará na travessia de qualquer fronteira. São as imagens, esta percepção imediata que toda pessoa alimenta a respeito de um país distante. Aparentemente superficial, esta percepção não deixa de ser profunda, produto do que o país mais exporta.

Houve época em que éramos terra incógnita, pertencente mais ou menos ao território da lenda. Brasil era sinônimo de café, samba, carnaval e mulata. Buenos Aires era a sua capital. Na Suécia, perguntaram-me quando Perón voltaria ao Brasil. Em um Heurige em Viena, ao saber de

onde eu era, um violinista quis homenagear-me. Começou com “Cielito Lindo”. É mais embaixo, observei. Ele atacou com “La Cumparsita”. Nem tanto, corrigi. Ele chegou finalmente à “Aquarela do Brasil”.

Não posso me queixar. Dan Quayle, vice-presidente dos Estados Unidos, ao voltar de um tour pela América Latina, lamentava não ter estudado latim na escola, para poder conversar “with those people”. Mais grave é constatar que nos pespegaram uma das mais recentes lendas urbanas alimentadas pela mídia. Hoje, na Áustria, o Brasil é visto como um país que trafica órgãos humanos.

Com o futebol e as copas, nossa imagem mudou um pouco. O país passou a ser resumido em três palavras: Pelê, café, sambá. Em verdade, mais Pelé do que samba ou café. O mais sinistro policial de país socialista, ao ver o passaporte verde, para demonstrar sua erudição geográfica, por uns segundos abria a carranca em um sorriso: “Ah, Pelê!” Mesmo nos confins do Saara, você dificilmente escaparia de ser abordado por um árabe, às vezes por uma criança, que o saudaria com ar cúmplice: “Pelê!”

Nos anos 70, passamos a ostentar outros ícones: ditadura, tortura, matança de índios. As esquerdas no exílio, banidas pelos militares de

64, haviam virado o jogo. De simulacro de paraíso tropical, o Brasil passava a ser visto como uma tirania assassina. Os índios matavam brancos à vontade, inclusive os funcionários da Funai que tentavam levar-lhes assistência. Mas este lado do conflito sempre foi escanteado. Uma imagem recorrente perpassou então a Europa, a de um garimpeiro jogando ao alto uma criancinha índia para espetá-la no facão.

Para reforçar o clichê, não faltaram antropólogos ávidos de aplausos e mordomias das universidades européias. Darcy Ribeiro afirmava existirem seis milhões de indígenas no Brasil por ocasião da chegada de Cabral. O número não é aleatório: remete àquela outra cifra, a do holocausto. Os gatos pingados lusos que aqui aportaram deveriam ter um serviço fabuloso de recenseamento para contar seis milhões de indígenas em um imenso continente inexplorado. Bastaram algumas declarações irresponsáveis de velhos comunossauros para que o ícone Brasil virasse um misto de samba e genocídio.

Em 79, para desolação de muito brasileiro que fazia carreira como exilado nas capitais européias, ocorreu a anistia. As esquerdas voltaram e as imagens perderam sua conotação política. Foi a vez dos travestis de Pindorama descobrirem a Europa e disputar no velho mundo um lugar ao sol na velha profissão. No Bois de

Boulogne, a pièce de résistance do cardápio sexual eram “les brésiliennes”. Ir a Paris e não transar um travesti brasileiro é como ir a Roma e não ver o papa, dizia-se. O Brasil passava a constituir a última utopia pós-comunista ao sul do Equador, o país bissexual.

Na última Copa, o metrô parisiense decidiu homenagear as equipes de futebol hospedadas pela França. Sobre a imagem em negativo dos jogadores, cartazes sobrepunham clichês dos países visitantes. Em nosso caso, uma foto com os jogadores rasgava-se para mostrar passistas de carnaval. Pernas de futebolistas, corpos de mulatas. Um menino francês — testemunhou Alcino Leite, da **Folha de S. Paulo** — elaborou a síntese. Ao ver o cartaz, grita para os amigos: “*regardez les travestis*”.

Que um brasileiro culto tenha de suportar tais imagens, isto faz parte do carma de ter nascido nestes trópicos. Quando se viaja, não há como largar a pátria em um bagageiro de aeroporto e sair a flunar pelas ruas, sem o peso do passado. Há países que produzem e exportam ciência, tecnologia, pensamento e estética. Brasileiros, exportamos nossas primícias: índio, samba, futebol, mulata e travesti. O estrangeiro não calunia quando nos cola na testa tais adesivos. Apenas nos devolve as imagens que emitimos.

A auto-estima tupiniquim andou eriçada nas últimas semanas, quando **Central do Brasil** concorria ao Oscar. A estatueta, antes tão difamada, de repente virou objeto de desejo nacional. Um prêmio internacional, diziam os sedizentes formadores de opinião, faria bem ao ego coletivo, nestes dias de crise. Curiosa auto-estima: qualquer estrangeiro que tiver visto o filme, nos verá como um país onde quadrilhas de traficantes buscam, nas grandes estações de trens, crianças abandonadas para extrair-lhes fígado e rins.

Penetras maltrapilhos em baile de gente fina, não recebemos prêmio algum. Mas o mal já está feito. Walter Salles nos promoveu, *urbi et orbi*, a fornecedores de órgãos humanos. A nação, penhorada, o aplaude.

A corrupção da crítica — Você já viu o filme **East Side Story**, da cineasta romena Dana Ranga? É claro que não. Só conheço uma pessoa que o viu no Brasil, eu mesmo. Alguns gatos pingados mais devem tê-lo visto, mas não conheço nenhum deles. Trata-se de um documentário sobre as óperas e filmes musicais de propaganda soviética feitos na finada URSS. Paranóia total em torno às manhãs que cantam do socialismo. Passou aqui em São Paulo em um

cinoclube longínquo, pra lá do Borba Gato. Pra lá do Borba Gato é a expressão que os paulistanos usam para dizer que algo fica longe. É que o bandeirante tem uma estátua em Santo Amaro, bairro distante de quem quer que more no centro. Para vê-lo, peguei um táxi e atravessei a cidade. O cineclube ficava, literalmente pra lá do Borba Gato. Na sala, mais três outros espectadores. Rimos de doer o estômago. Soube também que passou em alguma sala no Rio. Duvido que alguma outra capital do país o tenha visto. O filme, de 1997, só passou cinco anos depois no Brasil, e quase clandestinamente.

Ou **Palombella Rossa**, do Nanni Moretti. O filme é de 1989, mesmo ano da queda do Muro de Berlim. O muro nem havia caído e Moretti já intuía a providencial amnésia que acometeu os comunistas no final de século. É uma das mais brilhantes comédias do cinema italiano contemporâneo e jamais entrou nas salas brasileiras. Esteve em um festival, creio que no Rio de Janeiro, mas não houve exibidor que o comprasse. Brasileiros, conhecemos quase toda a filmografia de Moretti, menos a **Palombella**.

Um filme que teve melhor fortuna foi **Adeus, Lênin**, do alemão Wolfgang Becker, certamente a mais divertida — e ao mesmo tempo amarga — reflexão até hoje feita no cinema sobre a queda do muro e os conflitos das duas Alemanhas. Melhor

fortuna, mas não muito. O filme esteve em uma só sala em São Paulo e mereceu escassas linhas na imprensa. Pelo esqueleto da história, o leitor pode ter uma idéia do filme. Uma cidadã da Alemanha oriental, devotada militante do Partido, entra em coma antes da queda do Muro. Só sai do coma quando o muro já ruiu e Berlim Oriental torna-se uma cidade viva e rica. O filho, para evitar um colapso cardíaco da mãe convalescente, procura reproduzir no apartamento já renovado o ambiente do antigo regime. Tem de buscar no porão até mesmo um pôster de Guevara, que já havia jogado na famosa cesta de lixo da História. Claro que os críticos torcem o nariz ante tais cenas: entre nós, o facínora argentino está na moda e tem brilhante futuro pela frente. Terceiro Mundo é isso mesmo.

Em 2004, também em uma só sala, os paulistanos podem ver **Slogans**, do romeno Gjergj Xhuvani, uma sinistra comédia situada nos dias da ditadura de Nicolae Ceaucescu. A história transcorre em uma escola rural. Os professores recebem, a cada ano, um slogan sobre o regime. Ai do professor que com o regime não estiver bem. Recebe um slogan imenso. É que o professor e seus alunos devem escrevê-lo com pedras nas montanhas. Em um regime fechado e opressivo, em que qualquer pingo de autoridade serve para oprimir um semelhante, é claro que o desfecho não mostrará esperança alguma.

Escolhi filmes emblemáticos para esta reflexão, que ilustram a esquizofrenia dos regimes comunistas. Mas poderia ter escolhido outros, fora desta temática, também brilhantes, com escassa divulgação e público rarefeito.

Logo após o belíssimo **Slogans**, invadiu as telas do país mais uma dessas tantas superproduções americanas, o **Homem-Aranha 2**, besteirol oriundo de histórias em quadrinhos para adolescentes. Vinha precedido de um importante critério estético, como sói acontecer com tais empulhações: em uma semana faturou sei lá quantos milhões de dólares nos Estados Unidos. Pois este parece ser o critério contemporâneo para a avaliação de um filme. Esteve em 80 salas em São Paulo e em quase 700 no país todo. Recebeu páginas inteiras dos jornais. Você quer saber porque bons filmes merecem algumas linhas – quando merecem – e porque solenes abacaxis recebem páginas inteiras? É simples. Olhe o pé da matéria. Lá está: o jornalista Fulano de Tal viajou a Los Angeles a convite da Columbia Pictures. E só porque o jornalista viajou a cargo de uma produtora americana, o público nacional acaba engolindo o pior cinema americano.

Não há nisto nenhuma novidade. A crítica cinematográfica da grande imprensa desde há muito se prostituiu. Não passa dia sem que

vejamos em algum jornal editoriais ou artigos indignados defendendo a ética do jornalista. Claro que jamais passa pela cabeça do articulista que seus colegas de redação vendem a pena prazerosamente por algumas mordomias. Ora, dirá o jornalista, eu não recebi nenhum vintém para promover nenhum filme, estou apenas informando. Pode ser que não tenha recebido. Recebeu apenas passagens aéreas internacionais, hospedagem em hotéis de primeira linha, excelente gastronomia e mimos outros tais como festas regadas ao melhor champanhe ou scotch. Muito melhor que qualquer jabá em espécie.

Entende-se que um festival de cinema patrocine a viagem de repórteres ou críticos. O jornalista vai ao festival, tem chance de ver filmes que jamais veria se não viajasse, e escreve sobre o que bem entender. Diferente é ter tudo pago para a estréia de um único filme e sentir-se obrigado, na volta, a pagar suas mordomias com uma página inteira de jornal. Isto se chama corrupção, essa mesma corrupção que seus jornais denunciam com tanta ênfase quando ocorre no campo político ou administrativo. Corrupção que ocorre com a óbvia cumplicidade do editor e da própria chefia do jornal, pois o jornalista por si só não tem cacife para oferecer página inteira às grandes produtoras de abacaxis.

Ao destacar quem patrocina as mordomias do jornalista, os editores parecem estar passando ao leitor um atestado de honestidade, quando em verdade escancaram sua venalidade. Aos leitores, repassam matéria paga – e muito bem paga — disfarçada de reportagem. Como pequenas produções, muitas vezes geniais, não têm recursos para financiar mordomias a críticos, o melhor cinema nos é sonogado. Esta prática corrupta travestida de transparência é o que lhe empurra goela abaixo, caro leitor, o lixo das produtoras ianques.

Quem tem câmera tem medo — Que o Supremo Mandatário da nação é chegado ao álcool, disto todos sabemos. Tampouco é fato novo na história da República. E sabemos não por terceiros, mas por declarações do próprio, amplamente divulgadas em jornais do país. No que não vai nenhum demérito. Vivemos em um país católico e o beber sempre foi normal em países católicos. Não fosse normal, o PIB de tais países cairia significativamente. Vivêssemos em um país protestante ou luterano, os hábitos do presidente tomariam outro cariz. Quem entornou o caldo foi Larry Rohter. Ao divulgar *urbi et orbe*, através das páginas do **New York Times**, o apreço ao álcool do presidente da República, o

jornalista americano, sem querer, acabou censurando a própria cinematografia nacional.

Em edição de novembro de 2004, na **Folha de S. Paulo**, lemos que o cineasta Eduardo Coutinho, autor do documentário **Peões**, anunciou ter tomado a "decisão tardia" de cortar uma cena de seu filme em que uma colega de Luiz Inácio Lula da Silva nos tempos de sindicato afirma que o presidente, à época, bebia muito, a ponto ter sempre uma garrafa no armário de sua sala no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

A emenda saiu pior do que o soneto. O que poderia ter passado despercebido, como mais um dado folclórico em torno à biografia do primeiro apedeuta na história da República, passou a ser motivo de derrisão em toda a imprensa. O depoimento que o cineasta censurou é hoje de conhecimento público. No que não vai nada de novo, pois de conhecimento público era o apego de Lula à branquinha. Dizia a paraibana Luíza, dona da lanchonete do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, no documentário:

— Não pode falar muito alto isto, não: Lula bebia, Lula bebia, bebia mesmo. Lula tinha um armário, no último armário da sala dele, um garrafão assim. A gente recebia uísque em garrafão. Era até um homem chamado Gordo que

levava pra gente. E a gente tinha aqui tudo reservado para a noitada. E aí o meu marido falava: “A que horas você chega?” E eu dizia: “Se não tiver trabalho, eu chego cedo”. Imagina! Eu às vezes nem ia para casa, amanhecia o dia”.

Se alguém achava que Larry Rohter havia exagerado na dose – com perdão pelo trocadilho – está aí uma companheira dos dias de sindicato que confirma a reportagem que quase valeu a expulsão do jornalista americano. Que fará Lula? Expulsará Luíza do país? Ou o cineasta Eduardo Coutinho? Que, afinal de contas, foi mais realista que o rei, ao censurar os hábitos do personagem central de seu filme.

Coutinho esclarece que sua decisão foi motivada pela preocupação de proteger a dona da lanchonete, e não o presidente, pois ela poderia ser vista pelo sindicato como uma "traidora de classe". Foi buscar na antiga Guerra Fria uma expressão que justificava o dogmatismo marxista, para justificar sua covardia de cinegrafista subsidiado pelo Estado, via as obscenas isenções fiscais para o cinema, que acabam sendo tungadas do bolso do contribuinte.

“Tirei cena da bebida para proteger a personagem”, diz o Coutinho. “Foi criado um ponto muito sensível com essa história da bebida. Infelizmente, quando percebi, vi que tinha de

tirar. Era um imperativo ético: defender a quem não pode se defender. O Lula não precisa de ninguém que o defenda”. O cineasta quer nos fazer acreditar que Dona Luíza seria alvo de atentados – ou no mínimo de perseguições – ao declarar espontaneamente o que é *vox populi*, e repetido para quem quiser ouvir pelo próprio presidente.

Os mecanismos de censura que o atual governo está planejando instituir são, em verdade, redundantes: a censura é uma maquininha já instalada na cabeça dos criadores, que temem perder as mordomias estatais. Para eliminar da memória das gentes fatos pouco nobilitantes de notáveis do País, basta acioná-la e pronto. Patrocínios brotarão como cogumelos após as chuvas.

Um outro filme sobre as eleições de 2002, **Entreatos**, dirigido por João Moreira Salles, preserva a idiossincrasia presidencial. Lá pelas tantas, o próprio Lula declara que, na hora do almoço, iam a um boteco onde tinham garrafas de cachaça com nomes gravados no rótulo. “A gente tomava três, quatro doses de pinga, comia um prato de comida da altura de um Pão de Açúcar, em 15 minutos, e depois ia jogar bola no sol quente”.

De pinga bruta e uísque em garrafão a Romanée Conti. Uma ascensão admirável, sem dúvida alguma, neste país onde é voz corrente que os pobres não têm chances. Já o filme de Salles, se preserva a memória de bom de copo do presidente, deixa de lado seu passado sindicalista. Interrogado porque não registra “o Lula épico, aquele que conduz as greves, funda o partido e chegar ao poder”, prefere sair pela tangente.

— É uma opção pessoal. Prefiro o antiépico, o pequeno, o familiar (...) Tenho mais de 24 horas filmadas, com cenas de comício e encontros com multidões. Algumas me parecem muito repetitivas. Acho que o Lula verdadeiro está em outra parte.

Repetitivas, sem dúvida alguma. Lá estará o Lula que se manifestava contra o FMI, contra as medidas provisórias, contra a contribuição dos aposentados à Previdência, contra a manutenção da CPMF, pela duplicação do salário mínimo. Melhor não tocar no assunto. Por ter divulgado uma fita com falas do presidente em 1987, em que Lula critica o então presidente José Sarney e a proposta de mudanças na Previdência, o deputado sergipano João Fontes foi expulso do PT.

João Salles se valeu da mesma estratégia de seu irmão Walter Salles, em **Diários da Motocicleta**. Para não entrar na vida de um Ernesto Guevara comunista e assassino, termina o filme antes que este se transforme em Che. Temos então a vida de um jovem cheio de ideais, comovido com a miséria do continente, nobre e generoso, quase um Cristo. Quando o filme devia começar, termina. Assim como Lula tem seu passado apagado, no melhor estilo stalinista, no filme do mano João, Walter Salles elimina o futuro do Che e interrompe o filme quando emerge o facínora.

Cineasta brasileiro não é bobo. Melhor mostrar apenas a faceta angelical dos ícones contemporâneos. Quem tem câmera tem medo.

Males Gálicos

Gíria de uma época, a palavra talvez até já tenha morrido. Mas foi um fantasma de meus dias de adolescência. Era em geral proferida em voz baixa e, de preferência, longe dos adultos. Vez que outra, surgia uma tragédia no colégio: fulano estava engalicado. Por galica, ou galiqueira, entendia-se, na fronteira gaúcha, a sífilis. E o portador da galica passava a ser visto mais ou menos como um leproso. Mas por que galica?

Só bem mais tarde, em função de leituras vadias, fui entender a origem da palavra. Em uma história da prostituição, li que o primeiro registro histórico da doença ocorreu em uma guarnição militar francesa sediada na Itália, mais precisamente em Nápolis. Os franceses imediatamente a batizaram como *mal napolitain*. Ofendidos, os italianos reagiram e passaram a chamá-la de *mal galique*. Só se chegou a um entendimento comum quando um médico, com evidente vocação para diplomata, afirmou que o mal não provinha da França nem da Itália, mas de Vênus, nome latino para Afrodite, a deusa grega do Amor.

Mal venéreo? Então tá! Mas como chegou até nós aquela corruptela do antigo *mal galique*? Em **Memórias do Coronel Falcão**, de Aureliano Figueiredo Pinto, há uma pista. No Clube dos Caçadores, cabaré da Rua da Praia que reunia a elite política do Estado, lá estavam as cortesãs francesas, importadas diretamente da França para Porto Alegre, para consumo da aristocracia rural gaúcha. Verdade que muitas eram judias vindas da Polônia, com estágio em Paris. Mas falavam francês, já que sempre deu mais status ser prostituta francesa do que prostituta polaca. Através do Clube dos Caçadores — também chamado de Plenarinho, dada a frequência dos deputados — o galicismo lá do norte terá chegado ao Rio Grande do Sul.

Para este mal gálico, a medicina encontrou cura fácil. Mais graves são outras enfermidades crônicas, oriundas também de Paris, trazidas pela mídia e pela universidade brasileira. Semana passada, aportou no Rio de Janeiro mais um desses agentes transmissores, a psicanalista francesa Elisabeth Roudinesco, que vem vender seu peixe neste mercado generoso quando se trata de acolher credices com sotaque estrangeiro. Se Marx já morreu e nenhum intelectual europeu tem hoje coragem de mercadejar seu cadáver, Freud ainda continua vendável. Verdade que o bacilo da psicanálise surgiu mais ao leste, nas margens do Danúbio.

Mas é nas margens do Sena que encontra cultura mais favorável para reproduzir-se. Roudinesco veio de Paris para lançar no Brasil seu “Dicionário da Psicanálise”, onde sistematiza as diferentes escolas deste ramo da ficção que, por intuição dos balconistas, já começa a ser exposto nas prateleiras dos livros de auto-ajuda.

Roudinesco está feliz com sua viagem e tem ambições continentais: “A América Latina representa realmente o futuro da psicanálise e o que faz sua força é que se ensina a teoria psicanalítica em todos os departamentos de psicologia”. Os europeus, que sempre viram este continente como o laboratório ideal para experimentos sociais, implantaram nas universidades latino-americanas verdadeiras escolas de marxismo. Com a morte recente desta religião, aproveitam agora a infra-estrutura acadêmica para explorar os estertores de uma outra religião moribunda, o freudismo.

Outro insuspeito mal gálico que assolou o país, travestido como produto autóctone, foi o assim chamado cinema novo. Suas origens estavam em Paris e não em Pindorama. A revelação é do crítico de cinema e professor na Universidade Católica de Pernambuco, Alexandre Figueirôa Ferreira. Sua tese de doutorado na Université de la Sorbonne Nouvelle tem como

título uma pergunta: *"A moda do cinema novo na França foi uma invenção da crítica?"*

Foi, responde o professor, e da crítica parisiense. Em entrevista para **Veja**, diz o pesquisador que o cinema novo raramente ultrapassou o circuito alternativo de festivais e cineclubes. Se os filmes brasileiros eram exibidos em várias capitais da Europa, foi a militância política dos críticos franceses, intelectuais de esquerda convencidos de que as encostas do Pão de Açúcar logo se transformariam numa nova Sierra Maestra da guerrilha cubana, que garantiu impacto ao cinema novo.

“Uma das revistas mais cultuadas da época, **Les Cahiers du Cinéma**, chegou a apontar o cinema novo como modelo universal para o cinema feito fora do esquema de Hollywood — diz Figueirôa —. Só que muitos dos filmes citados não eram sequer exibidos em sessões normais. Nos exemplares do **Cahiers** da época aparecem cartas de leitores reclamando: eles queriam assistir a esse ou àquele filme que fora muito elogiado mas não era exibido em lugar algum”.

Para o professor, havia um acordo ideológico entre os cineastas brasileiros e os críticos franceses, todos intelectuais de esquerda. “Diziam que não havia lugar para uma revolução nos países desenvolvidos, mas imaginavam que ela

estava prestes a explodir no Terceiro Mundo. Então, os cineastas faziam filmes que falavam desse assunto e os críticos falavam bem desses filmes. Não era cinema. Era política”.

O cinema novo — quem diria? — era mais uma galiqueira a contaminar o Terceiro Mundo. Nossos cineastas faziam cinema para francês ver. Enquanto a América Latina era um cadinho de sanguinolentas utopias européias, teve algum viço. Chegou até a exportar a idéia de que o cangaceiro — um pobre diabo analfabeto, fruto da miséria do Nordeste — era uma espécie de redentor dos oprimidos. Como são inesgotáveis as reservas de credulidade da América Latina, é bastante provável que a psicanálise tenha ainda algumas décadas de sobrevida.

Mas o muro de Berlim já ruiu. O de Viena não perde por esperar.

Deus com Grife

Precisei outro dia comprar cuecas. Entrei numa loja e pedi à balconista que me mostrasse algumas. Furunguei entre as caixas e escolhi as que me pareceram convenientes, pelo formato, cor e preço. Fui cumprimentado pela moça:

— O sr. tem bom gosto. Escolheu as cuecas do Luciano Szafir. Quer levar um pôster dele?

Quanto ao bom gosto, obrigado. Mas quem seria o tal de Szafir? Para não passar pelo vexame de ser visto como o mais inculto dos clientes, agradei sem mais perguntas. Chegando em casa, fui me instruir junto a pessoa mais próxima do mundo dos mitos: afinal, quem é o tal de Szafir?

— Mas como? Não sabes quem é o Szafir? É o pai do filho da Xuxa.

Ah, bom! A Xuxa eu conhecia. Dela não há como escapar. Você entra no supermercado ou na quitanda da esquina e lá está aquele rosto sem sal anunciando qualquer coisa. Quer dizer que o tal de Szafir é o marido dela?

— Nada disso. É o pai da filha dela. É diferente.

Até aí, tudo inteligível. Em um país de 14 milhões de divorciados ou separados, nada de espantar esta nuance entre marido e pai do filho. Vá lá! Mesmo assim, que tinha a ver o Szafir com as cuecas?

— Questão de grife. Cuecas insinuam virilidade. Não percebeste ainda que nas propagandas o que mais se salienta é o pinto? Como o Szafir é um bom reprodutor, sua imagem vende a idéia de que usar aquelas cuecas é ser bom de cama.

Santa ingenuidade, a minha. Imaginava que cuecas fossem uma questão de higiene!

Passo no supermercado para comprar queijos e, já na entrada, uma faixa me oferece pães Olivier Anquier. Profundo mistério. Conheço pão d'água, pão francês, pão de centeio, pão de aveia, pão de queijo, pão-de-ló e por aí fora. Mas pão Olivier Anquier, este eu não conhecia. Volto para casa informar-me junto a pessoa com os pés mais no chão.

— Mas como? Não sabes quem é o Olivier? É o marido da Débora Bloch.

Desta vez, me senti duplamente analfabeto. O esclarecimento de pouco me servia, pois tampouco eu sabia quem era a tal de Débora. Fui então pacientemente informado de que era uma atriz de novelas. O que só me deixou mais confuso: o que tem a ver a qualidade de um pão com o marido da Débora Bloch? Ele seria por acaso padeiro?

— Padeiro é o português da esquina. O Olivier é um panificador francês. Um *boulangier*, por favor. É diferente. Até parece que não entendes de marketing. Além de francês, ele é lindo e é marido da Débora. O pão só pode ser bom.

Consta que os marketeiros são conhecedores da psicologia profunda, que seus anúncios atingem a camada daqueles nossos desejos inconscientes, que sequer ousamos formular. Pode ser. Se assim for, no que dependesse de mim, fabricantes de cuecas ou pães já estariam falidos.

Em Portugal, os anunciantes de Marlboro tiveram uma surpresa com a publicidade do produto. De tanto mostrar vaqueiros e cavalos em seus cartazes e clips, acabaram estimulando a demanda... por cavalos. Como conheço o rigor lógico dos lusos, não me espantaria que isto não fosse piada. Fato ou piada, diante do marketing

eu sou este português. Jamais me ocorreria comprar cigarros, quando me exibem cavalos o tempo todo. Como jamais me ocorreria comprar cuecas quando me anunciam o Szafir, ou pães quando me oferecem o Olivier. Vivendo e aprendendo! Morei em Estocolmo e Paris, duas cidades que se orgulham da excelência e diversidade de seus pães, e jamais vi um com assinatura. Foi preciso voltar a este país incrível, onde as palavras perdem o sentido, para descobrir o pão com grife.

Trocando os queijos de bolso: o Instituto Brasileiro de Marketing Católico organizou, em Salvador, o 4º Encontro Nacional de Marketing Católico, com o objetivo de estimular a renovação dos métodos de ação das lideranças da Igreja, na área de arrecadação de fundos para suas obras. Dom Cláudio Hummes, arcebispo de São Paulo, fez a palestra de abertura: “A Importância do Marketing para a Evangelização”. Nada de surpreender: a propaganda é instituição criada pela Igreja.

Fé ou cuecas, pão ou deus, tudo depende de marketing. A Igreja se moderniza, sacode das costas a poeira dos séculos e se adapta ao mercado. De qual marido de qual celebridade se valerá a Igreja para vender seu pacote teológico? Se o Szafir consegue vender um produto tão

prosaico como cuecas, por certo venderia como pão quente uma mercadoria nobre como Deus.

O consumidor, tanto de pães como de fés, teria uma ampla gama de opções neste mercado de muletas. Ao passar pelos templos, faixas nos anunciariam: nosso Cristo é o melhor. Quem garante é o pai do filho da Xuxa. Experimente o Jesus do Olivier Anquier, com sabor de Paris. Aprovado pela Débora Bloch. Para viúvas e românticos, temos o Deus do Boff, com tempero do Caribe. Palavra del Líder Máximo.

Só não sei se os marketeiros católicos estão cientes do Código de Defesa do Consumidor. Segundo seu artigo 37, é enganoso qualquer tipo de publicidade que divulga informação total ou parcialmente falsa, capaz de induzir o consumidor a erro de julgamento. A pena para o infrator é de três meses a um ano de detenção e multa. Em um país que desperta para a noção de cidadania, não se espantem padres e bispos se consumidores invadirem as igrejas, devolvendo deuses bichados e fora do prazo de validade. Com direito a queixa no Procon.

Se você acha que está aderindo a uma religião, desperte, caríssimo: você comprou uma grife.

Doña Manolita e as Pesquisas

O desejo de imortalidade, a angústia de viver um pouco além do que lhes é dado, tem levado não poucos homens a dedicar suas vidas à construção de obras monumentais. Alguns o conseguem, outros morrem no intento. Como a luta entre os mortos é mais intensa do que a entre os vivos — como observou alguém, creio que Pessoa —, muitos permanecem por séculos abrindo espaço a cotoveladas nas enciclopédias e defendendo o próprio território da invasão dos novos defuntos. Para outros, mais amados pela fortuna, a posteridade lhes é conferida por uma frase. Lord Acton é um destes. Professor de História Moderna da Universidade de Cambridge, no final do século passado, pouco ou quase nada sabemos de sua obra, senão esta frase: “todo poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente”.

Um outro privilegiado, não tão citado quanto o lorde inglês, mas bastante conhecido pelos espanhóis e hispanófilos, foi Don Manuel Azaña, presidente da República durante a Guerra Civil Espanhola. Político e escritor controvertido,

praticou vários gêneros literários. Se pouco ou nada conhecemos de sua literatura, Doña Manolita, — como era chamado por seus desafetos — deixou uma frase lapidar: “Se cada espanhol opinasse sobre aquilo que sabe, e só a respeito do que sabe, se faria um grande silêncio, que poderíamos aproveitar para o estudo”.

A reflexão é aplicável a todos os povos, particularmente nesta era midiática. Recente pesquisa da Unesco, feita entre os jovens cariocas, mostra que 21% dos adolescentes das classes populares, entre 15 e 20 anos, acreditam que a ditadura é o melhor regime de governo. Somados aos indiferentes (6,9%) e aos que não souberam responder (36,6%), esse número chega a 64,5%, ante 35,5% dos que defendem, com convicção, a democracia. Entre os jovens mais abastados, o índice — indiferentes, não sabem e os favoráveis ao regime de exceção — é de 47% ante 53%. Não é de surpreender que qualquer dia a Unesco nos ofereça uma pesquisa feita entre cegos, sobre os percentuais de preferência pela cor verde ou azul.

As televisões, ibopes e unescos da vida invadem as ruas, perguntando a pobres diabos, cuja erudição em geral se resume a futebol ou novelas, qual sua opinião sobre Saddam Hussein, Clinton, Otan, Milosevic, Kosovo, transgênicos, sem preocupar-se com o grau de formação ou

informação do entrevistado. As respostas são inseridas em grades e devolvidas ao público como opinião: o jovem acha isto, o brasileiro pensa aquilo, o carioca julga assim, o paulista assado. Como não evocar Doña Manolita? Que idéia pode ter de ditadura um carioquinha entre 15 e 20 anos que, no fim do regime militar, recém havia abandonado as fraldas? Cabe também perguntar-se se terá alguma idéia de democracia, já que fora dela nada conhece para comparar.

Ante o caos e a miséria de nossa democracia esfarrapada, não é de espantar que um alto percentual de adolescentes faça a opção pela alternativa, a ditadura. Vivemos bombardeados por uma mídia que mostra a ditadura cubana como ideal de paraíso terrestre. Em Cuba não existem eleições livres, partidos políticos nem liberdade de imprensa. Mas também não existe fome, desemprego ou analfabetismo, como apregoam os deformadores de opinião. Logo, nada melhor que uma prolongada ditadura como panacéia universal aos problemas sociais. O show escancarado de corrupção e venalidade de nossos senadores, deputados e vereadores faz o resto do trabalho. Democrático ou ditatorial, o poder corrompe, como ensina o professor Acton. Daí apostar em ditaduras, vai um grosso sofisma, típico de quem não sabe raciocinar e é chamado a dar opiniões sobre o homem e o mundo.

Nada há de novo nesta descrença na democracia, ou pelo menos neste simulacro de democracia que praticamos. Nem esta descrença é coisa de jovens. Ainda não são decorridos dois anos e parece termos esquecido que a abstenção nas últimas eleições foi de 21,5% e os votos em branco e nulos foram 18,7%. Os votos válidos somaram apenas 59,8% do total de eleitores. Fernando Henrique teve 35,9 milhões, total menor do que os 38,3 milhões de votos nulos, brancos e omitidos. Foi reeleito por pouco mais de 30% dos brasileiros com direito a voto. Em outras palavras, foi recusado por dois terços dos 106 milhões de eleitores. Lula, o intelectual oral — como o definem seus mentores — teve recusa ainda maior.

O grande vencedor das eleições passadas, foi o candidato Nenhum Deles. Venceu com uma mão atada às costas, sem ter feito campanha, sem comprar eleitores, sem receber grana por baixo da mesa de bancos e empreiteiras. Este candidato, sem programa e sem mácula, também tem sido o meu nos últimos anos. No ritmo em que marcha a nossa política, penso que a ele permanecerei fiel por 2.000 afora.

As eleições de 98 evidenciaram o desprezo do eleitorado pelas práticas políticas do país. Nisto reside uma das vantagens da democracia: este desprezo pode ser manifesto nas urnas. Estamos

longe das unanimidades ao estilo de Envers Hoxha ou Fidel Castro, sempre reeleitos por quase 100% dos votos.

Em **Os Sete Loucos**, um visionário personagem de Roberto Arlt dizia contar com os jovens para fazer a revolução: “são estúpidos e entusiastas”. Não por acaso, o PT foi o grande defensor do voto aos dezesseis anos. Está colhendo o que plantou. Quanto ao mais, sempre é bom lembrar o conselho de Nelson Rodrigues:

— Envelheçam, jovens, envelheçam antes que seja tarde.

Mas se cada brasileiro opinasse sobre aquilo que sabe, e só a respeito do que sabe... que silêncio divino!

Coisas Nossas

Se só existe no Brasil e não é jabuticaba, é bom desconfiar — diz o povo. Brasileiros, cultivamos instituições jamais vistas entre as nações. Podemos ser pobres no que se refere a padrão de vida ou índices sociais. Mas riqueza de imaginação é o que não nos falta quando se trata de criar fórmulas para enganar o próximo. Isto é, achamos que enganamos o próximo. No fundo, estamos enganando a nós mesmos.

Submersos entre estas coisas, que chamarei de nossas, nós as vemos como pertencentes à normalidade da vida. Sem ir muito longe, os cabineiros de elevador, como são chamados, pela legislação do trabalho, os ascensoristas. Há décadas, pobres diabos assalariados são pagos para subir e descer em prédios, dentro de caixotes exíguos, exercendo esta complexa atividade, que exige uma habilitação personalíssima, a de apertar botões numerados. Em uma entrevista para o **Roda Viva**, o sociólogo italiano Domenico di Masi se escandalizava: se a questão é dar um salário a alguém, dêem-no e mandem o rapaz passear, divertir-se. Ou

freqüentar uma universidade. Por que encerrá-lo em um caixote para exercer uma função inútil?

Fosse só esta a profissão inútil alimentada na terrinha... Não sei se o leitor sabe, mas os zeladores de carros já são reconhecidos por lei. Sob a ameaça de riscar ou depredar seu carro, uma malta organizada de vagabundos lhe extorque uma significativa propina cada vez que você estaciona em lugar público... e está criada a profissão. Os ofícios de antropólogo, psicanalista ou prostituta ainda não foram reconhecidos. Mas o de zelador de carros já foi.

Como também o de jornalista. Mais que reconhecido, regulamentado. Em todas as democracias do Ocidente, jornalista é aquele que tira do jornalismo a maior parte de seus proventos. Exceto neste país incrível, onde só pode exercer a profissão quem tem um papelucho de uma escola de jornalismo. A lei infame foi parida pela junta de generais que assumiu o poder em 1969. As esquerdas, em geral tão raivosas quando se trata de contestar os atos gestados pelo regime militar, fazem boquinha de siri ante o dispositivo corporativista.

Reservas de mercado só fortalecem a guilda. Quem sabe faz, quem não sabe ensina. A regulamentação do jornalismo gera milhares de empregos na área acadêmica. Professores que

muitas vezes jamais pisaram numa redação de jornal ensinam jornalismo, ganhando para isso muito mais que o jornalista e sem o risco de enfrentar os humores do mercado.

Isto sem falar nos juizes classistas, outra excrescência muito nossa, herança da era getulista. Sem qualquer habilitação profissional, sem curso nem concurso, um analfabeto qualquer pode exercer as funções de magistrado na Justiça do Trabalho, bastando para tanto ser indicado por um sindicato amigo. Se não há sindicato amigo ao alcance do analfabeto, este cria o sindicato e faz-se indicar. Recebe como juiz alfabetizado, formado em Direito e concursado e aposenta-se com proventos integrais, após cinco anos de exercício do cargo. (Para o juiz togado, são exigidos 35 anos para a aposentadoria, se homem, 30 anos se mulher). Após décadas de parasitismo incontestado, os classistas tiveram seus dias contados. Mas permanecerão, como a jabuticaba, na crônica das coisas nossas. De qualquer forma, resta ainda uma excrescência do Estado corporativo dos anos 30, o chamado quinto constitucional, via de acesso aos tribunais não por concurso, mas por interferência política, na base da escolha dos poderosos do momento.

Não bastassem os ascensoristas, flanelinhas e juizes classistas, uma vereadora paulistana apresentou projeto para mais uma especialização

brasílica: por força de lei, todo restaurante seria obrigado a ter um funcionário de plantão nos toaletes. Garçom é dispensável, nenhuma lei o prevê. Mas um inútil de plantão junto aos sanitários, este sim é fundamental nos serviços de restauração da Paulicéia. Enquanto rola o projeto da vereadora nos corredores escusos da Câmara Municipal, uma outra ameaça ao bom senso ronda o país: está em tramitação na Câmara Federal projeto que regulamenta a profissão de escritor. A coisa nossa foi proposta do deputado Antônio Carlos Pannunzio, por sugestão de membros da Academia Sãooroquense de Letras, de São Roque, interior de São Paulo. Há também propostas no Congresso de regulamentar a profissão de astrólogo e já se cogita regulamentar também os blábláblás de filósofos.

O projeto referente aos escritores estabelece as normas para o exercício da profissão, nos mesmos moldes da de jornalista. Só não exige curso superior. Aprovada a lei, escritor não é mais quem escreve, e sim quem possui certificado de habilitação profissional, fornecido exclusivamente pelo sindicato ou por associações profissionais da categoria. Mais uma vez o Brasil se destaca, por sua criatividade, no concerto das nações.

O projeto do deputado é prato feito para articulistas, a crônica já vem pronta. João Ubaldo Ribeiro, da Academia Brasileira de Letras, não perdeu a vaza. Estóico, afirma que se lhe for exigida carteirinha de escritor para escrever, não escreve mais. Espanta-se que ainda não tenham promulgado uma Lei de Proteção da Literatura Nacional, obrigando todo mundo a gostar de tudo o que escritor brasileiro escreve.

Do alto de seu fardão, o acadêmico João Ubaldo esquece que batalhou para obter sua carteirinha de imortal, sem sequer consultar os pósteros. A lei da qual julga escarnecer existe desde Machado e há muito o protege: é a própria Academia, são os currículos forçados dos cursos de Letras, os títulos obrigatórios nas listas de vestibular, os programas de leitura forjados em Brasília. A lei mafiosa infesta todo o ensino nacional e só serve para fazer os jovens detestar literatura.

E vivam as idiossincrasias nossas: quando se trata de carro ou vinho, bom mesmo é o importado. Quanto o assunto é literatura, enfia-se goela abaixo nos estudantes o produto nacional. Afinal, os escritores, como os flanelinhas, os juízes classistas e o quinto constitucional, também são seres humanos e de algo precisam viver.

Esprit du Siècle

Estive certa vez em um restaurante em Verona, a mítica cidade italiana onde Shakespeare situou o meloso drama de Romeu e Julieta. O restaurante era simpático, sem maiores luxos. Mas oferecia um vinho de nada menos que onze mil dólares. Deixei por conta do folclore. Deve ser para que o turista possa dizer ao voltar: “estive em um restaurante com vinhos de até onze mil dólares” — pensei. E pedi algo mais compatível com meus parcos reais.

No entanto, a garrafa existia e ali estava, ao alcance de quem um dia quisesse gabar-se de tê-la degustado. Não tenho condições para entender — nem financeiras nem palatais — o que possa fazer um vinho valer o preço de, digamos, dez passagens de ida-e-volta a Paris. Teria talvez valor para um colecionador, se fosse obra de arte para ser vista. Mas sua estética consuma-se na ingestão. E ingerir onze mil dólares em uma refeição deve deixar, suponho, um amargo *arrière-goût*. O mesmo não pensarão milhares de pessoas que, ao sabor em si da coisa, preferem degustar seu valor de mercado.

Preparando-se para o mítico réveillon do ano 2.000, a Moët & Chandon está lançando um champanhe de luxo, significativamente batizado como Esprit du Siécle. Cada garrafa, de um lote de trinta, custará a bagatela de vinte mil dólares. Não me convidem para brindes. Tampouco meus dólares farão falta à nobre cave. Pelo que conheço do espírito deste século, não faltarão novos ricos para disputar a tapa as trinta garrafinhas. Sorverão cada gole como se sorvessem ouro. Claro que se o mesmo champanhe fosse servido ao preço de vinte dólares, não achariam graça alguma na bebida.

Dentro deste mesmo espírito do século, foi exibida em abril passado, no Grand Palais de Paris, a coleção de arte pessoal do médico Paul Gachet (1828-1909), amigo de artistas como Cézanne e Van Gogh. O "Retrato do Doutor Gachet", cuja primeira versão está nos EUA, foi comprada em 1990 por uma empresa de seguros japonesa por US\$ 85 milhões. Em 1904, andou cotada a 400 dólares. Nos dias de Van Gogh, talvez não encontrasse comprador nem por vinte florins. A autenticidade de algumas obras desta coleção vem sendo questionada nos últimos meses. O Museu d'Orsay resolveu entregar 35 telas que estão sendo expostas no Grand Palais para análise no Laboratório de Investigações dos Museus da França. Se forem autênticas, valem milhões. Se não, não valem nada.

Não passa ano sem que algum quadro mofado, jogado às traças em um bric-à-brac qualquer, seja comprado por centavos por algum turista incauto, que o submete ao olhar de um perito. Se comprovada sua autoria por algum mestre (europeu, bem entendido), seu valor multiplica-se por milhões e o quadro some da vista dos mortais que, sem laudo algum, nele haviam encontrado alguma empatia. Seu valor não depende mais da fruição estética de quem o contempla, mas da palavra final do perito. Pintura é algo por demais importante para ser deixada à apreciação dos cultores da pintura.

Recentemente, foi encontrada na Tijuca uma escultura de bronze, jogada em um canto do Instituto Estadual de Educação, sem que ninguém lhe atribuísse maior valor. Pelo menos até o momento em que alguém viu uma assinatura, “Rodin”. Alvorço nos meios artísticos: o bronze poderia valer milhões. Suspeita-se que se trate de uma reprodução em bronze de uma obra — em pedra — do escultor. Se assim for, não vale nada, por belo que seja: que volte à poeira onde jazia. Mas, por precaução, chamem os peritos do Museu Rodin, em Paris!

Ficções muito poderosas, nutridas durante séculos, regem este mercado. Sem participar de tais ficções, já perambulei como um fantasma pelos Prados e Louvres da vida. Se um quadro me

agrada, uma reprodução barata, comprada na saída do museu, já me satisfaz para contemplação futura. Mas a profusão de coleções e pinturas e esculturas tornou os museus uma monótona sucessão de formas. Hoje, deles só quero distância. Viajar, para mim, é ver os museus por fora e os bares por dentro.

“A pintura afundar-se-á” — escreveu Fernando Pessoa, no início deste século, anunciando o espírito que o rondava. “A fotografia privou-a de muito de seu atrativo. A futilidade da estupidez privou-a de quase todo o resto. O que restou tem sido levado em despojo pelos colecionadores americanos. Um grande quadro significa uma coisa que um americano rico quer comprar porque outras pessoas gostariam de comprá-lo, se pudessem. São assim os quadros postos em paralelo, não com poemas ou romances, mas com as primeiras edições de certos poemas e romances. O museu torna-se uma coisa paralela, não à biblioteca, mas à biblioteca do bibliófilo. A apreciação da pintura torna-se não um paralelo à apreciação da literatura, mas à apreciação de edições. A crítica de arte cai gradativamente para as mãos dos negociantes de antigüidades”.

Pessoa morreu cirrótico e desconhecido. Esta percepção deve tê-lo confirmado como insano ante seus contemporâneos. Suponho que aquele

discreto lisboeta, que percorria o Chiado com seu fato surrado, lia no mínimo com simpatia esta notícia que nos chega de Amsterdã: uma tela de Picasso, “Femme nue devant le jardin”, foi rasgada com uma faca por um doente mental fugitivo de um hospital psiquiátrico. Autores de atentados a ícones sagrados da pintura são sempre tido como loucos. Loucura individual merece hospício. A coletiva vale 85 milhões de dólares.

Mas o espírito do século não perdoa nada nem ninguém. Mais algumas décadas e os manuscritos de Pessoa, este peripatético genial consumido pela lucidez e pelo álcool estarão assumindo preços de champanhe da Moët & Chandon.

Lá onde tudo é lucro

*In Italia seicento e quaranta,
In Almagna duecento e trentuna,
Cento in Francia, in Turchia novantuna,
Ma in Ispagna son già mille e tre.*

O catálogo de Leporello, *delle belle che amò il padron mio*, é um dos mais belos momentos de Don Giovanni. As conquistas do personagem nos comovem, a tal ponto que Mozart teve de jogá-lo aos infernos, para não chocar a sociedade vienense da época. O infiel tinha de ser punido com um castigo exemplar. O que não nos impede de sucumbir a seu fascínio.

Este mito maior da literatura universal surge pela primeira vez no século XVII, em **El Burlador de Sevilla**, de Tirso de Molina. Arquétipo do libertino e do mulherengo, Don Juan Tenorio é um ente de ficção. Lorenzo da Ponte, o libretista da ópera de Mozart teve ocasião de encontrar sua encarnação no século XVIII, o aventureiro veneziano Giacomo Casanova de Seingault. A cavalo ou de carruagem, invadindo cortes e conventos, Casanova conquistou mulheres de

Lisboa a Moscou. Suas **Memórias** hoje nos parecem cansativas, mas constituem documento ao qual recorre todo sociólogo ou historiador para investigar a Europa oitocentista.

Se Don Juan pertence ao território do mito, Casanova faz parte da história. Lenda ou realidade, ambos passaram a ser considerados gênios do amor. Com uma diferença: enquanto Don Juan conquista e vence as mulheres, deixando atrás de si um rastro de ódio e despeito, Casanova não quer humilhar ninguém. É uma festa para suas parceiras, que não hesitam em convidar filhas e irmãs para o bom folguedo.

Transfigurados pela arte e pelo tempo, Don Juan ou Casanova até hoje nos fascinam e muitas vezes atravessamos oceanos e pagamos caro para ouvir Leporello discriminando a “listina” do patrão, ou Zerlina tentando resistir à lábia de Don Giovanni. No universo da literatura ou da ópera, toda transgressão é linda. A infidelidade passa a ser virtude e o burlador se torna herói. Ai do pobre mortal que, entusiasmado com a magia de Mozart, quiser seguir a trajetória do personagem. Não precisa chegar à performance de Don Giovanni. Na segunda conquista, já vem processo e execração pública. Por muito menos de “*mille e tre*”, o todo-poderoso presidente americano quase perdeu cargo e regalias.

Os cientistas contemporâneos, através da engenharia genética, conseguiram produzir um rato que permanece fiel a seu parceiro, após receber genes do arganaz, um roedor conhecido por sua fidelidade. Segundo a pesquisa, a dedicação a um só parceiro seria devida à presença no cérebro de uma determinada química, que associa o amor ao hábito.

Hillary Clinton pensa um pouco diferente. Em entrevista à revista **Talk**, a primeira-dama do Império atribuiu as infidelidades do marido a maus tratos sofridos quando criança. O presidente, mal tinha quatro anos, viveu um "terrível conflito entre sua mãe e sua avó" e "foi marcado por maus tratos". Ah, bom! Então tudo se explica. Maldosos como somos, imaginávamos que Clinton fora acometido pelos prosaicos desejos comuns a todos os mortais.

Se para os antigos infidelidade era a celebração desbragada do amor, nossa época pretende reduzir o fascínio despertado pelos burladores de Sevilha ou Veneza a uma questão genética ou de maus tratos. As peregrinações pelos leitos da Europa, tanto do mítico Don Juan como do histórico Casanova, nada têm a ver com um talento ou vocação especial, como poderia pensar o leitor. São decorrências de algum gene safado ou, na melhor das hipóteses, de algumas palmadas maternas.

Mesmo as opções de um Sócrates, Cervantes ou Oscar Wilde tampouco seriam opções, já que o homossexualismo também seria genético, como pretendem alguns pesquisadores hodiernos. É curioso observar como se tenta responsabilizar os genes por comportamentos tidos, no universo cristão, como doença ou, no mínimo, desvios da normalidade. Mas jamais se busca nos mesmos genes a causa de uma virtude. Mal se pensa em isolar o gene da inteligência, o histórico lobby dos politicamente corretos acusa de racistas os defensores da hipótese.

Mas falava de Clinton, este simulacro de *latin lover*, entusiasta do *fast food* em matéria de sexo. Esta mania de absolver o agente de uma ação e atribuí-la a causas externas ao indivíduo pode parece moderna, mas vem de bem mais longe. Na Idade Média, nos bons tempos em que a Santa Madre Igreja mandava e não pedia, as esfregadelas apressadas no Salão Oval seriam atribuídas não aos genes ou maus tratos, mas ao Demônio.

Os tempos são outros. Com a morte de Deus, seu parceiro imemorial também entrou em declínio. O remédio foi deixar a teologia de lado e pedir socorro à ciência, à biologia ou à psicologia, enfim, a qualquer coisa que explique o que não exige maiores explicações. Tudo, menos responsabilizar o transgressor. A absolvição

concedida por Hillary pode ser vista como uma tentativa malandra de salvar a cara, o casamento e uma cadeira no Senado. Mas tornou-se rotina nos tribunais do mundo todo, onde os advogados se sentem à vontade ao alegar traumas de infância para absolver grandes criminosos.

Maravilha viver na Corte. Onde mais uma felação fortaleceria matrimônios, renderia fama e fortuna a estagiárias gorduchas e votos à esposa ultrajada? Mesmo no grande império do Norte, infidelidade ainda é pecado. Mas lá nada se perde, tudo se transforma. Em dólares.

O terror segundo as viúvas

Existe a guerra de Bush, ou dos Estados Unidos, como quisermos, contra o terrorismo. E a guerra de palavras. Os atentados contra o World Trade Center e o Pentágono dividiram águas. Mesmo para os sedizentes humanistas, não fica fácil apoiar um ato que roubou milhares de vidas inocentes. É preciso então buscar insuspeitos sentidos nas palavras, para de alguma forma justificar o terror. Durante a Guerra Fria, os agitprops marxistas difundiram no Ocidente a idéia da existência de dois mundos antagônicos, o Primeiro e o Terceiro. O Primeiro seria o Ocidente decadente e fadado ao extermínio, leia-se Europa e Estados Unidos. O Terceiro seria o fiel depositário das esperanças de uma sociedade mais justa, destinado à vitória final no combate entre o Bem e o Mal. Leia-se África, Ásia e América Latina. O Segundo, bem entendido, era o fiel da balança, a União Soviética. Leia-se a Santa Madre Rússia.

Esta visão maniqueísta da história caiu definitivamente por terra há dez anos precisos, com o desmoronamento do comunismo. Finda a

desinformação conduzida por Moscou, viu-se que o dito Segundo Mundo não passava de um Terceiro Mundo infame, aliás mais miserável e faminto do que muitos países, entre eles o Brasil, jogados por razões ideológicas no Terceiro. Mas se caíram por terra estes conceitos, não morreu, pelo menos na mente das viúvas do Kremlin, esta tosca *Weltanschaaung*. Para estas senhoras, acometidas por um surto de terceiro-mundismo, ainda existe um Primeiro Mundo rico e malvado, em oposição a um Terceiro, pobre e cheio de virtudes. Na mente destes remanescentes da Guerra Fria, o terror não pode provir daquela parte nobre do planeta, encarregada da "revolução". Faz-se então uma ginástica mental extenuante para provar que o terror não é terror. Ou, se é, é merecido, digno e justo.

Logo após o atentado, sutis exegetas correram à televisão para explicar que *jihad* não quer dizer necessariamente guerra santa, mas empenho. Estes cabeças de toalha subestimam a inteligência do telespectador. Ou pretendem fazer crer que quando um mulá empunhando uma metralhadora declara *jihad* ao Ocidente, está em verdade conclamando os crentes a um empenho contra o Ocidente? Mas se Bush emprega a palavra cruzada, termo que hoje adquiriu o sentido de campanha, não falta quem se preocupe com o risco de magoar as meigas alminhas muçulmanas, como se os americanos

reencarnassem os templários em luta pela libertação de Jerusalém.

Até um terrorista confesso que defendeu na ONU, em 74, a tese de que um povo que luta pela própria independência tem o direito de apelar para atos terroristas — Yasser Arafat — deplorou os atentados em Washington e Nova York. Mas no Brasil não faltou padre vociferando que os Estados Unidos colheram o que plantaram. Deputados do PT gaúcho não demoraram a encontrar o responsável pela tragédia, os Estados Unidos. E José Dirceu e José Genoíno, guerrilheiros que apelaram às armas para transformar o Brasil em uma Cuba gigantesca, se apressaram em afirmar o valor de uma vida humana. (As armas que empunharam serviriam para quê? Como suportes de flores?) Mas o pico do surto terceiro-mundista dificilmente será superado após o pronunciamento de Celso Furtado, economista confuso que viu no ato terrorista a mão da extrema direita americana.

Se algo se perdeu definitivamente neste atentado, parece ter sido a boa lógica. Em defesa do terror, um outro José, o Saramago, empunha hindus atados à boca de canhões. "No primeiro plano da fotografia um oficial britânico ergue a espada e vai dar ordem de fogo. Não dispomos de imagens do efeito dos disparos, mas até a mais obtusa das imaginações poderá ver cabeças e

troncos dispersos pelo campo de tiro, restos sanguinolentos, vísceras, membros amputados. Os homens eram rebeldes".

O prêmio Nobel evoca também Angola, onde algures "dois soldados portugueses levantam pelos braços um negro que talvez não esteja morto, outro soldado empunha um machete e prepara-se para lhe separar a cabeça do corpo. Esta é a primeira fotografia. Na segunda, a cabeça já foi cortada, está espetada num pau, e os soldados riem. O negro era um guerrilheiro".

Isto é: se ingleses explodem hindus, se portugueses decapitam angolanos, é perfeitamente permissível que um saudita, homiziado no Afeganistão e imbuído da missão de vingador universal, detone dois prédios em Nova York matando não só malvados civis americanos, mas também cidadãos de 62 países do planetinha. Em um grotesco recurso retórico, Saramago joga a culpa no "fator Deus", como se não fossem os homens que criam e nutrem o tal de fator Deus. Em seu desvario, chega a atribuir a Nietzsche frase que Sartre atribui a Dostoievski, tentando interpretar o pensamento do escritor russo: "Disse Nietzsche que tudo seria permitido se Deus não existisse...". (Em verdade, nem Dostoievski disse isto). Ora, este aforismo só pode nascer no imaginário de um católico e de católico Nietzsche nada tinha. Ao fazer tal afirmação

Saramago só demonstra que a Kungsliga Akademie de Estocolmo não tem maiores pudores em premiar autores que sequer sabem quem estão citando.

Fritz Utzeri, do **Jornal do Brasil**, ao comentar o fato começa evocando uma tragédia africana: "Mamãezinha, minhas mãozinhas vão crescer de novo?" Jamais esquecerei acena que vi, na TV francesa, de uma menina da Costa do Marfim falando com a enfermeira que trocava os curativos de seus dois cotos de braços. Era uma criança linda, de quatro anos, a face da inocência martirizada e que em seu sofrimento não conseguia imaginar a extensão do mal que lhe haviam feito".

As mutilações dos marfinenses, decorrentes de lutas entre etnias rivais, passam a ser "resultado tardio do colonialismo". Massacram-se com "armas que sua gente não produz, vendidas por americanos, russos, europeus, israelenses e outros civilizados de boa consciência e que avaliam seus lucros em lugares como o World Trade Center". Em um passe de mágica, ou melhor, de retórica, o World Trade Center passa a ser o responsável pelas mãos cortadas de uma criança ebúrnea. Ninguém lembra hoje, ou prefere não lembrar, os vinte milhões de dólares que um Bill Gates doa por semana – um bilhão de

dólares a cada ano – a serviços de saúde e educação no Terceiro Mundo..

Segundo Utzeri, “uma bomba em Nova Iorque, em Londres ou em Paris desperta a dor do mundo. Mas quando tutsis e hutus se trucidam em Ruanda, e morre um milhão de africanos numa guerra, o assunto é pé de página dos jornais”. Editor, ele sabe muito bem que a morte de um milhão de hutus ou tutsis não venderia jornal algum. Para começar, o leitor brasileiro não tem idéia alguma do que sejam hutus ou tutsis. Continuando, deles só tomamos conhecimento quando a imprensa americana chega ao palco de guerra. Porque jornalista brasileiro é que não vai lá. Melhor ficar no conforto da redação traduzindo telegramas. Se algo se sabe de hutus ou tutsis no Brasil, devemos agradecer às agências noticiosas americanas ou européias.

“A verdade verdadeira é que não somos todos iguais”, diz o jornalista em tom de quem reclama. É verdade verdadeira mesmo, pois bem ou mal, brasileiros (índios à parte) não vivemos mais em tribos, e sequer conseguimos entender guerras tribais. Mas lá em Nova York estão nossos semelhantes. Sequer imaginamos como possa ser o dia-a-dia de um ruandês, mas o de um nova-iorquino em nada difere da rotina de um paulistano ou porto-alegrense. Utzeri foi editor do

Jornal do Brasil. Poderia ter colocado os tutsis e hutus em primeira página. Colocou? Nunca vi.

Claro que não somos todos iguais. Também é claro que a morte de meu semelhante me comove, enquanto não consigo comover-me com a morte de quem para mim é um ilustre desconhecido. Em sua ojeriza aos fortes, Utzeri não poupa sequer Alexandre. “Ali, ao longo dos séculos, desapareceram impérios inteiros. Foi nessas terras quase lunares que Alexandre enlouqueceu e morreu acreditando-se um deus”. Como Saramago, o jornalista é outro que fez gazeta nas aulas de história. Alexandre, guerreiro e civilizador, não enlouqueceu nem morreu acreditando-se deus. Foi cultuado como deus, o que é diferente.

Cultiva-se na imprensa a absurda idéia de que os males dos países pobres são conseqüência da maldade dos países ricos. Neste festival de manifestações politicamente corretas – a versão *up to date* do stalinismo – faço minhas as palavras de Dan Rather, âncora do **Evening News**: “Eles odeiam o que representamos. Não querem tomar conta do nosso país nem do nosso dinheiro. Querem nossa extinção em troca de valores medievais. São os seguidores do culto do ódio”.

Violência é fruto do ódio impotente. Para os marxistas, o ódio é o motor da história. Daí a excitação das viúvas.

Ocidente e amnésia — Que um leitor desatento, sem mais preocupações com o noticiário internacional, não lembre, entende-se. O que não se entende é que jornalistas não mais lembrem. Ou talvez não queiram lembrar?

Pois eu lembro. Posso não lembrar as datas, mas lembro os fatos que os jornais nos traziam do Afeganistão. Entre outros, os objetos em forma de canetas e brinquedos que eram lançados de helicópteros, com um alvo certo, as crianças. Só que não eram exatamente canetinhas ou brinquedos, mas bombas que mutilavam quem as pegasse. O objetivo não era matar combatentes, mas minar o moral do inimigo, aleijando seus filhos. Quem jogava os brinquedos-bomba? Não era o Grande Satã americano. Mas os soldados soviéticos. Os mesmos soldados que, além de mutilar crianças e civis, deixaram um milhão de mortos em território afegão. Um milhão de mortos afegãos, é bom lembrar. Isso sem falar na mais hedionda arma de guerra, as minas deixadas pelos soviéticos que até hoje, passados quase quinze anos da invasão, ainda mutilam e matam.

"A luta pela memória é a eterna luta do homem contra o poder", escreveu Milan Kundera. Gosto de repetir a frase, particularmente nestes dias em jornalistas esquecem fatos recentes, cujas coberturas foram feitas por eles mesmos. Cuidado, Tio Sam! — alertam intelectuais subitamente acometidos de amnésia — o Afeganistão humilhou o poderoso Exército Vermelho e o fez bater em retirada. Parecem ter esquecido as fotos repetidas à exaustão pelos jornais, de guerrilheiros quase em farrapos com um disparador de mísseis Stinger ao ombro. Derrubar um caça ou helicóptero tornou-se tão banal quanto matar um pássaro com estilingue. Os bombardeiros e caças soviéticos viram-se de repente vulneráveis ao disparo de um combatente montado numa mula. Foi este *gadget* bélico o fator que virou a guerra naquela geografia. Quem forneceu os Stingers? O Grande Satã.

Para o líder supremo do talebã, o mulá Mohamed Omar, o governo americano "comete toda sorte de atrocidades nos países muçulmanos e, em lugar de apoiá-lo, os americanos deviam convocar seus governantes a rever essas políticas más e cruéis". Pelo jeito, também o mulá foi acometido pelo mesmo surto de amnésia que grassa no Ocidente. O milhão de mortos produzido pelos russos, mais as centenas de milhares de mutilados entre 79 e 89 — há apenas uma década — seria o quê? O resultado da

política externa benemérita dos bravos soldados soviéticos? Até hoje, uma mulher ou criança corre o risco de perder as pernas ou a própria vida ao buscar um balde de água barrenta num poço. Mas a vingança atinge os maus e cruéis americanos.

Que Mohamed Omar diga isto, entende-se. Senhor da guerra, precisa satanizar o inimigo. O espantoso é que intelectuais no mundo todo, de Paris a São Paulo, endossem a lógica absurda do mulá. Vemos repetir-se no Ocidente o mesmo alarido que saudou, em 75, a entrada dos khmers rouges em Phnom Penh. Em menos de uma hora, a cidade foi esvaziada. Tudo que representava luxo, conforto, cultura, educação, arte ou requinte, foi banido a ferro e fogo pelos purificadores do povo cambojano. Quem usasse óculos era, ipso facto, suspeito e fuzilado ou remetido a campos de concentração. "A cidade foi liberada", disse na ocasião o prestigioso **Le Monde**. Liberação foi a palavra mais ouvida, na época, em jornais, rádio e televisão. Balanço: uma cifra até hoje indefinida entre dois e três milhões de mortos.

A mesma alegria invadiu corações e mentes quando Khomeiny entrou em Teerã com seus *pasdarans*, metralhando e destruindo tudo que lembrasse Ocidente. A libertária França deu generoso abrigo ao futuro tirano. Sentado em seu

tapete em Neauphle le Chateau, o aiatolá recebia iranianos e simpatizantes de toda a Europa. Reza Palhevi não era, bem entendido, o que se chama de um democrata. Mas, como dizem os espanhóis, *el que vendrá, bueno te hará*. O aiatolá, além de levar o Irã a uma guerra com o Iraque, fez um dos raros Estados muçulmanos com ares de modernidade retornar à Idade Média. Em pouco tempo, as mulheres, que gozavam de total liberdade durante o regime do Xá, perderam o direito de exercer uma profissão, foram proibidas até mesmo de dirigir e tiveram de portar o chador.

Causa escândalo entre as vestais, nestes dias, a vontade de Bush querer bin Laden vivo ou morto. Não escandalizou ninguém, na época, a afirmativa de Khomeiny: "criminosos não devem ser julgados. Criminosos devem ser executados". O aiatolá fuzilou homossexuais e prostitutas e proibiu desde o cinema até a música. Um médico, ao examinar o sexo de uma mulher, não podia olhá-lo diretamente, tinha de usar um espelho. As esquerdas no mundo todo — e particularmente no Brasil — vibraram: era mais uma derrota do Grande Satã. Nem mesmo um Paulo Francis deixou de saudar a tomada do poder por Khomeiny. Balanço: um milhão de mortos.

"A religião nas mãos de um fundamentalista é dinamite nas mãos de uma criança", disse o rabino Henry Sobel. Eu diria: o Estado nas mãos de um religioso é dinamite nas mãos de um terrorista. As teocracias são sempre baseadas no monoteísmo e quando um deus se pretende único, ai de quem ousar cultuar outro. A Igreja Católica matou a gosto quando dispunha do braço estatal. Se hoje diz-se ecumênica, é porque em dado momento histórico os europeus houberam por bem separar Igreja e Estado. No mundo muçulmano, predominam os Estados teocráticos. A dinamite está nas mãos do terrorista. Basta acender o pavio. A humanidade não terá dias melhores enquanto o mundo árabe tiver sacerdotes como dirigentes ou eminências pardas.

"Abater um europeu — dizia um filósofo muito querido da universidade brasileira — é matar dois coelhos de uma só cajadada, suprimir ao mesmo tempo um opressor e um oprimido; restam um homem morto e um homem livre". O filósofo se chamava Jean-Paul Sartre e este nobre propósito está no prefácio de **Les Damnés de la terre**, de Frantz Fanon, citado irresponsavelmente pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, na Assembléia-Geral da ONU, em Nova Iorque, em 21 de setembro de 2004. Substitua europeu por americano, e o

pensamento do grande humanista continua vivo e influente.

O atentado nos Estados Unidos teve um efeito curioso entre as esquerdas. O universo muçulmano, que há muito vinha sendo denunciado por atentados aos direitos humanos, de repente virou modelo de humanidade. Esta tendência entrópica da intelectualidade ocidental me faz lembrar uma afirmação do Front homosexuel d'action révolutionnaire, publicada em abril de 1971, na revista **Tout!**: "*Nous nous sommes fait enculer par les Arabes. Nous en sommes fiers et nous recommencerons*".

Traduzindo: fomos fodidos pelos árabes. Temos orgulho disto e recomeçaremos.

Ressentidos do Mundo Todo, Uni-vos! — Tanto Bush como Blair não se cansam de insistir ante a mídia que a guerra ora deflagrada no Afeganistão não é contra o Islã, mas contra o terror. Estadistas, têm de usar de diplomacia. Uma outra guerra, surda e constante, desde há muito vem sendo travada no Ocidente. Perdoem-me os diplomatas, profissionais politicamente corretos por ofício, mas o inimigo é o Islã. Expulsos da Ibéria no século XVI, rechaçados na Europa onde chegaram perto de Paris e Viena, os mouros agora voltam. Voltam armados não mais de punhais e cimitarras, mas com arsenal mais

sutil e eficaz: direitos humanos, respeito às diferenças culturais, reagrupamento familiar. Como conquistadores, os árabes tiveram de recuar em séculos passados. Como imigrantes, estão invadindo, pouco a pouco, o continente. Esta guerra, a Europa está perdendo.

Há umas boas três décadas venho escrevendo contra o Islã. Não por intolerância. Aceito todas as crenças. Que cada um cultue seu deus e boa sorte a todos. Ocorre que o Islã tem uma incontrollável vocação teocrática. Mescla-se com o Estado e o que seria preceito religioso ou, no máximo, preceito ético, vira lei e passa a regular a vida de todo cidadão, crente ou não crente. Creia ou não creia em Alá e seu profeta, em Estados islâmicos você tem de submeter-se a suas diretrizes. E — o que pior — aos preceitos de seus intérpretes, imãs, mulás, aiatolás. A Igreja católica, apesar de manter reflexos teocráticos herdados do Medievo, pelo menos separou-se há séculos do Estado e não mais ameaça com torturas ou fogueiras quando não consegue gerir a vida de todo cidadão. Aliás, até a idéia de inferno anda pouco cotada nos dias que passam.

Para quem aqui vive e daqui nunca saiu, Islã é apenas uma palavra que designa uma religião como tantas outras. O Brasil é um grande caldeirão que absorve todas as raças, religiões e diferenças. Mas se você viveu um dia em países

européus, onde os árabes se encerram em colônias e usam a religião como carapaça protetora, lá terá tropeçado com o ramadã, o muezim, as cinco chamadas às preces, as restrições ao álcool, a ablação do clitóris e infibulação da vagina. E se você teve um dia a chance de visitar países muçulmanos, aquelas cidades onde as mulheres são fantasmas tristes que se esgueiram, lívidas e veladas, pelas ruelas das casbás, você terá visto que Islã não é apenas uma palavra que designa uma religião como tantas outras.

Muitos fossos separam Ocidente e Islã: democracia, voto, liberdade de expressão, direitos do indivíduo. Mas o fosso maior é a mulher. Maior e insuperável. Nenhum diálogo é possível com povos que insistem em proibir o prazer à mulher, mutilando-a sexualmente. Impossível conviver com bárbaros que não permitem que uma mulher saia sozinha às ruas. Tampouco se pode conversar com uma cultura que proíbe a mulher de trabalhar e mesmo de educar-se. Segundo Fouad Ajami, diretor de estudos do Oriente Médio da Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins, cerca de 260 milhões de indivíduos que vivem, do Marrocos ao Irã, exportam atualmente menos produtos manufaturados do que a Finlândia, que tem apenas cinco milhões de habitantes. Desenvolvimento tecnológico à parte,

virtualmente metade da mão de obra de um país é excluída de sua construção. Mas a responsabilidade de suas misérias é debitada ao Ocidente, onde a mulher trabalha ombro a ombro com o homem na confecção do bolo nacional.

Uma voz ergueu-se na Europa, com hombridade, para lembrar algumas verdades que os mais delicados preferem não ouvir: “Que sentido tem respeitar quem não nos respeita?” — pergunta a jornalista Oriana Fallaci, florentina de cepa. — “Que sentido tem defender sua cultura ou sua presumida cultura, quando eles desprezam a nossa?”

Os muçulmanos dividem o mundo em fiéis e infiéis. Não é muçulmano? É infiel. Ecumenismo é palavra que desconhecem. Só a partir desta ótica pode-se entender a alegria histórica de palestinos e libaneses festejando o massacre brutal de seis mil civis americanos. Os súbitos defensores do Islã, para justificar o ódio terrorista, logo lembram as Cruzadas. Mas o Islã, escreve Paul Johnson, “não só dominou e erradicou o cristianismo no Oriente Médio e norte da África, como também chegou até perto de Paris e dominou a maior parte da Espanha durante séculos. Devastou a Sicília e muitas vezes tentou conquistar a Itália”.

É esta Itália, contemporânea e esplendorosa, que Fallaci defende com unhas e dentes em seu panfleto soberbo, **A Raiva e o Orgulho**. Em verdade, a jornalista defende não só sua Itália, mas a Europa, Estados Unidos e todo o Ocidente. "Vocês não se dão conta de que os Osama bin Laden se crêem autorizados a matá-los, a vocês e a seus filhos, porque vocês bebem vinho ou cerveja, porque vocês não usam barba comprida ou chador, porque vocês vão ao teatro e ao cinema, porque vocês escutam música e cantam canções, porque vocês dançam nas discotecas ou em casa, porque vestem minissaias ou calças curtas, porque vocês estão nus ou quase no mar e nas piscinas e porque vocês fazem o amor quando bem lhes apetece, onde lhes apetece e com quem lhes apetece? Nada disto lhes importa, estúpidos? Eu sou atéia, graças a Deus. Mas não tenho nenhuma intenção de deixar-me matar por sê-lo".

Multidões de árabes estão invadindo a Europa, da Itália à Suécia, da Espanha à Áustria, com suas crenças, mesquitas e idiossincrasias. Onde chegam, já vão exigindo a sexta-feira livre para descanso, pausas diárias no trabalho para as preces, o direito de obrigarem suas mulheres a portar véus — inclusive em fotos de carteiras de identidade —, assistência social para suas quatro mulheres e quinze ou vinte filhos. Fallaci não suporta vê-los acampados nas ruas, profanando

com fezes e urina os lugares sagrados de sua Florença natal e transformando as demais cidades italianas, Roma, Gênova, Milão, Veneza, em *souks* orientais. Prolíficos, a tomada da Europa é uma questão apenas de tempo. "Impossível dialogar com eles" — diz Fallaci — "Raciocinar, nem pensar. Tratá-los com indulgência ou tolerância ou esperança, um suicídio. E quem acredita no contrário é um iludido".

Desde séculos, odeia-se a idéia de Europa. Este ódio está escancarado na primeira frase do **Manifesto**: "um fantasma ronda a Europa, o fantasma do comunismo". Este fantasma foi exorcizado em menos de um século. O fantasma agora é outro. Ronda sem manifesto, sem ideologia, armado de dogmas. Os Boeings que destruíram as torres de Nova York são acidentes, comparados com a bomba que, lenta e inexoravelmente, ameaça a Europa: a bomba islâmica.

Ressentidos do mundo todo, uni-vos! Marx não conseguiu destruir a Europa. Maomé ainda tem chances.

Nós, os pedófilos

"O menino era de uma beleza tão perfeita que ele ficou perturbado. A palidez, a graça severa de seu rosto enquadrado por cachos louros como o mel, seu nariz reto, uma boca amorável, uma gravidade expressiva e quase divina, tudo isso fazia sonhar à estatuária da época áurea, e apesar de seu classicismo seus traços tinham um charme tão pessoal, tão único, que ele não se lembrava de ter visto, nem na natureza nem nos museus, um êxito tão perfeito".

Trechos do diário de algum pedófilo? Não. O estilo não é o de um mortal qualquer. Se trocarmos a palavra "menino" por Tadzio, e "ele" por Gustav Aschenbach, temos **Morte em Veneza**, uma pequena obra-prima do início deste século, assinada por Thomas Mann. A novela foi filmada por Luchino Visconti. O cinquentão Aschenbach é interpretado por Dirk Bogarde e o sedutor adolescente pelo sueco Bjorn Andresen.

Tadzio tem quatorze anos. Livro e filme arrancaram aplausos unânimes no mundo todo e a ninguém ocorreu acusar o escritor alemão ou

seu personagem de pedofilia. Transfigurado em arte, todo instinto se enobrece. Na época, pedofilia não era o crime da moda. Um dos autores clássicos da literatura infantil, que nos legou **Alice no País das Maravilhas**, era fissurado em ninfetas. Mas em Lewis Carrol, matemático, escritor e fotógrafo bissexto, a preferência por meninas impúberes é um adorno em sua biografia. As fotos de suas pupilas pertencem à história da literatura.

Isso sem falar em **Lolita**, romance de Vladimir Nabokov, publicado em 1955 e filmado por Stanley Kubrick em 1962. Humbert Humbert é um intelectual europeu de 37 anos que se apaixona pela americana Lolita, de treze. Se o livro foi proibido na Inglaterra e apreendido na França, o filme foi celebrado com entusiasmo pela crítica e público. Ano passado, Adrian Lyne refilmou Nabokov. Para escândalo do neo-moralismo anglo-saxão, que não poupou esforços para tentar censurar a nova versão, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos. Bastou três décadas para que o Ocidente voltasse às trevas. O que antes era arte passou a ser imoralidade.

Com a mania de emulação da imprensa nossa, a nova moda foi importada para este país tropical, onde os adolescentes chegam à puberdade mais cedo e onde uma menina de quatorze anos, não raro, tem mais experiência

sexual que todos seus avós juntos. Grande entre os grandes, o Brasil também precisa de um autêntico pedófilo verde-amarelo. Os jornais de São Paulo tentaram encontrá-lo em um bancário paulistano, Paulo Sérgio do Espírito Santo, que teria abusado de mais de duzentos menores.

Ora, abusar de duzentos menores é tarefa para um Gilles de Rais, marechal de França e companheiro de armas de Joana d'Arc, não para um mísero assalariado brasileiro. Os jornalistas não conseguiram manter a peteca no ar, a *affaire* morreu na casca e o Brasil ficou sem um pedófilo digno de ser ostentado no concerto das nações. O suposto pecado de Espírito Santo, que multiplicava por cem ou mais o impulso de Aschenbach, foi ter nascido no Brasil e ser bancário. Tivesse nascido em Lubcek, como Thomas Mann, em seio de família rica, poderia ter uma promissora carreira literária pela frente.

Mas a mídia não fora saciada. Faltava-nos um Judas para malhar. Na falta de Judas, vai juiz mesmo. O papel sobrou para o ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), cujo voto acabou absolvendo, em 96, um encanador acusado de estupro de uma menina de doze anos, em Minas Gerais. A menina afirmou em depoimento ter consentido com a relação sexual. “Pintou vontade” — disse. Uma legislação vetusta, que considera estupro toda

relação — consentida ou não — com menores de quatorze anos, havia encerrado no cárcere o infeliz que aceitou a oferta.

Quem lê jornais há décadas, deve ter notado que na última se multiplicaram por mil palavras como racismo ou pedofilia. Não por acaso, há quinze anos caía o Muro de Berlim e se iniciava o processo de desmoronamento da URSS e do comunismo. A militância precisava de novas bandeiras. Atitudes comportamentais nada recentes, como racismo, turismo sexual e atração por adolescentes, do dia para a noite viraram crimes hediondos.

Na ocasião, o ministro Marco Aurélio foi visto como um inimigo da família e da moralidade pátria. Nosso Código Penal é defasado — disse o ministro — e os adolescentes de hoje são diferentes. Sugeriu um limite de doze anos para a aplicação da sentença de violência presumida. "Quando esse limite caiu de dezesseis para quatorze, na década de 40, a sociedade também escandalizou-se", afirmou.

Enquanto o legislador dormia, os tempos mudaram. A catolicíssima Espanha há muito se tornou realista: a partir dos doze anos, todo adolescente pode fazer qualquer opção sexual sem cometer crime. Serão os espanhóis todos pedófilos?

Parece que nem só eles. Segundo recente estudo feito pelo Ministério da Saúde, o ministro Marco Aurélio de Mello estava cheio de razão. Quase metade da população masculina brasileira está começando a vida sexual antes dos quinze. Segundo a pesquisa, 47% dos homens e 32% das mulheres disseram ter se iniciado sexualmente antes dessa idade.

Ou as leis caducaram ante uma realidade nova ou constituímos uma nação de pedófilos. Com o leitor, a conclusão.

A mula de Maomé e outras questões de fé

De Meca a Jerusalém — Jerusalém, a capital eterna de Israel, permanecerá unificada e indivisível sob a soberania de Israel — diz a plataforma de governo do novo primeiro-ministro israelense, Ehud Barak, que tomou posse no início de setembro de 1999. A afirmação pode parecer tautológica para quem vive longe do Oriente Médio e seus conflitos, mas não para palestinos e muçulmanos. Como os judeus e cristãos, eles reivindicam Jerusalém como sua cidade santa. A ANP (Autoridade Nacional Palestina) quer a parte oriental de Jerusalém como capital, para quando proclamar-se Estado.

A pretensão surpreende, já que Alá não é exatamente originário daquela geografia. Ocorre que Maomé viajou, em uma noite, de Meca a Jerusalém. Esta jornada é conhecida como al-Isra, a viagem noturna. Como em uma noite — se perguntará o infiel, se naquela época não existiam aviões? Pergunta típica de quem não tem fé. Maomé foi conduzido, por obra de Alá, em uma besta alada chamada al Buraq, menor que

um burro e maior que uma mula. Segundos os mulás, esta espécie de mula teria cabeça de anjo e rabo de pavão.

O pomo da discórdia reside no Domo da Rocha, que fica justo atrás do Muro das Lamentações. Sob aquela cúpula há uma rocha, junto à qual Maomé teria apeado do Burak. Da mesma rocha, subiu ao Sétimo Céu após sua jornada noturna, sempre montado no Burak e guiado pelo anjo Gabriel. Ocorre que, para os judeus, aquele rochedo é a Pedra da Fundação, sobre a qual o mundo teria sido criado. Na mesma rocha, Abraão teria oferecido seu filho Isaac em sacrifício a Jeová. Em reconhecimento à fé de Abraão, Jeová poupou Isaac. Mais tarde, o Cristo não escapou à sua sede de sangue, mas isto já é outra história. Volto à mula de Maomé.

Com tanta pedra no deserto, os árabes houberam por bem escolher a dos judeus para fundamentar suas crenças. Maomé, apesar de analfabeto, sabia jogar com a linguagem dos profetas. Se os judeus acreditam que Jeová abre mares e arrasa cidades, por que Alá não poderia transportar o profeta em uma besta alada até Jerusalém? Na crença na al-Isra, reside todo fundamento das pretensões palestinas a ter Jerusalém como capital de seu Estado. Ao defender uma Jerusalém una e indivisível, o primeiro-ministro israelense não está lutando

contra Arafat, mas contra a besta alada do Islã. É uma luta de Ehud Barak contra al-Burak. Ou, se quisermos, de Alá contra Jeová. E fé não admite discussões.

Islã e ginecofobia — Xenofobia foi a palavra da moda nos estertores do século passado, particularmente na imprensa francesa. Pesquisa feita no início de 2.000, entregue ao primeiro-ministro Lionel Jospin, mostrou que seis entre dez franceses acreditam haver estrangeiros demais no país. A pesquisa, feita entre 1.012 cidadãos franceses, foi preparada pela Comissão Nacional Consultativa dos Direitos do Homem (Cncdh). O sentimento de não se sentir mais em casa é compartilhado por 55% dos entrevistados. O principal alvo continuam sendo os árabes. Para 63%, eles deveriam estar em outro lugar.

Uma sintomática acusação foi feita a Microsoft, na França. O corretor ortográfico do Word, ao encontrar a expressão "anti-stress", corrigiu-a para "anti-árabes". Racismo! — gritaram os mais excitados. Os movimentos de apoio aos imigrantes querem proibir o software infame. A Microsoft pediu desculpas e prometeu colocar em seu site um novo programa.

Precisemos o conceito de preconceito. O iéti, por exemplo, esse ser mítico que parece habitar os cumes do Himalaia. Raras vezes teria sido

entrevisto e já é universalmente conhecido como o "abominável homem das neves". Abominável por quê? É o que chamo de pré-conceito: ninguém conhece de perto o fenômeno e já o considera abominável. Até pode ser que seja. Mas isto é o que resta provar.

Se, no entanto, após longo convívio e intimidade com os iétis, concluímos que eles são realmente abomináveis, não temos mais um preconceito. Temos um pós-conceito, palavra que precisa ser dicionarizada. Este pós-conceito em relação ao universo cultural árabe, só passei a alimentá-lo após viver na França. Antes disso, árabe era palavra que me atraía, pelo simples fato de designar homens, instituições e culturas distintas da minha.

Um de meus colegas de universidade em Paris era argelino. Na época, Giscard d'Estaing estava oferecendo dez mil francos, mais passagem aérea, a todo imigrante que quisesse voltar a seu país. "*Nem que me dêem a França inteira, não volto*" — me dizia Slimane — "*não posso levá-la no bolso*". Ele adorava Paris. Só não gostava muito de certos hábitos locais, como por exemplo aceitar que mulheres tivessem os mesmos direitos que um homem.

— *Para nós, me dizia o argelino, mulher não tem voz. As francesas não entendem porque um*

árabe não aceita um não. É que mulher não tem vontade própria. Certa vez, perguntaram a um xeque árabe o que ele achava de Golda Meir. Ele disse: "Não acho nada". Não podia achar outra coisa. Meir era mulher.

Slimane me explicou também como uma ocidental podia fazer para escapar ao assédio de um árabe nas ruas de Paris.

— *Se disser que está indo ao encontro do marido, aí então o árabe aceita uma negativa. Não por respeito a ela — ela não tem vontade — mas por respeito ao homem que é seu dono.*

Ora, dirá o leitor politicamente correto, isto é a visão de apenas um árabe em Paris. Ocorre que não é. Mulher não tem voz entre muçulmanos, sejam estes árabes ou negros. Milhões de mulheres na África toda são obrigadas, ainda hoje, a esconder o rosto com véus. Na infância, são mutiladas para o prazer, com o corte do clitóris e a infibulação da vagina. Como estas "cirurgias" são feitas com facas e mesmo cacos de vidros, não é raro ocorrer que ânus e vagina formem uma cloaca. Que isto ocorra em um universo muçulmano, poder-se-ia até mesmo entender, em nome dessa coisa vaga que se chama diversidade cultural e só alegada pela antropologia — a *mauvaise conscience* do Ocidente — em defesa de selvagens.

No entanto, não é raro que uma adolescente, filha de árabes, vivendo em Paris, estudando em Paris com suas amiguinhas francesas, tenha de abandonar a escola para casar com um primo a quem fora vendida ao nascer. Ou que, por ordem dos pais, esta menina insista em freqüentar uma escola laica com um véu cobrindo o rosto. Ou, como também acontece, surge aquele dia entre os dias em que uma *sage femme* chega em um vôo das Arábias, munida de uma navalha ou cacos de vidro, para executar o trabalho infame que os médicos franceses não aceitam executar. No país em que as mulheres alcançaram um invejável grau de independência pessoal e profissional, uma menina, pelo fato de pertencer a uma cultura muçulmana, é tratada como mercadoria e sexualmente mutilada... só porque uma tradição de brutos do deserto assim o quer.

Esta ginecofobia é o nó górdio que separa árabes de ocidentais. Enquanto não for cortado, será impossível qualquer diálogo entre Oriente e Ocidente. Este medo, diga-se de passagem, não é originalmente árabe. Em **As Mil e uma Noites**, a mulher pode ser serva e esposa, mas também é amante, guerreira e líder. Quem introduz este ódio ao feminino é o Islã. Não por acaso, em alguns países islâmicos, como Irã e Egito, esta obra máxima da língua árabe foi proibida.

Slimane era honesto comigo, não escondia sua visão da mulher. Mas como poderia eu convidá-lo à minha casa, não só habitada por minha mulher como também freqüentada por brasileiras, latinas e eslavas, acostumadas a olhar o homem de igual para igual? Como apresentar a uma amiga ou colega alguém que a veria como um zero à esquerda? Só posso concordar com os 63% de franceses que preferem ver os árabes em outro lugar. O que me espanta são os 37% restantes. Por certo constituirão aquele percentual de derrotados do século, que vêm no imigrante africano a última arma para banir da história algumas conquistas irreversíveis da cultura ocidental.

Não só na França há árabes em excesso. Estes senhores, que adoram virar o traseiro para a lua ao cultuar Alá, deveriam aprender a ver a mulher como ser humano antes de pretender viver na Europa.

Mas agora é tarde.

Faltou Pinel na Terra Santa — Nascido e educado em um ambiente católico, acreditei em Deus em meus primeiros anos. Ocorre que o Deus que me foi vendido não era dos mais confortáveis. Pra começar, interferia em minha vida sexual e me proibia o prazer, sob ameaças de

castigos eternos. Fui buscar na Bíblia onde estavam essas proibições e no Velho Testamento encontrei incesto, poligamia, haréns, concubinas. Tudo sob o olhar complacente de Jeová. No Novo, surge um deus que não resiste a duas hipóteses: ou é castrado ou é homossexual. Sem falar que uma leitura atenta da Bíblia destrói qualquer fé. Joguei fora aquele deus chato e fui tratar de minha vida. Ateu, conheço no entanto a psicologia dos crentes. Já fui um deles.

Ao ouvir dizer que os deuses gregos haviam morrido, Nietzsche emendou: morreram de tanto rir, ao saber que no Ocidente havia surgido um que se pretendia único. O pior é que a moda do deus único vingou, e os árabes quiseram um outro para si. Não bastasse um segundo deus exclusivo, o primeiro resolveu assumir consistência humana e foi escolher a já conturbada Israel para encarnar. O Filho de Deus nasce em Nazaré e vai morrer logo em Jerusalém, o que faz da cidade uma encruzilhada das três religiões monoteístas dominantes do século.

Não bastasse a disputa entre judeus e árabes pela geografia divina, Jerusalém criou agora um novo conflito, desta vez com os cristãos. Em setembro de 1999, os palestinos decidiram erguer uma mesquita em Nazaré, sobre o túmulo de Shehab el-Din, sobrinho de Saladino, o grande conquistador árabe. Ocorre que o túmulo do

sobrinho fica justo frente à Basílica da Anunciação, onde Gabriel — o mesmo anjo que conduziu Maomé aos braços de Alá — anunciou à Virgem Maria, *a las seis en punto de la tarde*, que ela seria a mãe do filho de Jeová. Jerusalém autorizou a construção da mesquita. Roma reage. Não quer frente a seu templo nada que recorde o conquistador, grande matador de cristãos durante as Cruzadas. E seus sacerdotes em Israel entraram em greve, fechando as portas de seus templos. Deixando de lembrar, bem entendido, que Paulo, o grande difusor do cristianismo, foi o mais entusiasta matador de cristãos de sua época. Amnésias são providenciais.

Decididamente, os gregos conseguiram conviver melhor com seus deuses. Em terra tão eivada de sobrenatural, onde anjos anunciam partos e transportam profetas aos céus, não é de espantar que até os turistas sintam-se de repente transfigurados. Ainda mais com a mística que envolve a chegada do ano 2.000. O Centro de Saúde Mental Givat Shaul, a maior clínica psiquiátrica de Jerusalém, vem manifestando sua preocupação com o distúrbio conhecido com a Síndrome de Jerusalém. Ao se verem em lugares descritos no Velho Testamento e nos Evangelhos, muitos peregrinos passam a achar que são personagens bíblicos.

Segundo os psiquiatras, a síndrome se manifesta de três maneiras. Algumas pessoas, já mentalmente perturbadas, ao chegar a Jerusalém se convencem de que são personagens bíblicos. Outras têm visões do fim do mundo. Um terceiro tipo de paciente chega à cidade, mas logo se sente compelido a vestir túnicas brancas e a fazer pregações. Em falta de túnica, vai lençol de hotel mesmo.

A clínica trata de cerca de 150 casos de Síndrome de Jerusalém por ano, dos quais 40 exigem internação. A desordem emocional é mais comum entre protestantes e judeus vindos dos EUA e da Europa. Dos estrangeiros internados, 60% são americanos e 35%, europeus. O restante vem da Ásia e da América Latina. É o que contam as agências de notícias.

Ex-crente, entendo esta síndrome. Que em Israel estes visionários brotem como cogumelos após a chuva, é normal. Se Deus já falou com os homens há mais de dois milênios, por que não o faria com os homens deste século? Ainda mais quando os que o procuram perambulam por sua geografia ancestral.

Quando Cristo anunciou-se como o filho de Deus, muitos outros contemporâneos seus nutriam pretensões semelhantes. Um destes iluminados portava inclusive o mesmo nome do

Cristo: era Jesus, filho de Baruch. Mas o filho de Maria teve mais sorte: foi crucificado. Paulo empunhou seu cadáver e erigiu o cristianismo. Pela primeira vez na história, surgia uma religião que ostentava como logotipo um instrumento de tortura. E a cruz invadiu o Ocidente, atravessou mares e hoje polui até a baía da Guanabara. Por esses milagres que só a propaganda consegue, o logotipo sangrento tornou-se símbolo de salvação.

O Givat Shaul chegou tarde. A síndrome foi identificada em 1982. Se há dois mil anos os rabinos tivessem clínicas para receber os turistas mais exaltados, este final de dezembro seria, sem dúvida alguma, menos conturbado.

A Indústria Textil

Homens deste final de século, costumamos olhar para nomes como Cervantes, Swift, Voltaire com uma admiração desmesurada. Considerados as expressões máximas da literatura satírica universal, a posteridade conferiu-lhes — por unanimidade — a condição de gênios. O mesmo já não diriam seus contemporâneos.

Cervantes, por exemplo, escreveu o **Quixote** na prisão. Sua prisão nada teve a ver com sua literatura. Mas na frase inicial de seu grande poema, notamos um certo ressentimento: “En un lugar de la Mancha, de cuyo nombre no quiero acordarme, no ha mucho tiempo que vivía un hidalgo de los de lanza en astillero, adarga antigua, rocín flaco y galgo corredor”. Hoje sabemos que este lugar é Argamasilla de Alba. Em função de certas cobranças de impostos em Argamasilla, Cervantes foi preso. Na solidão do cárcere, concebeu as andanças do Quixote. Antes disso, fora prisioneiro durante cinco anos e meio em Argel e perdera a mão esquerda na batalha de Lepanto.

No prólogo a **Novelas Ejemplares**, Cervantes faz seu auto-retrato. Nesta confissão de um homem machucado pela vida, lamenta seus dentes, “ni menudos ni crecidos, porque no tiene sino seis y son mal acondicionados y peor puestos, porque no tienen correspondencia los unos con los otros”. Também glorifica a mão perdida em Lepanto, “herida que, aunque parece fea, él la tiene por hermosa, por haberla cobrado en la más memorable y alta ocasión que vieron los pasados siglos ni esperan ver los venideros”. Ali está o homem, mutilado pela vida, mas inteiro e orgulhoso de seus feitos. Mais tarde, ciente da grandeza de sua obra, Cervantes dirá de Cervantes:

*“tú, que en la naval dura palestra
perdiste el movimiento de la mano
izquierda, para gloria de la diestra!”*

Swift, que curiosamente é mais conhecido no Brasil como um autor de histórias infantis, não foi exatamente um homem benquisto pelos seus contemporâneos. Deão de Saint Patrick, em Dublin, Irlanda, escreveu anonimamente a maior parte de suas obras. Diz a lenda que sua obra maior, **As Viagens de Gulliver**, teria sido jogada de uma carruagem pela janela adentro do editor. Mas seu estilo era inconfundível. Para que se

tenha uma idéia do humor do deão e de seu conflito com a própria época, bastaria citar esta reflexão sua: “Quando um verdadeiro gênio aparece no mundo, podeis conhecê-lo por este sinal: todos os cretinos se aliam contra ele”.

As Viagens de Gulliver é certamente a mais virulenta denúncia do gênero humano jamais feita por um escritor. Sua atualidade é espantosa: nos anos 70, publiquei em Porto Alegre uma sátira de Swift aos advogados, que encontramos na viagem ao País dos Houynhnhms. Minha crônica, na qual eu citava devidamente o autor, foi republicada sem minha permissão em um jornal de Peruíbe, São Paulo, em 1983. Algum tempo depois, os editores do jornal andavam à minha procura, me implorando que escrevesse uma carta ao juiz local, dizendo ser a crônica de minha autoria, sem nenhuma alusão a personagens vivos ou mortos de Peruíbe. Ocorreu que três advogados de Peruíbe se sentiram difamados com o texto e julgaram que Janer Cristaldo fosse um pseudônimo do editor da **Tribuna de Peruíbe**. Um juiz, demonstrando nada dever em matéria de cultura aos três advogados, aceitou a denúncia e processou o diretor do jornal. Que também jamais havia ouvido falar de Swift. Imagino que, naqueles dias, o deão deve ter dado boas gargalhadas em sua tumba na catedral de Saint Patrick.

Swift escreveu **As Viagens** em 1726. Dois séculos e meio mais tarde, foi processado por calúnia em Peruíbe.(1) Entrincheirado em sua catedral, isolado do mundo e distante até mesmo de suas duas amadas, Stella e Vanessa, o deão passou seus dez últimos anos mergulhado na loucura. Certa vez, ao ver uma árvore cuja copa fenecia, disse: “morrerei como aquela árvore”. Assim feneceu.

Voltaire, outro expoente maior da literatura satírica, esteve por duas vezes preso na Bastilha e teve de desterrar-se na Inglaterra, onde aliás conheceu Swift. Refugiado em Ferney, o “monastério filosófico do século”, passou os últimos anos de sua vida defendendo os direitos da razão, sempre polemizando contra “l’infâme”, ou seja, a Igreja Católica, segundo ele a fonte dos piores abusos e superstições.

Voltaire morreu em 1778. O arcebispo de Paris e o clérigo de Saint Sulpice lhe negaram sepultura. Quase dois séculos mais tarde, tínhamos de ler **A Revolta dos Anjos** às escondidas, pois sua leitura era proibida até mesmo no ginásio Nossa Senhora do Patrocínio, dirigido por padres oblatos europeus, em Dom Pedrito, pequena cidade dos confins do Rio Grande do Sul,

Enfim, me atenho a estes três rápidos exemplos para demonstrar que a grande literatura satírica sempre foi de denúncia, sempre foi incômoda, e sempre expôs seus cultores à execração de seus contemporâneos. Foram homens que lutaram contra a própria época. É bom lembrar que o Quixote foi escrito sob a Inquisição.

Se Espanha, Inglaterra e França, berços de artistas, santos e hereges, produziram estes livres pensadores, o mesmo já não ocorre nesta nossa pátria nascida sob o signo do cartorialismo. Machado de Assis, tido como o humorista por excelência das letras tupiniquins, parece não ter entendido a mensagem desses mestres. Ao tecer sua carreira, seu primeiro passo foi criar um cartório particular, a Academia Brasileira de Letras, para que suas obras permanecessem esclerosadas pela eternidade. Antes que os pósteros o elegessem como clássico, Machado fundou seu clubinho e se auto-intitulou imortal.

A grande prostituta — Até mesmo um crítico feroz da Academia, como Jorge Amado — que chegou a apedrejá-la em seus dias de juventude — acabou por vestir o fardão. O que não é de surpreender: Amado vestiu não só o fardão, mas todas as camisetas do poder, antecipando a

imperiosa compulsão dos escritores contemporâneos pelas mordomias estatais. Quando jovem, aproveitando a ascensão de Hitler, foi colaborador do jornal nazista **Meio Dia**, e disto nos dá testemunho Oswald de Andrade, em entrevista republicada em **Os Dentes do Dragão** (ver ensaio adiante, **Paris homenageia a grande prostituta**).

Já maduro, e intuindo que Hitler não tinha futuro, Amado foi militante stalinista tão devotado a ponto de receber o Prêmio Stalin da Paz. Não bastasse militar em jornal nazista e louvar o maior assassino do século, depois de velho Amado assumiu o papel de roteirista predileto de Roberto Marinho ao vender suas noveletas “ao gosto popular” para a Rede Globo e foi ainda o primeiro escritor de renome a saudar Fernando Collor de Mello por sua eleição. Não bastasse toda esta trajetória sinuosa – mas de rumo sempre certo, o poder – candidatou-se a uma cadeira na Casa de Machado, a mesma casa que insultara quando nela não estava. Claro que lhe foi conferida, por demais cúmplices, a glória da “imortalidade”.

Escorados intelectualmente no exemplo de Machado, o assim chamado “pai da literatura brasileira”, grande parte dos escritores tupiniquins seguiram sua estratégia: escrever para agradar o grande público e, de preferência, o

poder. Temos hoje, em plena vigência de um Estado democrático, três excrescências que poluem o mundo literário.

A primeira é o livro estatal.

A segunda são as mordomias recebidas por escritores amigos do rei.

E a terceira é a neocensura stalinista exercida pelos amigos do rei a quem quer que tente criticá-los.

Estas três excrescências são o subproduto do que chamo de indústria textil. Textil assim mesmo, sem acento circunflexo. Nada a ver com a indústria têxtil, esta honesta e necessária.

O livro estatal — O suporte da indústria do livro, hoje, é a universidade. Se um dia o livro foi um instrumento sem o qual a universidade não podia existir, hoje a universidade é um instrumento sem o qual a indústria do livro perde seu vigor. O que era fim, a aquisição de saber através da universidade, se tornou meio para sustentação de um comércio. E o que era meio, o livro como instrumento de deleite espiritual ou comunicação do saber, tornou-se fim, uma mercadoria como qualquer outra, para alegria de editores e mensagens no ego de escritores com

boas relações junto ao MEC e crítica acadêmica. Quanto à boa literatura, aquela que nos foi legada por poetas como Cervantes, Hernández ou Pessoa, criadores como Swift ou Nietzsche, esta deve andar escondida nalguma tasca qualquer. Se é que já não se suicidou de nojo do século. Leiamos esta manchete **da Folha de S. Paulo**:

MACHADO É ELEITO AUTOR IMPRESINDÍVEL

Comissão vai formar lista de 300 títulos nacionais: livro pouco conhecido do autor modernista foi indicado

Na reportagem que anunciou a lista dos trezentos títulos, os editores esfregaram as mãos de ganância. O aumento das verbas do MEC com obras não-didáticas, segundo a **Folha de S. Paulo**, era uma antiga reivindicação das editoras e a decisão do governo “deve chacoalhar o mercado”. “Vamos comprar milhares de volumes de cada obra”, disse na ocasião José Antônio Carletti, presidente do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação. Cada autor selecionado tem uma edição mínima de 20 mil exemplares, tiragem de sonho mesmo em países de Primeiro Mundo. Multiplique-se esta cota mínima de 20 mil por trezentos, e já se tem uma pálida idéia do montante da mutreta: seis milhões

de exemplares financiados com dinheiro do contribuinte.

Mas que obras? Para começar Machado de Assis — mortal que se autoelegeu imortal ainda em vida —, seguido por uma caterva de autores da preferência de uma comissão de “notáveis, filósofos, sociólogos, escritores e educadores”. Neste país incrível, onde notável virou profissão, onde qualquer diplomado em filosofia é chamado de filósofo, esta comissão determina a seu bel prazer qual é o cânon tupiniquim. A única escritora a participar desta comissão foi Lygia Fagundes Telles. Naturalmente, teve um livro seu, **Ciranda de Pedra**, classificado na lista dos trezentos. Do dia para a noite, sua cotação subiu nesta suspeita bolsa de valores. Segundo a revista **Veja**, seu passe foi comprado pela editora Rocco, para a publicação de doze livros, por 500 mil reais.

Quem ouviu falar de Eduardo Portela, ou conhece alguma obra sua? É até mesmo possível que seu nome seja conhecido por alguns leitores, afinal foi aquele ex-ministro obscuro, de obra desconhecida, que barrou este poeta maior, o gaúcho Mário Quintana, em sua candidatura à Academia de Letras. Por um livro que ninguém conhece, **A Literatura e a Realidade Nacional**, Portela recebeu 30 mil reais. Por esta rápida

mostragem já se vê que ser imortal ainda em vida é investimento dos mais lucrativos.

Em meio a estes trezentos — ou fora deles — estão os livros obrigatórios em vestibulares. Uma indicação para vestibular em São Paulo, por exemplo, significa tiragens milionárias, a tal ponto que inclusive os principais jornais do país entraram nesta guerra, oferecendo uma vez por semana títulos a preço de picolé. O que poderia ser muito bom para a literatura. Não fossem estes títulos obras insípidas, obsoletas, obscuras e muitas vezes ininteligíveis, que jamais levam o leitor àquela função maior da literatura, a contestação da própria época. Quando um autor entra nas listas oficiais de vestibular, é porque já envelheceu.

Me atenho a um único exemplo, Clarice Lispector, cujas obras também estão sendo negociadas por uma soma que os editores preferem não divulgar. Durante meus anos de magistério, coagido pelas ementas do currículo, tentei em vão fazer com que meus alunos lessem Lispector. Era uma tentativa absurda, já que nem mesmo eu suportava lê-la. Clarice é uma imposição curricular que vem de insondáveis instâncias do poder e só serve para afastar um aluno da literatura. Em 95, falei deste impasse em uma palestra sobre Camilo José Cela, na PUC de Porto Alegre. Ao final da palestra, uma

professora me procurou e confessou aliviada: “Fiquei confortada, professor. Eu também não suporto Clarice, meus alunos não suportam Clarice e somos obrigados a ler Clarice”.

Os exemplos destas leituras indigestas e obrigatórias são centenas. Fico nestas, já que temos outros problemas a abordar nestes escassos vinte minutos.

Os amigos do rei — Em junho passado, um quarteto de escritores brasileiros — Rubem Fonseca, Patrícia Mello, João Gilberto Noll e Chico Buarque — desembarcaram em Londres, onde fizeram leituras públicas de suas obras e lançaram livros não só na capital britânica, como também na Escócia e no País de Gales. Em um primeiro momento, poderíamos pensar: que maravilha, o Reino Unido se interessa por nossa literatura. Nada disso. É o Ministério da Cultura brasileiro que promove tais turismos e financia as traduções dos autores brasileiros. Vejamos estas manchetes, todas da **Folha de S. Paulo**:

BRASILEIROS LANÇAM LIVROS NA GRÃ-BRETANHA

Autores promovem suas obras dentro de projeto patrocinado pelo Ministério da Cultura

RUBEM FONSECA LÊ CONTO EM LONDRES

Segundo Eric Nepomuceno, secretário de Intercâmbio e Projetos Especiais do Ministério da Cultura, “a essa ação do Reino Unido devem ser somadas outras, já em andamento, que compõem o programa de apoio à difusão de nossa literatura no exterior, elaborado pelo Ministério da Cultura. Este programa já tem comprometido o lançamento de pelo menos 42 títulos de literatura contemporânea até 1998 em cinco países, além do programa do escritor-residente em cinco universidades norte-americanas e mesas-redondas em vários países. Acho que é justo solicitar menção a essas iniciativas. Afinal, tudo isto está sendo pago por fundos públicos, geridos por este ministério, e creio que é nosso dever informar devidamente o uso dado a esses recursos”.

Ou seja: quem paga o turismo destes escritores, todos amigos do poder, sejam vivos ou mortos, é o contribuinte. Nesta brincadeira, apenas para a tradução dos livros, foram gastos US\$ 35 mil, financiados pelo Ministério da Cultura. O governo brasileiro, isto é, o contribuinte brasileiro, também contribui com parte dos custos de viagem. Ou seja, este país cheio de mendigos atirados nas ruas de suas

capitais se dá ao luxo de usar dinheiro público para que alguns amigos do rei — ou, dizendo melhor, amigos de Francisco Weffort, o atual ministro da Cultura — editem suas obras na Europa. Mas será que este contribuinte foi consultado na hora de financiar edições e mordomias a estes escritores que nem conhece?

Vendedores de vento — Neste eterno festival de corrupção que é a pátria nossa, denúncias não faltam no Legislativo, no Executivo e no Judiciário, nas administrações federais, estaduais e municipais. Há no entanto um setor, quase um Estado dentro do Estado, que permanece imune a quaisquer denúncias, a universidade pública. O país tenta desenferrujar sua economia, privatizando telefonia, bancos, empresas estatais. Mas não se ouve em lugar algum, por mais que se afine os ouvidos, alguém falar em desestatizar a literatura. Pois o livro, neste país, tornou-se uma questão de Estado. Quando alguém pensa em comprar carro, sempre prefere um modelo estrangeiro. Se falamos de uísque ou vinho, bom mesmo é o importado. Se o assunto é literatura, ai de quem não consoma — ou ouse dizer que abomina — os autores nacionais. É suspeito de crime de lesa-pátria.

E por que somos obrigados a ler o que não gostamos? Porque poderosas instâncias, sediadas em Brasília, Rio e São Paulo (leia-se USP) assim decidiram, para alegria e regalo de editores com livre tráfego entre os donos da cultura.

O Brasil foi marcado, nos anos 70, pelo antipático slogan "ame-o ou deixe-o", versão tupiniquim do *love it or leave it* ianque, que pelo menos fazia aliteração. Gostar do Brasil era tido como dever patriótico, e não gostar beirava o crime contra a segurança nacional. Como a palavra de ordem era brandida por militares, para os militantes de esquerda passou a ser sinônima de mais um arbítrio da ditadura.

Os tempos mudaram, os militares abandonaram o poder, os militantes hoje posam de heróis e recebem obscenas aposentadorias, mas o slogan, embora discreto, continua imperativo. Não gostar de Brasil ou de literatura brasileira continua a soar como heresia para certas alminhas patrioteiras mais sensíveis. É como se o infeliz mortal que teve a desgraça de nascer neste território tivesse, *ipso facto*, a obrigação moral de louvar as ditas "coisas nossas". Entre elas, a literatura nativa, cujo cultivo parece ser obrigação cívica.

Para entrar na universidade, você precisa dissertar sobre Machado, Guimarães, Lispector et

caterva. Mesmo que ignore quem foram ou o que escreveram Platão, Cervantes, Nietzsche, Fustel de Coulanges, Dante ou Dostoievski. Isto sem falar em autores fundamentais para o entendimento deste século passado, como Aldous Huxley, George Orwell, Arthur Koestler, Bertrand Russel, Raymond Aron, François Furet e dezenas de outros, mais vitais que os romances de Machado. Nestes dias em que uma família se dá por feliz se não tem um filho aidético, o drama maior da literatura nacional, desde há um século, é saber se Capitu traiu ou não traiu Bentinho.

Imagine se, para comer em um restaurante, você fosse obrigado a consumir vinho nacional. Claro que qualquer cidadão, em nome do elementar direito a beber o que bem entendesse, estrilaria. Curiosamente, quem pretende entrar na universidade é coagido a ler autores obsoletos, só porque são nacionais. Curiosamente, os jovens, tão rebeldes e tão contestatários, engolem sem tugar nem mugir este ranço imposto pelos gerontes que dominam o ensino no país.

— E por que os exames vestibulares não exigem dos candidatos à universidade cada vez mais o domínio de uma cultura geral, indispensável a qualquer profissional de nível superior, em lugar de cobrar deles apenas o conhecimento histórico da literatura portuguesa e

brasileira? — perguntava-se o professor Aldo Bizzocchi, em artigo para a **Folha de S. Paulo**.

A resposta é simples. Os restaurantes são privados. E o ensino é público. Neste país que excele em profissões inúteis, como ascensoristas, juízes classistas e flanelinhas, deixar a literatura flutuar no livre jogo do mercado seria tirar o ganha-pão destes vendedores de vento, os professores de letras.

A neocensura stalinista — Não bastasse a cultura oficial subtrair títulos vitais ao público leitor, a indústria textil instalou no Brasil uma nova censura, que não admite que suas estrelas sofram qualquer crítica. Ao azar, cito três casos da neocensura que se instalou depois de 64, tão ou mais eficaz que a antiga.

Caso 1: em 1994, em São Paulo, o poeta Bruno Tolentino criticou uma tradução de um poema de Hart Crane, feita por Augusto de Campos. Recebeu como resposta um abaixo-assinado de uma centena de escritores, poetas e estrelas do showbusiness, exigindo sua cabeça. No abaixo-assinado, em momento algum se discutia o mérito da tradução ou o mérito da crítica à tradução. Os abaixo-assinantes apenas demonstravam sua indignação ante a crítica de Tolentino ao PhDeus uspiano Augusto de

Campos. Entre esta centena de neocensores estão nomes que sempre se manifestaram pela liberdade de expressão e pensamento, como João Alexandre Barbosa, Roberto Romano, Júlio Bressane, João Cabral de Melo Neto, Miriam Chnaiderman, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Lúcia Santaella, Marilena Chauí, Gal Costa. Da centena de assinantes do manifesto, talvez quatro ou cinco conheçam os poemas de Hart Crane e certamente nenhum entende pivasas de tradução. Mas todos assumiram, com unanimidade albanesa, a defesa de Augusto Campos. Entrincheirado no Olimpo uspiano, Campos está acima de qualquer crítica. E seus sequazes apedrejam quem quer que o critique.

Caso 2: em 1996, em Porto Alegre, o jornalista Juremir Machado da Silva, escritor e doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V, fez uma ligeira crítica a seu colega de jornalismo na Zero Hora, o cronista Luiz Fernando Verissimo, este outro senhor que se julga acima de qualquer crítica. Reunido com Juremir, Veríssimo impôs uma condição: “ou o Juremir se retrata, ou eu saio do jornal”. Pois Verissimo não aceita críticas. O Sindicato dos Jornalistas apoiou Verissimo e, pela primeira vez na história do jornalismo brasileiro, vimos um sindicato apoiando a decapitação de um colega. Verissimo, o humorista gaúcho de renome nacional, adora rir e fazer rir seus leitores. Desde

que não lhe tenham a mínima crítica. Com sua atitude stalinista, teve uma vitória de Pirro: do alto de sua prepotência de ginasiano, jogou no ostracismo um jovem doutor pela Universidade de Paris V.

Caso 3: em 1997, entre outras obras, foi apreendido na Feira do Livro do Rio Janeiro, **A História Secreta do Brasil**, de um imortal morto, Gustavo Barroso, membro da Academia Brasileira de Letras. Não ouvi um só chiado de nenhum imortal vivo, ou mesmo moribundo, contra este gesto hitlerista de um juiz carioca.

Concluindo: houve época em que sátira significava prisão, exílio, repúdio dos contemporâneos. Neste país tropical, abençoado por Deus, o gênero adquiriu novos significados: imortalidade avant la lettre, mordomias estatais, tiragens divinas, turismo financiado pelo erário, saque ao bolso do contribuinte e mais: censura, ostracismo e desemprego a quem ousar denunciar esta corrupção. Está inaugurada, neste Brasil, a indústria textil.

NOTA:

(1) ACORDAM, em Décima Primeira Câmara do Tribunal de Alçada Criminal, por votação unânime conceder a ordem para determinar o trancamento de ação penal instaurada contra os pacientes.

Os doutores Plínio Pinto Teixeira e Ary Oswaldo Mattos impetraram habeas corpus em favor de Félix Pinheiro Rodrigues e Helena Pereira, afirmando estarem estes sofrendo coação ilegal por parte do Juízo de Primeira Vara Criminal e de Menores da Comarca de São Vicente, ao receber queixa-crime que lhes é movida, inicialmente dirigida a Solon Borges dos Reis, pelos advogados Drs. Sérgio Miranda Amaral, Nelson Egídio Novi e Eli da Glória Camargo. Em síntese, com fulcro nos artigos 21 e 22 da Lei 5.250. de 1967, expõem os querelantes terem sido atingidos em sua honorabilidade pessoal e decoro, na condição de militantes da advocacia, ante a publicação de matéria no jornal “TRIBUNA DE PERUÍBE”, da qual são os suplicantes diretores, edição nº 15 da primeira quinzena de agosto de 1983, intitulada “Piedade, Excelência”, da autoria do professor catarinense Janer Cristaldo, inspirada na obra “Viagens de Gulliver”, de Jonathan Swift. Pleiteiam o trancamento da ação penal, por faltar-lhe justa causa, desde que ausente o elemento subjetivo dos apontados crimes contra a honra. Alegam não haver expressões que possam identificar os

querelantes como alvos de difamação ou injúria, ter havido posterior retratação no número seguinte do jornal, estarem seus responsáveis dispostos a publicar qualquer resposta e ser bom o relacionamento que desfrutam junto a advogados.

Prestadas as informações, a douta Procuradoria Geral da Justiça opinou pela concessão de ordem.

É o breve relatório.

Merece acolhida a súplica, porquanto inexistente justa causa a lastrear a referida ação penal.

Como diretores do periódico “Tribuna da Imprensa”, os pacientes fizeram nesta reprodução do artigo sob título “Piedade Excelência”, por acharem-no curioso e interessante. Fora o mesmo já divulgado anteriormente por outro jornal (fls.18). Trata-se de mera crônica, em que o autor, o professor Janer Cristaldo, devidamente indicado, externa o seu desencanto pelo exercício da advocacia, após completado o curso de bacharelato, certamente devido a problemas vocacionais. Emoldurou-o com toques de erudição, trazendo à baila uma passagem da obra universal de Jonathan Swift, “Viagem de Gulliver”. E o trecho a calhar ao propósito do cronista, refere-se à narrativa que o personagem principal transmitia a um monarca, tudo sob o

manto da ficção, sobre a aplicação das leis positivas em seu país, com exemplos em que se inserem a conduta de certos advogados e a submissão do povo aos éditos judiciais.

Ora, trata-se de referência sob o color literário e em estilo elevado, notadamente quando se sabe ter sido aquela obra-prima, que deu nome ao escritor irlandês do século XVIII, a par de seus encantos a todas idades e gerações, indisfarçável sátira arremetida à sociedade inglesa e à civilização da época. Como muitos então deveriam ter torcido o nariz, em desaprovação, por seguro não receberá o professor Janer aplausos de todos os seus leitores. Entretanto, manda o bom senso eximir-nos de atitudes desapropriadas, como os querelantes, vez que ali tudo se quedou em idéias, esboços e no plano singelamente hipotético, de conformidade com a criatividade do seu autor.

Tribuna de Peruíbe, 1^a quinzena de março de
1985

(Comunicação feita na 7^a Jornada Nacional de
Literatura, em Passo Fundo, RS, 05.09.97)

O Visionário de Taubaté

Quando nos deparamos com algum evento insólito na sociedade ou na área da tecnologia, logo saímos à busca de precursores ou anunciadores. Em geral os buscamos entre os ficcionistas anglo-saxões ou germânicos, afinal toda literatura de antecipação tem suas raízes nos Estados Unidos ou Europa. No entanto, nestas terras de Pindorama, já em 1926, um visionário de Taubaté antevia nada menos que a radicalização da questão negra nos Estados Unidos, a discussão separatista no Brasil, o voto eletrônico, o teletrabalho, a Internet e suas conseqüências. Falamos de Monteiro Lobato, é claro, e de sua obra mais premonitória, **O Presidente Negro ou O Choque das Raças**. Como este livro hoje só pode ser encontrado em sebos ou bibliotecas, não seremos mesquinhos em citações.

Estamos no ano 2.228. Nos Estados Unidos, a elite governante está alarmada: as estatísticas apontam uma população de 108 milhões de negros para 206 milhões de brancos. Como o coeficiente de natalidade negra continua subindo,

o instinto de preservação dos brancos se erija em legítima defesa. Fala-se em uma “solução branca” e uma “solução negra”. A solução branca é, obviamente, expatriar os negros. Quem propõe este panorama é Miss Jane, personagem de Lobato na ficção já citada.

Na mesma época, o antigo Brasil está cindido em dois países, um centralizador de toda a grandeza sul-americana, filho que era do imenso foco industrial surgido às margens do rio Paraná e o outro, uma república tropical, agitando-se ainda em velhas convulsões políticas e filológicas, discutindo sistemas de voto e a colocação dos pronomes da semimorta língua portuguesa. De clima temperado, o Brasil branco fundia no mesmo bloco a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Os portugueses, aclimatados na zona quente, haviam-se mesclado com o negro, formando um povo de mentalidade incompatível com a do sul.

Miss Jane é filha de um cientista de origem americana radicado no Brasil, o professor Benson, que pode obter um corte anatômico do futuro através de uma espécie de globo cristalino chamado *porviroscópio*. (Esta idéia será retomada por Jorge Luís Borges, como veremos adiante). Através deste aparelho Jane perscruta o mundo do século 23. A ação do romance transcorre em 1926. O Sr. Ayrton, seu interlocutor brasileiro, manifesta tristeza ante o futuro do país. Jane,

pelo contrário, considera um erro inicial a mistura de raças e acha que a divisão do país constituiu uma solução ótima, a melhor possível. Pois “a muita terra não é o que faz a grandeza de um povo e sim a qualidade de seus habitantes”.

Esta idéia de um fracionamento territorial do Brasil não é nova nos dias de Lobato. Em **Cartas Inéditas de Fradique Mendes**, escritas nos estertores do século passado, Eça de Queiroz já antecipava esta possibilidade, em texto intitulado “A Revolução no Brasil”. Para o escritor português, com o Império acaba também o Brasil, que ficaria fragmentado em Repúblicas independentes, em virtude da divisão histórica das províncias, das rivalidades entre elas, da diversidade do clima, do carácter e dos interesses e a força das ambições locais. Uma vez separados, os estados não poderão manter paz entre si, em função das delimitações de fronteira, questões hidrográficas e alfândegas. “Cada estado, abandonado a si, desenvolverá uma história própria, sob uma bandeira própria, segundo o seu clima, a especialidade de sua zona agrícola, os seus interesses, os seus homens, a sua educação e a sua imigração. Uns prosperarão, outros deperecerão. Haverá talvez Chiles ricos e haverá certamente Nicaráguas grotescos. A América do Sul ficará toda coberta com os cacos dum grande Império!”

Se o Brasil ainda não se dividiu – apesar de todos os anos surgirem “nações” indígenas, com pretensões de autonomia –, aí estão os Chiles ricos e os Nicaráguas grotescos, confirmando a aguda intuição de Eça. Mas voltemos a **O Presidente Negro**.

A inflação do pigmento – Para Miss Jane, a América seria a privilegiada zona que havia atraído os elementos mais eugênicos das melhores raças européias. O *Mayflower* trouxera homens de uma têmpera superior que não hesitaram um segundo “entre abjurar das convicções e emigrar para o deserto”. As leis de imigração se tornam seletivas e as massas que procuravam a América, já em si boas, são peneiradas. A Europa é drenada de seus melhores elementos e no novo mundo resta a flor dos imigrantes. Ocorre então o que Miss Jane chama de “o erro inicial”: entra no país, à força, o negro arrancado da África. O Sr. Ayrton observa que o mesmo erro foi cometido no Brasil, mas nossa solução foi admirável: em cem ou duzentos anos teria desaparecido o nosso negro em virtude de cruzamentos sucessivos com o branco.

Miss Jane não julga admirável tal solução, mas medíocre, pois estraga as duas raças ao fundi-las. Prefere que ambas se desenvolvam paralelas dentro do mesmo território, separadas por uma barreira de ódio, a mais profunda das

profilaxias. Para ela, o ódio impede mantêm as raças em estado de relativa pureza.

– Não há mal nem bem no jogo das forças cósmicas. O ódio desabrocha tantas maravilhas quanto o amor. O amor matou no Brasil a possibilidade de uma suprema expressão biológica. O ódio criou na América a glória do eugenismo humano...

Os exemplares mais belos, fortes e inteligentes eram descobertos onde quer que se encontrassem e atraídos para a Canaã americana. Estando o país bastante povoado, fecha-se as portas ao fluxo europeu e a nação passa a crescer apenas vegetativamente. É quando surge a inflação do pigmento. As elites pensantes haviam-se convencido que a restrição da natalidade se impunha, pois qualidade vale mais que quantidade. Rompe-se então o equilíbrio: “Os brancos entraram a primar em qualidade, enquanto os negros persistiam em avultar em quantidade. Mais tarde, quando a eugenia venceu em toda a linha e se criou o Ministério da Seleção Artificial, o surto negro já era imenso”.

Urge desembaraçar-se dos negros. A solução branca é simples: exportar, despejar os cem milhões de negros americanos no Vale do Amazonas. O que não era fácil “não só em virtude

de tremendas dificuldades materiais como por ferir de face a Constituição Americana”.

Monteiro Lobato escreveu seu romance – ou ensaio, como quisermos – no início deste século. Ao transportar a ação da obra para três séculos depois, fazia ficção. Mas, bom conhecedor da história dos Estados Unidos, escorava-se em projetos nada ficcionais já alimentados pelos americanos.

Um país para os negros americanos — Entre 1840 e 1860, um obscuro tenente da Marinha dos Estados Unidos, Matthew Fontaine Maury, funcionário do Departamento de Cartas e Instrumentos do Departamento da Marinha de Washington, pensou seriamente no assunto. O projeto do oficial americano era simples e pragmático: uma vez alforriados os escravos negros de seu país, estes seriam enviados para colonizar a Amazônia brasileira. A república da Libéria, na África, resultou de um destes projetos.

E por que não colonizar a região amazônica com brancos? Maury empunhava argumentos de ordem geográfica, Se o europeu e o índio haviam lutado com suas florestas por 300 anos sem imprimir-lhe a menor marca, sua vegetação só poderia ser subjugada e aproveitada, seu solo só poderia ser retomado à floresta, aos répteis e aos

animais selvagens e submetido ao arado e à enxada, pela mão-de-obra do africano. “É a terra dos papagaios e macacos e só o africano está à altura da tarefa que o homem aí tem de realizar”.

O projeto de Maury, em verdade, só tinha de original a insistência em colonizar a Amazônia com os negros libertos. Desde os últimos anos da década de 1830, os Estados Unidos pretendiam a abertura da navegação do rio Amazonas a todas as nações. Antes do oficial sonhador, um certo Joshua Dodge pretendia estabelecer 20 mil imigrantes norte-americanos nas margens do Amazonas. Todos se comprometendo a reconhecer a soberania brasileira, pelo menos nos primeiros anos de colonização.

No fundo, à semelhança do que foi feito com o Texas, pretendia-se anexar a região aos Estados Unidos. A estratégia era simples. Bastaria comprar alguns brasileiros em Manaus, que passariam a ser "legítimos representantes de uma República da Amazônia, que se declararia estado independente do Império do Brasil, inclusive por discordar da forma como o país era governado, com sua monarquia".

Caso o governo brasileiro enviasse navios e tropas para restabelecer sua soberania, os cidadãos do novo estado amazônico independente apelariam para a proteção norte-americana. E

uma força de proto-capacetes azuis se apresentaria na foz do Amazonas para "proteger a vida e os bens ameaçados dos cidadãos americanos".

Quem nos conta este quase desconhecido projeto de expansão americana é a professora Nícia Vilela Luz, em **A Amazônia para os Negros Americanos**. Neste ensaio, a autora mostra que muitos americanos, bem antes da eclosão da Guerra Civil, achavam ser mais interessante libertar todos os escravos e enviá-los para fora da América. O intérprete maior desta vontade é o tenente Maury:

"Preocupava-o o problema do negro nos Estados Unidos, tendo em vista a abolição da escravidão que se aproximava inexoravelmente. Convencido da superioridade do branco, só podia admitir o negro na condição de escravo e nunca numa posição de igualdade com o branco. Que fazer então com essa população negra uma vez posta em liberdade e cuja multiplicação ainda poderia submergir a raça branca?"

Para Maury, "Deus em Sua própria e sábia providência ditará o destino a ser cumprido pelas raças preta e branca, seja ele qual for".

"E Deus preservara a Amazônia deserta e desocupada para que os problemas do Sul pudessem ser resolvidos – prossegue Vilela Luz –.

Acuados ao Norte onde não encontrariam mais terras do Mississippi por desbravar nem mais campos de algodão por subjugar, os sulistas, para se livrarem do seu excesso de população negra, salvando ao mesmo tempo sua economia e sua "peculiar" instituição, encontrariam a *safety valve* mais ao Sul, no vale amazônico. Era "o único raio de esperança" a iluminá-los naquele momento dramático em que se discutia o destino do regime da escravidão nos Estados Unidos".

Estados desunidos — Voltemos à ficção de Lobato. Para Miss Jane, os negros se batiam por uma solução muito mais viável: queriam a divisão do país em dois, o sul para os negros e o norte para os brancos, já que a América surgira do esforço conjunto de ambas as raças. Se não era possível gozar juntas da obra feita em comum, o razoável seria dividir o território em dois pedaços. Temos então, já no início deste século, um escritor brasileiro antecipando as propostas de líderes negros contemporâneos como Farrakhan. É bom lembrar que nessa época Lobato ainda não havia viajado para os Estados Unidos.

Os brancos nada queriam ceder de seu status quo e o problema tornava-se ameaçador. É quando surge um candidato capaz de unir o eleitorado negro: Jim Roy, de tez levemente acobreada, parecendo um mestiço de senegalês e pele-vermelha. A cor de sua pele em nada

lembrava os negros de hoje (isto é, 1926). Na época, a ciência havia resolvido o caso de cor pela destruição do pigmento. Jim Roy, negro de raça puríssima e cabelo carapinha, era “horrivelmente esbranquiçado”. O espírito visionário de Lobato antecipa, *en passant*, a tendência negra americana que gerou um Michael Jackson, por exemplo. Inaugurando, já no início do século, a atual categoria do “politicamente incorreto”, diz o estupefato sr. Ayrton:

– Barata descascada, sei...

No entanto, nem os recursos da ciência faziam os negros deixarem de ser negros na América. Os brancos não lhes perdoavam aquela *camouflage* da despigmentação.

Jim Roy, líder do partido Associação Negra, não chega a ser uma ameaça para o poder. Representa cem milhões de negros, contra 200 milhões de brancos. Ocorre que entre os brancos surge uma séria dissidência, um partido de mulheres. Os velhos partidos Democrático e Republicano haviam-se fundido num forte bloco sob a denominação de Partido Masculino, liderado por Kerlog, presidente em exercício e candidato à reeleição. Este bloco não tinha certeza da vitória, pois o partido contrário, o Feminino, dispunha de maior número de vozes, lideradas por miss Evelyn Astor. As estatísticas

davam ao Partido Masculino 51 milhões de votos; ao Feminino 51,5 milhões e à Associação Negra, 54 milhões. A eleição dependia pois da atitude de Jim Roy.

Aproximam-se as eleições. Que, no ano da graça de 2.228, ocorrem em poucos minutos, em função de avanços tecnológicos previstos por Lobato, que anunciam nosso mundo de hoje, 1998.

A vitória negra — É esta possibilidade de “radio-transportar” os dados que opera uma reviravolta nas eleições de 2.228, nos Estados Unidos. Jim Roy vai explorar com habilidade este dado novo, a velocidade. As eleições haviam sido marcadas para as 11h da manhã e durariam apenas 30 minutos. O candidato da Associação Negra avisa os agentes distritais que só às 10h anunciará o nome em que os negros devem votar. Ao anunciá-lo, a desconfortável surpresa: Jim Roy se anuncia como candidato.

Para pasmo de todos, depois de 87 presidentes brancos, surgia o primeiro presidente negro, eleito por 54 milhões de irmãos de sangue. Os partidos Masculino e Feminino haviam mais ou menos empatado, com algo em torno de 50 milhões e meio de votos. Passada a perplexidade, negros e brancos caem na realidade do dia seguinte. Para Kerlog, 87º presidente dos Estados

Unidos e candidato derrotado, surge uma dor de cabeça histórica: ele vê na vitória negra a América transformada num vulcão e ameaçada de morte. Considera que se não forem mantidas presas as rédeas dos dois monstros – a ebriedade negra e o orgulho branco –, a chacina será espantosa. Seis líderes brancos reúnem-se em convenção e discutem uma solução para o impasse. A solução, mantida em sigilo, é aceita por unanimidade. Na época, John Dudley, inventor e um dos membros da convenção, descobrira os raios Omega, que tinham a propriedade miraculosa de modificar o cabelo africano. Com o tratamento, o mais rebelde pixaim se tornava não só liso, mas também fino e sedoso como o cabelo do mais apurado tipo de branco. Os raios Omega influíam no folículo e eliminavam o encarapinhamento, último estigma da raça negra, que já havia resolvido o problema da pigmentação.

A solução branca — Ainda não recuperados das emoções da vitória, cem milhões de criaturas agradeciam aos céus a nova descoberta, que redundaria em um aperfeiçoamento físico da raça. O pigmento fora destruído mas o esbranquiçamento da pele não revelava cor agradável à vista. Com os raios Omega, tinham esperança de obter com o tempo a perfeita equiparação cutânea.

Em todos os bairros de todas as cidades, a Dudley Uncurling Company estabeleceu Postos Desencarapinhantes, que se multiplicaram ao infinito, como se uma força oculta empurrasse a empresa do inventor dos raios Ômega ao desencarapinhamento da América Negra no menor espaço de tempo possível.

Era dos mais simples o processo. Três aplicações apenas, de três minutos cada uma, ao custo de dez centavos por cabeça, faziam com que os negros acorressem aos postos como cães famintos. Os brancos, inicialmente irritados com o que chamavam de “a segunda **camouflage** do negro”, acabaram se divertindo com o espetáculo da súbita transformação capilar de cem milhões de criaturas.

Na véspera do dia da posse, Jim Roy, em sua residência particular, sonhava o maior sonho já sonhado no continente, quando seu criado lhe anuncia a visita de “um homem branco natural”. Era o presidente Kerlog, o adversário derrotado. Que anuncia ao líder negro não existir moral entre raças, como não há moral entre povos. Há vitória ou derrota.

– Tua raça morreu, Jim...

Os raios Omega de John Dudley tinham uma dupla virtude: ao mesmo tempo que alisam os cabelos, esterilizavam o homem. No dia em que

seria empossado o 88º presidente dos Estados Unidos, o primeiro presidente negro da América, Jim Roy aparece morto em seu gabinete de trabalho. Os negros pensaram imediatamente em crime e chegou a haver um movimento de revolta. Mas o fatalismo ancestral superou o ódio e o imenso corpo sem cabeça recuou instintivamente e repôs-se no humilde lugar de onde a vitória de Roy o tirara. Procederam-se novas eleições e Kerlog foi reeleito por 100 milhões de votos. A vida da América voltou à normalidade.

Estrangulada a circulação da seiva, a raça extinguiu-se num crepúsculo indolor.

Nem exportação para a Amazônia, nem divisão do país, nem esbranquiçamento com a eliminação do pigmento e da carapinha. Mas extinção pura e simples de uma raça para o pleno desabrochar da Super-Civilização Ariana. Monteiro Lobato, criador sensível, sentia aproximar-se a catástrofe, o mais colossal empreendimento de extermínio em massa já ousado na História. Antes de morrer, ainda viu o bisturi germânico tentando extirpar uma etnia. Só enganou-se quanto à geografia.

Nestes dias de junho de 98, a imprensa internacional nos traz uma espantosa confirmação da hipótese de Lobato. Dan Goosen, cientista responsável por um laboratório secreto

durante o apartheid na África do Sul, revela que o governo daquele país tentou desenvolver uma bactéria que poderia ser mortal ou causar infertilidade somente em pessoas com pigmentação de pele escura. Em declarações à Comissão da Verdade e Reconciliação para a África do Sul (CVR), disse um outro pesquisador, o dr. Daan Jordan: “Meu trabalho era desenvolver um produto que reduzisse a taxa de natalidade da população negra”. Este produto, que não chegou a ser desenvolvido, seria distribuído entre os negros, possivelmente misturado à cerveja de sorgo ou à farinha de milho (consumidos basicamente pela população negra) ou usado em uma campanha de vacinação. Por pouco, a vida não imitou a arte.

Taubateano antecipa a Internet – Além de aventar uma possível evolução da questão negra nos Estados Unidos, Lobato angustiava-se com o desperdício de energia e “os milhões de veículos atravancadores de espaço” — e isso nos primórdios do século — necessários para o deslocamento do homem até o trabalho ou lazer. Via a salvação na “fecunda descoberta das ondas hertzianas e afins”. O trabalho, o teatro, o concerto passam então a *vir ao encontro do homem*. As condições do mundo se transformam quando a maior parte das tarefas, industriais e comerciais começam a ser feitas de longe pelo que Lobato chama de “rádio-transporte”.

Há três quartos de século, antes mesmo de sua viagem aos Estados Unidos, Lobato antevia o fim da maneira de fazer jornalismo da época e antecipava o que hoje é rotina em qualquer redação deste final de milênio. Através de miss Jane, o escritor de Taubaté começa a descrever a sociedade americana do futuro:

“Pelo sistema atual – Lobato refere-se a 1926 – o colaborador ou escreve em casa o seu tópico ou vai escrevê-lo na redação; depois de escrito, passa-o ao compositor; este o compõe, passa-o ao formista, este o enforma e passa-o ao tirador de provas; este tira as provas e manda-o ao revisor; este o revê e envia-o ao corretor; este faz as emendas e... e a coisa não acaba mais! É uma cadeia de incontáveis elos, isto dentro das oficinas, pois que o jornal na rua dá início à nova cadeia que desfecha no leitor — correio, agentes, entregadores, vendedores, o diabo”.

Toda essa complicação desapareceria. Cada colaborador do **Remember**, jornal criado na ficção lobatiana, "radiava" de sua casa, numa certa hora, o seu artigo, e imediatamente suas idéias surgiam impressas em caracteres luminosos na casa dos assinantes.

Numa época em que computador, fibras óticas e satélites pertenciam ao universo mental de visionários, Lobato fala de rádio-transporte. Se

substituímos esta expressão por fax/modem, temos o criador de Bentinho e Jeca Tatu antecipando, há sete décadas, um jornal que já existe. Seus correspondentes há muito enviam seus "caracteres luminosos" para suas redações. Daí ao leitor recebê-los numa tela em sua casa, basta uma decisão administrativa, já tomada por centenas de empresas no Brasil e no mundo ocidental. E quando o acervo da literatura universal estiver digitalizado, poderá consultar, de sua casa, todas as bibliotecas do mundo.

Além da era da roda — “As ruas tornaram-se amáveis, limpas e muito mansas de tráfego” – continua Lobato –. “Por elas deslizavam ainda veículos, mas raros, como outrora nas velhas cidades provincianas de pouca vida comercial. O homem tomou gosto no andar a pé e perdeu os seus hábitos antigos de pressa. Verificou que a pressa é índice apenas de uma organização defeituosa e anti-natural. A natureza não criou a pressa. Tudo nela é sossegado.”

Esta previsão, melhor creditá-la ao pendor utópico do escritor, que não chegou a vislumbrar este lado provinciano do brasileiro, que se sente despido e humilhado se não tiver uma carroça sobre quatro rodas. Enfim, para sonhar não se paga imposto. Mas Lobato vai mais longe. Miss Jane considera superada a revolução da roda. Segundo a moça, "o homem deu o primeiro

grande passo em matéria de transporte com a invenção da roda. Mas ficou nisso. Repare que a nossa civilização industrial se cifra em desenvolver a roda e extrair dela todas as possibilidades. Daqui a séculos, quando for possível ao homem uma ampla visão de seu panorama histórico, todo este período que vem do albor da história e ainda vai prolongar-se por muitas gerações receberá o nome de Era da Roda".

O rádio matará a roda, segundo Miss Jane. "A roda, que foi a maior invenção mecânica do homem e hoje domina soberana, terá seu fim. Voltará o homem a andar a pé. O que se dará é o seguinte: o rádio-transporte tornará inútil o corre-corre atual. Em vez de ir todos os dias o empregado para o escritório e voltar pendurado num bonde que desliza sobre barulhentas rodas de aço, fará ele o seu serviço em casa e o radiará para o escritório. Em suma: trabalhar-se-á à distância".

Lobato fala em rádio, o *must* dos anos 20. Se não podia prever as nuvens de terabytes diariamente transmitidas de um ponto a outro do planeta pela WEB, intuiu muito bem suas conseqüências. O teletrabalho – trabalho "radiado" para o escritório, como diria Lobato – já é um fenômeno em expansão. Hoje, qualquer trabalhador intelectual, desde que tenha um

telefone por perto, pode enviar sua produção para qualquer canto do mundo, refugiado num chalé no Itatiaia ou em busca de solidão e deserto em Tamanrasset. Jornais impressos a milhares de quilômetros de suas redações há muito não constituem mais novidade.

Segundo o historiador francês Roger Chartier, a revolução hoje em curso é muito mais ampla que a de Gutenberg, de 1455, "pois transforma as próprias formas de transmissão do escrito. A passagem do livro, do jornal ou do periódico, como os conhecemos hoje, para a tela de computador, rompe com as estruturas materiais do texto escrito. A única comparação histórica possível é a revolução no início do cristianismo, nos séculos II e III, quando o livro da Antiguidade, em forma de rolo, deu lugar ao livro herdado por Gutenberg, o códice, com folhas e páginas reunidas em cadernos".

Habitantes deste final de milênio, somos testemunhas privilegiados da revolução intuída por Lobato. Revolução das boas, sem sangue e sem volta. Sem sequer imaginar a existência de computadores, o escritor paulista anuncia a Internet. Cabe lembrar que, em 1996, o Brasil foi um dos primeiros países do mundo a instituir o voto informatizado, instituição já em funcionamento nesta ficção escrita há sete décadas.

A biblioteca de Borges — Também ao sul do Equador, um vizinho nosso, situado às margens do Prata, imaginava um acervo que hoje começa a tomar corpo com a Internet. Falava de uma biblioteca em forma de esfera cujo centro cabal é qualquer hexágono. Sua circunferência é inacessível. Existe *ab aeterno* e nela não há dois livros idênticos. É ilimitada e periódica. Assim definia o Jorge Luis Borges, em um conto datado de 1941, a Biblioteca de Babel. Em alguma prateleira de algum hexágono existiria um livro que era a chave e o compêndio de todos os demais. "Algum bibliotecário o terá percorrido e é análogo a um deus".

Na Babel de Borges, há um grave problema de comunicação. A Biblioteca abarca todos os livros. Todo conhecimento humano está disperso pelos hexágonos. O problema é encontrar o que se busca. Milhares de funcionários lutam, se estrangulam e morrem em busca dos livros nos corredores da biblioteca, muitas vezes derrubados por homens de hexágonos remotos. Outros enlouquecem. O autor exagera, o que é direito de todo ficcionista. Mas em muitas bibliotecas contemporâneas os funcionários já usam bicicletas ou patins para buscar os livros.

Em 41, estávamos a meio século da Internet. Hoje, aos buscadores desta ficção de Borges bastaria digitar um endereço eletrônico e teriam

em segundos os livros desejados, sem a necessidade de estrangular-se ou enlouquecer, pedalar ou patinar, subir escadas ou cair em poços sem fundo. Hoje, um leitor de qualquer parte do mundo, com uma placa modem em seu computador, pode acessar a Congress Library em Washington, a Bibliothèque Nationale em Paris ou a Biblioteca Nacional de Madri. Ou as bibliotecas da USP, Unesp e Unicamp em São Paulo. Por enquanto, apenas bibliografia, é bom salientar. Mas a tendência é colocar o próprio livro à disposição do usuário, o que está sendo feito pelo projeto Gutenberg, entre outros sites. Nestes últimos, estão a seu alcance, desde Plutarco e Platão, até Descartes ou Marx, passando pela Bíblia, Voltaire ou Dostoievski. Por enquanto em francês e inglês, mas já estão sendo digitalizados acervos em português e espanhol.

Teoricamente, já se pode pensar na biblioteca total de Borges. Chegar lá é uma questão de tempo. A biblioteca faraônica iniciada por François Mitterrand — Tontonkhamon, para os inimigos íntimos — em Paris, concebida para armazenar acervos futuros, com seus quatro prédios mastodônticos em forma de livro, já nasce mais ou menos obsoleta. Seu *design* pertence ao passado.

A pergunta “quantos livros tem sua biblioteca?” inclusive perdeu o sentido e não mais

permite uma resposta precisa. Vivemos uma época em que ninguém sabe de quantos livros dispõe em seu gabinete de trabalho. Os livros ao alcance de sua mão — ou de seu mouse — são tantos quanto os que estão digitalizados e disponíveis na grande rede, esteja você morando em qualquer aldeia do fim do mundo. Desde, é claro, que tenha uma linha telefônica por perto.

Aleph, porviroscópio e webcams — Borges, sonhador irrecuperável, antecipa em suas ficções a biblioteca sonhada por todo bibliófilo, hoje em construção. Mas o autor vai mais longe em seu desejo de futuro. Em **Aleph**, conto publicado em 1949, Borges nos fala do peculiar poeta Carlos Argentino, que se propõe nada menos que “versificar toda a redondez do planeta”. Carlos, que está construindo sua obra a partir de seu quarto, entra em pânico quando lhe noticiam a demolição de sua velha casa na Calle Garay. Pois nela, em algum ponto de uma escada no porão, existe um aleph, “o lugar onde estão, sem confundir-se, todos os lugares do mundo”. A partir daquela pequena esfera, de dois ou três centímetros de diâmetro, Carlos Argentino perscrutava o mundo, a fonte de seu poema colossal. Vejamos a descrição do aleph, feita por Borges em 1949.

"O diâmetro do Aleph seria de dois ou três centímetros, mas o espaço cósmico estava ali, sem

diminuição de tamanho. Cada coisa (a face do espelho, digamos) era infinitas coisas, porque eu claramente a via desde todos os pontos do universo. Vi o populoso mar, vi a alba e vi a tarde, vi as multidões da América, vi uma teia prateada no centro de uma negra pirâmide, vi um labirinto rompido (era Londres), vi intermináveis olhos imediatos perscrutando-se em mim como em um espelho, vi todos os espelhos do planeta e nenhum me refletiu, vi em um pátio da rua Soller os mesmos ladrilhos que há trinta anos vi no saguão de uma casa em Fray Bentos, vi racimos, neve, tabaco, veios de metal, vapor de água, vi convexos desertos equatoriais e cada um de seus grãos de areia, vi em Inverness uma mulher que não esquecerei, vi a violenta cabeleira, vi o altivo corpo, vi um câncer no peito, vi um círculo de terra seca em uma vereda, onde antes houve uma árvore, vi um sítio em Adrogué, um exemplar da primeira versão inglesa de Plínio, a de Philemon Holland, vi ao mesmo tempo cada letra de um volume (quando criança, eu me maravilhava com o fato de que as letras de um volume fechado não se misturassem e se perdessem no transcurso da noite), vi a noite e o dia contemporâneo, vi um pôr-de-sol em Querétaro que parecia refletir a cor de uma rosa em Bengala, vi meu dormitório sem ninguém, vi em um gabinete de Alkmaar um globo terrestre entre dois espelhos que o multiplicavam ao infinito, vi cavalos de crinas enredadas. Em uma praia do

mar Cáspio vi a alba, vi a delicada ossadura de uma mão, vi os sobreviventes de uma batalha, enviando cartões postais, vi em uma vitrine de Mirzapur um baralho espanhol, vi as sombras oblíquas de fetos no chão de uma estufa, vi tigres, êmbolos, bisões, maremotos e exércitos, vi todas as formigas que há na terra, vi um astrolábio persa, vi em uma caixa do escritório (e a letra me fez tremer) cartas obscenas, incríveis, precisas, que Beatriz havia dirigido a Carlos Argentino, vi um adorado monumento em La Chacarita, vi a relíquia atroz do que deliciosamente havia sido Beatriz Viterbo, vi a circulação da morte, vi o Aleph, desde todos os lados, vi no Aleph a terra, e na terra outra vez o Aleph e no Aleph a terra, vi meu rosto e minhas vísceras, vi teu rosto, e senti vertigem e chorei, porque meus olhos haviam visto esse objeto secreto e conjectural, cujo nome os homens usurpam, mas que nenhum homem mirou: o inconcebível universo".

Contemporaneamente, não falaríamos em aleph, mas em webcams, a rede incipiente de câmeras onde, se não podemos ver o universo em sua totalidade, podemos bisbilhotar cada vez mais seus pontos mais longínquos. Hoje, de minha mesa de trabalho, posso ver o quarto de Jennifer e a praça do Kremlin, uma ponte em Liljestrom, na Suécia, e a faina diária de uma formiga, uma universidade imersa na escuridão no norte da Noruega e um papagaio na Austrália,

a torre Eiffel e as lavas candentes de um vulcão. Sem falar, é claro, nos livros da biblioteca de Babel em construção.

Monteiro Lobato, para consultar o futuro, cria em **O Presidente Negro** um aparelho semelhante, o *porviroscópio*, uma espécie de globo cristalino, através do qual Miss Jane perscruta o mundo do século 23. O professor Benson obtém, neste aparelho, *"uma corrente contínua, que é o presente. Tudo se acha impresso em tal corrente. Os cardumes de peixe que neste momento agonizam no seio do oceano ao serem apanhados pela água tépida do Golfo, o juiz bolchevista que neste momento assina a condenação de um mujik relapso num tribunal de Arkangel; a palavra que, em Zorn, neste momento, o kronprinz dirige ao ex-imperador da Alemanha, a flor do pessego que no sopé do Fushiana recebe a visita de uma abelha; o leucocito a envolver um microbio malevolo que penetrou no sangue dum fakir da Índia; a gota d'água que espirra do Niágara e cai num líquen de certa pedra marginal; a matriz de linotipo que em certa tipografia de Calcutá acaba de cair no molde; a formiguinha que no pampa argentino foi esmagada pelo casco do potro que passou a galope; o beijo que num estudio de Los Angeles Gloria Swanson começa a receber de Valentino..."*

A forma como o visionário de Taubaté descreve o universo vislumbrado no porviroscópio

é quase idêntica à descrição do Aleph, publicada 23 anos mais tarde. O achado de Borges revela-se uma paráfrase do texto lobatiano. Se consideramos que Borges conhecia a literatura de Lobato, e que este viveu em Buenos Aires em 1946, três anos antes da publicação de **El Aleph**, é bastante pertinente supormos que o autor argentino andou bebendo na cacimba de nosso taubateano. Enquanto os sedizentes modernistas de 22 papagueavam Marinetti, Marx e outros doutrinadores totalitários europeus, Lobato, o escritor excluído do universo intelectual pelos seus contemporâneos, olhava meio século adiante.

Paris homenageia a grande prostituta

A palavra bordel, segundo alguns filólogos, nasce em Paris. Na época em que as "maisons closes" ficavam às margens do Sena, quando alguém ia em busca de mulheres, dizia eufemisticamente: "j'vais au bord'elle". Sena, em francês, é palavra feminina, la Seine. Portanto, quando alguém dizia "au bord'elle", queria dizer "au bord de la Seine". Daí, bordel. Não é de espantar que a capital que deu ao mundo esta palavra quisesse homenagear, no 18º Salão do Livro de Paris, a prostituta maior das letras contemporâneas.

O Brasil foi o país homenageado do Salão e teve como convidado de honra e representante de nossas Letras, Jorge Amado, o mais vendido escritor nacional, que começou sua carreira como estafeta do nazismo, continuou como agente do stalinismo e acabou como roteirista oficioso de Roberto Marinho. Amado ainda recebeu, na ocasião, o título de Dr. Honoris Causa por uma universidade parisiense. Nada de espantar: os parisienses, de longa tradição colaboracionista e

stalinista, não perderiam esta oportunidade de homenagear, neste século que finda, o colega que desde a juventude militou nas mesmas hostes.

Do nazismo ao stalinismo — Autor brasileiro mais divulgado no exterior, com traduções em mais de 40 idiomas, colaborador de publicações nazistas, ex-militante do Partido Comunista, deputado constituinte em 46, Oba Otum Arolu do candomblé Axé Opô Afonjá na Bahia, membro da Academia Brasileira de Letras, Amado nasceu em uma fazenda de cacau, em 10 de agosto de 1912, no então recém-criado município de Itabuna, na Bahia, filho de pai sergipano e mãe baiana de ascendência indígena.

Em 1936, é preso no Rio, em conseqüência da Intentona de 35, tentativa de tomada do poder ordenada pelo Kremlin e liderada no Brasil por Luís Carlos Prestes. Em 1940, durante a vigência do pacto de não-agressão germano-soviético, assinado por Stalin e Von Ribbentrop, assume a edição da página de cultura do jornal pró-nazista "Meio-Dia". Em uma reunião do Partido Comunista, é denunciado por Oswald de Andrade como "espião barato do nazismo" e instado pelo escritor paulista a retirar-se de São Paulo. Quando interrogado sobre o trabalho sujo deste período, Amado diz simploriamente: "Não me

lembro”. Mas Oswald de Andrade lembra. Em antiga entrevista, republicada mais recentemente, em **Os Dentes do Dragão**, dizia Oswald:

“Diante de tantos erros e mistificações, retirei a minha inscrição do partido. Numa reunião da comissão de escritores, diante de quinze pessoas do PC, apelei para que o sr. Jorge Amado se retirasse de São Paulo e denunciarei-o como espião barato do nazismo, antigo redator qualificado do **Meio Dia**. contei então, sem que Jorge ousasse defender-se, pois tudo é rigorosamente verdadeiro, que em 1940 Jorge convidou-me no Rio para almoçar na Brahma com um alemão altamente situado na embaixada e na agência Transocean, para que esse alemão me oferecesse escrever um livro em defesa da Alemanha. Jorge, depois me informou que esse livro iria render-me 30 contos. Recusei, e Jorge ficou surpreso, pois aceitara várias encomendas do mesmo alemão”.

Em 45, Amado é eleito deputado federal pelo Partido Comunista e publica **Vida de Luís Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança**, uma apologia ao líder comunista gaúcho e membro do Komintern. O panfleto, encomendado pelo Kremlin, foi traduzido e publicado nas

democracias ocidentais e nas ditaduras comunistas, como parte de uma campanha para libertar Prestes da prisão, após sua sangrenta tentativa, em 1935, de impor ao Brasil uma tirania no melhor estilo de seu guru, o Joseph Vissarionovitch Djugatchivili, mais conhecido como Stalin. Para Amado, Prestes é o “Herói, aquele que nunca se vendeu, que nunca se dobrou, sobre quem a lama, a sujeira, a podridão, a baba nojenta da calúnia nunca deixaram rastro.”

Prestes preso, segundo o escritor baiano, é o próprio povo brasileiro oprimido:

“Como ele o povo está preso e perseguido, ultrajado e ferido. Mas como ele o povo se levantará, uma, duas, mil vezes, e um dia as cadeias serão quebradas, a liberdade sairá mais forte de entre as grades. ‘Todas as noites têm uma aurora’, disse o Poeta do povo, amiga, em todas as noites, por mais sombrias, brilha uma estrela anunciadora da aurora, guiando os homens até o amanhecer. Assim também, negra, essa noite do Brasil tem sua estrela iluminando os homens, Luís Carlos Prestes. Um dia o veremos na manhã de liberdade e quando chegar o momento de construir no dia livre e belo, veremos que ele era a estrela que é o sol: luz na noite, esperança; calor no dia, certeza”.

Em 46, como constituinte, Amado assina a quarta Constituição Brasileira. Dois anos depois, seu mandato é cassado em virtude do cancelamento do registro do PC. Neste mesmo ano, 1948, fixa residência em Paris, onde convive, entre outros, com Sartre, Aragon e Picasso. Em 1950, passa a residir no Castelo da União dos Escritores, em Dobris, na ex-Tchecoslováquia, onde escreve **O Mundo da Paz**, uma ode a Lênin, Stalin e ao ditador albanês Envers Hodja. No ano seguinte, quando o livro é publicado, recebe em Moscou o Prêmio Stalin Internacional da Paz, atribuído ao conjunto de sua obra, condecoração geralmente omitida em suas biografias. Esta década é marcada por longas viagens, entre outras, à China continental, Mongólia, Europa ocidental e central, à ex-União Soviética e ao Extremo Oriente.

“Vós sabeis, amigos, o ódio que eles têm — os homens de dinheiro, os donos da vida, os opressores dos povos, os exploradores do trabalho humano — a Stalin. Esse nome os faz tremer, esse nome os inquieta, enche de fantasmas suas noites, impede-lhes o sono e transforma seus sonhos em pesadelos. Sobre esse nome as mais vis calúnias, as infâmias maiores, as mais sórdidas mentiras. ‘O Tzar Vermelho’, leio na manchete de um jornal. E sorrio porque

penso que, no Kremlin, ele trabalha incansavelmente para seu povo soviético e para todos nós, para toda a humanidade, pela felicidade de todos os povos. Mestre, guia e pai, o maior cientista do mundo de hoje, o maior estadista, o maior general, aquilo que de melhor a humanidade produziu. Sim, eles caluniam, insultam e rangem os dentes. Mas até Stalin se eleva o amor de milhões, de dezenas e centenas de milhões de seres humanos. Não há muito ele completou 70 anos. Foi uma festa mundial, seu nome foi saudado na China e no Líbano, na Rumânia e no Equador, em Nicarágua e na África do Sul. Para o rumo do leste se voltaram nesse dia de dezembro os olhos e as esperanças de centenas de milhões de homens. E os operários brasileiros escreveram sobre a montanha o seu nome luminoso”.

Em função de sua militância no PC, no início de sua trajetória foi traduzido na China, Coréia, Vietnã e ex-União Soviética. Só depois então é puxado para os países ocidentais, pelas mãos de seu tradutor para o alemão. Em Munique, em 1978, entrevistei Curt Meyer-Clason, o responsável pela introdução de Amado na Europa ocidental. O baiano invade com sua literatura o mundo livre, que tanto caluniou, através da finada República Democrática Alemã. “Devido à

proteção do PC, a RDA incumbiu-se da publicação de todos os seus livros, já nos anos 50” — disse-me Meyer-Clason —. “Depois, por meu intermédio, passou diretamente à República Federal da Alemanha”. Não por acaso, Meyer-Clason acaba sendo denunciado, pela revista alemã **Der Spiegel**, como espião do Terceiro Reich no Brasil.

Da mesma forma que nega seu passado nazista, Amado não comenta seu passado stalinista. Em seu último livro, **Navegação de Cabotagem**, declara:

"Durante minha trajetória de escritor e cidadão tive conhecimento de fatos, causas e conseqüências, sobre os quais prometi guardar segredo, manter reserva. Deles soube devido à circunstância de militar em partido político que se propunha mudar a face da sociedade, agir na clandestinidade, desenvolvendo inclusive ações subversivas. Tantos anos depois de ter deixado de ser militante do Partido Comunista, ainda hoje quando a ideologia marxista-leninista que determinava a atividade do Partido se esvazia e fenece, quando o universo do socialismo real chega a seu triste fim, ainda hoje não me sinto desligado do compromisso assumido de não revelar informações a que tive acesso por ser

militante comunista. Mesmo que a inconfidência não mais possua qualquer importância e não traga conseqüência alguma, mesmo assim não me sinto no direito de alardear o que me foi revelado em confiança. Se por vezes as recordo, sobre tais lembranças não fiz anotações, morrem comigo".

Realismo Socialista — Em 1954, julgando talvez insuficiente a defesa do stalinismo feita em **O Cavaleiro da Esperança** e **O Mundo da Paz**, Amado publica os três tomos de **Subterrâneos da Liberdade**, onde pretende narrar a saga do Partido Comunista no Brasil. Só em 58, com **Gabriela, Cravo e Canela**, deixará de lado sua militância comunista e passará a fazer uma literatura eivada de tipos folclóricos baianos, que mais tarde será transposta em filmes nacionais e novelas da Rede Globo.

O romancista baiano foi o introdutor nas letras brasileiras do realismo socialista, também conhecido como zdanovismo, fórmula de confecção literária para a pregação do ideário comunista, concebida pelos escritores russos Maxim Gorki, Anatoli Lunacharski, Alexander Fadéev, e sistematizada pelo coronel-general Andrei Zdanov. Nos países em que foi traduzido, Amado é visto como um escritor que faz literatura

brasileira. Em verdade, obedecia a uma fórmula tosca, mais panfletária que estética, produzida por teóricos em Moscou.

Wilson Martins, em **A História da Inteligência Brasileira**, traduz em bom português as características do novo gênero:

“... de um lado, os bons, ou seja, os que se incluem na “chave” mística do “trabalhador”, do “operário”; de outro lado, os maus, isto é, todos os outros mas, em particular, o “proprietário” e a “polícia”, as duas entidades arimânicas deste singular universo. Os primeiros são honestos, generosos, desinteressados, amigos da instrução e do progresso, patriotas, bons pais de família, sóbrios, artesãos delicados, técnicos conscienciosos, empregados eficientes (embora revoltados), imaginativos e incansáveis, focos de poderoso magnetismo pessoal, cheios de inata vocação de comando e, ao mesmo tempo, do espírito de disciplina mais irrepreensível, corajosos, sentimentais, poetas instintivos, sede de paixões violências (oh! no bom sentido!), modelos de solidariedade grupal, argumentadores invencíveis, repletos, em suma, de uma nobreza que em torno deles resplandece como um halo. O “trabalhador” é o herói característico desses romances de cavalaria: sem medo e sem mácula, ele tem tantas relações com a realidade quanto o próprio Amadis de Gaula.

“Já o proprietário é um ser asqueroso e nojento, chafurdado em todos os vícios, grosseiro, bárbaro, corrupto, implacável na cobrança dos seus juros, lascivo na presença das viúvas jovens e perseguidor feroz das idosas, barrigudo, fumando enormes charutos, arrotando sem pudor, repleto de amantes e provavelmente de doenças inconfessáveis, membro da sociedade secreta chamada “capitalismo”, onde, como todos sabem, é invulnerável a solidariedade existente entre seus membros; indivíduo que favorece todos os deboches, inclusive dos seus próprios filhos; covarde, desonesto, egoísta, ignorante, vendido ao dólar americano, lúbrico, marido brutal e pai perverso, irritante e antipático, rotineiro, frio como uma enguia, incapaz de sinceridade, sem melhores argumentos que a força bruta, verdadeira encarnação contemporânea dos demônios chifrudos com que a Idade Média se assustava a si mesma.”

Wilson Martins continua enumerando detalhadamente os demais estereótipos utilizados neste tipo de romance, entre eles a polícia, o tabelião, o posseiro, o governador, o latifundiário, o camponês. Seria por demais monótono continuar a descrição deste universo maniqueísta, como tampouco teria sentido acompanhar a repetição — *ad nauseam* — de uma fórmula primária de fabricar livros. Vamos então enfiar logo as mãos no lixo.

Os Subterrâneos também foi escrito em Dobris, no mesmo castelo da União de Escritores Tchecoslovacos onde Amado produzira **O Mundo da Paz**, de março de 1952 a novembro de 1953, ou seja, no período imediatamente posterior à obtenção do Prêmio Stalin. Como pano de fundo histórico temos, como não poderia deixar de ser, a Revolução de 1917. Outras datas e fatos posteriores determinarão poderosamente a construção dos personagens.

Em 1935, ocorre no Brasil a Intentona Comunista. Em 36, Prestes é preso, e sua mulher Olga Benário, judia alemã que é oficial do Exército Vermelho, é deportada para a Alemanha de Hitler. Getúlio Vargas consegue persuadir o Congresso e criar um Tribunal de Segurança Nacional para punir os insurgentes. Ainda neste ano de 36, eclode na Espanha a Guerra Civil, confronto que envolveu todas as nações européias e constituiu uma espécie de ensaio geral para a Segunda Guerra, detonada em 1939, circunstância amplamente explorada por Amado.

Em 1937, os integralistas lançam Plínio Salgado como candidato às eleições presidenciais de janeiro do ano seguinte, abortadas a 10 de novembro pelo golpe com que Getúlio consolida o Estado Novo. Para desenvolver sua história, Amado fixará um dos mais turbulentos períodos deste século, que até hoje continua gerando rios

de bibliografia. A ação de **Os Subterrâneos** situa-se precisamente entre outubro de 37 (às vésperas do Estado Novo e em meio à Guerra Civil Espanhola) e finda aos 7 de novembro de 39, 23º aniversário da proclamação do regime soviético na Rússia.

Amado, escritor e militante, tem por incumbência várias missões. A primeira consiste na defesa dos ideais de 17, encarnado em Lênin e Stalin, potestades várias vezes invocadas ao longo dos três volumes. Segunda, fazer a defesa do Messias que salvará o Brasil, Luís Carlos Prestes, e não por acaso a trilogia encerra-se com seu julgamento. Missões secundárias, mas não menos vitais: denunciar o imperialismo ianque, condenar a dissidência trotskista, pintar Franco com as cores do demônio e fustigar Getúlio por ter esmagado a atividade comunista a partir de 35.

Seus personagens são títeres inverossímeis e sem vontade própria, embebidos em álcool se são burgueses, ou imbuídos de certezas absolutas, mais água mineral, se são operários ou militantes, estes sempre obedientes aos ucasses emitidos às margens do Volga.

A obra, composta por três volumes — **Os Ásperos Tempos, Agonia da Noite e A Luz no Túnel** — constituiria apenas a primeira parte de

uma trilogia mais vasta, com pretensões a ser o **Guerra e Paz** brasileiro. Os três tomos são publicados em maio de 1954, um ano após a morte de Stalin e dois antes do XX Congresso dos PCURSS, o que obriga o autor a interromper seu projeto. Pela segunda vez, na trajetória literária de Amado, sua ficção será determinada não por uma análise da realidade brasileira, mas por decisões tomadas em Moscou.

A onipresença do novo Deus — O personagem por excelência do romance é o Partido Comunista, onipresente como o antigo deus cristão e feito carne na figura de Stalin. A luta do PC é a luta — na ótica do autor — do povo brasileiro contra a tirania, no caso, Getúlio Vargas. Externamente, os inimigos são os Estados Unidos da América, a Alemanha, Franco e Salazar. Sem falar, é claro, na IV Internacional e nos trotskistas. O PC está infiltrado na classe dominante, disperso na classe média e fervilha nos meios operários. Invade as cidades e o campo, a pampa e a floresta, os salões burgueses, as fábricas e os portos, corações e mentes.

“Quantos outros, do Amazonas ao Rio Grande do Sul”, — reflete o militante Gonçalo — “não se encontravam nesse momento na mesma situação que ele, ante problemas complicados e difíceis, devendo resolvê-los, sem poder discutir com as direções, sem poder consultar os camaradas?”

Gonçalo sabe que os quadros do Partido não são muitos, alguns mil homens apenas na extensão imensa do país, alguns poucos milhares de militantes para atender à multidão incomensurável de problemas, para manter acesa a luta nos quatro cantos da pátria, separados por distâncias colossais, vencendo obstáculos infinitos, perseguidos e caçados como feras pelas polícias especializadas, torturados, presos, assassinados. Um punhado de homens, o seu Partido Comunista, mas este punhado de homens era o próprio coração da pátria, sua fonte de força vital, seu cérebro poderoso, seu potente braço.”

Esta onipresença extrapola o país, manifesta-se onde quer que andem os personagens, no Uruguai, França, Espanha, no planeta todo. Inevitáveis as referências à foice e ao martelo. E a Stalin, naturalmente, guia, mestre e pai. A litania dirigida ao grande assassino tem por vezes características de humor negro:

“— Quantos mais formos” — diz a militante Mariana — “mais trabalho terão os dirigentes. Pense em Stalin. Quem trabalha no mundo mais que ele? Ele é responsável pela vida de dezenas de milhões de homens. Outro dia li um poema sobre ele: o poeta dizia que quando todos já dormem, tarde da noite, uma janela continua iluminada no Kremlin, é a de Stalin. Os destinos de sua pátria e de seu povo não lhe dão repouso.

Era mais ou menos isto que dizia o poeta, em palavras mais bonitas, é claro...”

O poeta em questão é Pablo Neruda, já citado em **O Mundo da Paz**: “Tarde se apaga a luz de seu gabinete. O mundo e sua pátria não lhe dão repouso.” Consta de uma ode a Stalin, subtraída às **Obras Completas** do poeta chileno, onde, por enquanto, ainda se pode encontrar uma “Oda a Lenin”. Hoje, temos uma idéia precisa do que planejava Stalin nas madrugadas tardias de seu gabinete.

Quando Apolinário Rodrigues, por exemplo, (personagem calcado em Apolônio de Carvalho, oficial brasileiro exilado que participara da Intentona de 35) chega a Madri, sente-se em casa, pois para onde quer que se vire, lá está o Partido. A única cor local da capital espanhola parece ser a luta pela libertação de Prestes:

“Quando chegara à Espanha, vindo de Montevideú, vivera dias de intensa emoção, ao encontrar por toda a parte, no país em guerra, nas ruas bombardeadas das cidades e aldeias, nos muros da irredutível Madri, as inscrições pedindo a liberdade de Prestes. Cercava-o o calor da intensa solidariedade desenvolvida pelos trabalhadores e combatentes espanhóis para com os antifascistas brasileiros presos e, em particular, para com Prestes. (...) Era uma única

luta em todo o mundo, pensava Apolinário, ante essas inscrições, o povo espanhol o sabia, e em meio às suas pesadas tarefas e múltiplos sofrimentos, estendia a mão solidária ao povo brasileiro.”

A coincidência da instituição do Estado Novo com a explosão da Guerra Civil Espanhola é uma oportunidade única para Amado de inserir seus personagens no conflito internacional que redundaria na II Guerra, expondo ao mesmo tempo a linha do Partido. Tão única é esta oportunidade e tanto o autor quer aproveitá-la, que chega a deslocar para 1938 uma greve dos portuários de Santos, efetivamente ocorrida em 1946, o que aliás provocou um certo debate. Estaria Amado realmente sendo fiel ao método que “exige do artista uma representação veridicamente concreta da realidade no seu desenvolvimento revolucionário”, conforme proclamavam os estatutos da União de Escritores Soviéticos? Ao autor isto pouco importa. Deslocando a greve para 38, pode criar um navio alemão que vem buscar, no Brasil, café para a Espanha. De uma só tacada, Amado fustiga Hitler, Getúlio e Franco:

“Em algumas palavras (o velho Gregório) historiou o motivo por que a direção do sindicato havia convocado essa sessão: o governo oferecera ao general Franco, comandante dos rebeldes

espanhóis (“um traidor”, gritou uma voz na sala), uma grande partida de café. Agora se encontrava no porto um navio alemão (“nazista”, gritou uma voz na sala) para levar o café.”

Na Guerra Civil Espanhola, segundo Amado, há apenas “nazistas alemães e fascistas italianos”. Tão pródigo em elogios a Stalin e à União Soviética, em sua trilogia o autor silencia sobre a presença russa na Espanha, constituída por pilotos de guerra, técnicos militares, marinheiros, intérpretes e policiais. A primeira presença estrangeira em terras de Espanha foi a soviética, com o envio de material bélico e pessoal militar altamente qualificado, em troca das três quartas partes (7800 caixas, de 65 quilos cada uma) das reservas de ouro disponíveis pelo Banco de España. Pagos adiantadamente. Silêncio de Amado: a representação veridicamente concreta da realidade no seu desenvolvimento revolucionário pode esperar mais um pouco.

A presença do Partido permeará a trilogia das primeiras páginas de **Os Ásperos Tempos** às últimas de **A Luz no Túnel**. Nestas, a militante Mariana, antes de presa, assiste ao julgamento de Prestes. A voz do líder comunista é “a voz vitoriosa do Partido sobre a reação e o terror”:

“Eu quero aproveitar a ocasião que me oferecem de falar ao povo brasileiro para render

homenagem hoje a uma das maiores datas de toda a história, ao vigésimo terceiro aniversário da grande Revolução Russa que libertou um povo da tirania...”

Seria monótono e redundante perseguir esta onipresença do Partido na trilogia de Amado. Neste universo imperam o bem e o mal absolutos. O bem, evidentemente, é representado pelo novo Deus, o proletariado. O mal, pela burguesia detentora do capital. Entre um universo e outro transitam eventualmente seres camaleônicos, “traidores de classe” ou traidores do Partido.

Dividir o universo em duas metades, uma boa e outra má, nada tem de novo e original. Tal princípio vem do século III, através da doutrina do persa Mani. O espantoso é que continue a viger em pleno século XX, e mais: impondo gostos, comportamentos e até mesmo filiação partidária aos personagens de um romance. Os representantes do Bem amam. Os representantes do Mal têm amantes. Os bons bebem café ou água mineral. Os maus bebem cachaça ou uísque. Os bons são magros e idealistas. Os maus são gordos e mesquinhos. Os bons têm gargalhar sadio, os maus têm dentes podres. Os bons não têm posses. Os maus são proprietários. Os bons são pobres, os maus ricos. Os bons pertencem ao Partido ou com ele colaboram. Os demais são maus. Os bons, diga-se de passagem,

estão aprisionados em tal camisa-de-força ideológica que sequer podem se dar ao luxo de gostar de pintura surrealista ou *naïve*.

Até 1954, Amado traduzirá em sua literatura as determinações do Partido Comunista russo. Em entrevista para **Istoé** (18/11/81), Amado reconhece seu stalinismo:

“— Não sei se o termo realismo socialista se aplica a todos os meus livros daquela época. Estariam em face do realismo socialista, mas o fato é que **Jubiabá** (1935) **Mar Morto** (1936) e **Capitães de Areia** (1937), do período ao qual você se refere, só puderam ser publicados em russo depois da morte de Stalin. Acredito que a classificação seja justa para **Terras do Sem Fim** (1943), **Seara Vermelha** (1946) e **Subterrâneos da Liberdade** (1954). Se existe um livro meu totalmente influenciado pelo stalinismo, é **Subterrâneos da Liberdade**, que reflete uma posição totalmente maniqueísta.”

Denunciados os crimes do stalinismo por Kruschov, em 1954, dois anos depois Amado molha o dedinho na língua e o ergue ao ar, para sentir de onde sopram os ventos: o sentido da História é agora uma literatura popularesca, ao estilo da rede Globo. Passa então a produzir uma literatura de evasão em torno de motivos baianos. Não sem antes fazer um tímido e discreto mea

culpa, publicado em 10 de outubro de 1956 pela **Imprensa Popular:**

“Aproximamo-nos, meu caro, dos nove meses de distância do XX Congresso do PCUS, o tempo de uma gestação. Demasiado larga essa gravidez de silêncio e todos perguntam o que ela pode encobrir, se por acaso a montanha não vai parir um rato.

“Creio que devemos discutir, profunda e livremente, tudo o que comove e agita o movimento democrático e comunista internacional, mas que devemos, sobretudo, discutir os tremendos reflexos do culto à personalidade entre nós, nossos erros enormes, os absurdos de todos os tamanhos, a desumanização que, como a mais daninha e venenosa das árvores, floresceu no estrume do culto aqui levado às formas mais baixas e grosseiras, e está asfixiando nosso pensamento e ação. (...) Sinto a lama e o sangue em torno de mim, mas por cima deles enxergo a luz do novo humanismo que desejamos acesa e quase foi submergida pela onda dos crimes e dos erros.”

Como se o simples fato de sentir “a lama e o sangue” em torno a si o redimisse das cumplicidades passadas. Mas as denúncias dos crimes do stalinismo não geraram nenhum tribunal de Nuremberg e Jorge Amado sente-se

como um ingênuo, enganado pelos ventos do século. No entanto, não mais permite a reedição de **O Mundo da Paz**. Quanto à sua obra ficcional, embasada no realismo socialista, esta continua sendo reeditada e traduzida. Mas o agitprop baiano se vê obrigado a mudar de rumos e publica, em 1958, **Gabriela, Cravo e Canela**. Em 61, lança **Os Velhos Marinheiros**, considerado um dos melhores momentos de sua literatura. Neste mesmo ano, é eleito membro da Academia Brasileira de Letras, instituição que havia apedrejado e insultado em sua juventude. No discurso de posse, com a inocência de um moleque que relembra travessuras passadas, reitera sua oposição à Casa que o recebe:

“Chego à vossa ilustre companhia com a tranqüila satisfação de ter sido intransigente adversário desta instituição naquela fase da vida em que devemos ser necessária e obrigatoriamente contra o assentado e o definitivo. Ai daquele jovem, ai daquele moço aprendiz de escritor que no início de seu caminho, não venha, quixotesco e sincero, arremeter contra as paredes e a glória desta Casa. Quanto a mim, felizmente, muita pedra atirei contra vossas vidraças, muito adjetivo grosso gastei contra vossa indiferença, muitas vaias gritei contra vossa compostura, muito combate travei contra vossa força”.

Em resposta aos que o condenam, diz o escritor: “Mas tudo na vida obedece a formalidades e se eu sou socialista não quer dizer que ignoro o mundo formal que me rodeia”. De Moscou, recebe o apoio de Ilya Ehreburg: "Amamos Jorge Amado e temos confiança nele. Eu só o vi numa fotografia levemente mais gordo, em fardão de acadêmico. Olhei e sorri. Aos acadêmicos brasileiros dão um luxuoso fardão. Além disso usam espadas como seus colegas franceses. Não há nada de mal em que o homem simples de ontem apareça uma vez por ano na roupagem de imortal”.

De amores com o imperialismo ianque — Com a transposição de seus romances para as novelas televisivas, o revolucionário aposentado torna-se uma espécie de roteirista da Rede Globo. Gaba-se até hoje de seu passado esquerdista. Mas foi o primeiro escritor brasileiro a felicitar pessoalmente Fernando Collor de Mello por sua vitória. Claro que não foi apoiá-lo durante o impeachment.

Com a nova guinada, seus livros começam a ser publicados nos Estados Unidos. Em depoimento autobiográfico, concedido em 1985 à tradutora francesa Alice Raillard, em sua mansão na Bahia, de inimigo incondicional do

capitalismo, Amado vira sócio: "Sim, esta casa... Esta casa, eu digo sempre que foi o imperialismo americano que me permitiu construí-la! Era um velho sonho meu ter uma casa na Bahia. (...) Construir uma casa na Bahia? Eu tinha vontade, mas não o dinheiro. Foi então que vendi os direitos para o cinema de **Gabriela** à Metro Goldwin Mayer".

Em uma entrevista concedida a **Folha de S. Paulo**, em dezembro de 94, expõe ao repórter a mansão comprada graças aos dólares da Metro Goldwin Mayer: "Esse é o quarto do casal. Passei a vida a xingar os americanos, mas tudo o que temos é graças ao dinheiro dos imperialistas ianques. Compramos essa casa em 63 com a venda dos direitos de **Gabriela** para a MGM, rodado 21 anos depois. Cobrei barato, só US\$ 100 mil".

A parceria com o inimigo capitalista se revela lucrativa e permite a Amado a realização de outro sonho, morar na Paris que tanto insultou quando marxista:

"Em 86, os americanos me pagaram um adiantamento alto pelos direitos de tradução de **Tocaia Grande**: US\$ 250 mil. Juntamos com os guardados de Zélia e compramos nossa mansarda no Marais, em Paris".

Pois este senhor, que empunhou com entusiasmo as piores e mais assassinas bandeiras do século, que no final da vida confessa sem nenhum pudor seu venalismo, é quem hoje representa o Brasil no Salão do Livro em Paris. Em verdade, tal fato não é espantar: Amado vende à Europa uma imagem que a Europa aceita como sendo a do Brasil. Ainda segundo Wilson Martins:

“A verdade é que a nossa literatura é sempre encarada como algo de exótico, de tropical. É por isso que Jorge Amado é extremamente popular nos outros países, ele oferece esse estereótipo da violência, da conquista da terra, da luta de classes e da opressão racial. Essa idéia exótica, uma espécie de ilha dos mares do sul, todos de tanga pelas ruas, armados de arco e flecha, e caçando onças na Avenida Rio Branco. Quando aparece um brasileiro branco e com grande cultura internacional, ele causa um espanto extraordinário. Nós alimentamos esse preconceito com todas as forças. Fazemos questão de mostrar que somos tropicalistas, que isto aqui é um país tropical, que somos mestiços, que branco aqui não tem vez. Quem defende tudo isso são esses grupos dos baianos e dos novos baianos, dos trios elétricos. É até um preconceito contra a cultura, no sentido ecumênico da palavra”.

Interrogado recentemente sobre como gostaria de ser lembrado em uma enciclopédia daqui a 50 anos, a grande cortesã responde com a candura dos inocentes: "Um baiano romântico e sensual. Eu me pareço com meus personagens — às vezes também com as mulheres". E talvez seja um de seus personagens femininos o que melhor representa a ambivalência do "baiano romântico e sensual": Dona Flor, a que administrava tranqüilamente dois maridos. Ao homenagear Amado, em verdade Paris está condecorando um escritor venal, que prestou os piores desserviços ao Brasil ao lutar para transformá-lo em mais uma republiqueta soviética, em nome de uma rápida ascensão literária e fortuna pessoal.

Como um vigarista constrói seu pedestal

O ano de 1997 viu desmoronar no Brasil um dos mitos mais frágeis criado pela *intelligentsia* brasileira. Ou talvez fosse melhor falarmos de *burritzia*. O mito em questão é o senador monoglota Darcy Ribeiro, que construiu toda sua vida e carreira sobre mentiras. Morreu em fevereiro deste ano e deixou um lixo póstumo, **“Mestiço é que é bom”** (Editora Revan, Rio, 97). Antes de entrarmos nas falcatruas do senador, leiamos algumas pérolas de seu pensamento. Neste livro, Darcy é entrevistado pelos mais ilustres comunossauros tupiniquins, como Antonio Callado, Antonio Houaiss, Eric Nepomuceno, Ferreira Gullar, Oscar Niemeyer, Zelito Viana e Zuenir Ventura. A relação destes nomes é importante. Não fosse o testemunho destes seus amigos, seria difícil de acreditar nos parágrafos seguintes.

O terror das virgens — Uma das revelações surpreendentes de sua obra póstuma, é o prazer cultivado pelo ilustre humanista de Minas Gerais em espancar mulheres. Oscar Niemeyer, um dos

mais sólidos bastiões do stalinismo no Brasil, levanta a bola e Darcy chuta em gol:

OSCAR NIEMEYER — Teve uma história que você me contou uma vez que era mais complicada, que jogaram você numa estrada de ferro.

DARCY — Foi em Paris, na primeira vez que eu fui a Paris, em 54. Lá, encontrei uma coisa incrível, uma menina, de família turca, libanesa, de Rio Claro, em São Paulo. Ela tinha ganho, aos dezoito anos, o prêmio de língua francesa, era estudante. Eu cheguei lá, vindo da Suíça, tinha passado um mês na Suíça, trabalhando. Quando cheguei em Paris, por acaso encontrei com a menina, gostei da companhia, fiquei andando com ela.

Ela estava com uma vergonha enorme de ser virgem — a francesa é muito mais cuidadosa da virgindade que a brasileira, a francesa de família burguesa — mas ela, vivendo na Rive Gauche, lá ela estava com vergonha de ser virgem, porque os meninos namoravam e queriam trepar. Eu também quis trepar e ela não trepou. Eu já estava enjoado dela e ela me procurando como um carrapato, agarrada em mim, mas não me dava. Ia na minha pensão e não me dava. Pensão daquele tempo, em Paris! Essa menina estava com muita vergonha de ser virgem, mas com muito medo.

Então, fiquei passeando com ela em Paris. Num certo momento, nós fomos pegar o último

metrô, tínhamos que pegar ou andariamos quarteirões. Fomos para o metrô, estávamos na beira do metrô, esperando, e ela sabia que, quando chegássemos, ela ia ser comida, porque senão eu quebrava a cara dela. Logo depois eu iria embora, então era o dia dela ser comida, ela estava muito nervosa. Então, a filha da puta, num certo momento, me jogou na linha do metrô, lá embaixo. Aquele negócio é eletrificado, eu podia ter morrido! Eu fiquei querendo levantar, apoiado com a mão na beirada da plataforma, e ela pisando na minha mão. Eu fiquei com uma raiva danada e dei uma surra nela.

HOUAISS — Você conseguiu se levantar e sair de lá?

DARCY — Consegui — hoje, não conseguiria —, ela pisando na minha mão. Dei uma surra nela, rapaz! Ela ficou quietinha, chorou muito e depois me deu.

Por isso é que eu estava, agora, faz pouco, andando com minha chefe de gabinete, que é uma mulher muito bonita, e com o marido dela na feira de Montes Claros e eu cheguei e disse para uma daquelas feirantes — muitas delas me conhecem:

— Como vai?

Ela perguntou:

— *Quem é essa, é sua mulher?*

— *Não, trabalha comigo e não me dá.*

— *Bate nela que ela dá.*

O Don Juan da aldeia — Não satisfeito em proclamar seus dotes de espancador emérito, o senador passa a gabar-se de suas aventuras sexuais como etnólogo, quando faturava algumas “índias decadentes”. Quem levanta a bola, desta vez, é o também finado Antônio Callado:

CALLADO — Darcy, a primeira vez que eu fui ver os índios, em 50 ou 51, já estava muito estabelecido que índia não se comia, para não bagunçar muito o coreto, era mais ou menos tradicional, para não começarem a comer as índias todas. Tanto é assim que, quando eu estive lá, o Leonardo Villas-Boas já estava na Fundação Brasil Central, sendo forçado a deixar o Serviço de Proteção ao Índio porque ele tinha comido uma índia, com quem se casou. Quando é que você chegou lá pela primeira vez? Nessa época já tinha essa lei?

DARCY — É verdade. Eu comecei com os índios em 46. Essa lei existe até hoje, por causa do Rondon e da antropologia clássica. Eu fui educado para não trepar com índia porque, para o antropólogo, no meu caso específico, pesquisas longas eram difíceis. Hoje em dia é que as moças

começaram a dar para os índios, as antropólogas dão para os índios, gostam de transar com eles, para fazer intimidades. Tão dando mesmo, dão para eles também. Coitado, índio também é gente. Então, dão. E como elas dão, os homens também começaram a comer as índias, antropólogos de primeira geração. (...) Eu passei meses com os índios, arranjava um jeito de ter uma. Por exemplo, eu não comia as índias Urubus-Kaapor porque eu estava trabalhando com os Kaapor, mas comia índia Tembé, que eram umas índias decadentes que havia lá.

Teologia barata e anti-semitismo —
Veamos esta brilhante interpretação do Gênesis proposta pelo senador:

DARCY — Aliás, eu preciso contar para vocês uma coisa muito interessante que eu desenvolvi ultimamente, meio literária mas muito bonita. É uma história sobre Eva, eu estive meditando sobre Eva e descobri que Eva é trotskista. É a primeira revolucionária da história. Nós devemos coisas fundamentais a Eva.

Primeiro, Eva fundou a foda. Adão era um bestão, estava lá, com aquele penduricalho dele e não sabia o que fazer. Eva disse:

— Vem cá Adãozinho.

Ele pôs dentro dela e foi aquele gozo, ele teve o orgasmo e, quando deu aquele gozo, o anjão desceu e disse:

— Deus não gosta, Deus está puto com vocês, fora!

E os pôs para fora do Paraíso. O Paraíso era uma merda, não era de matéria plástica porque não existia matéria plástica, era de papel crepom. Porque a flor é o órgão genital das plantas, fode, não poderia ter no paraíso flor fodendo. Era de papel crepom. Quando o anjão pôs eles para fora, obrigou o seguinte:

— Vamos fazer o comunismo, vamos fazer o Paraíso lá fora.

Eva também foi fazer o comunismo.

E já que falamos de temas bíblicos, cabe dar uma olhadela na concepção que tem Darcy Ribeiro dos judeus:

DARCY — Os judeus são tão filhos da puta que, de vez em quando, colocam na menina o nome de Lilith. Lilith é a Eva pecaminosa, a que dá a bocetinha ambulante, fogosa.

Racismo anti-branco — Admitamos que estas confissões sejam produto de muito álcool na cuca. O que aliás as torna mais graves: in vino, veritas. Mas é de supor-se que o senador

monoglota não estaria bêbado quando escreveu na **Folha de S. Paulo**: “A expansão do homem branco foi a maior catástrofe da história humana”rdquo;.

Fosse esta afirmação feita por um analfabeto qualquer, sem maiores noções de história ou geografia, a frase passaria como mais uma das tantas bobagens reproduzidas diariamente pela mídia. Ocorre que ela foi proferida por um senador da República, cujo pensamento, profissão, vida e carreira — apesar de seu monoglotismo e carência de cultura universitária — foram nutridos pela Europa. Partindo de quem parte, tal bobagem merece algumas considerações.

Que os brancos europeus mataram, tanto em seu continente como nos que conquistaram, ninguém em sã consciência vai negar. Mas também mataram os chineses, os mongóis, os turcos, os árabes, os japoneses. Também negros e índios mataram e continuam matando. Em se tratando de seres humanos, a única afirmação abrangente que podemos fazer, sem incorrer em falácia, é que os homens verdes, como também os azuis, jamais mataram seus semelhantes. Pelo singelo fato de que não existem homens verdes nem azuis.

O primeiro homem a criar embriões de universidade mundo afora — e isso 300 anos antes de Cristo — saiu matando e conquistando, a patas de cavalo, desde a Macedônia até a Ásia. Não fosse Alexandre, o diálogo entre Oriente e Ocidente se atrasaria por séculos. Houve tempos em que a cultura seguia a espada e estes tempos não estão muito distantes de nós. O conquistador europeu abafou o neolítico de Pindorama? Que bom! Não fosse isso, Darcy Ribeiro não teria acesso à bomba de cobalto que, nos anos 70, lhe deu longa sobrevida.

Virando o cocho — O branco europeu matou e destruiu, como matam e destróem todos os homens, exceto os homens verdes e azuis. Mas também descobriu a penicilina e a fissão nuclear, foi à Lua, já está pensando em Marte e seus olhos eletrônicos já se aproximam de Plutão. Nos deu Mozart e Vivaldi, a ópera e o cinema, as comunicações e o computador. O próprio cristianismo, apesar de sua fúria assassina medieval, nos legou uma estética que não pode ser jogada na famosa lata de lixo da história. Não há termos de comparação entre a Notre Dame e um terreiro de umbanda. Nem se pode confundir uma oca de bugres com a torre Eiffel. Muito menos o cacique caiapó Paiakan com Casanova.

Rechaçar a expansão do branco, ou seja, a cultura européia, é negar Sócrates e Platão,

Cervantes e Shakespeare, Dante e da Vinci, Schliemann e Champolion, Fernão de Magalhães e Armstrong, Pasteur e Poincaré. Sem falar em Hegel e Marx, que no fundo embasam a *Weltanschaaung* de Darcy Ribeiro. Se aceitamos sua ótica fundamentalista, que as telas de Van Gogh ou Bosch sejam largadas aos papeleiros, para reciclagem industrial. Os grandes acervos dos museus poderiam servir para construir diques na Holanda. Que sejam fechados o Louvre e o Hermitage, queimadas as bibliotecas, hemerotecas e filmotecas, e proibidos os computadores e as antenas parabólicas, como aliás já está ocorrendo no mundo islâmico. A primeira providência dos fanáticos talebans, ao entrar em Cabul, no Afeganistão, foi destruir os aparelhos de televisão.

A tecnologia branca transportou Darcy Ribeiro com seus jatos aos países onde degustou “o amargo caviar do exílio”. Na hora de escolher refúgio, optou por países de cultura branca, a cultura que, ao expandir-se, segundo sua acusação, foi a maior catástrofe da história. Já perto da morte, Darcy decidiu virar o cocho em que se nutriu.

Hierático, gozando da absolvição que a morte confere, morreu em aura de santidade. Nem por isso podem ser perdoadas as infâmias que proferiu postumamente, graças ao esforço

editorial de seus “compagnons de route”. Tantas besteiras proferidas por um intelectual de renome internacional têm uma explicação: Darcy foi toda sua vida um embuste.

O escroque acadêmico — Além de gabar-se de ser monoglota, exibia como titulação universitária um diploma da Escola de Sociologia e Política, de São Paulo, curso que jamais foi reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura. Em seu currículo enviado ao Senado, espertamente se intitulou etnólogo, ofício que, como o de antropólogo, prostituta ou psicanalista, ainda não foi regulamentado no Brasil. Gozou de três aposentadorias federais, uma delas pela Universidade de Brasília, com a qual jamais teve vínculo de emprego. Sua carreira é a de um escroque acadêmico.

Não bastasse isto, dizia ter fundado a Universidade de Brasília. Não fundou. Nem nela lecionou, embora tenha por ela se aposentado. Segundo o Dr. José Carlos de Almeida Azevedo, ex-reitor da UnB, Darcy nela jamais teve um só aluno e foi “reintegrado” para “aposentar-se”, sem jamais ter vínculo de emprego com a universidade, já que era “requisitado”. A propósito, cito artigo do ex-reitor, publicado em 24/06/96 na **Folha de S. Paulo**:

“Servidor do antigo SPI, hoje Funai, e da UFRJ, Darcy apareceu na comissão convocada pelo então ministro da Educação, Clovis Salgado, para cumprir determinação de JK, no sentido de “...fundar Universidade de Brasília... em moldes rigorosamente modernos...”. Na comissão, presidida por Pedro Calmon, Darcy era o único que jamais havia concluído, ou iniciado, um curso superior, mas foi reitor da UnB e ministro da Educação, poucos meses em cada lugar, sem deixar qualquer vestígio do que fez”.

A citação será longa, mas pertinente. Continua Azevedo:

“No final de 1968, cinco anos depois que Darcy deixou a reitoria, os esgotos da UnB eram a céu aberto; não havia galeria de águas pluviais, e tudo inundava; porque só havia uns mil metros de asfalto, era um lamaçal; havia uns cinco telefones, um computador de 6k nunca usado; uma só quadra de esportes, simples chão cimentado e dita “polivalente”; nenhum curso reconhecido havia, além de Direito e Economia. Toda a administração era na “munheca”, nada mecanizado. Em uns seis barracos de madeira, amontoavam-se o restaurante, o alojamento estudantil, algumas unidades de ensino e os serviços gerais. À beira do lago, outros três barracos, malocas de índios e sebastianistas. Era ver para crer. Os alunos, uns 2.000,

amontoavam-se em três prédios de dois andares, com uns 2.000 m² cada um, com a pequena biblioteca e laboratórios. (...) Nem as escrituras do imóveis tinha e, por isso, perdeu uma centena de terrenos comerciais e um enorme prédio”.

Concluí o ex-reitor:

“Ao autoproclamar-se fundador e criador da UnB, beneficiando-se disso *ad perpetuam*, o Darcy usurpa méritos exclusivos de Juscelino Kubitschek, de seu ministro Clovis Salgado e de Anísio Teixeira, comprovados em relatório oficial do MEC e em depoimento do ministro. O primeiro mandou criar a universidade, compreendendo sua importância; o segundo criou todas as condições, e Anísio a organizou. (...) A construção, institucionalização e consolidação da UnB devem-se aos reitores Caio Benjamin Dias, Amadeu Cury e, em escala menor, a este modesto escriba, que a ela serviram, a convite exclusivo do Conselho da Fundação UnB”.

O senador monoglota dizia ainda ter fundado a Universidade Nacional de Costa Rica. Tampouco a fundou. Aliás, nem existe tal universidade. Conforme nos informa o professor Augustinus Staub, “existe, sim, a Universidade Nacional, na cidade de Herédia, criada em 1970, pelo presbítero Benjamin Nuñez Gutierrez, e não por Darcy Ribeiro”.

Gabava-se de ter um diploma de Dr. Honoris Causa pela Sorbonne. Pura fraude intelectual. O Honoris Causa, Darcy o recebeu em 1978, quando não mais existia a Sorbonne. O diploma foi conferido pela Universidade de Paris VII e entregue em uma sala do prédio da antiga Sorbonne, o que é muito diferente. Ou seja, Darcy sequer sabia qual universidade lhe conferia o diploma. Sem falar que diploma Honoris Causa só serve para enfeitar cartão de visita e não confere nenhuma capacitação acadêmica a seu portador.

Rumo à lata de lixo — Darcy sabia muito bem que, neste país sem maiores critérios de avaliação da inteligência, enganar é o recurso mais ao alcance do homem inculto para subir na vida. Mentindo sempre, foi guindado a um ministério e ao Senado. Uma vez no poder, do alto de seu cursinho secundário, o senador monoglota condenou, em uma só frase, a cultura na qual nasceu e mamou.

Ao tentar fugir da morte espiritual, Ribeiro não optou pelo tantã ou pelo relato oral sob a sombra de um baobá, mas por gráficas modernas montadas pelo branco que tanto abomina. Tentando fugir da morte física, reação instintiva de todo ser humano, o antropólogo não recorreu a pajelanças, mas a hospitais de primeira linha. Quando Jesus estava chamando, não buscou salvação junto a xamãs. Preferiu pedir água a

representantes da cultura que o gerou e, depois, virando o cocho, passou a abominar.

A maior catástrofe da história humana, “a expansão do homem branco”, gerou este país que gerou Darcy Ribeiro, temperou este caldo cultural no qual o senador, com suas manhas de mineiro, fez sua carreira e prestígio. Antes de morrer, organizou uma fundação, para que seu “pensamento” não morresse. Grafômano contumaz, tem obra tão vasta que já nem sabe quantos livros escreveu nem em quantos idiomas está traduzido. Graças a quem? A um europeu chamado Gutenberg.

É moda entre antropólogos, sociólogos, psicólogos e outros ólogos, negar sistematicamente os valores da cultura ocidental, ou seja, da cultura branca, cujas bases estão na Grécia e em Roma, em favor de culturas primitivas, que muitas vezes nem chegaram a um alfabeto e, se lá chegaram, hoje vivem encharcadas no sangue de guerras tribais. Mais que moda, esta tendência é uma verdadeira conspiração dos derrotados da História, que assestam seu ressentimento surdo contra o que de melhor a humanidade produziu.

Em vida, o senador Darcy Ribeiro chutou neste imenso time de ressentidos. Morto, virou estátua. Por mais monumentos e salas com seu

nome que lhe outorguem seus amigos e *compagnons de route*, sua trajetória é a de um fraudador acadêmico. Quando a *burritzia* tupiniquim receber notícias de que o Muro de Berlim já caiu, Darcy assumirá seu merecido espaço, a famosa lata de lixo da história.

A difícil travessia do Uruguai

Em dezembro de 97, Otavio Frias Filho escrevia na **Folha de S. Paulo** que a região mais desenvolvida do país, do ponto de vista social e político, o Sul, transformou-se em “nordeste”, por sua escassa contribuição cultural e artística (“Na Fronteira do Sul” (FSP, 11/12/97). O jornalista enfiava o dedo numa chaga que há décadas vem corroendo os gaúchos. Mais precisamente, desde o início do século. Como Porto Alegre sempre foi o maior pólo gerador de cultura dos três Estados ao sul de São Paulo, para efeitos de argumentação, considero Sul como sinônimo de Rio Grande do Sul.

Pelas contraditórias reações que provocou, o artigo foi obviamente mal interpretado. Gaúchos eriçaram-se em brios ao ver o Sul comparado com o Nordeste e nordestinos não gostaram de ver seu gentílico transformado em uma metáfora de aridez cultural. Frias, em verdade, havia transposto a imagem econômica que temos do Nordeste para o plano cultural e, no fundo, deplorava a ausência de vozes do Sul no panorama artístico nacional.

No ensaio “O Nordeste cultural” (FSP, 01/03/98), eu afirmava em resposta a Otavio Frias que a intelligentsia paulistana não era inocente neste imbróglio. Por seu potencial econômico, por sua tradição universitária, São Paulo sempre determinou o que é ou não é literatura nacional. O critério não é dos mais complexos: o que se escreve e publica no eixo Rio-São Paulo é literatura nacional. O resto... é o resto: é regional, a menos que seja traduzido no exterior. Por exemplo, Graciliano Ramos. Quando ensaiava seus primeiros passos nas letras, era escritor nordestino. Quando se tornou um dos referenciais da literatura brasileira na Europa e Estados Unidos, foi promovido a escritor brasileiro.

Para equacionar o problema, alguns elementos devem ser levados em conta: os critérios dos construtores do cânone literário nacional, que não vêm o Sul como representativo do Brasil; nosso pendor platino, que nos faz mais irmãos de uruguaio ou argentino que de um baiano ou nordestino; e o poder das imagens sobre o Brasil que a Europa impõe aos produtores culturais do eixo Rio/São Paulo.

Alguns critérios do cânone — Ao estabelecer o cânone tupiniquim, São Paulo, através da USP e historiadores como Antonio Candido e Alfredo Bosi, privilegia o chamado “romance de 30”.

Romance de profundo cunho social, como rezam eufemisticamente os catecismos para vestibulandos. Quais eram seus expoentes? Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Dyonelio Machado. Coincidentemente, todos militantes comunistas. Nove fora **Os Ratos**, o Rio Grande do Sul nada mais tinha a oferecer para competir com os zdanovistas *avant la lettre*.

Um lembrete aos mais jovens sobre zdanovismo: é uma tosca teoria literária, também conhecida por realismo socialista, elaborada pelo teórico russo Andrei Zdanov e importada ao Brasil por Jorge Amado. Foi o único estilo de arte permitido na URSS após a subida de Stalin ao poder e no fundo transformava a literatura em um panfleto a serviço da revolução socialista. O exemplo mais acabado desta perversão literária é a trilogia **Subterrâneos da Liberdade**, de Amado.

Mesmo sem ter aderido ao zdanovismo, Dyonelio oferecia aos construtores do cânone um personagem compatível com o gosto de então: Naziazeno é um pobre diabo que não consegue colar pestana com medo de que os ratos roam os últimos centavos que tem para pagar um litro de leite. Servia para exportação.

Na época, Erico Verissimo fora salvo da morte como escritor por um incêndio providencial que

incinerou toda uma edição de **Fantoches**, infeliz exercício literário cometido em 1932, mais tarde ridicularizado com certa ternura pelo próprio Erico, em reedição facsimilar e comentada. Em 33, Erico entrega **Clarissa**, e em 35, **Música ao Longe**, ambos contra-indicados para diabéticos em geral. O grande poema gaúcho, **Antônio Chimango**, estava proibido pelos áulicos de Borges de Medeiros. O grande romance, **Memórias do Coronel Falcão**, fora recomendado às traças: durante três décadas e meia, esta obra de Aureliano Figueiredo Pinto permaneceu inédita, pois os donos da cultura gaúcha, arrinconados em Porto Alegre, o consideravam eivado de espanholismos. Escrito em 1937, só foi publicado em 1973. Sem falar que o personagem de Aureliano nada tem de miserável. O romance narra a trajetória de um fazendeiro pressionado por dívidas bancárias. Quando cai, cai em pé, não provoca a mesma comiseração que os personagens de um Graciliano. Não serve para o cânone. O campo, ou melhor, o campus, estava aberto às letras do Nordeste.

Já em 22, os paulistas pretenderam definir o que seria literatura brasileira, com a Semana de Arte Moderna. Semana que pouco ou nada repercutiu na época em que ocorreu, mas cresceu e foi tomando corpo, décadas mais tarde, graças à construção ensaística montada pelos acadêmicos da USP. Pretendendo estabelecer um arquétipo

nacional, Mário de Andrade volta-se para o Brasil indígena e seus mitos. Acaba por construir Macunaíma, personagem moldado não a partir do Brasil que começava a pôr timidamente um pé no século XX, mas uma espécie de *bon sauvage* ao gosto dos europeus: preguiçoso, indolente, sem nenhum caráter, em suma, um ser tropical. Em vez de dar continuidade à cultura européia trazida pelos colonizadores, os “modernistas” voltam-se para o Brasil Carahiba.

Meio século antes, um gaúcho antecipava o que hoje se convencionou chamar de “teatro do absurdo”. Mas era gaúcho, não freqüentava os círculos da burguesia cafeeira nem escrevia sobre mitos indígenas. Qorpo Santo foi relegado ao pó das bibliotecas, acusado de louco e só teve suas primeiras peças encenadas exatamente um século após tê-las escrito. Mesmo assim, na época em que foi descoberto, graças ao trabalho de sapa de Aníbal Damasceno Ferreira, Qorpo Santo não foi valorizado. Foi preciso que a crítica do eixo Rio/São Paulo referendasse a descoberta, para que o esquecido dramaturgo adquirisse estatura nacional, o que só aconteceu quando Yan Michalski, em artigo para o **Jornal do Brasil**, o proclamou precursor do teatro do absurdo.

O ano de 22 também marca, para os paulistas, a criação do Partido Comunista em São Paulo. Em verdade, já em 1918, três anos antes

da fundação do PC francês em Paris, em Santana do Livramento já tínhamos uma célula comunista. O que demonstra que o gaúcho é pioneiro até mesmo no obscurantismo.

São Paulo, culturalmente, sempre esteve voltada para a Europa. É aqui na Paulicéia que brotam, através do dandy Oswald de Andrade, as primeiras simpatias pelo fascismo e pelo stalinismo, manifestas tanto no **Manifesto Antropófago** como em **O Homem e o Cavalo**. Nestes panfletos, Oswald louva tanto o belicismo mussoliniano de Marinetti, quanto o otimismo utópico de Stalin. O próprio Macunaíma, suposto herói nacional, é fruto da imagem que a Europa nutre em relação ao Brasil, praga que nos foi rogada por Rousseau, com seu mito de um homem puro nos trópicos, não contaminado pela civilização. Mesmo o reconhecimento de Qorpo Santo, um século após sua morte, paga tributo ao paladar europeu: não existissem autores como Becket ou Ionesco, o esquisito dramaturgo porto-alegrense não teria de quem ser precursor, nem seria reconhecido pelo Eixo.

Sob a sombra de Fierro — Os gaúchos, no início deste século, estão ainda voltados para o Plata. Há algo de hernandiano nos personagens de Aureliano Figueiredo Pinto e mesmo nos gaúchos estereotipados de Erico Verissimo. Não poderia ser diferente, já que gaúchos do Brasil e

Argentina estão mais próximos entre si, tanto pelo meio geográfico como pela cultura, do que um rio-grandense e um nordestino, por exemplo. A influência do poeta argentino é manifesta em Ramiro Fortes de Barcelos que, além de médico, era político e jornalista. Sob o pseudônimo de Amaro Juvenal, escreveu **Antônio Chimango**, a sátira maior produzida pela literatura rio-grandense.

Ao final de seu mandato, em 1897, Júlio de Castilhos indica para sua sucessão Antônio Augusto Borges de Medeiros, um obscuro chefe de polícia que, de fraude em fraude eleitoral, dominaria o Estado por nada menos que 30 anos. Em **Antônio Chimango**, o poeta saúda a vinda ao mundo do Presidente do Rio Grande do Sul:

***Nos cerros de Caçapava
Foi que viu a luz do dia,
À hora d'Ave-Maria,
De uma tarde meio suja;
Logo cantou a coruja
Em honra de quem nascia.***

Se nasceu nos cerros de Caçapava, o ditador tinha suas raízes bem mais ao norte. Era filho de pernambucano. Cabe lembrar que chimango não é apenas uma ave de rapina da pampa rio-grandense, mas também uma facção política defensora de Borges de Medeiros. Para os

maragatos, opositores de Borges e alinhados com Assis Brasil, a expressão "não se gasta chumbo em chimango" nada tinha a ver com o rapace: os chimangos só mereciam a degola.

Amaro Juvenal não poupa a pua. Chimango é "flaquito", "esmirrado e choquinho", a ponto de uma comadre perguntar: "isso é gente ou passarinho?" Seu personagem em nada lembra os homens cantados por Reynaldo Moura, vencedores do medo e familiares à morte. Os augúrios de uma cigana prometem dias negros aos gaúchos:

***"Vira-bosta é preguiçoso,
Mas velhaco passarinho;
Pra não fazer o seu ninho
Se apossa do ninho alheio;
Este há de, segundo creio,
Seguir o mesmo caminho.***

O poema, formalmente inspirado no **Martín Fierro**, do argentino José Hernández, surgiu clandestinamente em 1915. Ramiro de Barcelos morreu em 1916, e suas coplas só foram republicadas... em 1946. Se os gaúchos — e a literatura nacional — permaneceram privados por 36 anos do romance de Aureliano, ficaram em falta da sátira de Amaro Juvenal por 31 anos. Ou seja, o Rio Grande do Sul apresenta ao Brasil duas de suas melhores obras somente três

décadas depois de concebidas. Coisas da vida, ou talvez da história: hoje Porto Alegre ostenta com orgulho o nome do ditador em uma de suas principais vias.

Que é o **Antonio Chimango** senão uma onda distante, mas concêntrica, provocada pelo **Martín Fierro**? Também nas canções do cantor popular Teixeira de Freitas como na poesia produzida pelos poetas ligados ao movimento tradicionalista, lá está a caricatura contemporânea do gaúcho de Hernández. Até mesmo em manifestações literárias mais populares, encontramos o dedo do poeta argentino. Circula subterraneamente no Rio Grande do Sul um conhecido poema pornográfico, “Comendo éguas e outros bichos”. Vejamos uma de suas coplas:

**Ô poetas que cantais
velhas cópulas eqüinas
olvidando outras vaginas
que numa escala crescente
vos deram gozos candentes
no lupanar das campinas**

Temos a reprodução rítmica exata de uma sextilha do **Martín Fierro**, com os versos rimando no esquema ABBCCB. Sabemos que esta pérola da fescenina gaúcha foi criada coletivamente por poetas tradicionalistas, que não gostam muito de citar Hernández. Mas a influência é inegável:

**Aqui me pongo a cantar
al compás de la vigüela,
que el hombre que lo desvela
una pena extraordinaria,
como la ave solitaria
con el cantar se consuela.**

A propósito, este poema argentino — mas também nosso —, que tanto mexe com a alma do homem da fronteira rio-grandense, começou a ser escrito por José Hernández em Santana do Livramento. Não por acaso, o poema maior que a América Latina legou à literatura universal é praticamente desconhecido nos cursos de Letras do país. Mas já participei de uma “Semana Martín Fierro” em Berlim, onde Hernández foi comparado a Homero, e já o ouvi declamado nas ilhas Canárias, geografia que nada tem a ver com a pampa onde perambulava Fierro. Em Paris, um dos professores que participou de minha defesa de tese, Paul Verdevoye, o traduziu ao francês. Herdeiros de Fierro, pertencentes a uma outra geografia, pouco dizemos aos paulistas, mais voltados para o agreste ou para a selva, conforme o que deles esperam os europeus. Para estes, gaúcho é coisa de argentinos. Europa dixit: São Paulo, submissa, obedece.

Ideologia sufoca romance — Se a ditadura borgista sufoca o poema de Amaro Juvenal, a ditadura ideológica exaure o romance de

Figueiredo Pinto. Ao ser publicado em 73, **Memórias do Coronel Falcão** nasce velho. A obra, escrita em 37, já se pretendia retrato de um passado, pois sua ação transcorre antes dos anos 20. Nos 70, brilha como luz de uma galáxia meio século distante. Eliminado Figueiredo Pinto do campo das Letras, o Rio Grande do Sul elege como seu intérprete um farmacêutico de Cruz Alta, moço urbano que só de longe conhecia campo, gaúchos ou cavalos. Erico Veríssimo, para escrever o terceiro volume da trilogia **O Tempo e o Vento**, que seria intitulado **Encruzilhada**, enviava a seus amigos da Campanha formulários com doze questões sobre coisas do Rio Grande do Sul. Um dos formulários foi enviado para Antero Marques, também médico, fazendeiro e amigo de Figueiredo Pinto, junto com um bilhete manuscrito:

"Meu caro Antero:

"Tenha paciência e responda às perguntas deste formulário. Suas respostas e as do Aureliano estão entre as que espero com maior interesse.

"Um abraço do Erico Veríssimo".

O episódio é relatado em **Autos de um processo de distorção literária, sociológica e histórica**, (edição do autor, 1977). Em função deste ensaio, o médico foi veladamente ameaçado por seus colegas gaúchos de internação

psiquiátrica. Nele, Antero relata um diálogo com Figueiredo Pinto:

"Não recebeste um formulário de Érico Veríssimo, pedindo colaboração para escrever o seu romance **Encruzilhada**?... O poeta fez a mímica de quem se defende e, com humorismo, respondeu-me: "Recebi... e não lhe mandei nada... Vem de machado no meu matinho... Quer escrever um livro à custa dos outros..."

Os donos da cultura rio-grandense, aboletados em Porto Alegre, não contentes em condenar à morte a obra de Figueiredo Pinto, delegam a Verissimo a função de cantar o gaúcho. As imagens emitidas para o Brasil e para o mundo ficaram sendo aquelas imaginadas pelo ex-farmacêutico que, para bem elaborar seus personagens, enviava questionários aos homens que de fato os conheciam. Nossa literatura nasce esmagando na casca o mais fiel intérprete do gaúcho e venerando um escritor que o conhece de ouvir falar.

Apesar de entrar no século com um *handicap* — uso a palavra em seu sentido europeu e original, o de desvantagem — o Rio Grande do Sul mesmo assim deu importantes contributos ao pensamento nacional. A editora Globo, de Porto Alegre, introduziu no Brasil, através da coleção "Biblioteca dos Séculos", todos aqueles autores

cuja leitura um homem medianamente culto não pode dispensar: Sócrates, Platão, Aristóteles, Tomás de Aquino, Agostinho, Descartes, Montesquieu, Montaigne, Swift, Voltaire, Rousseau, Balzac, Proust.

Tal projeto criaria, por si só, uma geração de tradutores, escritores e poetas entre os quais se destacaram Drummond de Andrade, Rachel de Queiroz, Mário Quintana, Erico Verissimo, Herbert Caro. Entre círculos literários internacionais, corre o rumor de que a melhor edição estrangeira já feita de Balzac, por sua qualidade e abrangência, é precisamente a que foi organizada pela Globo. Se o Sul virou sertão, como pretende Otavio Frias — e não seria este que vos escreve quem de Otavio discordaria — houve, no entanto, um momento na história das letras nacionais em que o Brasil foi nutrido espiritualmente por uma iniciativa gaúcha.

O poder das imagens — As imagens que o centro do país emite para o exterior obedecem a uma procura, são aquelas que a Europa convencionou serem definidoras do Brasil. Estas imagens são poderosas. Me permito citar duas anedotas (no sentido europeu da palavra). Transportemo-nos para os anos 70, Lyon, França. Um bolsista gaúcho, para mostrar um pouco do Sul brasileiro, reunia seus trocados e a cada mês oferecia um churrasco a seus professores e

colegas de curso. Logo foi chamado pela instituição que o financiava. Teria de acabar com os churrascos ou abandonar o curso. Surpreso, o gaúcho queria saber as razões da alternativa: não haviam gostado do churrasco? Nada disso. O churrasco estava excelente. Mas ao apresentar um churrasco como prato típico do Sul do Brasil, para pessoas que só se permitiam consumir no dia-a-dia um transparente bifinho de boi, dava aos franceses uma imagem contraproducente do país.

— Te convidamos para que possas comover a burguesia francesa falando sobre a miséria no Brasil — disseram seus anfitriões —. Mas como vamos convencer um francês de que se passa fome no Brasil, quando apresentas o churrasco como prato nacional?

O gaúcho foi devolvido a Porto Alegre. Em seu lugar, receberam bolsa dois nordestinos, estilo morte-e-vida-severina. Que chegaram na França exibindo o nordeste como um retrato de corpo inteiro do Brasil, bem ao gosto da sensibilidade gálica.

Alguns anos mais tarde, quando lecionava na UFSC, recebi a visita de um professor francês na ilha. Encaminhei-o à Califórnia da Canção Gaúcha, para conhecer um pouco de nosso folclore, música e culinária. Voltou perplexo. Não

entendia os espetos de churrasco girando durante o festival, aquele esbanjamento de carne com o qual francês algum sonha em seu dia-a-dia. *Et la famine, où est la famine?* — queria saber o francês. Associava Brasil com Nordeste e miséria e não conseguia entender o Sul e o churrasco. O gaúcho de Lyon sentira o outro lado do problema. Após ter ido duas ou três vezes a uma casa de carnes providenciar seu churrasco, o açougueiro não se conteve: “Desculpe a pergunta, Monsieur, mas o senhor tem um hotel?”. Para o francês, o modesto churrasco que nosso gaúcho oferecia a amigos, só era concebível para consumo de um hotel.

Estes episódios nos mostram a imagem que o francês — e, por extensão, o europeu — tem de nós. Nordeste, sertão, cangaço, miséria, matança de índios, favelas, infância abandonada, tudo isto é compatível com Brasil. Esta imagem não é nutrida apenas pelo europeu médio, mas também por seus intelectuais e produtores culturais. O autor de **Cidade de Deus**, um amontoado de anotações sobre a vida na favela, apesar de ter sido esse seu primeiro livro, imediatamente teve contratos com editoras alemãs e francesas. O livro virou filme e fez algum estardalhaço, em 2002, no festival cinematográfico de Cannes. Um dos organizadores do último Salão do Livro em Paris inclusive declarou aos jornais que este era o tipo de literatura que se esperava do Brasil.

Não por acaso, recebeu o Urso de Prata em Berlim, o filme **Central do Brasil**, relato choramingoso da infância de um menino pobre...nordestino. Tudo fecha: miséria, infância abandonada, analfabetismo, nordeste. Décadas após **Vidas Secas**, de Graciliano, e de **O Cangaceiro**, de Lima Barreto, continuamos alimentando na Europa a imagem do Brasil como sendo um imenso sertão. A premiação de **Titanic** no mesmo ano nos permite uma oportuna comparação: enquanto a indústria cinematográfica do Primeiro Mundo apela ao recurso de um transatlântico de luxo para arrancar lágrimas e dólares das platéias, tentamos comover com o que temos de esteticamente mais exportável, a miséria.

O “Sul maravilha” pouco diz a um europeu como parte integrante do Brasil. O exemplo mais sintomático desta exclusão do Sul no imaginário europeu, encontrei-o em uma declaração de um repórter do **Le Monde**, que acompanhava o Papa em sua primeira visita ao Brasil. Quando João Paulo se dirige a Porto Alegre, não interessa mais ao jornalista. “Segundo meus colegas brasileiros, lá não é mais Brasil”, disse. Ou seja, eram jornalistas brasileiros que reforçavam, no correspondente francês, o preconceito que este já nutria em relação ao país.

Para cúmulo das desgraças, em relação ao Brasil mais ao norte, os gaúchos são cultos e predominantemente brancos. Tais características não cabem no conceito de um país imaginado como negro, exótico, tropical. Quem viu isto muito bem foi Wilson Martins, crítico e historiador execrado nos meios acadêmicos, *et pour cause*. Escreve o autor paranaense:

“A verdade é que a nossa literatura é sempre encarada como algo de exótico, de tropical. É por isso que Jorge Amado é extremamente popular nos outros países, ele oferece esse estereótipo da violência, da conquista da terra, da luta de classes e da opressão racial. Essa idéia exótica, uma espécie de ilha dos mares do sul, todos de tanga pelas ruas, armados de arco e flecha, e caçando onças na Avenida Rio Branco. Quando aparece um brasileiro branco e com grande cultura internacional, ele causa um espanto extraordinário. Nós alimentamos esse preconceito com todas as forças. Fazemos questão de mostrar que somos tropicalistas, que isto aqui é um país tropical, que somos mestiços, que branco aqui não tem vez. Quem defende tudo isso são esses grupos dos baianos e dos novos baianos, dos trios elétricos. É até um preconceito contra a cultura, no sentido ecumênico da palavra”.

Talvez por estar sempre voltada para a Europa, talvez magoada pela mão rude com que a

tratou Getúlio Vargas, São Paulo sempre marginalizou a cultura feita no Rio Grande do Sul. Um episódio ocorrido na redação de um jornal paulista explica às maravilhas esse desdém. O enxadrista Mequinho havia sido derrotado em uma final de campeonato. O redator intitulou: CAMPEÃO BRASILEIRO É DERROTADO EM FINAL DE XADREZ. O editor trocou *brasileiro* por *gaúcho*. Mequinho era campeão brasileiro quando ganhava. Quando perdia, era gaúcho.

A affaire Quintana — Se há, para os gaúchos, uma injustiça que clama aos céus reparação, esta foi a recusa por duas vezes, da candidatura de Mário Quintana à Academia Brasileira de Letras, instituição dominada e controlada pelos escritores do Eixo Rio/São Paulo. Que o poeta gaúcho tenha se candidatado, já foi um erro. Picado por alguma mosca azul, Quintana pensou que poderia ser aceito pelos sedizentes imortais da Academia. Foi preterido por um ex-presidente da República, cujo nome provoca mal-estar entre escritores, e por um ex-ministro da ditadura militar, de obra praticamente desconhecida. Quintana, em sua ingenuidade de nefelibata, talvez tenha imaginado que para participar dos chás dos imortais bastava seu gênio como credencial. Enganou-se feio e foi humilhado em praça pública. Ninguém entra na Academia sem os rapapés de praxe aos medíocres que a habitam. Em seu lugar, foi aceito Carlos

Nejar, o escrevinhador hermético que, como Neruda, julga que fazer poesia é alinhar palavras na vertical.

Comentando meu artigo “O Nordeste Cultural”, Carlos Nejar (Folha de S. Paulo, 21/03) fez a defesa, como seria de se esperar, dos colegas de fardão que escantearam Quintana, José Sarney e Eduardo Portella. Poeta urbano, Nejar ainda reivindicava, estranhamente, a condição de “homem do pampa”. Mas alguma verdade havia naquela auto-definição: apesar de ter nascido em meio ao concreto de Porto Alegre, certamente foi contaminado por uma virtude típica dos homens da pampa, a coragem. Pois muita coragem intelectual é necessária para saudar Sarney como “admirável ficcionista” e um ex-ministro da ditadura, Eduardo Portella, como “uma das grandes personalidades do Brasil contemporâneo”.

Nejar, imortal sem ter consultado a posteridade, fez bem em defender seus amigos de fardão e, entre estes, o amigo das fardas. Mas não precisava concluir sua carta afirmando que ingressou na Academia “apenas pelo poder silencioso e humilde da poesia”. Terá sido este poder silencioso da poesia que levou à Academia sumidades literárias como Getúlio Vargas, o general Aurélio de Lira Tavares (assinado Adelita) e Roberto Marinho, entre outros. A Academia tem

três vias de acesso: imposições do poder, disposição para fazer rapapés aos imortais e, ultimamente, a ideologia marxista. Mário Quintana carecia de qualquer uma destas três “virtudes”. Era apenas um poeta maior: nada de espantar que fosse ignorado.

E só poderia ser assim. Se saudar Sarney como admirável ficcionista é condição necessária para pertencer ao sodalício dos supostos imortais, temos de convir que o sedizente “homem do pampa” fez o necessário para merecer sua cadeira. Quem conheceu Quintana, sabe que o poeta da Rua da Praia jamais se submeteria a tais salamaleques.

A travessia do Uruguai — Me ative, nestas reflexões, a um enfoque estritamente literário do isolamento cultural do Rio Grande do Sul. Outras abordagens poderiam ser feitas no que diz respeito à música, cinema ou pintura, se é que se pode chamar de cinema o que se faz em Porto Alegre, e se é que a pintura contemporânea ainda tem a ver algo com arte. Se bem que os gaúchos choram de barriga cheia: o Rio Grande do Sul conseguiu criar um invejável circuito próprio de difusão de sua literatura, que permite a existência de um aquecido mercado editorial, sem depender do resto do país.

Além deste dar-de-ombros do Eixo Rio/São Paulo em relação ao Sul, um outro fator elementar impede a literatura gaúcha de atravessar o rio Uruguai: a distância dos autores do Sul em relação aos centros decisórios de política cultural. É preciso estar perto do MEC, da USP, das historiografias por ela produzidas, das cúpulas brasilienses que decidem os currículos do ensino secundário e universitário. Se os escritores gaúchos quiserem divulgação nacional, precisarão infiltrar-se junto a essas instâncias. Pois neste Brasil de final de século, ainda impregnado de um ranço marxista, arte é uma questão de Estado.

Sabendo que o suporte da indústria do livro é hoje a universidade, autores e editores nela buscam refúgio, não só no Brasil como até mesmo onde impera o livre mercado, como Estados Unidos e França. Burlar as leis da oferta e procura torna-se fácil: para vender um autor, não é necessário que este seja buscado pelos leitores. Basta impor seu nome e sua obra nas listas de vestibulares e nos currículos colegiais e universitários. Nisto consiste o obscuro mercado do livro paradidático. Ou, como prefiro chamá-lo, do livro estatal.

Esta imposição gera uma indústria paralela de estudos, monografias e análises, que criam uma fortuna literária artificial para o autor: ele

passa a fazer parte da cultura nacional, não por preferência de uma coletividade, mas por imposição de um pequeno número de autores e editores íntimos do poder. Resultado: os coitados dos estudantes passam a odiar literatura, quando são obrigados a ler obras indigestas como as de Mário ou Oswald de Andrade, de Clarice Lispector ou Guimarães Rosa. Aliás, este escritor mineiro é hoje, indubitavelmente, o mais *encombrant* elefante branco adotado pela universidade brasileira. **Grande Sertão: Veredas** goza entre nós do mesmo status do **Ulisses**, de Joyce: é muito citado e raramente lido. Mas como foi adaptado como noveleta para a Rede Globo, mesmo o leigo em literatura pode se permitir alguns palpites sobre os conflitos de Riobaldo e Diadorim.

Se os gaúchos quiserem renome nacional, não se preocupando com métodos, este é o caminho mais fácil de difusão de sua literatura: conseguir padrinhos junto à USP ou ao MEC, e impor suas obras através de determinações do Estado. Prestarão um desserviço à literatura, mas conseguirão divulgar seus nomes. Aliás, não poucos autores gaúchos já utilizam os instrumentos locais do Estado para impor suas obras no Rio Grande do Sul. Para estes, que já conhecem o caminho das pedras, basta apenas ampliar seu raio de ação.

Há uma outra hipótese, que não implica promiscuidade com o poder. Os escritores contemporâneos parecem esquecer que vivemos dias de Internet. Com um computador e um modem, um escritor pode editar e divulgar sua obra, eliminando aqueles intermediários sem os quais até hoje o livro era impensável: gráficos, editores, distribuidores e livreiros. Qualquer internauta pode ter hoje vários megabytes em diversos hospedeiros, sem despender nenhum vintém. Ou seja, hoje um gaúcho pode atravessar o Uruguai e colocar seu trabalho à disposição não só do público brasileiro, mas do planeta todo, sem sequer sair de sua mesa de trabalho.

Nas últimas Jornadas Literárias de Passo Fundo, em uma mesa redonda sobre o livro eletrônico, escritores gaúchos confessavam desconhecê-lo. Ora, a Internet não pode mais ser ignorada como uma nova mídia. Os direitos de autor praticamente deixam de existir. Mas, fora os amigos do Rei, quantos escritores vivem de direitos autorais neste país? Estamos nos encaminhando para uma sociedade em que computador será tão comum como qualquer eletrodoméstico, e editores e escritores terão de levar em conta este mundo novo. Permanece, por enquanto, a velha questão: não é mais agradável ler no papel que na telinha? Pode ser. Nos dias de Gutenberg, certamente não faltaram leitores para alegar saudades do pergaminho. Claro que é

pouco prático usar o computador para ler na cama. Mas a Internet permitirá ao escritor — aliás, já permite — uma liberdade com a qual não pode sonhar quem depende do papel impresso. A utopia está ao alcance de nossas mãos: hoje, cada escritor pode ser próprio editor.

Há evidentemente a solução mais radical: a criação de um Estado à parte do Brasil. Seria como dar um tapa num cego: da noite para o dia os autores estaduais seriam promovidos a nacionais. Esta idéia separatista, sempre viva no inconsciente coletivo gaúcho, é mal vista ao norte do Sul. Quando indígenas querem um território para si, estão lutando pelos seus direitos. Mas ocorre que somos brancos: quando gaúcho sonha em separar-se, é logo tachado de nazista.

Ianoblefe

O ano de 1993 ficará na história do jornalismo como o do maior blefe já registrado na imprensa nacional e internacional, o "massacre" dos ianomâmis que, mesmo sem ter ocorrido, provocou lesões irremediáveis na imagem do Brasil no exterior. A farsa teve duplo efeito. Em primeiro lugar, chamou a atenção internacional para uma chacina que simplesmente não aconteceu. Em segundo lugar, mesmo não tendo ocorrido, confirmava a existência de uma tribo que no Brasil não existe. Pois a nação ianomâmi, embora já pertença à "História do Brasil", em alguns manuais didáticos e irresponsáveis, não passa de uma criação ficcional de uma fotógrafa suíça, Cláudia Andujar, de nome tão pouco suíço, que nos anos 70 andou em Roraima fotografando, vacinando e rebatizando índios de diversas tribos distintas entre si, falando dialetos também distintos. As lesões à imagem do país atingiram ainda o público nacional: hoje, dificilmente algum brasileiro aceitaria a hipótese de que os ianomâmis não existem.

A Justiça brasileira demorou um ano e alguns dias para oficializar a morte de Ulysses Guimarães, ocorrida em 12 de outubro de 1992. Há foto do deputado entrando no helicóptero que caiu no mar, foram encontrados os corpos do piloto e de sua mulher, há uma evidência absoluta da morte do parlamentar. Somente em 24 de setembro de 1993, sua morte foi reconhecida pelo juiz Paulo César de Almeida Sodré. Oficialmente, no entanto, Ulysses só foi considerado morto em 15 de outubro de 1993, quando o despacho do juiz foi publicado no Diário Oficial da União. Esta demora de um ano para o reconhecimento de uma morte evidente deveu-se ao fato de que o cadáver do deputado não havia sido encontrado.

As autoridades brasileiras, em 24 horas, definiram como genocídio um suposto massacre sem cadáver algum, "ocorrido" na Venezuela. Já foram encontrados os corpos do czar Nicolau II e da família imperial russa, assassinados pelos bolcheviques em 1918, e até hoje não temos um único indício de uma chacina ocorrida em 1993, com repercussões internacionais que ameaçam a soberania do Brasil sobre seu território. Tivemos inicialmente 19 mortos, depois 40, depois 73, depois 89, depois 120, depois 16, quando de fato não houve e até hoje não há cadáver nenhum. Enfim, achou-se uma ossada, de data incerta,

que não evidenciava massacre nem dava indícios de assassino algum.

O então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, contentou-se com esta ossada antiga para denunciar, de imediato, genocídio. A Polícia Federal, apesar das continuadas declarações de que não havia prova do crime, não hesitou em fazer um relatório, mais de dois meses depois da data da "chacina", denunciando 23 garimpeiros pelo assassinato de 16 índios, dos quais não se achou sequer um pedaço de osso. A imprensa mostrou fotos de cabaças que conteriam as cinzas dos corpos cremados. Que não podem ser examinadas, pois são "sagradas".

Sem prova alguma de nada, a Procuradoria da República denunciou por crime de genocídio 24 garimpeiros, acrescentando mais um aos relacionados pela Polícia Federal. Pela primeira vez o Ministério Público apresentou à Justiça brasileira este tipo de denúncia, revelando uma notável falta de que fazer. Os 24 indiciados em geral por apelidos passaram a arriscar uma condenação de 30 anos de prisão. Parlamentares, bispos e cardeais, diplomatas, policiais, militares, jornalistas, todos foram envolvidos pela "chacina" e dela se tornaram cúmplices. Congresso Nacional, Forças Armadas, Conselho de Defesa Nacional, Igreja Católica, imprensa nacional e internacional, enviados especiais e

correspondentes do exterior, governo brasileiro e governos estrangeiros, todos caíram no conto do genocídio.

A vida imita a tese — Meio ano depois do "massacre" não se tinha um único cadáver em punho. Segundo o procurador Aurélio Rios, o crime de genocídio é "do tipo que exige a comprovação de sua materialidade. O assassinato de seis ianomâmis no final de julho não resultou em abertura de inquérito porque os corpos não foram encontrados".

Segundo o coordenador regional judiciário da Polícia Federal de Manaus, Lacerda Carlos Júnior, que acompanhava em Boa Vista as investigações, "enquanto não forem localizados os corpos dos índios mortos não se poderá admitir a hipótese de uma chacina que, segundo a versão da Funai e da Procuradoria-Geral da República, matou 73 pessoas".

Na falta de cadáveres, recorreu-se ao testemunho do antropólogo norte-americano Bruce Albert, para dar um fecho de ouro à *affaire*. Não que Bruce Albert tivesse assistido ao massacre. Ele apenas traduziu o relato de índios que "teriam" sobrevivido ao massacre. Com exclusividade, a "Folha de S. Paulo" (03/10/93) contou a "história secreta do massacre".

Bruce Albert defendeu sua tese de doutorado, "**Temps du Sang, Temps des Cendres**", na universidade de Paris-Nanterre. O título é sugestivamente aliterativo: *sang, cendres*. Mais uma vez a vida imita a arte: tempo de sangue, tempo de cinzas. O olhar premonitório do antropólogo, que na época estava elaborando a biografia de Davi Kopenawa que pretendia se candidatar a deputado federal em 94 antecipou a chacina. "Houve muita imprudência com os números", disse Bruce Albert. "Não vejo a possibilidade de terem morrido mais de 70 índios na região", declarou então. Mais tarde, desmentindo inclusive seu potencial biografado, que ouviu falar de 19 mortos na Rádio Nacional, reduziu para 16 o número de mortos e dividiu o massacre em dois anos.

Em duas páginas ilustradas por fotos de "ianomâmis", panelas furadas e pedaços de ossos inidentificáveis, o antropólogo narra detalhes rocambolescos da chacina que não viu. Há um grupo de seis índios que chega a um barracão de garimpeiros com um bilhete, expedido por outros garimpeiros, onde se lê: "faça bom proveito desses otários". Onde está esta peça ainda que ínfima de convicção? Também virou cinzas: a cozinheira que recebeu os índios a jogou no fogo. Há garimpeiros que atiram à queima-roupa com espingardas de dois canos, um "ianomâmi" que se joga no rio Orinoco, há corpos enterrados e

desenterrados, garimpeiros mortos e feridos e, evidentemente, os corpos cremados e as cabaças com cinzas, lacradas com cera de abelha. Só não há um único cadáver tangível, fotografável.

Bruce Albert tem então a ocasião de brandir sua tese: "Nas grandes cerimônias funerárias intercomunitárias que irão organizar em homenagem aos mortos, as cinzas dos adultos serão enterradas junto às fogueiras domésticas de seus parentes e as das crianças serão tomadas com mingau de banana. Nessa ocasião, as cabaças, cestas e todos os objetos que pertenciam aos mortos serão queimados ou destruídos".

Ou seja: não há cadáveres porque foram reduzidos a cinzas. Estas não podem ser examinadas porque serão destruídas em ritos funerários. E os assassinos ou seja, os garimpeiros em geral devem ser impedidos de entrar em "território ianomâmi", conclui o cidadão norte-americano que, pelo jeito, goza de fé pública ante as autoridades brasileiras.

Que foi feito das pernas, braços, cabeças cortadas e fetos arrancados de ventres de mulheres grávidas, denunciados à agência de notícias "Ansa", pelo então Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira? Por mais perversos que fossem os garimpeiros e por que o seriam? quem tem estômago para cortar pernas,

braços, cabeças e arrancar fetos de seres humanos? Os 19, 40, 73, 89, 120 e finalmente 16 cadáveres dos chacinados, anunciados nas primeiras páginas dos jornais do mundo todo, jamais foram encontrados. Nem mesmo os míseros três corpos "encontrados" inicialmente pela Polícia Federal.

O monte de cadáveres de ashaninkas, massacrados pelo Sendero Luminoso, não comoveu a imprensa nacional e internacional. O massacre dos índios peruanos não foi denunciado pelas ONGs à ONU e à Corte de Haia. Quando índios trucidam dezenas de brancos no Brasil, entre estes os funcionários da entidade da qual recebem assistência, jamais se fala em massacre.

Genocídio ou panelocídio? — A Polícia Federal brasileira investigou supostos crimes que, se tivessem ocorrido, teriam ocorrido na Venezuela. Este imbroglío nem o ministro da Justiça sabia em que país estava quando visitou o local do "crime" gera algumas indagações. Desde quando um crime cometido em país estrangeiro é tipificado pela legislação brasileira e investigado por policiais brasileiros? Qual legislação julgaria os 23 garimpeiros denunciados pela PF brasileira por um crime que se tivesse ocorrido teria sido cometido fora do Brasil? Desde quando fotos de cabaças que conteriam cinzas constituíram provas para qualquer tribunal?

Como cremar cadáveres que em fornos modernos exigem 1360 graus centígrados durante duas horas, deixando resíduos de dois quilos de ossos misturados com resíduos de carne em fogueiras rápidas no solo úmido de uma floresta tropical?

Dia 19 de dezembro de 1996, o juiz federal Itagiba Catta Preta, de Boa Vista, Roraima, fechou com chave de ouro a ficção alimentada durante três anos pela imprensa: condenou cinco garimpeiros por genocídio praticado contra índios ianomâmis em 93. Pedro Emiliano Garcia, o Pedro Prancheta, foi condenado a 20 anos e seis meses de prisão. Eliézio Monteiro Neri, Juvenal Silva, Francisco Alves Rodrigues e João Morais foram condenados a vinte anos de prisão. Dois garimpeiros responderam o processo em liberdade e três à revelia.

Cadáveres, nenhum. Mas o juiz Catta Preta não tem dúvidas de que houve o massacre. Como prova do crime, aceitou laudos de antropólogos sobre os hábitos culturais dos ianomâmis a história das cinzas, formulada por Bruce Albert , além do depoimento de sobreviventes. "Pelos depoimentos colhidos, não tenho dúvida de que pelo menos doze índios foram mortos".

Se morreram na Venezuela, para Catta Preta tanto faz. Segundo ele, o código penal prevê que o

genocídio, quando praticado por brasileiros, fica sujeito à lei brasileira. Seria interessante sabermos o que pensam disto os venezuelanos.

Sem cadáver não há crime, diz a boa doutrina jurídica. Os garimpeiros foram condenados por um crime que não houve. Pior ainda, pelo assassinato de índios de uma tribo que não existe. Naquele dia, em Roraima, foi atada com nó de tope a maior farsa jornalística, política e jurídica jamais ocorrida no Brasil, com sérias conseqüências para a integridade territorial do país.

A imprensa, em verdade, fotografou alguns sinais de violência na aldeia venezuelana onde teria ocorrido o massacre, várias panelas perfuradas por tiros. E só. Teríamos então um panelocídio, figura que jamais foi contemplada por qualquer código penal.

A ficção da fotografia — Se o antropólogo Napoleon Chagnon constatou a existência de uma tribo de ianomâmis na Venezuela, a extensão desta etnia a territórios brasileiros está longe de ser uma evidência. O blefe do massacre de ianomâmis em 93 repousa sobre um blefe anterior, ou seja, a existência de uma tribo ianomâmi no Brasil. Quem faz esta denúncia é o coronel Carlos Alberto Lima Menna Barreto, em "**A Farsa Ianomâmi**" (Rio, Biblioteca do Exército

Editora, 1995). Em função de seu ofício, o militar gaúcho trabalhou em Roraima desde 1969, onde teve estreito contato com a população indígena da região e jamais ouviu falar em ianomâmis, palavra que invade a imprensa brasileira e internacional somente a partir de 1973.

Segundo Menna Barreto, Manoel da Gama Lobo D'Almada, Alexandre Rodrigues Ferreira, os irmãos Richard e Robert Schomburgk, Philip von Martius, Alexander von Humboldt, João Barbosa Rodrigues, Henri Coudreau, Jahn Chaffanjon, Francisco Xavier de Araújo, Walter Brett, Theodor Koch-Grünberg, Hamilton Rice, Jacques Ourique, Cândido Rondon e milhares de exploradores anônimos que cruzaram, antes disso, os vales do Uraricoera e do Orenoco, jamais identificaram quaisquer índios com esse nome".

Tampouco o leitor que hoje tenha 40 ou 50 anos jamais terá ouvido falar, em seus bancos escolares, da tal de tribo, que recebeu um território equivalente a três Bêlgicas, como sendo suas "terras imemoriais". Imemoriais desde quando? Desde há duas décadas?

O cerne do problema não é a preservação do índio e suas tradições. Nas últimas discussões sobre a questão indígena no Brasil, geralmente omite-se um item, nada menos que o essencial: os protochanceleres da suposta nação ianomâmi

reivindicam para seus protegidos um território de subsolo riquíssimo em ouro, diamantes, nióbio e cassiterita. Nenhuma ONG se preocuparia tão enfaticamente com as culturas hutu ou tutsi, em Ruanda, com a dos miskitos na Nicarágua ou com a dos ashaninkas no Peru.

Para o coronel Menna Barreto, nada melhor que o idioma para definir a linhagem e contar a história dos grupos humanos. Em suas primeiras missões na região, encontrou os maiongongues classificados no grupo Caribe e os xirianás, uaicás e macus, falando línguas isoladas. Como os primeiros exploradores e cientistas estrangeiros, jamais ouviu falar de ianomâmis.

"É preciso ficar claro antes de tudo que os índios supostamente encontrados por Cláudia Andujar são os mesmos de quando estive lá, em 1969, 1970 e 1971. Pode ser que, seduzidos com promessas, tenham concordado em renegar o próprio nome, deixando de ser os valentes que sempre foram, para se prestarem agora a esse triste papel. Ou, quem sabe, podem ter sido convencidos a vestir o apelido de "ianomâmis" por cima dos antigos nomes, numa forma de fantasia menos nociva aos valores e tradições indígenas... Entretanto, não é de se duvidar que, para cúmulo do desprezo pelos antropólogos nacionais, nada tenha sido feito para disfarçar a mentira e que, com exceção dos mais sabidos, eles continuem a

ser os xirianás, os uaicás, os macus e os maiongongues de sempre, ficando essa história de "ianomâmis" só para brasileiros e venezuelanos".

"Mas os índios tidos como ianomâmis são os mesmos que lá estavam de 1969 a 1971. Tenho certeza porque voltei à região em 1985, 1986, 1987 e 1988, como Secretário de Segurança, e vi as malocas nos mesmos lugares e os índios com as mesmas caras de antes. E, muito embora essa afirmação possa parecer temerária, pela dificuldade de distinguir-se um índio do outro na mesma tribo, é fácil de ver que, se nesses vinte anos não se registrou nenhuma ampliação de malocas, nem há notícia da ocorrência de epidemias ou guerras entre eles, os atuais habitantes são os mesmos visitados por mim, quando Comandante da Fronteira ou, então, são descendentes deles".

Para este gaúcho que conheceu de perto e de longa data as tribos de Roraima, não é permissível enquadrar grupos tão distintos em uma única nação, "apagando-lhes as diferenças e variações culturais, quando a Antropologia tem como objetivo, ao contrário, salientá-las". Segundo Menna Barreto, as diferentes tribos hoje designadas genericamente pelo gentílico ianomâmi, são bem definidas e distintas entre si.

Ianomamização — Prossegue Menna Barreto: "os uaicás, por exemplo, têm conseguido, ao contrário dos demais, manter-se praticamente imunes a influências estranhas, seja pelo terror que sua ferocidade infunde, seja pela precaução instintiva de se retraírem para evitar a própria degeneração e o ocaso no convívio com culturas mais avançadas. Os xirianás, no entanto, não puderam evitá-las em suas tribos do Alto Uraricaá, do Motomotó e do Matacuni, mais sujeitas à força do gregarismo humano nas condições singulares que viveram. Os primeiros mantêm estreito relacionamento com seus vassalos auaquês e um rudimentar comércio com vizinhos do grupo caribe. Os do Matacuni, por sua vez, vinculam-se cultural e comercialmente aos iecuanás do Alto Auari".

Os xirianás do Matacuni e do Uraricaá, segundo o autor, após terem exterminados os maracanãs, os purucotós e os auaquês, tornaram-se mansos e sedentários. Já seus irmãos do Motomotó, em sua limitada parceria com os macus, só alcançaram uma certa habilidade artesanal e uma relativa moderação da brutalidade primitiva. Outra parcela da tribo, das nascentes do Orenoco e do Médio Mucajaí, conservam o nomadismo e hábitos selvagens, sendo incapazes de construir malocas com troncos fazer canoas ou plantar roças. Ainda na mesma reserva ianomâmi, estariam os iecuanás-

caribe, apelidados de maiongongues pelos macuxis e de maquiritares pelos venezuelanos, mais os remanescentes das tribos guinaú e iauaraná.

"Com tamanha profusão de línguas, raças e culturas, é indevido e absurdo" escreve Menna Barreto "classificar-se todos de ianomâmis. Fechar os olhos a esta evidente farsa para favorecer interesses escusos de outros países, em detrimento do Brasil, mais do que escândalo é traição".

Cláudia Andujar, em verdade, ianomamizou uma babel de tribos que pouco ou nada tinham a ver entre si. A ficção tomou força na imprensa internacional e os "ianomâmis" passaram a "existir". Quando Brasília se deu conta de que o reconhecimento de grupos indígenas requeria capacitação em Antropologia, o mal já estava feito: a fotógrafa havia criado uma nação.

Imemorialidade posta em xeque – Se Menna Barreto não aceita a classificação de ianomâmis a toda uma profusão de línguas, raças e culturas, os defensores incondicionais de uma nação para a nova tribo não só insistem em sua existência como ainda em seu caráter imemorial em território brasileiro. A própria CCPY (Comissão Pró-Yanomami) parece não crer muito na imemorialidade desta posse. Em documento

interno da comissão, **A Prática do Yanomami**, de autoria do lingüista Henri Ramirez, lemos que "não se sabe absolutamente nada sobre o passado remoto do povo yanomami". Para quem falava em povos imemoriais, já é um avanço. A única certeza que o lingüista encontra é que, no século XVIII, viviam confinados nas florestas montanhosas na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Ao dar a descrição da região ocupada, o autor cita vários rios, todos eles situados na Venezuela. Segundo Ramirez, uma primeira vaga de ianomâmis invade o Brasil em 1915, alcançando o Marauiá e o Cauburi, no norte do Estado do Amazonas, fronteira com a Venezuela. Ou seja, os ianomâmis no Brasil são menos imemoriais que nossos avós.

Ainda segundo Ramirez, uma segunda leva de ianomâmis teria chegado aqui em 1945, fixando-se no Marari, nas cabeceiras do Padauari e no Demini. Em nome desta curtíssima imemorialidade, Andujar, missionários e antropólogos isolaram do Brasil 10 milhões de hectares. Em 1992, por um punhado de linhas na mídia internacional, o então presidente Fernando Collor de Mello avalizou a ficção de Andujar, entregando três Bêlgicas a dez mil índios (ou talvez menos da metade disso). Milagre do jornalismo eletrônico: jamais se construiu uma nação em tão pouco tempo.

Este isolamento, evidentemente, não é gratuito. Há muito se fala em uma nação indígena independente. Em **Yanomami**, Neuza Romero Barazal brande Bobbio para definir autodeterminação, a capacidade que "populações suficientemente definidas étnica e culturalmente têm para dispor de si próprias e o direito que um povo dentro de um Estado tem para escolher a forma de governo". E conclui que , no âmbito internacional, deveria ser reconhecido o direito de um povo não se submeter à soberania de um Estado contra a sua vontade, desde que considerado étnica e culturalmente definido.

Uma Cuba para latifundiários — Os uaicás, xirianás, iecuanás, macus e maiongongues, segundo Menna Barreto — ou ianomâmis, como os rebatizou Andujar — têm hoje a posse de 9,4 milhões de hectares, uma extensão territorial que jamais conseguirão controlar. Não bastasse esta imensidão de terras entregue por Collor de Mello a um punhado de seres primitivos, incapazes de constituir ou gerir um Estado, o presidente Fernando Henrique Cardoso acaba de demarcar uma área ainda maior, de 10,6 milhões de hectares (território equivalente a Cuba) na região conhecida como Cabeça do Cachorro, no noroeste do Amazonas. A demarcação, feita com patrocínio do G-7 (grupo formado por EUA, Japão, Canadá,

Alemanha, França, Grã-Bretanha e Itália) revoga e engloba 14 "ilhas" descontínuas, criadas durante o governo Sarney (1985-90). Antes da nova demarcação, as 14 "ilhas" tinham apenas 2,6 milhões de hectares. Esta Cuba será entregue a cerca de 30 mil índios, quase 10% da população indígena do Brasil, espalhados em 600 comunidades de 23 etnias, como baré, suriana, maku, baniwa e tucano, entre outras.

Detentores de 11% do território nacional, os 325 mil índios brasileiros se candidatam fortemente à condição de maiores latifundiários do planeta. Ironicamente, habitam o mesmo país em que o Movimento dos Sem-terra (grupos armados de fuzis, foices e facões, organizados pela Igreja Católica) invade e desmonta propriedades produtivas, com técnicas de guerrilha e sob as bandeiras de Mao Tse Tung e Che Guevara. Alegam os defensores dos "povos da floresta" que todo o território brasileiro lhes pertencia, antes da chegada dos portugueses. Ocorre que os nativos não pediram passaporte a Cabral, nem lhe exigiram visto de entrada. Ora, sem Estado constituído, povo algum pode pretender a posse de qualquer território.

Postos em quarentena pela antropologia militante, isolados deste século por uma política oficial de Brasília, uma merencória opção é deixada aos autóctones de Pindorama: morrer de

fome ou depender da caridade pública. Integrar-se ao século XX, jamais: os antropólogos precisam preservar, congelados no tempo, seus objetos de estudo.

Assim prepara-se o Brasil para entrar no terceiro milênio. Deixando para trás, perdidos no passado, seus primeiros habitantes.

Quando piada vira fato

Aconteceu em Porto Alegre, em 1971. No dia 20 de outubro, a **Folha da Tarde** publicava, em sua primeira página, a seguinte matéria paga:

Convite para enterro

† **A Ivanhoé Produções, a Ivanhotur, a Ivanhocred, a Ivanhoplan, a Ivanhoinvest, cumprem o doloroso dever de participar a seus clientes, amigos, acionistas e fornecedores, o falecimento de seu mais antigo sócio, presidente e fundador**

Pedro Louzada Balaústre

ontem falecido e convidam as pessoas de suas relações para assistirem as cerimônias de seu sepultamento. O féretro, hoje às 14 horas, sairá da Igreja Matriz da cidade de Muçum para o cemitério local.

Muçum, 20 de outubro de 1971

Pedro Louzada Balaústre jamais existiu. Fruto da imaginação desocupada de jornalistas não muito sóbrios, surgiu inicialmente ao final de uma crônica esportiva. Ao retornar de uma excursão vitoriosa de seu time ao interior do Estado, envolto na bandeira colorada, o velho Balaustre abraçara-se ao monumento ao Laçador, a voz enrouquecida pelos vivas e vaias. Surgiu mais tarde numa seção de Cartas à Redação, congratulando-se com a ação purificadora da Revolução de 64. Onde houvesse brecha em algum jornal, lá estava Balaustre: nos documentos perdidos, aniversários, crônica esportiva e colunas assinadas.

Sua morte – em verdade, seu assassinato, pois jamais existira – foi recebida com incredulidade e indignação pelos jornalistas que o haviam criado. Hipóteses e investigações não muito rigorosas não levaram a conclusão alguma, e o assassino continua até hoje impune. Enfim, morto o personagem, só restava criar-lhe uma imagem póstuma. Dois dias após seu passamento, na mesma **Folha da Tarde**, lia-se, também em matéria paga:

Comunicação à praça

Os homens passam, mas as instituições ficam. As empresas ligadas ao holding Ivanhoé, sob o impacto,

ainda, do doloroso passamento de seu fundador e diretor presidente PEDRO LOUZADA BALAUSTRE, cumprem o dever de comunicar aos seus acionistas, amigos e clientes que as atividades do grupo terão prosseguimento normal e desenvolvimento crescente. Com sucursais e agências nas principais praças do país, o complexo Ivanhoé não precisa encostar-se a ninguém para ser grande no Rio Grande do Sul e no Brasil. Vale pela eficiência instrumental das empresas que o integram, pelo seu *know-how*, pela incomum qualidade de seu *staff* e pela austeridade dos que o dirigem. Assuma a direção de nossos negócios, seu filho PEDRO LOUZADA BALAUSTRE JÚNIOR, assessorado pelo comendador ASPECYR UMBRELLA.

São Paulo, 21 de outubro de 1971.

IVANHOÉ PRODUÇÕES - Ivanhodata -
Ivanhotum - Ivanhobral - Ivanhotur -
Ivanhopress - Ivanhoveest - Ivanhocred -
Ivanhoplan.

O **Diário de Notícias**, órgão dos **Diários Associados**, também registrou o fato. Desta vez

sem pagamento algum, afinal o redator era este que vos escreve:

“O falecimento de Pedro Louzada Balaustre sensibilizou gregos e troianos. Empresário de grande visão e humanidade, excepcionalmente aberto a idéias novas, tinha livre trânsito tanto nos círculos culturais como empresariais do país. Homem de humildes origens, possuía uma visão saudavelmente civilizada do mundo. Suas dimensões são apenas comparáveis ao personagem de Khazam, em The Arragement. Era conhecido como o Lincoln do Oeste Catarinense, região onde implantou a Ivanhopin, empresa que originaria mais tarde o poderoso grupo Ivanhoé”.

“Pedro Louzada Balaustre morreu em sua fazenda no município de Muçum, a 19 do corrente, vítima de insidiosa moléstia”.

Uma certa comoção perpassou os porto-alegrenses. O empresário era pouco conhecido no Rio Grande do Sul, mas não passa despercebida a morte de um homem que cria todo um império econômico. A Comunicação à Praça – nota de leitura obrigatória para todo industrial ou comerciante – foi publicada para dar fim aos insistentes boatos de que o complexo Ivanhoé seria assumido por grupos estrangeiros.

Redatores de assuntos financeiros registravam a queda das ações de algumas empresas e uma subida compensatória de outras. O comendador Aspecyr Umbrella negou-se a quaisquer declarações ao descer no aeroporto Salgado Filho, o que só aumentou os rumores em torno ao caso. Para seu dissabor, perdeu bengala e passaporte na chegada. Nos meios editoriais negociava-se a publicação das memórias póstumas do capitão-de-indústria, possibilidade que preocupava muitos cidadãos acima de qualquer suspeita.

O **Correio do Povo** publicou seu necrológio, que algum jornalista participante do imbróglio colocou discretamente na caixinha do redator de notas fúnebres. Gaúcho algum poria em dúvida uma afirmação impressa nas austeras páginas do Róseo.

Pedro Louzada Balaustre

Em sua fazenda, no município de Muçum, faleceu a 19 do corrente o pecuarista e industrial Pedro Louzada Balaustre, diretor e fundador do grupo Ivanhoé, com uma dezena de organizações associadas e subsidiárias, principalmente nos Estados de São Paulo e Paraná. O empresário faleceu aos 65 anos de idade.

Pedro Louzada Balaustre era casado com a sra. Carmelita Umbrella Balaustre, deixando

desse matrimônio três filhos: Pedro Louzada Balaustre Júnior, Jandira Louzada Balaustre e Nataniel Louzada Balaustre.

Fontes próximas ao governo falavam de estudo para manter no Estado o controle acionário do holding Ivanhoé. A um vereador ocorreu a idéia de homenagear o extinto dando seu nome a uma rua. Um deputado, que recebera um cartão com tarja negra agradecendo, em nome das empresas, sua presença às exéquias, pediu ao plenário um voto de pêsames pelo passamento do industrial, que foi concedido por unanimidade. Em sua alocução, dizia-se amigo de longa data do comendador Aspecyr Umbrella, tendo pois a certeza de Pedro Louzada Balaustre, o dinâmico Pedrinho, estava bem assessorado. Em Brasília, um outro deputado gaúcho, que também recebera o cartão de agradecimento, também solicitava a seus pares um voto de pêsames. Deputado algum notou que Aspecyr era uma empresa de seguros gaúcha, que tinha como logotipo um guardachuva.

Neste ponto ocorre a morte definitiva de Pedro Louzada Balaustre. Ao final da sessão plenária da assembléia gaúcha, um jornalista chapa branca, amedrontado com as dimensões que a *affaire* estava tomando, comunicou ao solidário deputado a verdade sobre o caso. O deputado voou até a estenografia para evitar a

inclusão do voto nos Anais e manteve contatos pessoais e desesperados com os proprietários das empresas jornalísticas. Pedro Louzada Balaustre desapareceu da memória dos homens.

Exatamente quando se providenciava sua missa de trigésimo dia. Para celebrá-la, pensávamos em nada menos que Sua Eminência o cardeal Don Vicente Scherer. Estava-se também providenciando o espólio do defunto junto à Receita Federal. Infelizmente, Balaustre teve curta vida.

eBooksBrasil

Março — 2006

©2006 Janer Cristaldo

Proibido todo e qualquer uso comercial.

Se você pagou por esse livro

VOCÊ FOI ROUBADO!

Você tem este e muitos outros títulos

GRÁTIS

direto na fonte:

eBooksBrasil.org